



Revista do
INSTITUTO
HISTÓRICO *e*
GEOGRÁFICO

NÚMERO 154

DO RIO GRANDE DO SUL

ISSN 1678-3484

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO
RIO GRANDE DO SUL

154

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, ano 98, n.154, 2018.**

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1,
(jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1921-.

Descrição baseada em: número 154 (2018)

Inclui bibliografia

ISSN 1678-3484

Periodicidade semestral

251p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65

CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/10/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

Capa: Priscila Pereira Pinto.

Ilustração: Aquarela de Hermann Rudolph Wendroth – nº 103,
Porto Alegre, vista da Chácara da Brigadeira, Hospital Santa Casa de
Misericórdia, Igreja Matriz, Palácio do Governo, Mercado e Alfândega.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h

Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

e-mail: ihgrgs@terra.com.br / ihgrgs.biblioteca@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA 2016-2018

Presidente: Miguel Frederico do Espírito Santo
Diretor Administrativo: Hilda Agnes Hubner Flores
Diretor Financeiro: Sérgio Alves Teixeira
Diretor Operacional: Euclides Pinto Torres

Conselho Fiscal

Cesar Pires Machado, José Carlos Teixeira Giorgis, Moacyr Flores

Membros Efetivos

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, Ápio Cláudio Beltrão, Antonio Carlos Hohlfeldt, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Cesar Pires Machado, Coralio Bragança Pardo Cabeda, Eduardo Cunha Müller, Earle Diniz Macarthy Moreira, Euripedes Falcão Vieira, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos, Loiva Otero Felix, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas, Miguel Frederico do Espírito Santo, Moacyr Flores, Paulo Estivalet Flores Pinto, Raphael Copstein, René Ernaini Gertz, Sérgio Alves Teixeira e Vera Lucia Maciel Barroso.

Membros Correspondentes

Adilson Cezar, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, Carlos Zatti, Cláudio de Leão Lemieszek, Cláudio Moreira Bento, Diego Pufal, Eduardo Alvares de Souza Soares, Ernani Straube, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Mário Gardelin, Neivo Ângelo Fabris, Oscar Padrón Favre, Victorino Coutinho Chermont de Miranda e Walter Rela.

Membros Pesquisadores

Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina Silva, Anelda Pereira de Oliveira, Carla Renata A. de Souza Gomes, César Andre Luiz Beras, Éverton Quevedo, Gabriel Santos Berute, Gustavo Castagna Machado, Jefferson Teles Martins, Luciana Gransotto, Marlise Maria Giovanaz, Nádia Maria Weber Santos, Pedro Câncio da Silva, Wagner Silveira Feloniuk.

Membros Colaboradores

Bruno José Queiroz Ceretta, Caio Lustosa, João Batista Santafé Aguiar.

Membros Honorários

Altino Berthier Brasil, Francisco Pereira Rodrigues, Luis Alberto Cibils,
Sérgio da Costa Franco.

Membro Licenciado

Cláudio Francisco Accurso

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Editor-Chefe

Miguel Frederico do Espírito Santo (FURG)

Conselho Editorial

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS),
Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA),
Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu),
Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS),
Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Comissão da Revista

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS) , Fábio Kuhn (UFRGS),
Heinrich Hasenack (UFRGS)

Editores-Executivos

Gustavo Castagna Machado (UFRGS), Priscila Pereira Pinto (FEEVALE),
Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS) , Wagner Silveira Feloniuk (UFRGS)

Secretária

Priscila Pereira Pinto (FEEVALE)

Avaliadores

Alan Dutra de Melo (UFPEL), Anderson Romário Pereira Corrêa (PUCRS),
Aparecido Pires de Moraes Sobrinho (UEM), César Augusto Guazzelli (UFRGS),
Cinthia Ruivo da Silva (UEM), Débora Costa Pires (UFSC),
Dúnia dos Santos Nunes (UFRGS), Eduardo M. P. Madureira (UNIOESTE),
Érica Dias Gomes (UNICENTRO), Fabiana Regina da Silva (UFSM),
Fabricio José Nazzari Vicroski (UPF), Fernando Henrique Araujo Torres (UDESC),
Filipe Reblin (UFPR), Francielle Moreira Cassol (UFSM),
Henrique Aniceto Kujawa (IMED), Ivana Karine Aver (UFRGS),
José Carlos da Silva Cardozo (UNISINOS), Juremir Machado da Silva (PUCRS),
Lilian Stedile Ferri (UNESC), Lohanna Machado (UFPR),
Marcos Pascotto Palermo (UFRGS), Maria Isabel da Silveira Bordini (UFPR),
Maria Regina Weissheimer (UFSC), Mariza Zeni de Castro Tomasetto (UNIOESTE),
Monica Rossato (UFSM), Renata Gonçalves Gomes (UFSC),
Ronaldo Bernardino Colvero (UNIPAMPA), Vanessa Teixeira (UNICENTRO),
Vânia Maria Oliveira de Freitas (UNICRUZ)

PREFÁCIO

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul lança o número 154, do primeiro semestre de 2018, dando continuidade a uma trajetória iniciada há três anos. No final de 2015, foi dada largada à iniciativa de trazer a revista às regras do Qualis da Capes e a práticas editoriais modernas, apoiadas em diretrizes éticas internacionais e o método *double blind peer review*. Desde lá, com alegria, não houve nenhum atraso na periodicidade, tampouco um artigo que não cumprisse com as diretrizes definidas naquele momento, todos foram recebidos por edital e passaram pelo rigoroso processo seletivo. Esse novo número é uma continuidade nesse sentido, mas manter o periódico nesse patamar é um esforço grande e contínuo, que demanda a constante aplicação dos envolvidos com o trabalho editorial dentro do Instituto Histórico e as pessoas que apoiam a revista de diversas formas.

Esse caminho de busca por excelência acadêmica tem trazido frutos constantes. Os mais visíveis estão nas submissões. O número de artigos submetidos aumentou gradualmente ao longo do tempo. No último edital foram mais de trinta. É um número expressivo, pois os primeiros editais trouxeram bem menos da metade disso. Em outro aspecto, notamos um incremento de pesquisadores de pós-graduação e professores interessados em publicar, de diversas instituições, mostrando o que esperamos ser um sinal de aceitação do periódico como um veículo respeitado de difusão de conhecimento sobre o Rio Grande do Sul no meio acadêmico gaúcho e nacional.

Nesse sentido, apresentamos nove artigos neste número. Três de professores doutores e, sem exceção, todos os demais de pesquisadores em cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado. Isso mostra a consolidação de um perfil voltado à academia e, esperamos, cada vez mais, servir ao que de melhor for produzido por pesquisadores comprometidos com suas áreas, com um estudo aprofundado e feito em ambientes que permitam reflexão e crítica, como instituições acadêmicas e outros centros de produção de conhecimento.

A publicação começa com artigo sobre a ocupação da Costa Sul-Atlântica da América, ainda no início da chegada de europeus e, depois, passa por considerações sobre a estrutura agrária nos anos XVIII. No século XIX, traz trabalhos de gaúchos que acompanharam grandes acontecimentos na França de 1848, a produção artística, guerras, e a imprensa gaúcha em diversos momentos desse século. E, por fim, passa-se ao século XX mostrando pesquisas sobre a economia de criação de gado, o urbanismo e a produção publicada pela imprensa do Rio Grande do Sul.

Com esses trabalhos, objetiva-se, cada vez mais, estar próximo de uma publicação acadêmica reconhecida por sua contribuição à história, à política, à geografia e às diversas outras áreas relevantes publicadas. Esperamos que o leitor encontre subsídios para suas próprias pesquisas, ou assuntos interessantes para conhecer mais sobre a história do Rio Grande do Sul e do Brasil. Boa leitura!

Porto Alegre, 31 de julho de 2018.

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt

Dr. Fábio Kühn

Me. Heinrich Hasenack

Comissão da Revista

Dr. Gustavo Castagna Machado

Bel^a. Márcia Piva Radtke

Bel^a. Priscila Pereira Pinto

Ma. Thais Nunes Feijó

Dr. Wagner Silveira Feloniuk

Comissão Executiva

SUMÁRIO

ARTIGOS

- 11 **A ocupação europeia da Costa Sul-Atlântica Meridional da América**
The european occupation of the South Atlantic Southern Coast of America
Milton Luz da Conceição
- 27 **“Vivem de lavouras”: a estrutura agrária em São José do Taquari, ao final do século XVIII**
“They live on crops”: the agrarian structure in São José do Taquari at the end of the eighteenth century
Sandra Michele Roth Eckhardt
- 47 **A Revolução Francesa de 1848: o desenvolvimento do capitalismo e as cartas de Paris de Sebastião Ribeiro de Almeida**
The French Revolution of 1848: the development of capitalism and the letters from Paris of Sebastian Ribeiro de Almeida
Cesar Beras
- 77 **Entre acordes e versos: da identidade fronteiriça aos aspectos históricos e estruturais da milonga**
Between chords and verses: from the border identity to the historical and structural aspects of the milonga
Ghadyego Carraro
Jeremyas Machado
- 89 **A Guerra Grande e a Província de São Pedro (1839-1852)**
The “Guerra Grande” and the Province of São Pedro (1839-1852)
Talita Alves de Messias
- 115 **Discurso e imprensa: interpretações sobre a Revolução Federalista no jornal o Estado de São Paulo (1893-1895)**
Discourse and media: interpretations about the Federalist Revolution on the newspaper o Estado de São Paulo (1893-1895)
Waleska Sheila Gaspar
- 143 **O que havia nas terras: estrutura patrimonial e econômica das fazendas de gado vacarienses no início do século XX**
What was in the lands: equity and economical structure of the vacarienses cattle farms in the begginig of the XX century
Andréa Pagno Pegoraro

- 175** **Maurício Cravotto e o urbanismo no Rio Grande do Sul**
Maurício Cravotto and urban planning in Rio Grande do Sul
Bruno Cesar Euphrasio de Mello
João Farias Rovati
- 193** **Guilhermino Cesar e o Caderno de Sábado: erudição e literatura brasileira na imprensa gaúcha**
Guilhermino Cesar and Caderno de Sábado: erudition and brazilian literature in the press of Rio Grande do Sul
Ana Maria Wertheimer

DOCUMENTAÇÃO

- 215** **A carta de 1891 e a liberdade profissional**
Sérgio da Costa Franco
- 221** **Eduardo Duarte e Geraldo José Pauwels**

ARTIGOS

A OCUPAÇÃO EUROPEIA DA COSTA SUL-ATLÂNTICA MERIDIONAL DA AMÉRICA

THE EUROPEAN OCCUPATION OF THE SOUTH ATLANTIC SOUTHERN COAST OF AMERICA

Milton Luz da Conceição¹

RESUMO

O capitalismo mercantilista a partir do século XV troca a terra pelo comércio como principal fonte de renda. A América não vai conhecer outro modo de produção que não seja o capitalista. A participação de Portugueses e Espanhóis nesta disputa comercial se dará de forma distinta. Apegados ainda à cultura do domínio da terra deixam o mar para ingleses e franceses e iniciam uma disputa fratricida de fronteiras. Estas afirmações iniciais embasam o objetivo principal deste artigo que é demonstrar a disputa entre Espanha e Portugal pela costa sul atlântica meridional da América por sua importância estratégica como acesso à prata peruana resultando daí um processo de urbanização. Utilizando a pesquisa bibliográfica e a consulta direta em fontes primárias vamos demonstrando que a colonização portuguesa era voltada para o mar e tinha como único objetivo o extrativismo para alimentar sua frota mercante. Como consequência criou na costa sul uma rede urbana que vai de Cananéia no litoral do atual estado de São Paulo à foz do Rio da Prata. Essa rede de cidades litorâneas amplia a circulação de mercadorias num primeiro momento, em seguida as atividades econômicas crescem e se autonomizam. Acreditamos que o aprofundamento deste estudo trará benefícios para Brasil e países da região auxiliando na busca de conhecimento visando uma maior integração social e econômica.

Palavras chave: Território. Mercantilismo. Urbanização.

ABSTRACT

Mercantilist capitalism from the 15th century changes land for trade as the main source of wealth. America will not know any other way of production than the capitalist. The participation of Portuguese and Spaniards in this commercial dispute will occur in a different way. Still clinging to the culture of the land, they leave the sea to the English and French and begin a fratricidal dispute of frontiers. These initial statements are based on the main objective of this paper, which is to demonstrate the dispute between Spain and Portugal on the South Atlantic coast of South America for its strategic importance as access to Peruvian silver, resulting in a process of urbanization. Using bibliographical research and direct consultation

1 Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, master em Desenvolvimento Urbano pela (UPM) Universidade Politécnica de Madri e Doutor em Geografia Humana pela (UCM) Universidade Complutense de Madri com pos doutorado pela Universidad 'Salamanca. Atua como professor Associado I na UFSC junto ao Núcleo de Teoria e Historia do Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

in primary sources we show that Portuguese colonization was directed towards the sea and had as sole objective the extractivism to feed its merchant fleet. As a consequence it created on the south coast an urban network that goes from Cananéia in the coast of the current state of São Paulo to the mouth of the River Plate. This network of coastal cities broadens the circulation of goods at first, then economic activities grow and become autonomous. We believe that the deepening of this study will bring benefits to Brazil and countries of the region helping in the search of knowledge aiming at greater social and economic integration.

Keywords: Territory. Mercantilism. Urbanization.

INTRODUÇÃO

Os conflitos, sociais, econômicos e políticos, por questões fronteiriças, entre os reinos de Portugal e Castela, serão intensos e variados e em territórios distintos, durante pelo menos dois séculos a partir da dissolução da União Ibérica em 1645.

Segundo Charles-Edouard Jeanneret-Gris, o conhecido “Le Corbusier”, (1984 p. 26) “os processos de evolução urbana precisam ser observados “in loco” já que cada território possui características especiais determinantes em seu processo de formação”.

Uma leitura superficial, com base em fenômenos idênticos, em latitudes distintas, mascara processos que conduzem a conclusões equivocadas. Em se tratando da realidade brasileira, para se entender a dinâmica de um território e seu processo de urbanização, é necessário analisar as características e as relações econômicas, sociais e ambientais vigentes desde o surgir histórico passando pela evolução da região até sua presença como Estado Federativo. Inegavelmente, o processo de urbanização no mundo ocidental vai se iniciar na metade do século XIX, entendendo-se por processo de urbanização a migração acelerada do homem do campo para a cidade, consequência da intensificação do modelo industrial, “Antes de 1850, [...] nenhuma sociedade poderia ser considerada como predominantemente urbana” (SOUZA, 2003, p.37).

Nos países de industrialização tardia o fenômeno ocorrerá de acordo com sua inserção neste processo, ou não. Daí a importância que ganham os períodos históricos antecedentes e suas características, únicas em cada latitude.

1 O território em estudo e os atores envolvidos em sua conquista

A costa sul-atlântica meridional da América será terra de ninguém

até meados do século XVIII. Reafirmamos o dito em Rodrigo Ceballos (2007, p.125), para melhor entender este pedaço do mundo onde várias forças disputavam um intenso comércio:

Em 1658, após três meses de viagem em uma embarcação espanhola, o francês Acarete Du Biscay chegou a embocadura do Rio da Prata. Logo em sua entrada, a nave foi ameaçadoramente recepcionada por uma fragata francesa, mas nada que impedisse sua chegada ao destino final: a cidade de Santissima Trinidad y Puerto de Santa Maria de los Buenos Aires. Próximo ao porto este viajante ilegal, trazido como “primo” do capitão do navio, avistou duas embarcações inglesas e vinte e duas holandesas desembarcando mercadorias semelhantes a que eles também traziam - roupas de linho, tecidos de seda e lã, especiarias, agulhas, espadas, ferramentas - e, especialmente alguns escravos vindos de Angola. As embarcações inglesas regressavam ao Oceano Atlântico carregando, couro, lã e prata.

A imprecisão do controle sobre este território, favorecida pela ausência, ainda a este tempo, dos Estados/Nação serviu a vários interesses, sendo que o econômico sempre se sobrepôs a qualquer outro até o século XVIII. Neste período, Ingleses, Franceses, Holandeses, Russos e Angolanos disputavam estes mares com as Coroas Ibéricas que se presumiam soberanas. A união destas Coroas (União Ibérica - 1580 a 1645) teve a importância de consolidar as relações entre lusos e hispânicos no comércio de couros, sebo e lãs em troca da prata extraída das minas de Potosí, estas rotas tinham a primazia dos portugueses até o final da dita união. Esta soberania territorial difusa tem como instituição legitimadora de fundo a Igreja Católica, controladora dos maiores países envolvidos na disputa. Este controle era exercido através da instituição do Padroado Régio.

A origem histórica do Padroado Regio retrocede ao século IV quando o Imperador Romano Constantino concede liberdade de culto aos cristãos no ano 313. A partir deste episódio este culto se consolida em todo o Império Romano com seus sacerdotes conquistando direitos, como: isenção do serviço militar e foro privilegiado. Esta proteção gera uma rápida expansão da religião. A transferência do título de “Sumo Pontífice” do Imperador Romano para o Papa se faz neste período, 325 d.c.. Daí em diante o governo religioso passa a constituir um departamento do Estado, e o Imperador acumulando o poder político e religioso. Esta estrutura faz com que as leis da Igreja sejam as Leis do Estado e vice-versa, e os inimigos da Igreja inimigos do Estado, idem. A estrutura cruza a divisão do Império Roma-

no, o Império Bizantino, e emerge na Idade Média como “Padroado Régio”. Somente com a ascensão do mercantilismo é que o Estado vai começar a se sobrepor à Religião Católica. Porém, a criação de outra instituição dentro da Igreja Católica, o “Tribunal da Inquisição”, vai conseguir prolongar, principalmente junto às Coroas Ibéricas a proteção ao catolicismo, única religião permitida nestes estados. No roce de interesses entre as coroas, a igreja assumia uma posição intermédia ora defendendo uma ora a outra, porém, na América, mantendo-se independente em seu maior interesse, evangelizar os nativos e ocupar o maior território possível ampliando sua presença no mundo.

Voltando à disputa pelo controle da costa da América Meridional Sul-Atlântica, a Igreja Católica lança em meados do século XV mais um complicador sobre o tema, a bula Papal “*Inter Cætera Quæ*” del 13 de marzo de 1455 y “*Æternia Regis Clementia*” del 21 de junio de 1481 (MARQUES, 1996, p.25 a 96) que concede à Ordem de Cristo a jurisdição sobre as terras ultramarinas que não pertençam a nenhuma Diocese, estas unidas a determinação Papal que concede ao Padroado Régio Português, todas as terras do novo mundo conquistadas a leste do tratado de Tordesilhas (7/7/1494), linha esta que até hoje em pleno século XXI ninguém foi capaz de determinar, apresentamos abaixo algumas destas linhas imaginárias conforme Albuquerque (1989, p.12).

O Tratado de Tordesilhas resultou de difícil aplicação tanto para Castela quanto para Portugal aspirantes simultâneos ao Rio da Prata que foi descoberto buscando uma passagem meridional até as verdadeiras Índias, logo despertando o interesse de uma via de penetração até a promissora riqueza da mítica “Sierra de la Plata”. Sem dúvida esta prata foi localizada pelos castelhanos que avançavam com a colonização desde o Pacífico, a seu lado Portugal, também perderá interesse pela região ao concentrar seus recursos em zonas comercialmente mais rentáveis. (CEBALLOS, 2008, p. 156).



Ilustração 1 - Tratado de Tordesilhas segundo vários geógrafos.

Fonte: Luís Albuquerque (Dir.). *Tratado de Tordesilhas e Outros Documentos*.

Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

1.1 A implantação do Estado/Nação nos principais disputantes do território, e a Reforma da Igreja Católica

O declínio do feudalismo, o surgimento do *Estado Absolutista* e o advento do renascimento na Europa costumam marcar o início da Idade Moderna:

O absolutismo corresponde ao século XVII. Século de crises. Crises econômicas, colheitas ruins, camponeses europeus a beira da fome. Crise política, uma grande transcendência: a revolução Inglesa e a da Fronda, que não são impulsionado-

ras da revolução Francesa. Século de guerras. Guerra dos 30 anos. Tem sua origem no protestantismo e nas lutas religiosas. A primeira solução dada é a divisão da religião católica. A religião do Rei será a religião de seus súditos. (JARILLO GOMEZ, J. 2005, p. 22).

Esta instabilidade política e econômica, citada acima acrescida das crises de legitimidade para estabelecer posses e direitos para a exploração sobre os territórios recém-encontrados vão marcar um período de instabilidade no mundo ocidental que exigirá reformas de todas as suas instituições. Estas reformas apontaram para a formação de estados com poder centralizado respaldado por grandes forças militares capazes de proteger suas rotas marítimas e comerciais. A Igreja Católica maior instituição do ocidente sofre diversos cismas. Para manter sua unicidade necessitava abandonar a face mística e conservadora ingressando num mundo mais racional e mercantil capturando a confiança da emergente burguesia. Estas mudanças levarão o mundo a renascer num período conhecido como iluminismo.

É importante lembrar que até o século XVIII o nome Espanha (derivativo do Império Romano Hispania) era designativo de toda a península Ibérica que se compunha de uma série de reinos, a Espanha como país só será unificada durante o período iluminista, sendo que em 1812 se adota o nome As Espanhas, e em 1876 pela primeira vez o nome Espanha (RUIZ, 2007, p. 25). Até então os reinos que compunham a península ibérica eram jurídica e politicamente independentes sob uma mesma monarquia, a associação entre os mesmos se dava por herança, união dinástica ou por conquista, forma de governo conhecida como *aequeprincipaliter*. Assim cada reino mantinha seu rei, sua língua, seus foros e seu próprio sistema legal. Um primeiro passo para surgir o Estado-Nação, como conhecemos modernamente, é a consolidação das monarquias absolutas. Em Espanha, o Estado Absoluto ou Absolutista só irá se consolidar após a guerra de sucessão (1702-1714). Este processo principia a partir da ideia de uma monarquia peninsular hereditária, presente já no reino Visigótico de Leovegildo em 560, reabilitada muito mais tarde por Afonso III de Astúrias e Leon de 866 a 910 tendo por capital a cidade de Toledo. Sua continuidade se reforçará com Afonso VII de Leão e Castela (1126-1157) com a obrigatoriedade de vassalagem cristã e muçulmana de todos os reinos, e, com as alianças matrimoniais com os reinos de Portugal, Leão, Navarra, Aragão, Granada e com os condados catalães e asiáticos. Com a ascensão dos Habsburgo (1400) várias medidas são tomadas para aglutinar o grande reino de Castela, todavia ainda instável. A reorganização começou pela supressão dos

privilégios não castelhanos e culminou com o desestímulo à produção de cereais e incentivos à indústria (OCAÑA, acesso em 08/10/2015). O resultado não foi o esperado, porém a Inquisição, a que já nos referimos anteriormente, compensou com a ideologia a coesão desejada. Com a guerra de sucessão e a chegada dos Bourbon (1714) se consegue finalmente um reino único hereditário peninsular, estava finalizado o processo e formado o Estado Absoluto desejado.

O processo português para a instituição do Estado Absoluto não foi tão complexo quanto na Espanha. Portugal nunca teve um projeto de estado único hereditário. Seu território sempre foi mais coeso e todos sempre tiveram a lusitanidade como um bem comum. Na verdade, alguns historiadores chegam a dizer que Portugal nunca teve uma monarquia absoluta, falando-se mais em monarquia tradicional. Portugal tinha seu rei aclamado, e não ungido ou sagrado como em Espanha, o que trazia mais comprometimento com a sociedade, o rei não estava acima das leis. O quadro só se altera no período Pombalino onde teremos um rei acima das leis seguindo o modelo “jusnaturalista” de Áustria. “O Marques de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), herói para os portugueses e uma figura nefasta para os brasileiros, é o nome do absolutismo em Portugal” (AZEVEDO, 2004, p.63). Como primeiro ministro do rei José I (1750-1777) influencia um estado forte com um rei acima das leis. Neste período de ilustração, Portugal se moderniza aproximando-se da realidade social e econômica vigente nos países mais adiantados do norte da Europa. As muitas reformas Pombalinas, administrativas, econômicas e sociais, só não conseguem acabar com a Santa Inquisição que vai se prolongar até 1821.

A monarquia na Inglaterra a partir do século XIII possuía um parlamento o que já limitava o poder real e a diferenciava das outras. A “Guerra dos Cem Anos” (SALOMÃO, 2006, p.104) vai dar mais coesão à aristocracia junto ao rei o que aumenta seu poder. A derrota nesta guerra inverte esta situação: a nobreza descontente investe contra o rei na “Guerra das Duas Rosas” (1455-1485) provocando grave crise econômica e dilacerando a governabilidade. Henrique VIII com a Reforma Anglicana unifica Coroa e Igreja. Ao eliminar a Igreja Católica e redistribuir seus bens como moeda de troca por apoio junto à nobreza restabelece o poder religioso e o poder real. Com os poderes restaurados faz grande investimento na marinha e passa a disputar com as Coroas Ibéricas o controle sobre os mares. Este poder vigoroso se prolonga até o casamento de Maria Tudor com Felipe II da Espanha (1553-1558). Neste período se restabelece o catolicismo na Inglaterra que será novamente abolido com a ascensão de Elisabeth I (1558-1603). Esta filha de Henrique VIII retoma sua política consolidando o anglicanismo e aumenta o poder inglês nos mares através de uma política mercantilista.

ta agressiva. Sua morte sem herdeiros deixa o trono a Jaime I da Escócia que inicia a dinastia Stuart. O sucessor de Jaime I, Carlos I recebe um país territorialmente já consolidado com a união dos principais reinos. Porém a avidez por mais impostos leva seu reino à guerra civil (1628) que resulta na proclamação de uma república liderada por Oliver Cromwell. De 1653 a 1658 Cromwell assume o papel de ditador pessoal. Neste período a Inglaterra tornou-se uma grande potência, com o desenvolvimento da indústria naval principalmente após a publicação dos Atos de Navegação (1650), protegendo os mercadores ingleses. A morte de Cromwell promove o retorno da monarquia e dos Stuarts. Guilherme de Orange usurpa o trono a Jaime II apoiado pelos partidos políticos. Jura a Declaração de Direitos estabelecendo a monarquia parlamentar pondo ponto final à Revolução Gloriosa e levando a Inglaterra à condição de país líder do mundo moderno.

Este resumo da consolidação dos principais países europeus como nação se completa com a França, berço do Estado Absoluto. É a dinastia Bourbon a consolidadora deste regime. Seu apogeu se dá com Luís XIV (1643-1715) conhecido como o rei Sol. Baixo o lema *O Estado sou eu*, teve como executor de suas medidas o cardeal Mazarino. Entre estas medidas, acabou com a associação entre burgueses e nobres (Fronças - as maiores opositoras do poder absoluto). Usando sua imagem, gestos e poder, impunha o medo e o respeito de seus súditos. Luís XIV tornou-se o símbolo da moderna monarquia absoluta europeia. Perseguindo a ideia da integridade unificou as religiões através do Édito de Nantes (1685). Em seu longo reinado (1661-1715) consolidou a ideia do grande Estado/Nação, equipou e fortaleceu seu exército, levando a França a ser o maior e mais poderoso país europeu do início da modernidade.

Apesar de ser a França a grande impulsionadora do absolutismo e do Estado/Nação, bases fundantes do modelo industrial e do liberalismo econômico é a Inglaterra que traça sua segurança jurídica e social através da Declaração dos Direitos (Bill of Rights). Esta lista de direitos funda a liberdade de expressão, a liberdade política, a liberdade individual, o direito de propriedade, e a tolerância religiosa. John Locke (1632-1704) porta-voz do liberalismo político incentiva o predomínio da burguesia nos parlamentos, criando as bases necessárias ao avanço do processo industrial e do modo de produção capitalista.

2 O mercantilismo

A importância que ganha o comércio marítimo a partir do século XVI é tamanha que se convencionou chamar este período de *Era das Navegações*. O comércio deslocou-se do Mediterrâneo para o Atlântico e o mer-

cantilismo desenvolveu-se apoiado pela expansão do Capital comercial e usurário, incentivado pela Reforma Religiosa. Esta reforma na Igreja Católica (Concílio de Trento) objetiva entre outras a transformação do regime jurídico da Instituição que passa de estatal e pública a liberal, privada e individual. Esta mudança é fundamental para transformar toda a sociedade numa sociedade de classes, mas também, dá total autonomia à Igreja sobre a administração de seus bens e a introduz diretamente nos negócios como Igreja/Empresa. A partir da formação da pluralidade nos estados modernos, a Igreja se constitui como sociedade autônoma, igual ao Estado, porém com ordem diversa.

O capitalismo mercantilista, ou mercantilismo, a partir do século XV troca a terra pelo comércio e a expansão marítima como principal fonte de renda. Este desenvolvimento comercial e mercantil vai exigir uma grande reforma política também na organização dos Estados. A centralização do poder nas mãos de um só rei em um estado grande e forte se faz fundamental. “No século XVI, um novo padrão de vida emergiu do novo modo de produção econômica (capitalismo mercantilista), assim como uma nova estrutura política, expressa principalmente pelo despotismo centralizado ou pela oligarquia, em geral personificada em um Estado Nacional” (MUNFORD, 2008, p.212).

Consolidados os estados absolutos, a partir dos séculos XVII e XVIII, França e Inglaterra passam a liderar a economia mercantilista europeia. Os Ingleses estimularam sua construção naval criando uma poderosa marinha mercante, adotou medidas de proteção promulgando os Atos de Navegação (1660), que proibia a qualquer navio estrangeiro o transporte de produtos de sua metrópole ou de suas colônias. Esta postura assegurou o controle das rotas e mercados ultramarinos pela Inglaterra, dominando o comércio de produtos agrícolas e industriais (Europa, América do Norte) e o comércio do contrabando com o Oriente.

O continente americano depois da conquista pelos europeus não vai conhecer outro modo de produção que não seja o capitalista, ou seja, num primeiro momento, a busca incessante da acumulação de riquezas através da circulação de mercadorias. Esta condição forma no imaginário das populações locais a ideia da impossibilidade de outras formas de se organizar o sistema produtivo fora destes preceitos.

A supremacia dos Ingleses no mercantilismo internacional e consequentemente nos novos mercados ao sul do continente vai encorajar empreendedores privados a se aventurarem por estes espaços. Podemos dizer que a primeira crise do modo de produção capitalista surge aí nestas latitudes.

A referida crise tem como protagonista o inglês Robert Harley a partir de 1711 quando funda a *The South Sea Company* uma organização comercial privada com o único objetivo de comercializar de forma exclusiva com a América do Sul, privilégio obtido após a guerra de sucessão Espanhola. A novidade gerou grande especulação econômica elevando em até 10 vezes os títulos da empresa no primeiro semestre de 1720. A bolha econômica que surge deste episódio vai gerar uma das mais sérias crises do capitalismo conhecida como *Quebra dos Mares do Sul*.² Este episódio serve para ilustrar a importância e a curiosidade avarenta que este território sempre despertou ao resto do mundo.

A participação de Portugueses e Espanhóis nesta disputa comercial se dará de forma distinta. Apegados ainda à cultura do domínio da terra deixam o mar para ingleses e franceses e iniciam uma disputa fratricida de fronteiras.

2 Mais conhecido do que A Companhia dos Mares do Sul é talvez a “bolha dos Mares do Sul” (1711 – setembro 1720), que é o nome dado à bolha econômica que ocorreu através da especulação, superaquecendo as ações da empresa durante 1720. O preço caiu mesmo ano depois de atingir um pico em setembro.

À companhia, formada em 1711 por Robert Harley, foi concedido direitos de exclusividade na América do Sul espanhola. Os direitos comerciais foram pressupostos à conclusão bem-sucedida da Guerra da Sucessão Espanhola, que não terminou até 1713, e os tratados de direitos reais concedidos não foram tão abrangentes quanto Harley tinha originalmente esperado. Em troca desses direitos, a empresa assumiu em torno de £ 10 milhões de títulos do governo, trocando-os com os obrigacionistas de ações da empresa a juros de 6%.

A empresa não realizou uma única viagem comercial à América do Sul até 1717 e fez pouco lucro real. Além disso, quando laços entre Espanha e Grã-Bretanha se deterioraram em 1718 as perspectivas em curto prazo da empresa eram muito pobres. No entanto, a empresa continuou a argumentar que o seu futuro em longo prazo seria extremamente rentável. Em 1717 a empresa assumiu um reforço de mais 2 milhões da dívida pública.

Compra da dívida pública

Em 1719, a empresa propôs um esquema pelo qual teria de assumir toda a dívida remanescente nacional da Grã-Bretanha (£ 30.981.712), oferecendo suas próprias ações em 5% em troca de títulos do governo em um acordo com duração até 1727. O Banco da Inglaterra propôs um acordo semelhante. A empresa esperava para fazer um lucro considerável e fez muito para anunciar a proposta que foi aceite de uma forma ligeiramente alterada em abril de 1720. O Chanceler do Tesouro, John Aislabie, foi um forte defensor do esquema. A dívida total do governo em 1719 foi de £ 50 milhões: £ 18,3 milhões foram realizadas por três grandes empresas. 3,4 milhões pelo Banco da Inglaterra. 3,2 milhões pela Companhia das Índias Orientais. 11,7 milhões pela South Sea Company. Privada a dívida o capital resgatável totalizou 16,5 milhões de libras. £. (BETTEL, L. p.53 2004).

3 A ocupação da costa

A partir de 1645 com a restauração da independência em Portugal, se dá início a uma intensa disputa com Espanha para o estabelecimento de fronteiras. Estas lutas aconteceram tanto no continente europeu como na colônia portuguesa do Brasil. A legitimação destas fronteiras se dava através da urbanização do território com a fundação de colônias não obedecendo as linhas imaginárias dos tratados propostos e ratificados pela Santa Sede.

O território mais disputado entre Espanha e Portugal era sem sombra de dúvidas a costa sul atlântica meridional de América e com ela a foz do Rio da Prata por sua importância estratégica como acesso a prata Peruana.

Assim, o movimento de expansão e exportação da civilização ibérico-europeia se dá através do processo de urbanização do continente americano tendo como motivação as rotas mercantis e a busca de novas riquezas. É inegável que existem diferenças entre o processo de urbanização português e o espanhol. Num passado recente se valorizava a operatividade espanhola e se menosprezava a espontaneidade portuguesa nestes eventos, fatos contestados vigorosamente pelos segundos ao longo dos últimos anos. No dizer do brasileiro Holanda (1947, p.123):

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” — palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como “saudade” e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que “ não vale a pena [...]”.

No que é contestado ferozmente pelo português Orlando Ribeiro (1994, p.116):

Sérgio Buarque de Holanda, prestigioso historiador brasileiro, pretendeu opor os centros urbanos da América espanhola aos da América portuguesa. Nos primeiros, a cidade regular é «um acto definido de vontade humana», «o esforço determinado de vencer e rectificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste». Pelo contrário, a «cidade que os portugueses construíram na América não é o produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e a

sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre este significativo abandono que exprime a palavra *desleixo*. O que fica dito procura esclarecer o problema que o ilustre historiador colocou apenas na maneira simplista de uma pretensa oposição de psicologia étnica.

Neste artigo, porém, interessa pouco às diferenças, mais as convergências, mesmo porque a maioria dos assentamentos humanos portugueses ao longo da referida costa inicialmente não aconteceram por iniciativa oficial, e sim pela iniciativa privada, passando posteriormente ao controle da Coroa:

Dado o escasso número de povoadores de origem portuguesa, logo reforçados por mestiços, muitas cidades e vilas não tiveram origem num ato intencional de fundação, mas desenvolveram-se, como tantas povoações de Portugal, «de maneira espontânea, por assim dizer insensível», de arraiais ou povoadores nascidos em locais de pesca, em, pois os nos caminhos ou seus cruzamentos, onde descansavam as tropas de burros, de feiras em lugares cômodos pela posição, mas inicialmente despovoados. (RIBEIRO, 1994 p.118).

Nossa intenção é destacar os fatores que aproximaram portugueses e espanhóis quanto à construção de póvoas no território em estudo, são eles: a falta de recursos; a escassez de mão de obra especializada europeia; materiais disponíveis distintos dos usados pelos colonizadores em seus países; a dificuldade de comunicação devido às diferentes línguas e culturas presentes na mão de obra dos povos originários disponíveis. Tudo isto envolto num clima sempre voltado para o mar, palco verdadeiro das lutas e disputas fronteiriças calcadas na economia. Assim, os povoados aí produzidos por portugueses e espanhóis até o século XVIII não passavam de portos costeiros para proteger a frota marítima em terras inóspitas e pobres sem um programa de colonização de grande envergadura. Eram pequenas vilas do possível.

O número de fundações portuguesas é bem inferior às espanholas, nos primeiros anos das colônias americanas. Assim sendo, do século XVII até o final da União Ibérica foram fundados em toda a colônia portuguesa apenas 36 núcleos urbanos sendo 4 na costa sul, ao passo que os espanhóis fundaram no mesmo período em suas terras 330, sendo somente 5 na costa sul, mas especificamente na foz do Prata.

No caso brasileiro a chegada da colonização portuguesa voltada

para o mar e com o objetivo extrativista para alimentar sua frota mercante de víveres e mercadorias criou na costa sul uma estrutura dinâmica que vemos como uma rede urbana do litoral:

O litoral joga um papel de enorme transcendência na organização territorial derivada do processo colonizador. Os nós portuários se configuram como os estruturantes de um “hinterland” nem sempre profundo e cuja função principal segue sendo facilitar a expedição dos recursos naturais (BARRAGAN MUÑOZ, 1998 p.112)

O território que aqui chamamos de costa sul do Brasil, se estende de Cananeia no litoral do atual estado de São Paulo à foz do Rio da Prata, e não estava ocupado nem por portugueses ou espanhóis até meados do século XVII. A rede urbana litorânea vai sendo aos poucos formada a partir de São João Batista de Cananeia (Cananeia) por paulistas que fundam: Paranaguá (1648); São Francisco do Sul (1650); Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis) (1675); Santo Antônio dos Anjos da Laguna (Laguna) (1676); interrompendo sua ocupação costeira em direção ao sul por impossibilidades geográficas ao chegar ao litoral do atual estado do Rio Grande do Sul, como relata ABREU (1986 p.72) “A costa, pitoresca, elevada, opulenta de ilhas e portos até Santa Catarina, abaixa-se além, apresentando-se nua estéril e inóspita”. Porém, é bom lembrar que a foz do Rio da Prata começa a ser colonizada no mínimo cem anos antes.

O apoio estratégico da ilha de Santa Catarina, onde posteriormente seria fundada Nossa Senhora do Desterro, é fundamental nesta conquista, navegadores de diversas nacionalidades daí partiram em busca de riquezas. Também, portugueses e espanhóis, mais interessados nas terras que presumiam suas, de aí saíram a estabelecer povoados que servissem de entrepostos comerciais na cobiçada foz. Podemos dizer até que esta ocupação se compartilhou amistosamente visto estarem sob a União Ibérica. Esta corrida ao Rio da Prata tem por motivação a cobiça aguçada pelo mapa de 1515 do geógrafo alemão Johanner Schöner (GOES FILHO, 2004 p.13) que acabava a América do Sul na altura do atual Uruguai apontando a existência de uma fenda, levando direto a Potosí e à prata Peruana. Assim, sendo fundada em 1536 pelo espanhol Pedro de Mendoza, destacamos de portas abertas ao oceano atlântico, a atual cidade/porto de Buenos Aires cidade refundada em 1580, por iniciativa de Felipe II rei de Espanha e Portugal:

Não tardou muito para que comerciantes Portugueses, com ligações com o Brasil, ramificassem seus interesses para o sul do continente e o seu interior. Porto de entrada de esca-

vos africanos e saída da prata Potosina, Buenos Aires tornou-se ao longo da primeira metade século XVII um espaço de vivência entre lusitanos e espanhóis. (CEBALLOS, 2008).

Ainda no ano de 1536 se funda Assunção por iniciativa espanhola, que fundam também Santa Fé (1573); Corrientes (1588), os portugueses por sua vez fundarão Colônia em 1680 e Montevideo em 1724, ambas após o final da União Ibérica e detonadoras dos conflitos fronteiriços entre Espanha e Portugal na Costa Sul- Atlântica Meridional de América.

CONCLUSÃO

Finalmente, consideramos que a investigação a respeito das evoluções urbanas e das ocupações territoriais são elementos fundamentais para a construção de um diagnóstico a respeito do potencial econômico e social de uma cidade e sua região. Dentro desta ótica temos a certeza de que através dos antecedentes históricos podemos construir a ideia de se buscar na importância estratégica da ocupação da Costa Sul Atlântica Meridional da América, e sua ampliação, o Oceano Atlântico, indícios de um futuro que se concretizou próspero. O tema dos conflitos fronteiriços, embora bastante explorado sob seu aspecto histórico apresenta um vácuo através do prisma econômico e social o que justifica a análise da chegada do modo de produção mercantilista, como elemento impulsionador destas lutas. Ainda sobre este conturbado processo de urbanização dizer que num primeiro momento foi parte integrante de um processo estratégico de ampliação da circulação de mercadorias. A seguir as atividades econômicas e comerciais cresceram independentemente da vontade do poder central europeu, ganhando autonomia e determinando o futuro de enclaves urbanos, que se tornariam importantes não só ao Brasil, mas a todos os países da região. Baseados nestas afirmações prosseguimos, sem a intenção de uma nostalgia estática, negação do presente, mas sim, de resgatar o sentido da vivência cotidiana, das relações entre a população dos espaços citados, calcadas em nossas raízes históricas, urbanas e ambientais buscando um novo momento de prosperidade. Acreditamos que através deste trabalho, que é uma investigação em curso, podemos encontrar e apresentar mais elementos que nos remetam a um olhar de futuro criando novas fontes de consulta para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, J. L. de. *O Marques de Pombal e a sua época*. Lisboa: Ed. Alameda, 2004.
- BARRAGAN MUÑOZ, J. M. La Ordenación del Espacio Litoral Brasileño. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*. Madri, n.18, p. 89-114, jul. 1998.
- BETTEL, L. (Org.) *Historia da America Latina*. São Paulo. EDUSP, 2004. (v.2.)
- BODELON, Oscar R. *La Ocupacion Espanola de Santa Catarina (1777-1778): Una Isla Brasileña para Carlos III*. 2013. 845 fls. Tese (Doutorado em História Medieval, Moderna e Contemporânea). Universidad de Salamanca, Espanha, 2013.
- CEBALLOS, Rodrigo. *Arribadas portuguesas: A participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (1580-1560)*. 2008. 346 folhas. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2008.
- GOES FILHO, Synesio S. Fronteras Gauchas: diplomacia e poder. *Encuentros Revista Luso Española de Investigadores en Ciencias Humanas y Sociales*, Olivenza, n.4, p. 12-14, mayo 2004.
- HOLANDA, S. Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Cia das Letras. 1995.
- JARILLO GOMEZ, J. J. El Estado Absoluto Como Primer Estadio Del Estado Moderno,
- Saberes. *Revista de Estudios Jurídicos, Económicos y Sociales*, Madri, v. 3, p. 18-32, jun. 2005.
- JEANNERET-GRIS, C.E. *Planejamento urbano*. São Paulo. Perspectiva, 1984.
- LEITE DE VASCONCELOS, J. M. A influência das bulas papais na documentação medieval portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, n. 13, p. 26-34, ago. 1996.
- MUNFORD, L. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- PEREZ ALHAMA, J. *La Iglesia y el Estado Español*. Madri: IEP, 1967.
- RIBEIRO, O. Opúsculos Geográficos. *Revista Temas Urbanos da Fundação Calouste Gulbenkian*, Lisboa, v.5, p. 113-127, fev. 1994.
- RUIZ, J.M; RUIZ, J.P; BILBAO, F.S. *Estado y Territorio en España, 1820-1930: La formación del paisaje nacional*. Madri: Ed. Catarata, 2007.
- SALOMÃO, G. E. *História-Livro II. São José dos Campos: Poliedro*, 2006.
- SOUZA, M. L. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

“VIVEM DE LAVOURAS”: A ESTRUTURA AGRÁRIA EM SÃO JOSÉ DO TAQUARI, AO FINAL DO SÉCULO XVIII

“THEY LIVE ON CROPS”: THE AGRARIAN STRUCTURE IN SÃO JOSÉ DO TAQUARI AT THE END OF THE EIGHTEENTH CENTURY

Sandra Michele Roth Eckhardt¹

RESUMO

Este artigo aborda o contexto de criação da freguesia de São José do Taquari e a estrutura produtiva da região, ao final do período colonial brasileiro. A inserção econômica do Continente do Rio Grande de São Pedro no mercado interno de abastecimento colonial se deu por meio da pecuária desenvolvida nas estâncias, do cultivo de lavouras e mais tarde dos complexos charqueadores. Taquari não se caracterizou como região de economia pecuarista, pois, o número de animais declarados por seus moradores na *Relação de Moradores de 1784* foi muito inferior se comparado com outras freguesias, como, por exemplo, Triunfo e Santo Amaro, nas quais essa atividade representava a principal forma de inserção econômica nos circuitos mercantis. A freguesia de Taquari foi habitada por pequenos produtores, que acessaram a terra por meios de formas não mercantilizadas e utilizaram o trabalho familiar, via agregamento, como um recurso importante para o aumento dos níveis produtivos da agricultura e sua reprodução social.

Palavras chave: Imigração açoriana. Pequenos produtores. Taquari.

ABSTRACT

This paper approaches the context of creation of the people of São José do Taquari and the productive structure of the region, at the end of the Brazilian colonial period. The economic integration of the continent of Rio Grande de São Pedro into the intern market of colonial supply was through the livestock grown in the farms, the cultivation of crops and later the complex charqueadores. Taquari was not characterized as a region of livestock economy, since the number of animals declared by its residents in the Relation of Residents of 1784 was much lower when compared with other villages, such as, for example, Triunfo and Santo Amaro, in which this activity represented the main form of economic insertion in the colonial mercantile circuits. The parish of Taquari was inhabited by small producers, who accessed land through non-mercantile forms and used family labor, through aggregation, as an important resource for increasing the productive levels of agriculture.

Keywords: Azorean immigration. Small producers. Taquari.

¹ Mestranda em História do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, Bolsista CAPES/DS. Graduada em História Licenciatura plena e Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Tem interesse na Área de História, com ênfase na temática da história agrária do Brasil, século XVIII e XIX.

INTRODUÇÃO

A análise que se apresenta nesse artigo é referente a São José do Taquari, localizada as margens do rio Taquari, a freguesia² foi criada na década de 1760, a partir do assentamento de casais açorianos migrados ao sul da América portuguesa com a finalidade de povoar e cultivar terras de fronteira política em processo de demarcação.

Ao confirmar difusa presença de lavradores que praticavam uma economia mista composta pelo cultivo de lavouras e criação de animais, em níveis produtivos menores que a das estâncias, Osório (2007) mostrou que as freguesias do Rio Grande de São Pedro não participaram do mercado interno de alimentos apenas via produção pecuarista. A autora apontou uma estrutura produtiva do Rio Grande de São Pedro amplamente dependente do trabalho familiar e escravo, constituída na modesta ocupação da terra. Este artigo fará uma análise microeconômica, a partir das formas de acesso à terra e das atividades ocupacionais dos moradores da freguesia de Taquari. A análise específica da freguesia possibilita entender a dinâmica produtiva desse espaço e demonstrar as possíveis formas de inserção econômica dos pequenos produtores de alimentos do período colonial.

A partir da utilização da *Relação de Moradores* de 1784, uma espécie de censo agrário realizado ao final do século XVIII em todas as freguesias do Continente do Rio Grande de São Pedro, localizado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, é possível conhecer as formas de acesso à terra declarada pelos habitantes. Analisando essa documentação referente a Taquari verificou-se que a estrutura produtiva da freguesia era agrária e habitada por pequenos produtores.

A *Relação de Moradores de 1784*, documento principal no qual se baseou esta pesquisa, e os *Registros de datas de terra que se dão aos casais das ilhas* são as fontes utilizadas para análise que aqui se apresentará. Elas não possuem informações que permitam analisar a importância do trabalho escravo na freguesia. No entanto, não se descarta a possibilidade de uma significativa presença de trabalhadores cativos entre esses pequenos produtores de alimentos e pesquisas futuras se valendo de outras fontes podem melhor explorar esse tema.

A metodologia empregada para a análise das fontes é inspirada na história serial. Julga-se que a análise serial é o procedimento pertinente para tratar o tema aqui abordado, pois se está mediante uma quantidade

2 O termo “freguesia” foi utilizado nas capitanias brasileiras para referir às paróquias, circunscrições básicas da administração eclesiástica. Ver mais em: OSÓRIO, Helen. A organização territorial em espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário. Notas de pesquisa. *Claves*, Revista de História, n. 1, p. 67-90, dic. 2015.

significativa de dados, os quais possibilitam um aparelhamento da pesquisa partindo da estruturação dos elementos localizados nas fontes³. A quantificação dos dados trouxe ao conhecimento realidades socioeconômicas do Brasil colonial muito para além da *plantation* escravista, proporcionou visibilidade a uma ampla gama de pequenos lavradores e produtores de alimentos, que também podiam se inserir modestamente num mercado exportador ou em mercados inter-regionais⁴.

1 A inserção econômica do Rio Grande de São Pedro no mercado interno colonial

A inserção do Rio Grande do Sul no mercado interno de abastecimento colonial, enquanto integrante do mosaico de formas não capitalistas de produção⁵, deu-se a partir da formação das estâncias gaúchas, do cultivo de lavouras e mais tarde o comércio do charque. As primeiras relações econômicas do Rio Grande ocorrem com a exploração das Vacarias do Pinhal e do Mar e a instalação de estâncias pecuaristas, ante as possibilidades de expansão territorial de uma região de fronteiras políticas interimperiais não totalmente delimitadas⁶.

A realização de pesquisas que se ocuparam de fontes primárias e articuladas à metodologia da história serial e de inspiração da micro história revelou que a região do extremo sul do Brasil era também um complexo de múltiplas formas de organização econômica e social. O acesso e funcionamento das unidades produtivas agrícolas estiveram para além das grandes propriedades agropecuárias, existindo posses bastante modestas em meio às extensivas ocupações pecuaristas⁷.

3 Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15 n. 28, p. 57-72, jul. 2008.

4 O exemplo tem-se os trabalhos de Mattos (2009), a qual demonstrou em suas pesquisas, sobre pequenos produtores de subsistência em Capivary, no século XIX, as diversas formas de inserção econômica possíveis numa sociedade permeada pelo escravismo e pela agricultura de exportação.

5 Segundo Fragozo (1998) as fazendas brasileiras se alimentavam do próprio espaço colonial, e essa afirmação é verificável com o expressivo espaço ocupado pelos produtos advindos das estâncias rio-grandenses no mercado de abastecimento interno, a partir de 1780.

6 Para um melhor entendimento sobre as primeiras ocupações espaciais de o Rio Grande ver: KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira*: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII. Niterói: PPGH – UFF, 2006. Tese de doutorado.

7 Os trabalhos de Farinatti (2010) e Zarth (1997) são exemplos de pesquisas que demonstraram, a partir do uso de fontes primárias (especialmente inventários *post-mortem* e registros paroquiais), a complexidade da estrutura agrária e existência de pequenos e médios produtores de Alegrete e do Planalto gaúcho, no século XIX.

Em relação ao período colonial, é interessante notar que, apesar de se caracterizarem como os mais representativos habitantes do Rio Grande, os lavradores eram o grupo que detinha a menor quantidade de terras, em extensão de área, e encontrava mais dificuldades em acessá-las. Segundo Osório “[...] os lavradores integrarem o grupo que mais teve que recorrer a terras alheias: 13,4% dos acessos deram-se “a favor” e por arrendamento [...]” (2007, p. 99).

A presença de médios e pequenos lavradores que simultaneamente praticavam a agricultura de subsistência, realizavam a comercialização de algum excedente e a pequena criação de animais pode ser verificadas na *Relação de Moradores*, de 1784, na qual esses aparecem com significativa representatividade. Algumas freguesias estavam bem longe da paisagem pecuarista, como é o caso de São José do Taquari, que apresenta uma ampla presença de pequenas unidades agrícolas focadas essencialmente no cultivo de lavouras e a pequena criação de animais, ao final do período colonial.

1.1 A criação da freguesia de Taquari e o contexto da fronteira política

Ainda são poucas as análises específicas das freguesias do Rio Grande e estudos sobre suas organizações internas. Portanto, tem-se aqui a pretensão de examinar as estruturas produtivas de São José do Taquari, freguesia exclusivamente criada para o assentamento dos imigrantes açorianos presentes na região.

A regularização das posses de terra em Taquari aconteceu em 1770 mediante um cenário de disputas interimperiais de soberanias entre as Coroas Ibéricas na América. Osório (2015, p. 68), ao se referir ao contexto de criação das freguesias afirma: “Elas moldaram a vida administrativa da capitania e foram um referente espacial muito importante.”

A acomodação de parte da população migrada das ilhas de Açores à América⁸, nas margens do Rio Taquari, fez parte do projeto português de ocupação, defesa e ordenamento territorial e inserção econômica do Rio Grande de São Pedro dentro dos circuitos interno-coloniais. São José do Taquari foi a primeira freguesia que teve regularizadas as acomodações açorianas. A partir da quantificação das informações apresentadas na *Relação de Moradores* de 1784, ou seja, 20 anos após as ocupações iniciais da

8 Para melhor compreensão dos significados dos projetos de migração atlântica ver: HAMEISTER, Martha. *Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande dos Registros Batismais* (c.1738-c. 1763). Rio de Janeiro: PPGHS - UFRJ, 2006.

região, foi possível verificar que esses migrados açoriano-descendentes e coligados desses, se dedicaram essencialmente ao cultivo de lavouras e à pequena criação de animais, diferindo das organizações pecuaristas de outras freguesias que concentraram sua produção na pecuária.

Para melhor compreensão da estrutura econômica de Taquari se analisará primeiramente as formas de acesso à terra, meio de produção essencial em economias agrárias.

2 A estrutura agrária de Taquari: acesso à terra e constituição das unidades produtivas

A partir da análise e do cruzamento de informações da *Relação de Moradores* de todo o Rio Grande de São Pedro e dos inventários *post-mortem*, Osório (2007) demonstrou a existência de um sistema produtivo amplamente dependente do trabalho familiar e escravo, bem como apontou a estreita ocupação da terra. Revelou, por meio do cenário agrário do Rio Grande, que a região compartilhava elementos estruturais com a região platina espanhola, pois a ampla presença de domicílios de pequenos produtores que praticavam uma agricultura de subsistência e comercializavam algum excedente pode ser verificada em ambos os lados das fronteiras políticas coloniais.

Osório (2007), ao apontar a categoria “lavrador”, “criador” e “peão”, ilustrou um quadro bastante diverso e revelou uma pluralidade de formas produtivas, no qual domicílios de lavradores podiam ser caracterizados também pela presença de pequenos rebanhos de gado e, muitos deles, com a presença de alguns poucos escravos. A participação dos lavradores na economia rio-grandense se deu principalmente a partir de 1780, com o cultivo do trigo, produto que compôs as exportações do Rio Grande desde o revigoramento e desenvolvimento econômico ocorrido no período tardo colonial⁹. O cereal abastecia grande parte dos portos coloniais, principalmente os do Rio de Janeiro, e esteve entre os principais produtos exportados pelo Continente.

Em relação à Taquari, acredita-se que a observação detalhada de uma determinada região permite a inclusão mais complexa de uma série de fatores que apontam variáveis capazes de compreender a formação de tendências gerais. Pois, a partir da análise específica de um espaço delimitado podem-se identificar ações sociais dos agentes locais e dos condicionantes

9 Schwartz (1988) e Barickman (2003) mostraram que no nordeste brasileiro diversas freguesias foram criadas com a pretensão de abastecer centros urbanos em formação nesse contexto de ressurgimento agrícola do período tardo colonial.

regionais da estrutura econômica vigente. Desse modo, é possível compreender as diversas formas de inserção econômico-social plausíveis em uma sociedade colonial cujo ponto mais dinâmico era caracterizado pela agricultura de exportação e pelo escravismo, porém, onde eles não eram exclusivos. Haja vista, diversas regiões, como é o caso do Rio Grande de São Pedro, se conectaram a circuitos mercantis internos e forneceram produtos de abastecimento alimentar para as *plantations* exportadoras.

Assim sendo, pontuaram-se aspectos da estrutura agrária da freguesia de Taquari ao final do período colonial, tendo como finalidade observar relações que se assemelharam e diferiram com o cenário agro do Continente de São Pedro e da América portuguesa. Acredita-se que a análise da freguesia, enquanto povoado de migrantes açorianos, ajudará a compreender como se deu a inserção açoriana nos circuitos mercantis da América Portuguesa e de que modo os objetivos de demarcação e ocupação territorial portuguesa se desenvolveram na região meridional da Colônia.

2.1 O acesso à terra

Analisar-se-á as formas de acesso à terra dos moradores de Taquari a partir das informações contidas na *Relação de Moradores*. Esse documento especifica o nome de cada ocupante, morador da freguesia, os títulos de propriedade possuídos, ou não, a atividade ocupacional que empregavam os domicílios¹⁰ e o número de animais que possuíam, explicitando gênero e espécie desses.

A *Relação de Moradores* foi elaborada quatorze anos após a demarcação das *datas* de terra aos imigrantes açorianos arranchados na freguesia de Taquari, em 1784, na qual se pode comprovar a predominância de pequenas propriedades agrárias, na configuração de *data*. As *datas* eram pequenas propriedades de terras concedidas, comumente, aos imigrantes açorianos, durante a década de 1770 pelo governador da Capitania do Rio Grande e apresentava uma dimensão que pode ser considerada uma pequena propriedade no período, se comparada às extensões das sesmarias, outro tipo de concessão.

Como se pode ver na “Tabela 1”, a maior parte dos moradores possuía apenas uma única porção de terra, uma *data*, e em seguida estava o conjunto de pessoas “a favor”, que não detinham nenhuma e viviam em terras alheias.

10 O nome dos moradores da lista faz referência ao chefe de domicílio, em sua maioria homens e em alguns casos mulheres viúvas, e esse respondem em nome de todos sob sua tutela.

Tabela 1: Proprietários e não proprietários em Taquari, 1784

	1	2							3
	Agregados	Proprietários							Total
		Maior que uma data	1 data	2 datas	3 datas	chá-cara	sítio	S/r	107
Número de moradores	34	3	40	5	1	17	2	5	
Percentual	32%	2,8%	37%	4,6%	1%	16%	2%	4,6%	

Fonte: *Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente –1784*

Coluna 1: Moradores que declararam não possuir terras e “viver a favor”;

Coluna 2: Moradores que declaram possuir terras;

Coluna 3: Total de domicílios registrados na Relação de Moradores de 1784.

Sobre as “dimensões” das terras ocupadas pelos moradores de Taquari cabem alguns esclarecimentos. Nos Registros de concessão de datas de terras aos casais das Ilhas¹¹ encontra-se a seguinte descrição para a dimensão de uma data: “*uma área superficial de terreno de quinhentos e sessenta e duas mil e quinhentas braças quadradas que constam na certidão*” BARROSO (2002, p. 556-609). Essa certidão referida nos registros de doação foi a documentação que os moradores, que a possuíam, apresentaram para comprovação da propriedade no momento da realização da *Relação de Moradores*.

A introdução da *Relação de Moradores*, por sua vez, traz a seguinte descrição sobre o tamanho dos lotes destinados aos povoadores de Taquari: “*o terreno de uma data de légua pouco mais ao menos de comprido, um quarto de largo*” (*Relação de Moradores*, 1784, p.351). Apesar da divergência na utilização dos sistemas de medida, as áreas totais são equivalentes, totalizando uma área máxima de 272 hectares¹².

11 Esses registros foram transcritos na obra: “Açorianos, proprietários de terras no Rio Grande do Sul 1770-1800” sob orientação e revisão de Véra Lucia Maciel Barroso.

12 Apesar de as medidas das *datas* em Taquari serem equivalentes, isso não significa que todas as *datas* concedidas pelo governador possuíam as mesmas dimensões. Gomes (2012) encontrou nos registros de *datas* de Porto Alegre a metade da dimensão de área encontrada para Taquari. Outro elemento importante é a relativização dessas dimensões, pois os limites de demarcação no período colonial não eram muito precisos e os súditos conheciam essa

Nos *Registros de Concessão de data* há 54 *datas* que foram concedidas aos moradores de Taquari em 1770. Em 1784, quando foi realizado o recenseamento das freguesias, 40 moradores declararam ocupar a dimensão de apenas uma *data*. A partir do cruzamento de informações verificou-se que os ocupantes de uma única *data*, eram 25 moradores que, segundo as descrições da *Relação de Moradores* teriam apresentado o *Registro de Concessão* no momento da realização do censo e o seu nome também consta nos *Registros de Concessão de data* de 1770, ou seja, dos 54 moradores que receberam e regularizaram a situação de suas propriedades, 25 ainda eram moradores de Taquari em 1784 e declararam não terem ampliado sua propriedade¹³.

Os outros 15 moradores possuidores de uma *data* na *Relação de Moradores* não foram localizados nos *Registros de Concessão*. Esses, ao declararem a origem de sua propriedade como *data*, explicaram a forma pela qual a acessaram. Dois moradores declararam ter recebido a propriedade na forma de doação, um deles de seu sogro e o outro morador não especificou seu vínculo com o suposto doador. Três moradores declararam ter obtido sua *data* pela compra de antigos beneficiários da concessão de terras desses, apenas um apresentou título de aquisição. Já os demais dez declaram ter herdado as propriedades. Desses dez herdeiros de *datas*, sete eram viúvas e permaneceram na área demarcada ao casal em 1770¹⁴. Os demais três herdeiros afirmaram possuir laços de parentesco com o antigo dono da propriedade, sendo dois genros e dois filhos¹⁵.

Ao observar esse grupo da tabela percebe-se importância dos laços familiares na obtenção do acesso à terra nessa freguesia. Pois, as heranças e doações foram significativas formas de adquirir propriedade da terra e estiveram permeadas por relações de parentesco.

O segundo grupo mais representativo da tabela anterior é a categoria “não possuem”. Esses são os moradores que não apresentavam relação de propriedade direta com a terra por viverem “a favor” em terras alheias,

realidade. Logo, a ocupação de limites, além dos certificados eram práticas comuns.

13 Apenas uma moradora não apresentou título de posse da *data* que ocupava. A viúva Ana Maria, cujo nome de Antônio Dutra, o falecido marido, foi encontrado nos *Registros de Concessão*, logo, beneficiária da concessão.

14 A viúva de João Dorneles, Maria de Jesus, foi listada juntamente com seu cunhado Mathias Dorneles, no entanto, não é possível saber se viviam juntos ou de que maneira administravam a divisão da *data*.

15 Manoel Inácio e André Machado eram genro e filho de Pedro Machado, beneficiado com a concessão de *data*. Como a *Relação de Moradores* de Taquari não traz a descrição das benfeitorias não é possível saber, a partir dessa documentação, se esses habitaram em moradias separadas ou compartilhavam de uma mesma, bem como não é possível apresentar a forma de administração da propriedade da terra.

ou seja, foram listados na *Relação de Moradores* como não proprietários. Na sua totalidade foram listados 39 moradores vivendo “a favor”, que no contexto do Rio Grande de São Pedro significou gratuidade no acesso à terra. No entanto, o ato de possuir em sua propriedade um morador ou uma segunda família foi verificado em 34 propriedades de Taquari. Portanto, havia propriedades que comportavam mais de um morador ou família como agregado. Esse foi o caso de Ana Maria de Quadros, viúva de José de Quadros de quem herdou a *data* de terra demarcada ao casal em 1770 e a compartilhava, na forma de agregamento, com seu filho Antônio José de Quadros e o genro João Pereira da Silva. O caso mostra uma ampla relação familiar envolvida na agregação consentida por Ana Maria.

Mediante as formas de acesso à terra apresentados na tabela, destaca-se aqui a diferença da área de atuação dos agregados de Taquari, Porto Alegre e Viamão. Luciano Gomes (2012) mostrou que ao final do século XVIII quase a totalidade de agregados encontrava-se na área urbana de Porto Alegre, já Danilevitz (2010) mostrou que a presença de agregados era reiterada apenas em domicílios criadores de gado de Viamão. Por sua vez, em Taquari a totalidade desses se encontrava na área rural e desempenhava a atividade de lavrador. Desse modo, percebe-se que a difusão dessa forma de acesso aos meios produtivos ocorreu tanto nas atividades urbanas quanto nas rurais.

Os motivos que levaram os moradores das freguesias a acessar os meios produtivos a partir da agregação podem ser variados e bastante complexos. Pois, nesse conjunto de motivações podem estar envolvidos laços de parentesco e afetividade, ausência de terrenos disponíveis para a apropriação simples e/ou a falta de recursos para sua aquisição.

Dentre os 39 moradores que viviam dessa forma em Taquari todos declararam na *Relação de Moradores* “viver de lavouras”, ou seja, mesmo esses tendo declarado números de animais sob sua posse, exceto um morador que não declarou animais, elegeram a atividade da agricultura como sendo sua principal fonte de sustento e de seus dependentes. Desse modo, no tocante à questão da atividade econômica desempenhada, os moradores de Taquari que viviam “a favor” de outros não se aproximam por completo da configuração geral dos agregados para o Continente ao final do período colonial, pois esses se dedicam essencialmente à atividade da agricultura.

Osório (2007, p. 97) mostrou, a partir da *Relação de Moradores* de todas as freguesias do Continente, que os lavradores compunham o maior número de agregados e que esses possuíam uma incidência maior em freguesias onde a principal forma de acesso à terra era a concessão de *datas*. A partir da análise específica da *Relação de Moradores* de Taquari verifica-se

que a totalidade dos agregados praticava o cultivo de lavouras e possuíam pequenas criações de animais. Portanto, condizem com a categoria “lavrador” proposto pela autora.

Por outro lado, a presença de moradores com duas ou mais *datas* de terra é baixa, mas aponta algumas das possibilidades de ampliação da propriedade da terra na freguesia. Dentre os cinco fregueses de Taquari possuidores de duas *datas*, apenas um morador não recebeu concessão do governador, adquirindo uma *data* por compra e outra lhe foi designada como herança, os demais quatro moradores receberam uma concessão de *data* em 1770 e ampliaram sua propriedade a partir da aquisição de mais uma. Francisco Fagundes e André Jacinto declararam ser herdeiros da segunda *data*, os dois Antônio, Caetano e de Vargas, adquiriram sua segunda *data* por compra.

O único morador de Taquari que estava de posse de três *datas* era Antônio Teixeira Fagundes. Esse recebeu uma na forma de concessão e as outras duas declarou ter adquirido por compra. Aqui há um fator que chama atenção, Teixeira Fagundes declarou “viver de lavouras” e possuía número de animais semelhante aos moradores proprietários de uma única *data*, portanto, em número de animais não se encontrava economicamente distinto. A hipótese que se expõe é que a presença de dois agregados em suas propriedades, um filho e um genro, ampliaram a força produtiva empregada nas lavouras e consequentemente o volume da produção, levando a um acúmulo de recursos capaz de possibilitar a aquisição de duas propriedades via compra¹⁶.

A categoria da tabela “*maior que uma data*” é a mais heterogênea em relação ao tamanho de suas posses, pois a orientação da *data* não é suficiente para poder-se realizar uma aproximação da dimensão ocupada pelos moradores. Os três moradores que declaram estar de posse de uma *data* e mais uma dimensão de terra obtiveram a *data* via concessão. Manuel Teixeira apresentou no momento da realização da *Relação de Moradores* uma escritura de compra de um rincão¹⁷, já Manoel da Rosa Pereira declarou ter comprado um sítio, no qual viveria seu irmão¹⁸. O outro caso de proprietário de “uma *data* e um terreno” é o de Matheus Teixeira, morador que declarou

16 Sustenta-se que o aumento do volume produtivo esteve focado nas lavouras, pois ao analisar o número de animais dos agregados encontraram-se números baixos e que se somados aos de Teixeira Fagundes não chegam a 80 reses.

17 “Hua parte de campo cercado com arvoredos com bom pasto” FERREIRA (1979, p. 270).

18 Manuel da Rosa Pereira indica na sua declaração uma localização para o sítio “terreno imediato de Manuel Dutra Filho”. O irmão, ocupante do sítio não é declarado com agregado, portanto, a declaração indica que a localização do sítio não seria próxima imediatamente da *data* na qual reside Manuel Rosa Pereira.

ter descoberto um campestre dentro dos matos e ter recebido posse desse pelo governador, em 1781. Anteriormente comentou-se sobre os laços familiares dos agregados e proprietários de Taquari, Matheus Teixeira também possuía um agregado em suas propriedades, o morador Antônio Machado Fagundes, e assim formavam o único caso de agregamento sem vínculo parental visível da freguesia.

A ocupação declarada por Matheus Teixeira foi “vive de lavouras e criação de animais” e a de Antônio, seu agregado, foi “vive de lavouras”. O número de animais do proprietário foi um dos mais expressivos da freguesia, em especial pelas 100 éguas sob sua posse. Se o número de animais possui associação com a posse do campestre não é passível de ser verificado a partir dessa fonte. Assim como Matheus, mais dois moradores que declararam ocupar-se também da criação de animais, detentores dos maiores números de animais na freguesia, possuem a dimensão de suas posses contabilizadas na categoria da tabela “sem referência” e sua dimensão ainda é desconhecida.

A conclusão que se pode chegar é que os moradores que declararam “viver de lavouras e criação e animais” e que possuíam os maiores rebanhos de animais da freguesia ocuparam dimensões de terra maiores do que as *datas* e isso possibilitou a criação de maior número de animais, se comparado aos proprietários de uma única *data*.

O acesso à terra via apropriação e ocupação, aparentemente não é expressiva, pois apenas dois moradores declararam ocupação de terras, um de um campestre e outro de um sítio. No entanto, atenta-se aqui aos moradores que declararam estar de posse de algum lote, mas não apresentaram registros de propriedade. Pois, esses podem também terem obtido seus lotes por meio de apropriações.

Dezessete moradores declararam a sua propriedade como “chácara” e treze delas foram descritas como localizadas no “rossio”¹⁹ e as demais quatro “encontrada nos matos do rio”. A apresentação diferenciada dessas dimensões de terra indica que sua origem/localização e forma de acesso diferem das *datas* concedidas e demarcadas por ordem do governador, o que leva a crer que esses moradores possam ser ocupantes.

Os sítios descritos na *Relação* de 1784 foram dois, um deles não teve sua origem declarada, ou seja, no momento da elaboração dos borradores da *Relação de Moradores* o freguês recenseado alegou estar de posse de um

19 Remete a terrenos destinados ao uso e serventia comum do povo, pastagem do gado, com madeiras para corte e lenhas e outras utilidades entendidas como públicas. Ver: BICALHO, Maria. F. Câmaras. In: J. V. Serrão; M. Motta. *Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. Lisboa: CEHC-IUL, 2015.

sítio, que também pode tê-lo adquirido por apropriação como se indicou para as “chácaras”. No entanto, o segundo sítio descrito no censo foi o de Antônio Ferreira Camaxo, morador de Taquari que declarou ter adquirido sua propriedade em 1772 por compra. Esse último morador possuía o segundo maior rebanho de animais da freguesia e declarou “viver de lavouras e criação de animais”. Assim, Antônio Camaxo se soma aos moradores da freguesia que possuíam dimensões de terra diferentes das *datas* e maior número de animais.

Dentre os quatro moradores que aqui tiveram o tamanho de lotes de terra classificados como “sem referência” tem-se um caso de dimensão ampliada, uma suposta *data* sem registro²⁰, uma doação descrita como “esmola” e um proprietário de uma sesmaria desapropriada. Portanto, acredita-se que essas dimensões não se assemelham em medidas de extensão, mas como não é possível saber pela documentação seu real espaço de abrangência e algum traço de consideração, como é o caso das chácaras e sítios, se optou por agrupá-los em uma única categoria.

Conforme a hipótese anteriormente apresentada, a dimensão de terra ocupada e volume produtivo possuíam interligação direta em Taquari, supõe-se a partir das atividades ocupacionais declaradas que a categoria “sem referência” possui extensões heterogêneas e não pode ser agrupada em níveis produtivos. Pois, o sesmeiro desapropriado é o maior produtor de animais da freguesia e declarou viver do cultivo de lavouras e da criação de animais, o proprietário de posse ampliada e o da suposta *data* declararam-se lavradores e possuíam número médio de animais. E Lourenço de Quadro, cuja filha recebeu a esmola, está entre os menores criadores de animais e declarou viver de lavouras.

Diante do conjunto exposto encontram-se basicamente três formas principais de acesso à terra em Taquari. Primeiro, tem-se os proprietários de posse legal, aqueles que apresentaram títulos de propriedade, em segundo os agregados que estão em terras de outros e por último os possuidores sem registros, dentre os quais há possíveis ocupantes.

A tabela supracitada demonstra significativa importância das formas não mercantis de acesso à terra em Taquari. As poucas transações comerciais, a ampla presença das concessões da Coroa, as heranças e os agregamentos de caráter familiar foram as principais formas pelas quais os moradores da freguesia acessaram o meio produtivo agrário. Essas características são mais marcantes em regiões de ocupação recente, como é o

20 Esse morador declarou ter recebido concessão de *data* do governador e não ter o registro de posse por não tê-lo retirado. Logo, não é possível saber se sua posse possui a dimensão de uma *data* ou se está diante de um caso de ocupação de uma dimensão imprecisa.

caso de Taquari e apontam que a fronteira agrária na freguesia ainda não se encontrava estável ao final do século XVIII.

No próximo item aborda-se a relação da forma de acesso à terra e sua implicação no tipo de atividade produtiva desenvolvida pelos moradores.

2.2 Pequenos produtores de economia mista

Ao se comparar o tamanho das *datas* de terras concedidas aos moradores de Taquari com Porto Alegre, percebe-se uma área de maior dimensão que a das *datas* doadas na região de Porto Alegre. Esse é o primeiro indicativo de que a estrutura econômica da freguesia era mais agrária quem em Porto Alegre.

Na realização dos borradores da *Relação* de 1784, os chefes de domicílio deveriam declarar quais atividades praticavam e em caso de possuir rebanhos descrevê-los em espécie, gênero e número. Dos 107 chefes de domicílios listados 102 deles declararam viver de suas lavouras e apenas 5 lavouras e criação de animais.

Se analisada de modo geral, a estrutura ocupacional dos moradores de Taquari se caracterizou pela prática da agricultura, por meio do cultivo de lavouras. No entanto, como já apontou Osório (2007), os pequenos produtores do Continente praticavam atividades mistas, e essas combinavam o cultivo de lavouras com a pequena criação de animais e em Taquari não foi diferente.

Os residentes da freguesia que declararam empregar-se nas lavouras e criação de animais foram cinco, como elencados a seguir. O primeiro foi o Tenente Francisco da Silva, o qual teve parte de suas terras desapropriadas em 1770 para a instalação da freguesia, se declarou proprietário e a dimensão da sua posse é imprecisa no censo. O segundo era Matheus Teixeira, proprietário de uma posse concedida pelo governador e mais um lote adquirido por ocupação. O terceiro e o quarto haviam adquirido um sítio e um terreno por compra de antigos moradores da região. O quinto caso é o da viúva, essa possuía meia *data* de terra a qual foi demarcada ao casal e lhe pertencia por herança, após a morte do marido.

Os moradores que declararam viver de lavouras e criação de animais possuíam em comum, exceto a viúva, o tamanho ampliado das propriedades que administravam, pois esses ocupavam dimensões de área diferentes das *datas* concedidas aos povoadores açorianos em 1770. As quantidades de animais em suas propriedades não eram expressivamente divergentes dos números dos que se declararam viver de lavouras, porém, dois deles pos-

suíam 400 reses e um terceiro, juntamente com um desses dois, possuíam 100 éguas, quantidades não encontradas entre os moradores que somente afirmaram cultivar lavouras²¹.

A partir dessa estrutura ocupacional dos moradores de Taquari, emergiu a seguinte questão: por que alguns moradores se declararam como lavradores e criadores e outros que possuíam tamanhos de rebanhos semelhantes a esse não o fizeram? Nota-se a vinculação entre posse de terra e a quantidade de animais declarados, conforme Tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Forma de acesso à terra e número total de reses em Taquari– 1784

Acesso	Sem animais	Até 50	51 a 100	101 a 200	Mais de 200	Total	Total
Proprietários	-	36	11	2	3	52	48%
Ocupantes	3	16	2	-	-	21	20%
Agregados	1	30	3	-	-	34	32%
Total	4	82	16	2	3	107	100%

Fonte: *Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente –1784*

Ao considerar-se a afinidade entre as formas de acesso à terra e a quantidade de animais declarados, percebe-se que não ser proprietário com título legal não impediu os moradores de Taquari de criarem animais, pois mesmo os chefes de domicílio sem terras se dedicaram a essa atividade, agregando-se em posses alheias, em concomitância com o cultivo de lavouras, ainda que em volumes bastante modestos.

A prática da pecuária em terras alheias é conhecida em diversas regiões, inclusive nas estâncias do século XIX. Farinatti (2010) aponta que mesmo que as estâncias pecuaristas ocupassem grandes dimensões de terras do município de Alegrete, ainda havia espaço para que famílias não proprietárias de terra pudessem criar pequenos rebanhos e praticar alguma forma de agricultura, principalmente na primeira metade do século XIX.

Na região sudeste do Uruguai, Moraes e Pollero (2002) observaram uma ampla presença de trabalhadores rurais que possuíam relações de de-

21 A presença de éguas indica a possibilidade da reprodução de potros, mulas, burros e burras.

pendência e se ocupavam da atividade pecuária. As autoras apontaram que 35% dos criadores não possuíam propriedades de terra na área rural de Lavalleja, mostrando que agregar-se e/ou criar animais em propriedade de outros eram formas de inserção econômica usuais em períodos anteriores a modernização agrícola na região.

O cenário agrário estudado por esses historiadores é muito pouco assemelhado, em níveis econômicos, com Taquari do final do século XVIII. No entanto, podemos perceber que a criação de animais não dependia unicamente da propriedade de terra e isso ocorreu em pequenas e grandes regiões produtivas. Também se ressalta que o vínculo com a posse ou não da terra não impediu que os moradores de Taquari possuísem animais.

Mediante o pequeno número de fregueses²² de Taquari que se declararam lavradores e criadores verificou-se a partir dos dados da *Relação de Moradores* de 1784, o número de animais declarados pelos moradores de Triunfo e Santo Amaro, freguesias também criadas no contexto de delimitação das fronteiras políticas do Império Português, a fim de realizar algumas comparações em níveis produtivos das atividades agrárias pecuarista de Taquari, como apresentado na Tabela 3.

Tabela 3: Número total de animais em Triunfo, Santo Amaro e Taquari em 1784²³

Freguesia	Triunfo*	Santo Amaro	Taquari
Reses	81.469	30.204	4.858
Bois	611	357	307
Burros	1.398	743	12
Mulas	787	779	20
Equinos	35.211	19.955	1.508
Cavalos mansos	2.171	1.109	324
Ovelhas	7.421	-	-
Total	129.059	53.147	7.029

Fonte: *Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente –1784*

* Triunfo possuía dois distritos que foram recenseados em duas listas. Aqui se somou os valores dessas para facilitar a observação.

22 Denominação dos sujeitos que frequentam e se vinculam a paróquia da freguesia.

23 Os dados de Triunfo e Santo Amaro compõem um trabalho inédito do pesquisador Juan Martín.

As três freguesias foram criadas em contextos de demarcação e ocupação da fronteira meridional portuguesa, no entanto, as diferenças das atividades agrárias desenvolvidas se evidenciam na tabela 3, a partir do número de animais presentes em cada uma.

Triunfo, era a freguesia com maior número de animais e essencialmente votada à pecuária, originou-se de um assentamento espontâneo disposto a partir de 1756, e em 1784, conforme apresentado na *Relação de Moradores*, permaneceu focada na produção pecuarista. Santo Amaro estabeleceu-se às margens do rio Jacuí, a Oeste da fronteira com o império espanhol, serviu como armazém real de implementos de guerra e tornou-se freguesia em 1773 e a principal ocupação de seus moradores era a economia mista, lavouras e criação de animais. Taquari, freguesia de assentamento açoriano de 1764, se distingue de Triunfo e Santo Amaro pela baixa presença da pecuária e pela unânime presença de lavradores que alcançava sustento a partir da agricultura²⁴.

A presença de bois se deu nas três freguesias e indica a presença de atividades que envolvem a força motriz animal, como a realização da lavoura da terra, e também o transporte, com carroças e carretas. No entanto, se analisadas em relação ao total de animais em Triunfo os bois não representam 1% do total, em Santo Amaro 1,2% e em Taquari 6,3% e estavam presente em 75 das 107 moradias recenseadas. A presença tão relevante de bois, em 70% dos domicílios de Taquari, indica que a força motriz animal era fundamental para o desenvolvimento das lavouras²⁵.

Dos 32 moradores que não possuíam bois em Taquari, apenas 5 possuíam propriedade de título legal, ou seja, 27 dos moradores que não declararam bois eram agregados e/ou posseiros. Assim sendo, se reforça a conclusão de que a posse legal da terra se relaciona com a estabilidade das atividades produtivas tanto para a agricultura como para a pecuária²⁶.

A comparação entre Triunfo, Santo Amaro e Taquari mostra que o mundo rural do Rio Grande de São Pedro ao final do período colonial é mais complexo do que aparenta ser. Havia espalhado pelas freguesias fazendei-

24 Para compreender o contexto de criação de freguesias no Continente de São Pedro, ver: OSÓRIO, Helen. A organização territorial em espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário. Notas de pesquisa. *Claves*, Revista de História, n 1, p. 67-90, dic. 2015.

25 A partir dos inventários *post-mortem* pode-se verificar a presença de utensílios agrícolas voltados à prática da agricultura. Osório (2007) apontou que os utensílios mais corriqueiros entre os lavradores eram foices e enxadas. Devido à significativa presença de bois em Taquari supõe-se que a partir dos inventários é possível localizar também arados e carroças.

26 Porém, vale lembrar que não declarar a presença de bois não significa não possuir acesso. O compartilhamento da força motriz animal e dos utensílios agrícolas pode ter se dado entre agregados e proprietários, vizinhos e parentes.

ros que eram grandes criadores de animais, bem como pequenos criadores, mas havia também agricultores que possuíam alguns poucos animais e alguns deles estavam em Taquari.

Contudo, ainda há a questão de por que alguns moradores de Taquari escolheram declarar ocupar-se de ambas as atividades e a maioria apenas da agricultura. Os dados estatísticos aos quais os historiadores acessam raramente auferem elementos totalmente fidedignos das populações do passado, não sendo possível reconstruir totalmente artifícios intelectuais que poderiam interferir no momento da realização desses.

Para o final do período colonial e século XIX, a quantidade desse material produzido para o Rio Grande do Sul não é muito exaustiva, mas possibilita algumas noções sobre as populações que habitavam o Continente. A *Relação de Moradores* é uma fonte importante para a compreensão da estrutura agrária do Rio Grande de São Pedro, ao final do século XVIII. No término da listagem dos habitantes de Taquari, na versão oficial da *Relação* de 1784, há uma pequena descrição feita pelo escrivão, Ignácio Morais:

Os Sobreditos casais, supostos se empregarão nas lavouras [ilégivel] vivem de diversas criações, juntamente dessas fabricas frutíferas, plantações de linhos de todo o comércio de gêneros oriundos de seus estabelecimentos. (*Relação de Moradores*, 1784, p.356).

A descrição traz três elementos para a compreensão do sistema produtivo da freguesia, primeiro por referir-se à economia mista, agricultura e pecuária, e atribuir de modo geral essa característica a todos os moradores da freguesia, ou seja, mesmo poucos chefes de domicílio se declarando criadores de animais, o escrivão, ao elaborar a versão oficial da *Relação*, o fez para todos. O segundo é a descrição das atividades de cultivo descritas, ou seja, ao referir “*fabricas frutíferas e plantações de linhos*” descreve produtos cultivados nas lavouras dos moradores. E o último elemento, faz referência à existência de um comércio de escoamento da produção da freguesia, pois ao relatar que os moradores vivem “*de todo o comércio de gêneros oriundos de seus estabelecimentos*” manifesta a ideia da venda de artigos produzidos na freguesia.

Diversos podem ter sido os destinos dessa produção, podendo ter variado entre mercados regionais para abastecimento de contingentes militares nas regiões de fronteira e para a exportação para outras regiões coloniais. Para medir a participação dessa produção na exportação podem-se consultar os *mapas de colheita* da década de 1770, porém as informações são poucas e pouco precisas, as possíveis ligações dos moradores de Taquari

com os comerciantes do Continente e as dívidas ativas e passivas presentes em inventários *post-mortem*.

Aqui se consente a hipótese de que a freguesia participou de um comércio regional de produtos de primeira necessidade alimentar destinados a centros regionais, alguns em processo de urbanização e também para o abastecimento dos contingentes militares presentes no Continente. Porém, esse tema de pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento e não pretende ser explorado nesse artigo.

A *Relação de moradores* também não permite conhecer os cultivos que os produtores de Taquari realizavam em suas lavouras e nem qual era a real dimensão da participação pecuária na obtenção dos meios de sustento dessas unidades, para isso são necessárias pesquisas futuras em outros tipos de fontes do período. No entanto, sabe-se que todos os moradores de Taquari alegaram mediante consulta oficial da Coroa empregar-se nas lavouras. Portanto, a prática da agricultura foi a atividade produtiva predominante na freguesia e garantiu o sustento de seus moradores, ao final do século XVIII.

CONCLUSÃO

A análise da estrutura agrária da freguesia de Taquari contribui para demonstrar que a inserção econômica do Rio Grande de São Pedro no mercado interno colonial brasileiro ocorreu de maneiras diversas. Os moradores de Taquari eram pequenos agricultores que, provavelmente, participavam de mercados regionais e praticaram a criação de animais em pequenas escalas, destacando-se uma economia de sustento mista focada na agricultura.

A criação de Taquari fez parte do projeto da Coroa portuguesa de povoar e incorporar economicamente a região de fronteira meridional sul-americana. E a demarcação das propriedades da terra se deu na forma de *datas* destinadas aos casais açorianos. No entanto, analisando a *Relação de Moradores* verificou-se que essa era apenas uma das formas possíveis de ascensão à terra. O expressivo número de agregados mostrou que “viver a favor” em propriedades de outros foi recorrente e se deu essencialmente a partir de relações de reciprocidade praticadas entre familiares. A vivência de agregados nos domicílios possibilitou o aumento das forças produtivas no interior das propriedades e conseqüentemente o acréscimo do volume produtivo de alguns moradores.

A presença predominante das concessões de *datas* feitas pela Coroa

portuguesa, o significativo contingente de agregados de relações familiares, os acessos à terra via herança e doação e a baixa presença de compras de terra demonstraram que as formas não mercantis de acesso à terra eram as que predominaram em Taquari, região de fronteira política não completamente delineada ao final do século XVIII.

A propriedade da terra estabeleceu conexão direta com a estrutura produtiva da freguesia. Pois, propriedades de título legal, de dimensão ampliada e com presença do trabalho familiar via agregamento, alcançaram volumes produtivos maiores e foram capazes de ampliar suas posses originais. O caso do morador Antônio Teixeira Fagundes exemplifica bem essa afirmação, visto que este acomodou dois agregados e provavelmente a partir do incremento da mão de obra familiar avolumou a produção de suas lavouras e ampliou sua propriedade para a dimensão de 3 *datas*.

A partir da comparação dos níveis da pecuária de Triunfo e Santo Amaro, verificou-se que a presença de animais em Taquari era muito inferior e que muito pouco se assemelhou a essas freguesias cuja principal forma de sustento adveio da pecuária. Portanto, a estrutura agrária da freguesia de São José de Taquari ao final do século XVIII era composta por pequenos produtores que viviam do cultivo de lavouras.

REFERÊNCIAS

- BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BARROSO, Vera L. *Açorianos no Brasil: História, Memória, Genealogia e Historiografia*. Porto Alegre: EST, 2002.
- BICALHO, Maria. F. Câmaras. In: J. V. Serrão; M. Motta. *Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. Lisboa: CEHC-IUL, 2015.
- DANILEVICZ, Ian. *Aspectos demográficos e padrão de posse de escravos em Viamão (1776 – 1784)*. 2010. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- FARINATTI, Luís A. *Confinos Meridionais: Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.
- _____. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15 n. 28, p. 57-72, jul. 2008.

- FRAGOSO, João L. R. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia Na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FERREIRA, Francisco de. *Descrição a viagem do Rio Grande*. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979. (v.3)
- GOMES, Luciano C. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura e econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772 – 1802*. 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- HAMEISTER, Martha. *Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande dos Registros Batismais (c.1738- c.1763)*. Rio de Janeiro: PPGHS /UFRJ, 2006.
- KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- LIVRO *registro de datas de terra que se dão aos casais das ilhas – 1770*, Códice F 1229. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).
- MATTOS, Hebe M. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/Faperj, 2009.
- MORAES, Maria I, POLLERO, Raquel. *Formas familiares y estructura ocupacional en la ganadería uruguaya pré-moderna: un estudio de caso*. In: INTERNACIONAL ECOMONIC HISTROY CONGRESS, 13. Buenos Aires, 2002. *Anais...* Buenos Aires: [s.n.], 2002.
- OSÓRIO, Helen. *A organização territorial em espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário. Notas de pesquisa*. *Claves*, Revista de História, n. 1, p. 67-90, dic. 2015.
- _____. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- RELAÇÃO de *Moradores que têm Campos e Animais no Continente de São Pedro* (versão oficial de 1784). Códice 104. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ).
- RELAÇÃO de *Moradores de San Jozé do Taquary de 1785* (borradores de 1784). Códice F-1198.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ZARTH, Paulo A. *História Agrária do Planalto Gaúcho*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.

A REVOLUÇÃO FRANCESA DE 1848: O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E AS CARTAS DE PARIS DE SEBASTIÃO RIBEIRO DE ALMEIDA

THE FRENCH REVOLUTION OF 1848: THE DEVELOPMENT OF CAPITALISM AND THE LETTERS FROM PARIS OF SEBASTIAN RIBEIRO DE ALMEIDA

Cesar Beras¹

RESUMO

O presente artigo busca sobrepor, a título de construção do conhecimento crítico, três narrativas sobre os acontecimentos de fevereiro de 1848 em Paris: uma histórica e geral, que situa a processualidade da Revolução Francesa iniciada em 1789; outra marxiana com base no “Manifesto Comunista”, nos artigos da “Luta de Classes da França” e no “18 de Brumário de Luiz Bonaparte”; e a narrativa, expressa em três cartas inéditas do alegretense Sebastião Ribeiro de Almeida, que estava em Paris e foi testemunha ocular da queda da monarquia francesa, que se espalhou por toda a Europa. O objetivo central é, tendo como centro a narrativa de Almeida, perceber o contexto sócio histórico da revolução, seus desdobramentos e, principalmente, seu significado para o nascente capitalismo moderno, que está, neste momento, em vias de consolidação.

Palavras-chaves: Revolução Francesa. Monarquia. Capitalismo Moderno.

ABSTRACT

The present article seeks to superimpose, as a construction of critical knowledge, three narratives on the events of February 1848 in Paris: one historical and general, that situates the processuality of the French Revolution begun in 1789; another Marxian based on the “Communist Manifest”, on the articles of the “Class Struggle of France” and the “18 Brumary of Luiz Bonaparte”; and the narrative, expressed in three inedit letters of alegretense Sebastião Ribeiro de Almeida, who was in Paris and was an eyewitness to the fall of the French monarchy, which spread throughout Europe. The central objective of Almeida’s narrative is to understand the socio-historical context of the revolution, its consequences and, above all, its meaning for the modern capitalism nascent, which is now being consolidated.

Keywords: French Revolution. Monarchy. Modern Capitalism.

INTRODUÇÃO

Em 2018 vivenciamos uma tripla e *sui generis* experiência: os 170

¹ Doutor em sociologia pela UFRGS. Pós Doutor em Ciência Política. Professor adjunto da Universidade Federal do Pampa(UNIPAMPA)

anos dos acontecimentos efervescentes, por muitos denominados, como as Revoluções de Fevereiro da França; um novo e derradeiro momento da Revolução de 1789, onde a Monarquia como forma de governo está neste momento sendo completamente desmontada em quase todo continente europeu; os 200 anos de nascimento de Karl Marx que contribuiu significativamente para a compreensão deste período a partir do Manifesto Comunista, dos artigos intitulados a Luta de Classe na França e do seu 18 de Brumário, onde foca o nascimento e fortalecimento da classe burguesa; e os 140 anos da morte de Sebastião Ribeiro de Almeida, um diplomata gaúcho, de Alegrete, que estava, neste momento, no centro dos acontecimentos em Paris, sendo testemunha ocular dos fatos de Fevereiro, expressos em três cartas inéditas publicadas, no Rio de Janeiro e analisadas pela primeira vez neste artigo, buscando aproveitar e compreender a visão *"in loco"* de um monarquista constitucionalista brasileiro.

O objetivo central deste artigo é, a partir da narrativa de Almeida, perceber o contexto sócio histórico da revolução, seus desdobramentos e, principalmente, seu significado para o nascente capitalismo moderno que está, neste momento, em vias de consolidação. São três tensões gerais que perpassam tal período: a substituição das monarquias por repúblicas; a transição de uma economia comercial para uma de base cada vez mais industrial e, dentro disto, a tensão entre burgueses e proletários. Assim, buscar-se-á articular o desenvolvimento de fatos históricos, seus efeitos e o relato vivo da experiência como forma de construção de conhecimento sobre a dinâmica histórica específica e seus efeitos no desenvolvimento histórico como um todo.

Vamos, portanto, proceder três reflexões introdutórias que só foram possíveis pela atitude do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) que, através de sua equipe técnica, compilou e disponibilizou publicamente o material inédito das cartas de Sebastião Ribeiro de Almeida. Este fato exemplifica a necessidade e compromisso desta instituição para a produção do conhecimento crítico, plural e preocupado com a promoção do acesso à história, seus efeitos e seu desenvolvimento.

Primeiro, refletiremos sobre a contextualização da emergência e desenvolvimento da Revolução de 1848 com base em Hobsbawm, em a Era das Revoluções (2009), buscando elementos explicativos que permitam compreender o contexto no qual Sebastião Ribeiro de Almeida estava inserido.

Em segundo, vamos trazer alguns elementos que explicam as tensões gerais que expressam a fase final da transição do feudalismo para o capitalismo com base nas análises de Karl Marx, procurando compreender

o impacto da revolução no desenvolvimento do capitalismo moderno.

E, em terceiro, e por último, apreciaremos as três cartas e seu detalhado relato dos acontecimentos do período analisado objetivando evidenciar os elementos em jogo na ótica crítica de Sebastião Ribeiro de Almeida.

1 Contextualização da emergência e desenvolvimento da Revolução Francesa de 1848

Os acontecimentos de 1848, longe de serem um fato isolado, podem ser compreendidos como uma confluência de movimentos que emergiram e se desenvolveram com o advento da Revolução Francesa de 1789 e foram se transformando e dinamizando até 1851 com o golpe de Estado de Luís Bonaparte. Partindo desta compreensão, podemos, de grosso modo, identificar três momentos estruturantes de tal processo: a) a conexão entre as formas de governo e manutenção da nascente sociedade burguesa; b) o fim da monarquia constitucional e a ascensão da república democrática; e c) a emergência da “Primavera dos Povos”.

Desse modo, em um primeiro momento, temos na perspectiva de Hobsbawm (2009), uma ampla articulação da classe média francesa que buscou duplamente a estabilidade política e as condições para o seu avanço econômico que foi, internamente, como veremos, diferenciando-se entre burguesia e proletariado. Portanto, não obstante uma alternância de poder, no caso de suas formas, temos um centro bem definido: a manutenção da sociedade burguesa na perspectiva do controle de seus elementos democráticos radicais (jacobinos) e da reação do velho regime (controle das formas monárquicas).

Há um modelo característico desse conjunto de acontecimentos, o da emergência da revolução de massa, realizada por amplos setores da população e menos refém da vontade de organizações secretas jacobinas. Dialogavam com as rápidas transformações que ocorriam nas instituições, cidades e na economia que configuravam crises sociais, cujas respostas passavam por este tipo de movimentação desde as barricadas, símbolo das revoluções até 1848 e que, de início, concentravam burgueses e proletários, porém com graus de hegemonia e de aspirações diferentes, reunidos em uma grande classe média.

Assim, o componente hegemônico, a partir de 1789, com aspiração totalmente burguesa era o liberal, que buscava garantias a contar do constitucionalismo mesmo levado adiante por um monarca: “com liberdades civis e garantias para a empresa privada e um governo de contribuintes e proprietários” (HOBBSAWM, 2009:66). Portanto, após 1830, culminado em

1848, teremos o elemento da Revolução Social em seus termos mais radicais e, logo, antiburgueses.

O centro sócio histórico desta tensão estava instalado a partir das consequências efetivas da 1ª República Jacobina levando a uma cada vez maior separação entre a burguesia e o proletariado ou ainda, inicialmente entre pequenas mudanças que garantissem o sucesso financeiro de uma classe *versus* as mudanças radicais no funcionamento da própria sociedade. A diferença de objetivos produziu articulações: ora burguesia e jacobinismo, ora burguesia e aristocracia, ora burguesia e proletariado e culminou no esfacelamento da aristocracia e rompimento com o proletariado, ficando a burguesia com a principal classe econômica, tal como nos dias de hoje. É um longo processo revolucionário, na qual identidades foram sempre se formando, como vimos, embasadas nas mobilizações de massa e a partir da afirmação de determinados ideais de vida dentro da nova sociedade que estava sendo configurada segundo uma realidade simples: a ameaça da fome, que gerava como alternativa a burguesia e os *sans-culottes* que abarcavam os pequenos setores da sociedade cada vez em maior número.

Hobsbawm (2009) compreende o espírito deste movimento anterior ao proletariado moderno como uma combinação da pequena propriedade privada com a hostilidade aos ricos e que foram a base da experiência Jacobina de 1793/4 desde a afirmação dos princípios de recrutamento geral para as guerras revolucionárias, do terrorismo contras os “traidores e do controle geral dos preços” (HOBSBAWM, 2009, p. 76). Assim sendo, é formada uma nova constituição que demonstra as possibilidades expressas pelo radicalismo da revolução social com os direitos do sufrágio universal, da insurreição, trabalho ou subsistência e “(...) o mais significativo — a declaração oficial de que a felicidade de todos era o objetivo do governo e de que os direitos do povo deveriam ser não somente acessíveis, mas também operantes” (HOBSBAWM, 2009, p. 77).

A tensão central se configura, então, primeiramente, entre monarquia *versus* república que acontece de forma oscilante, de 1789 a 1814, com os períodos de Luiz XVIII (1814-1824) e Carlos X, o Conde de Artois (1824-1830), em forma de Monarquia Constitucional, tendo como precedente a experiência rápida da 1ª República Jacobina (1793-1794) e o período derradeiro de ascensão de Luís Filipe a partir de um protesto popular com mais de quatro mil barricadas (HOBSBAWM, 1982), que perdura por 18 anos.

Os principais erros podem ser sintetizados na proibição dos banquetes populares em 22 de fevereiro, que organizavam uma petição de apoio a um regime republicano com a já adesão de cinco milhões de assinaturas. Foram de forma relâmpago compostas 1521 barricadas (HOBS-

BAWM, 1982 e 2009). Conforme Menezes (2011): “A proibição do festim de protesto, previsto para ocorrer em 22 de fevereiro, é a gota d’água que faz transbordar o oceano de descontentamento popular. Imediatamente, barricadas são erguidas nas ruas da capital e a luta contra a Monarquia de 1830 toma conta do cenário urbano” (MENEZES, 2011, p. 141).

Chega-se, portanto, ao segundo momento estruturante do processo revolucionário francês: o fim da Monarquia Constitucional e a ascensão da república democrática. No dia posterior a construção das barricadas, já se tinham 500 mortos que marcaram a queda da monarquia e a emergência da 2ª República, agora não mais Jacobina, mas já nitidamente burguesa e que no início do seu governo provisório, instituiu o sufrágio universal, a redução das jornadas diárias de trabalho de 12 para 10 horas e a criação das Oficinas Nacionais. Tocqueville que, também, estava em Paris ilustra a dramaticidade da situação: “Embora morasse bem próximo do palácio dos Negócios Estrangeiros, não ouvi a fuzilaria que tanta influência exerceu sobre os destinos, e adormeci sem saber que tinha visto o último dia da Monarquia de Julho” (TOCQUEVILLE, 2011, p. 73).

A tensão entre república e monarquia, agora momentaneamente resolvida, era substituída pela tensão entre burguesia e proletariado. Assim, não mais entre Antigo Regime e forças progressistas, mas entre a ordem, cada vez mais burguesa, e a revolução de caráter social, cada vez mais proletária. Esta tensão se caracteriza por dois momentos diferentes: a Revolução de Fevereiro que contou com aproximadamente 370 mortes e onde burguesia e proletariado estavam juntos e as jornadas de junho que contou 1500 mortos nas barricadas e 3000 pessoas trucidadas e outras 12000 aprisionadas e deportadas para a Argélia (HOBBSAWM, 1982, p. 33), todas da classe proletária, no momento, já sem o apoio da burguesia.

No meio das duas conflagrações, aconteceram as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, vencida majoritariamente pelo Partido da Ordem, composto pelos setores burgueses que obteve 700 deputados contra outros 100 das forças de oposição (proletariado e aliados). Considerando tal composição que retirava por via institucional as possibilidades de uma revolução social tem-se, em 15 de maio, a invasão dos operários na Assembleia, que rechaçou e culminou nas jornadas de 21 de junho, após o fechamento das oficinas populares que afetou a 110 mil operários de forma imediata (HOBBSAWM, 1982, p. 33). Uma vez derrotada as jornadas em 12 de novembro, finalizando os acontecimentos de 1848, houve a promulgação da constituição e da República Presidencialista e legislativo unicameral, que elegeu Luís Bonaparte.

E assim, chegamos ao terceiro momento constitutivo do proces-

so francês, a emergência da “Primavera dos Povos”. Este é um momento de irradiação das lutas por repúblicas democráticas. Podemos recorrer a Marx, como ilustração, incidindo, neste caso, que o espectro se materializou, ou seja, virou movimento, deixou de ser uma sombra: “Um espectro paira sobre a Europa - o espectro do comunismo. Todas as forças do velho Continente se unem numa Santa Aliança para esconjurá-lo: o papa e o czar, Metternich e Guizot, os radicais franceses e os policiais alemães” (MARX, 2011, p. 03).

Temos, portanto, uma espécie de revolução global na Europa que, sob novas ideias, rechaçava a velha ordem monárquica após o Fevereiro Francês: Bavária e Berlim, Viena, Milão e Sicília, todas em março:

Mil novecentos e quarenta e oito, a famosa “primavera dos povos”, foi a primeira e última revolução europeia no sentido (quase) literal, a realização momentânea dos sonhos da esquerda, os pesadelos da direita, a derrubada virtualmente simultânea de velhos regimes da Europa continental a oeste dos impérios russo e turco, de Copenhague a Palermo, de Brasov a Barcelona. Foi esperada e prevista. Pareceu ser a consequência e o produto lógico da era das duas revoluções. (HOBSBAWM, 1982, p. 18).

Este conjunto de revoluções caracterizadas por serem dos setores pobres da sociedade e que contrariavam os interesses liberais de construção e expansão da riqueza pessoal, da busca do lucro sem peias, mesmo sendo derrotadas, serviram como modelo de uma possibilidade de reação social. Para Hobsbawm (1982), elas são uma resposta à crise socioeconômica que paira sobre a Europa neste momento; estagnação do comércio, fome, miséria elementos que nivelam as necessidades sociais e consequentemente as formas de resposta agregadas à luta contra o “Antigo Regime”.

2 A crítica marxiana e a atualização do capitalismo

Os acontecimentos de fevereiro de 1848 foram a expressão de um processo de transformações iniciados em 1789 e que culminaram, como identificado na sessão anterior, na consolidação do capitalismo e da classe burguesa, agora com uma identidade firmemente construída em oposição radical ao proletariado. Temos dois olhares de Marx e Engels sobre as revoluções de 1848: o do Manifesto Comunista que foi lançado semanas antes e apresentou a dinâmica do sistema emergente sintetizando todo um pensamento da época em que se percebeu a contundência da ação da classe operária, da pujança da classe burguesa, da eclosão de um novo sistema de

produção e da ruína do mundo feudal monárquico e o segundo olhar, após os acontecimentos, expressos, quer nos artigos que foram aglutinados por Engels, em 1850, na publicação “As Lutas de Classes na França”, quer no “18 de Brumário”, de 1852, quando Marx analisou criticamente as transformações estruturais do capitalismo e dialeticamente neste processo as transformações internas da burguesia no que tangeu a sua composição interna, a consolidação de sua identidade de classe e a sua condição de dominação exclusiva do Estado Moderno.

No manifesto temos desenhada a dinâmica burguesa do capitalismo que explica não somente seu funcionamento e seus objetivos e seus limites como sua durabilidade no passar dos séculos. De forma esquemática, podemos apresentar para efeitos da presente reflexão, três elementos dinâmicos gerais do capitalismo que foram potencializados a partir dos acontecimentos de 1848 e com base das transformações estruturais do novo sistema.

Inicialmente, a impulsão extraordinariamente rápida, ampla e forte do comércio que origina e maximiza a classe burguesa e oportuniza o esfacelamento da sociedade feudal. O elemento dinâmico deste processo é certamente a indústria revolucionada por novas tecnologias que permitem a ampliação da circulação de mercadorias e possibilitou a transformação interna, como veremos detalhadamente, da burguesia que foi cada vez enriquecendo mais e se especializando com apoio da afirmação de um mercado mundial e da maximização constante do lucro (MARX, 2011)².

Em segundo e de forma complementar ao processo de expansão comercial-industrial, temos a conexão induzida e permanente entre a burguesia e o controle do poder político e, posteriormente, do Estado Moderno como forma de alicerçar sua posição de classe e garantir as condições necessárias para constante liberalização do mercado, dos fluxos comerciais e aumento das possibilidades de lucro. Desta forma, foi se percebendo no desenvolvimento da história uma luta constante pelos espaços políticos que teve como centro a afirmação da burguesia e somente desta, configurando o Estado como um instrumento de apoio à atividade burguesa. (MARX, 2011).

O terceiro elemento que constitui esquematicamente com os anteriores, a dinâmica geral de funcionamento do capitalismo moderno, ficou por conta do papel revolucionário da burguesia que transformou sistematicamente a sociedade, destruindo o feudalismo e colocando no lugar a im-

2 Manifesto Comunista, publicado originalmente por Marx e Engels em fevereiro de 1848 às vésperas da Revolução de 1848

peessoalidade do pagamento à vista, do cálculo egoísta, da centralidade do valor de troca e da liberdade do comércio que reduziu a condição humana ao *status* de mercadoria. A questão é que tal dinâmica de busca incessante, de luta via o mercado depende de mudanças permanentes nas bases de produção e da operacionalização do mercado, leva a constantes crises econômicas e diversas formas de precarização das condições de trabalho em nome do aumento do lucro (MARX, 2011).

Tais elementos que resgatamos do “Manifesto”, expressos na constante expansão do comércio e da indústria no controle do poder político e na exploração aberta da classe operária de forma permanente e sempre se inovando em relação a si mesmo, são redinamizados e ampliados em sua potência a partir de fevereiro de 1848. Dessa forma, Marx, em seus artigos “As lutas de classes na França”, vai perceber duas causas estruturais para a irrupção da Revolução de Fevereiro que caracterizam um processo de crise social e permitem a mobilização da indignação contra a monarquia reinante: os problemas na produção agrícola expressos na “doença da batata inglesa e as quebras das safras de 1845 e 1846” (MARX, 2012, p. 32) que opunha a fome na sociedade contra a opulência da aristocracia financeira, caracterizando uma situação de tensão aberta e direta. E em segundo, de forma complementar à crise geral do comércio e da indústria, na Inglaterra a crise culmina em 1847 com “a bancarrota dos grandes comerciantes de mercadorias colonialistas de Londres, seguida de imediato pela falência dos bancos provinciais e pelo fechamento das fábricas nos distritos industriais ingleses” (MARX, 2012, p. 32).

Portanto, completando e agravando a crise na produção agrícola o sistema comercial e industrial começa a falir levando a graves consequências para a sociedade como um todo que abrange tanto a burguesia como os setores proletários e as classes intermediárias: pequena burguesia, pequenos agricultores e etc., o que, por sua vez, vai canalizar a busca de soluções para a fome e a miséria generalizada na busca de um sistema republicano e, conseqüentemente, na crítica e luta radical contra a monarquia responsável direta pela situação de crise.

Neste processo, podemos perceber, segundo Marx, um conjunto de transformações internas da forma, papel e objetivos da classe burguesa que vão afetar o futuro do capitalismo e a situação e condição da classe operária: a luta interna pela hegemonia da classe burguesa; a consolidação da identidade burguesa e o domínio exclusivo do poder político.

A primeira se expressa no processo de luta interna da burguesia entre uma aristocracia financeira firmemente entranhada com a monarquia e uma burguesia comercial-industrial. A fração inicial da classe dominava

o cenário político: “Ela ocupou o trono, ditou as leis nas câmaras, distribuiu os cargos públicos desde o ministério até a agência do tabaco” (MARX, 2012). Entretanto, com o agravamento dos efeitos da crise, devastadores para a atividade burguesa não aristocrata, haverá um distanciamento e substituição da fração dominante por uma burguesia comercial-industrial, na época, falida e, agora, oposicionista, expressa concretamente na campanha pela reforma eleitoral com vias à instituição de uma República, os banquetes de Paris, e que foi violentamente repudiada por Luís Filipe e Guizot, culminando com sua destituição e na eleição de um governo provisório.

Nesta luta interna, tem-se, conforme Marx (2012), um fator *sui generis*, a burguesia francesa ainda não era plenamente industrializada e sequer mundializada, condição necessária do desenvolvimento industrial. Este fato caracteriza que a luta de classe entre burguesia e proletariado é, até então, não plenamente desenvolvida na França e, logo, parcial.

Assim, a primeira coisa que a fração vitoriosa fez foi ocupar o poder político e buscar, inclusive, protelar a República que, só vai surgir por pressão da classe operária, ainda embalada pelas batalhas nas barricadas e com objetivo de retomar as possibilidades de uma revolução social. Desse modo, a República que, como veremos, tornara-se eminentemente burguesa e, paradoxalmente, surge das esperanças proletárias de uma vida melhor:

Assim como a monarquia de julho fora obrigada a se anunciar como uma monarquia, rodeada de instituições republicanas, a república de fevereiro foi forçada a se anunciar como uma república, rodeada de instituições sociais. O proletariado parisiense impôs também essa concessão. (MARX, 2012, p. 34-35).

E, no bojo deste processo, já podemos perceber a segunda transformação, que vai ocorrer, portanto, na consolidação da identidade burguesa que parte de um discurso partilhado entre burgueses e proletários no clima de fevereiro, de dissimulação da luta de classes. Os segundos confundiram a burguesia como um todo com a fração derrotada da aristocracia financeira e culpavam a monarquia pela separação de classes. Volta o ideal de 1789, da universalidade da condição humana. Os primeiros, discursivamente e de forma cínica, negavam a separação de classes pelo advento da instituição da República que garantiria formalmente a igualdade social, desta maneira, evitando oposições e contradições: “Naquela hora, todos os monarquistas se transformaram em republicanos e todos os milionários de Paris em trabalhadores” (MARX, 2012, p. 37).

O centro discursivo e dissimulador das relações de classe, conforme

Marx, foi o da fraternidade tida como um compromisso sentimental entre os homens e que definia a divisão de classes como um mal-entendido. Portanto, vai se construindo um discurso de legitimação da ordem burguesa e de sua identidade, pretensamente universal, mas como demonstrado pelos acontecimentos históricos, após fevereiro, firmemente fundado nos interesses particulares de apropriação do lucro advindo da atividade comercial e industrial. A instituição da República naturalmente resolveria as contradições fundamentadas na constituição do governo provisório que possuía como veremos adiante, uma ampla composição (MARX, 2012).

E aqui aparece a terceira transformação, já prevista também lá no “Manifesto”, a do domínio exclusivo do poder político, ou seja, do controle direto do Estado Moderno, representado, neste instante, pela República. Isto vai se expressar no conjunto de medidas econômicas do governo provisório, sendo que dentre elas Marx (2012) atenta para duas em especial: o aumento de impostos e a política de dilapidação dos Ateliês Nacionais.

O aumento dos impostos recaiu, não obstante a propaganda contrária, sobre os camponeses e não sobre as classes ricas e proprietárias e isto gera como efeito principal a responsabilização da classe operária que vivia às custas dos impostos nos Ateliês e configurando a farsa ou a tragédia que representava a Revolução de 1848 que, inversamente a de 1789, ataca o campesinato: “Ao passo que a Revolução de 1789 começou livrando os agricultores das cargas tributárias feudais, a Revolução de 1848, para não pôr o capital em risco e manter em marcha a máquina do seu Estado, anunciou-se à população do campo com um novo imposto.” (MARX, 2012, p. 40).

A existência dos Ateliês, instituições estatais que ofertavam empregos subsidiados por recursos públicos, era uma dupla ameaça à burguesia, pois interferia em seus lucros e simbolicamente representavam uma resistência crítica ao capitalismo e, portanto, a reação contra estas instituições era raivosa, porque atacava mortalmente a existência de classe e a reprodução do sistema que depende da exploração da força de trabalho alheia:

Os Ateliês Nacionais, as declamações ostensivas do Luxemburgo, as marchas dos trabalhadores por Paris: nisso tudo eles identificavam a razão de sua miséria. E ninguém se fanatizava contra as supostas maquinações dos comunistas mais do que o pequeno burguês que pairava irremediavelmente sobre o abismo da bancarrota. (MARX, 2012, p. 43).

Neste clima, iniciou-se um processo de tensão permanente que foi, sistematicamente, distanciando as diferentes classes e isolando o proletariado. Previamente, de forma paradoxal, os setores populares acabaram

tendo que defender o governo burguês contra uma ala oposicionista da própria burguesia representada pela Guarda Nacional que luta para não perder antigos privilégios:

O dia 17 de março se desmanchou em uma cena melodramática e, embora o proletariado parisiense uma vez mais tenha dado nesse dia uma mostra de sua tremenda força, a burguesia dentro e fora do governo provisório se mostrou tanto mais decidida a quebrá-la. (MARX, 2012, p. 43-44).

Em abril de 1848, a tensão piora o embate aberto entre proletários e burgueses forjado, conforme Marx (2012), para possibilitar a volta do exército a Paris e, assim, o que seria a entrega de um documento com reivindicações foi um ato de força que se sintetizava, de acordo com Marx, na frase: “Abaixo os comunistas! Abaixo Louis Blanc, Blanqui, Raspail, Cabet!” (MARX, 2012, p. 44), que retumbou por toda Paris e o governo provisório foi reverenciado por um sem-número de comitativas, todas dispostas a salvar a pátria e a sociedade.

E, desse modo, a República vira, a partir do processo de Assembleia Nacional Constituinte, duplamente um espaço de consolidação da burguesia e de motivo, no caso de sua defesa, de luta aberta contra o proletariado. Por isso, a ideia de República projetada pelo proletariado em Fevereiro se transforma, morre e ressurge, não mais como um símbolo da igualdade universal, mas do domínio de uma classe sobre a outra:

A república proclamada pela Assembleia Nacional, a única república legítima, é a república que não consiste em uma arma revolucionária contra a ordem burguesa, antes representa a reconstituição política desta, a reconsolidação política da sociedade burguesa, em suma: é a república burguesa. (MARX, 2012, p. 45).

4 Os relatos e a opinião de Sebastião: a defesa crítica da monarquia³ e o desenrolar da revolução.

Em 18 de janeiro de 1849, o jornal “Diário do Rio de Janeiro” anunciava a morte de Sebastião Ribeiro de Almeida, que falecia jovem, mas deixava atrás de si uma ilustre carreira e um conjunto de três cartas que haviam

3 Situando que à defesa era relativa a Monarquia de caráter constitucionalista, presente de forma implícita no conjunto das cartas e com nítida referência a Bossuet.

sido publicadas entre março e abril do ano anterior, retratando a passagem deste alegretense por Paris, quando secretário da Legação Brasileira, por ocasião dos acontecimentos de Fevereiro de 1848.

O anúncio já dava o tom do que havia sido escrito: “O Sr. Dr. Sebastião Ribeiro viu a revolução em França e horrorizou-se; escreveu as impressões que sentira, comentou-as, e foram essas colunas brilhantes e cheias de vida que se lerão no *Diário*”⁴.

O horror ao processo vivenciando, relatado acima, está ligada diretamente à formação e trajetória monarquista do autor que vê ao vivo o desmantelamento de uma das maiores referências a este regime, a saber, o reinado de Luís Filipe. Nascido em 1814, no Alegrete, filho de Bento Manoel Ribeiro e Maria Mâncio da Conceição, realizou o curso de Direito em São Paulo, onde se formou em 1835, com 21 anos e logo passou a ser um dos principais aliados de José de Araújo Ribeiro de quem foi secretário, quando este era Presidente da Província do Rio Grande do Sul e depois da legação brasileira em Paris⁵.

O período como secretário da Província foi marcado pela parceria com Araújo Ribeiro, o qual admirava francamente pela ação junto a Revolução Farroupilha e, depois, pelo convite não concretizando pelas forças imperiais pelo, agora, presidente da província, Saturnino da Costa que oferece, entre outras questões, uma missão diplomática ao bacharel. A negociação envolvia um lugar para o pai de Sebastião que só aconteceu anos depois, mas que, mesmo assim, não inviabilizou, só adiou a ida do alegretense para Paris (VARGAS; FARINATTI, 2014, p. 128-134).

Este era um processo comum na época do Império, onde as redes de relações pessoais entre famílias tradicionais e com poder político regional como a de Bento Manoel, pai de Sebastião, e o Império reforçavam a monarquia e as elites regionais em jogo constante de concessões e apoios. A ida para Paris, conforme VARGAS e FARINATTI (2014) ampliava a rede, pois Sebastião recebia e tutelava jovens promissores de famílias da elite regional mais promissoras ainda e reforçava a economia dominante.

Tal processo de fortalecimento das redes de inter-relações pessoais está densamente analisado no trabalho de Vargas e Farinatti (2014) que enfatizam as correspondências de Sebastião Ribeiro de Almeida de 1847, quando este inicia suas atividades em Paris e estão disponíveis no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e colaboram para apresentar o perfil e a

4 IHGRGS. *Sebastião Ribeiro de Almeida*. Cartas de Paris de 1848, 2017.

5 Para maiores e mais aprofundadas referências consultar o material do IHGRGS de 2017 e denso artigo de Vargas e Farinatti (2014).

trajetória deste, assim como do ambiente e da lógica política do século XIX no Brasil.

Após esta ampla e breve caracterização do autor, vamos buscar compreender o sentido da análise expressa nas três cartas de Paris de 1848⁶ onde se busca resgatar a imagem de um brasileiro, gaúcho, de Alegrete, de orientação monarquista que teve a oportunidade, na história, de testemunhar a queda deste regime ao vivo e em cores. Portanto, sua correspondência adquire um valor não só histórico, mas, também, heurístico de construção do conhecimento, de poder-se perceber através da crítica o que estava acontecendo e seus impactos que, de certa forma, refletem-se até os dias até hoje.

Assim sendo, o ponto de vista de Sebastião, independente de sua opção ideológica, colabora para conhecermos e refletirmos cada vez mais sobre os processos históricos em desenvolvimento e que muito devem ao processo iniciado pela Revolução Francesa, de 1789 a 1848, como se buscou demonstrar nas sessões anteriores.

As cartas abarcam o período de 09 de março a 1º de abril de 1848 e narram acontecimentos dos primeiros 39 dias da Revolução de Fevereiro de 1848. De forma geral, ao analisar o conjunto das cartas poderemos perceber que o olhar de Sebastião é radicalmente crítico e conservador, focando um duplo problema: a) a queda da monarquia que fracassou perante si mesmo, perdendo seu sentido de defesa do interesse geral a partir de um monarca forte e b) uma crítica à República emergente, altamente danosa às instituições políticas e à defesa, também, do interesse geral. Dessa maneira, de um lado, temos a necessidade de consertar a monarquia e de outro, combater o caos e o terror que se apresentam em Paris após as barricadas do final de fevereiro de 1848.

4.1 A carta de 09 de março de 1848: uma crítica monárquica à monarquia

A primeira carta foi datada de 09 de março e publicada em 16 de maio pelo jornal “Diário do Rio de Janeiro”⁷ em forma de artigo, e abordou os acontecimentos imediatamente após a queda de Luís Filipe, diante da proibição dos banquetes, das convulsões e da instituição do governo provisório. Também abordou a postura do rei e de seus cúmplices que permitiram tal situação de insurgência. O tom, como veremos, é um misto de

6 Que buscam ser uma reflexão inédita de um material publicado pela primeira e última vez no jornal “Diário do Rio de Janeiro” em 1848.

7 IHGRGS. *Sebastião Ribeiro de Almeida. Cartas de Paris de 1848*, 2017.

crítica e de indignação que, ao mesmo tempo em que defende a monarquia, critica Luís Filipe tachando como um erro o cancelamento do banquete. Criticou o pensamento único deste que acabou por se desvincular do princípio monárquico da defesa do interesse geral e atacou violentamente a prática da mentira, desonra, da submissão internacional e da afirmação do interesse pessoal do monarca e seus governados.

Para demonstrar estes elementos, mergulharemos no itinerário analítico de Ribeiro de Almeida que dividimos metodologicamente em quatro passos para demonstrar seu raciocínio e suas preocupações centrais. O primeiro passo, já no início da missiva, retrata o seu horror e indignação para com a queda da monarquia e se coloca como missão central buscar aprender com os acontecimentos para evitar sua continuidade e sequer repetição: “Me acanha o discurso e dói n’alma o haver de julgar severamente quem ainda ontem se assentava ufano e ditoso no primeiro trono da Europa e hoje mendiga, prófugo e proscrito, o pão amargo do desterro⁸.”

De forma curta e objetiva, Almeida deixou nítido que, a despeito de seus sentimentos, é necessária uma análise crítica e vai iniciá-la, na perspectiva interna de compreender como a própria monarquia permitiu a sua queda, de que forma ela se perverteu. E o primeiro ataque é ao ministério de Guizot que influenciava o monarca a proclamar o ódio e o desdém que leva, no seu exame, a constituição de amargura e rancor por parte dos deputados, pois viam no Império o vício da parcialidade a proibição dos banquetes neste cenário onde era apoiado pela maioria, mas não por todos e com intervenção armada optou pela luta em praça pública: “Menciono este precedente tão notório da queda da dinastia d’Orleans para mostrar como e até que ponto o governo se julgava poderoso, pois que, pela primeira vez, depois de 17 anos de reinado, ousou lançar a luva aos seus contrários e desafiá-los para a luta, sempre terrível, da praça pública⁹”.

Assim fragilizada a monarquia acabou usando a força na hora errada, o que colocou em xeque sua continuidade de forma rápida a datar da explosão das massas ofendidas e atacadas diretamente que reagiram e derrotaram o governo, conforme Almeida, centralmente, por sua confiança prepotente e parcialidade nas ações. A imagem do autor é nítida: “Um dia de rumor, vago como o das ondas do mar, medonho como o ciciar da tempestade, tremendo como a cólera dos povos, bastou para abalar tão altiva confiança, derrocar o trono e derrubar com ele o mais astucioso político da Europa¹⁰”.

8 *Idem.*

9 *Idem.*

10 *Idem.*

O segundo passo analítico de Almeida foi buscar compreender o erro ou conjunto de erros, categorizados como embuste e má fé e que foram castigados divinamente. Luís Filipe ouviu em excesso a Guizot e sob seus conselhos cometeu erros desnecessários e imperdoáveis para um monarca. O grande e, talvez, principal erro foi o do pensamento único fundado na afirmação de interesses pessoais: “Nunca um príncipe deu de si tão legítimos penhores, tão fundadas promessas, mas, em mal seu e da pátria, o pensamento único, exclusivo, de assegurar no trono a sua dinastia baldou tão raros dotes, iludiu tão formosas esperanças¹¹”.

Temos, portanto, um paradoxo no funcionamento da monarquia, e, isto graças à postura do monarca que ao invés de defender com imparcialidade o interesse do seu reino, sucumbe a seus interesses pessoais. Primeiramente, o rei tinha conseguido conter os excessos do liberalismo: “Ninguém como ele lutou contra tamanha violência de paixões, ninguém como ele venceu com mais galhardia e humanidade¹²”.

Entretanto, em um outro momento, já de estabilidade ao invés de se pautar pelas virtudes clássicas de um monarca: honestidade, justiça e imparcialidade, austeridade, responsabilidade geral e etc., ele assume a mencionada visão parcial empenhando “todo o seu afínco em consolidar o reinado dos seus, voto primário e máximo objeto de seus esforços, de sua constância, de sua força, como também de suas fraquezas, de seus erros e de sua ruína¹³”.

No terceiro passo analítico, verificamos a preocupação do autor continuando a ilustrar os erros de Luís Filipe ao situar a postura do Monarca perante os outros Impérios: postura de subserviência, de não manutenção de sua palavra, que levavam a humilhação do orgulho francês, assim como o desacreditavam como um monarca sério e forte. Conforme Almeida, Luís Filipe não tinha este direito de trair e de mendigar apoio: “[...] como se quando se tem a honra se ser o chefe da primeira nação do mundo fosse permitido andar de rastos, mendigando de corte em corte sorrisos e alianças de família!¹⁴”.

Mas se externamente a situação era de enfraquecimento da monarquia, internamente era possivelmente pior, pois as ações do governo não só eram impopulares como feriam de morte o regime por se basearem na mentira e na perversão constante das instituições constitucionais “corrompendo-as com interpretações forçadas e adulterando-as pela falsidade

11 *Idem.*

12 *Idem.*

13 *Idem.*

14 *Idem.*

e impureza das eleições¹⁵”.

Conquanto o centro das ações de Luís Filipe tinha como centro de gravidade o rompimento com os ideais da monarquia constitucional e seus princípios de defesa dos interesses gerais, afirmando o egoísmo a partir da busca de acumulação de fortuna pessoal. Em tempos de transição do feudalismo para o capitalismo, capitulava o principal de seus monarcas na busca do lucro e na reprodução da busca de interesses pessoais, centro constitutivo do novo e emergente sistema capitalista.

No quarto passo analítico, por nós sintetizado, da narrativa de Sebastião Ribeiro de Almeida, na parte final da missiva, temos o foco nas consequências deste “*modus operandi*” do monarca e a crítica direta a tal postura de mentira e corrupção. O que estava sendo arruinado junto com a monarquia constitucional era a razão pública que, entretanto, não suportaria por muito tempo tal pressão e serviria como forma de crítica, negação e substituição do governo.

Aqui entra uma noção monárquica expressa por Almeida que faz referência ao livro do Evangelho sobre a natureza benigna dos seres humanos que acabaria por revoltar-se contra as práticas do monarca, ou seja, teríamos um paradoxo entre a monarquia e a atitude específica do próprio monarca: “O crime, a fraude, o erro são próprios da fragilidade humana, mas não são, não podem ser, o objeto nem o fim da criação do homem”. (IHGRGS. Sebastião Ribeiro de Almeida: Cartas de Paris de 1848, 2017).

Podemos, com base no quadro acima, sintetizar, nesta carta de 09 de março, a crítica monárquica contra a monarquia de Luís Filipe, analisadas nas linhas anteriores, fundamentados nos cinco princípios que deveriam reger ações do governo, mas que não aconteceram e inversamente foram totalmente desrespeitados: a) a generosidade com a nação, garantindo relações exteriores fortes e que projetassem a França no Cenário Mundial e lhe rendesse riquezas o que era substituído pela realização de um governo dos seus e não para o conjunto da nação; b) o refreamento do ardor, a saber, das paixões individuais do povo, baseados no egoísmo, que, contrariamente, o próprio monarca e seu estafe cometiam abertamente a partir da mentira, falsificação, corrupção e perversão das instituições; c) garantir a prosperidade e riqueza da nação, mas, que inversamente estava submetida a falta de trabalho e a miséria governadas por cúmplices do governo, sem lealdade nenhuma e não por servidores; d) externamente, manter a paz e o respeito dos vizinhos, entretanto, como vimos, traia, mentia e se humilhava às potências estrangeiras com uma postura de mendicância de apoio

15 *Idem*.

para seus interesses pessoais e) manter a glória nacional de uma das principais monarquias europeias e que por não respeitar nenhum dos princípios anteriores estava a ser enxovalhada, sendo abalada em seu amor próprio.

4.2 A carta de 14 de março de 1848: crítica monárquica ao governo provisório

A segunda carta de Sebastião de Almeida é datada de 14 de março de 1848, cinco dias após a primeira, e publicada em 17 de maio pelo jornal “Diário do Rio de Janeiro” do Rio de Janeiro, também em forma de artigo onde são analisadas três questões: a) a forma de existência da nova República Francesa; b) a análise das pessoas que compõe o governo provisório e seus respectivos partidos; e c) a análise dos primeiros atos do governo provisório.

O tom, de forma geral, segue altamente crítico e de ataque, em perspectiva monárquica, à emergente República Francesa, destacando principalmente a ambição de todos os indivíduos que serve como denominador comum para a configuração de um ambiente propício para a ascensão do oportunismo, isto é, um quadro de caos e desordem a partir das lutas de diferentes frentes políticas, de paixões inconciliáveis entre si; a identificação da fraqueza das medidas governamentais eram, em sua opinião, incompletas, violentas, irreais e conciliatórias e só reforçaram o clima de terror e o caos reinante e a identificação da fraqueza dos partidos que padeceram da ausência de disciplina, de chefes audaciosos, do vigor dos acontecimentos e a violência dos meios, ou seja, são ainda débeis para resolver a situação de instabilidade criada pela insurreição de fevereiro.

Vamos abordar no detalhe a reflexão de Ribeiro de Almeida, que organizamos em três passos analíticos, seguindo a sequência de narrativa da missiva. Assim, o primeiro passo diz respeito à composição do governo que, em linhas gerais, sem mandato e sem delegação, portanto, ilegítimo, misturava falta de experiência, de coragem e a busca da “ambição de todos”.

De forma geral, podemos perceber em Almeida não só um repúdio à ideia de uma República, mas uma desconfiança muito grande sobre a capacidade do governo provisório, a começar pela sua composição onde se verifica três constatações levantadas criticamente pelo autor:

- a) o fato de ser um governo, mesmo provisório, republicano, mas com elementos nitidamente não republicanos como se pode ver nos casos dos deputados Dupont, comprometido já com a monarquia constitucional onde ocupara cargos: “velho octogenário, foi ministro

da Justiça no reinado transacto, passa por modelo de probidade e nunca foi tido em conta de republicano, posto que sempre fosse liberal extremado”¹⁶; Lamartine, considerado uma espécie de oportunista a partir da alta rotatividade de posições: “Este cavaleiro foi legitimista por simpatia pelo infortúnio; Orleanista quando, pela desastrosa morte do duque d’Orleans, concorreu para fazer passar na câmara dos deputados a lei da regência como consolação à aflição de um pai e, enfim, e pouco depois, oposicionista avulso, mas nunca republicano”¹⁷; e Arago, um cientista não talhado, conforme o autor permite supor, para a política e republicano de ocasião: “Este, entretanto, bem como todos os demais que seguem, tiveram sempre nota de republicanos de dar e tomar *purs sangs* como aqui se diz”¹⁸

- b) Os governantes que teriam, em sua opinião, um bom caráter e certa competência: o deputado e advogado Marie, com boa reputação: “O primeiro, dotado de um caráter mofino e acre, goza fama de homem de bem”¹⁹; Marrast redator com talento comprovado “deu sempre provas de talento incisivo, de espírito lúcido e de caráter firme”²⁰, e Albert o único obreiro do governo e, na opinião de Almeida, com boa posição social, consciência e bem-intencionado “obreiro mecânico, adquiriu honradamente bens de fortuna, tem juízo são e boas intenções”²¹.
- c) Os elementos com problemas quer de concepção, quer de caráter e principais responsáveis pelo caos e pelo terror que ora estava se instalando e que eram maioria no governo, e aqui perceberemos a pujança monarquista da análise do autor: Garnier Pagè, um corretor, sem talento e preparo político, “escreveu alguns artigos de revista sobre assuntos financeiros que abonam a sua inteligência mas está longe, no próprio conceito de seus afeiçoados, de igualar, como talento, o voo altivo de seu irmão que já não existe”²²; Cremieux que por ser judeu, traz, conforme o autor, os problemas desta “raça”: “O segundo é judeu e ressentido-se nos seus modos como na sua alma dos defeitos dessa raça tanto tempo proscrita”²³; Ledru Rollin, da ala comunista, um advogado que seria o mais corrupto e demagogo do grupo: “O terceiro é o único dos onze, cuja reputação de improbidade

16 *Idem.*

17 *Idem.*

18 *Idem.*

19 *Idem.*

20 *Idem.*

21 *Idem.*

22 *Idem.*

23 *Idem.*

e descaramento não entra em dúvida, nem sofre controvérsia²⁴” junto com Flocon, que terias doenças não só físicas como morais, também da ala comunista: “O outro foi, toda a sua vida, enfermigo no físico e no moral, *bruillon*, enredador, alma de fel, cabeça de vento. Começou por ser taquígrafo em que foi eminente²⁵” e Luis Blanc, sobre a qual não pairam acusações de problema de caráter, mas sim de desabono à sua proposta de um novo sistema de organização social do trabalho inviável e desnecessária no mundo moderno: “e deu, com desusado arrojo, solução às graves questões do trabalho, que importam uma nova organização social, que ora lhe estão dando água pela barba e que hão de, ao que parece, desabonar, para sempre, as suas altivas pretensões de gênio criador²⁶”.

Chega-se ao segundo passo analítico de Almeida que vai investigar o conjunto de medidas iniciais do governo, das quais ele presenciou a implantação, e que classifica em quatro diferentes categorias: as conciliatórias e de apego à ordem social; as sem um valor real, as incompletas e as de parcialidade violenta.

As medidas conciliatórias, algo positivo para Almeida, foram por um pouco período e demonstravam certo apego à ordem social, inicialmente pela manutenção da bandeira tricolor em relação à bandeira vermelha da França, cores que representavam diferentes lados ideológicos do grupo que ora derrotava a monarquia, as cores burguesas e as cores comunistas que para Almeida simbolizava “a rejeição da bandeira encarnada, que, nas tradições da França, significa sangue, terror e luto²⁷”. Teve-se, também, a medida de abolição de pena de morte para crimes políticos, o que livrava diretamente os membros e simpatizantes do antigo regime.

As medidas sem valor real ficavam por conta da circular sobre missões diplomáticas produzidas por Lamartine que, de uma vez só, anula o tratado de Viena para a República Francesa, mas sem mexer nas demarcações territoriais e institui uma paz internacional, porém, sem trégua no âmbito da luta interna nacional que quando conveniente se fazia via propaganda revolucionária partidária. Uma medida, portanto, conforme Almeida, sem nenhuma solidez, pois tinha como sentido oculto um discurso de harmonia e uma prática de obtenção dos interesses da República independente do discurso: “Promete milagres de união e de concórdia, mas reserva

24 *Idem.*

25 *Idem.*

26 *Idem.*

27 *Idem.*

para a República o direito de espreitar a ocasião em que lhe convenha desmentidos²⁸.”

As medidas incompletas são as financeiras, produzidas por Garnier-Pagès, ministro das finanças que se expressam no decreto governamental para permitir a venda de diamantes e os domínios da coroa como forma de geração de recursos e o decreto de retribuição das somas depositadas nos bancos a partir de bilhetes (títulos) do tesouro e outro decreto que viabilizava, também, o empréstimo nacional voluntário. As críticas são diretas: o primeiro decreto estava fazendo desaparecer os capitais da França, quer dizer, havia uma espécie de dilapidação do patrimônio da nação. Quanto ao decreto do empréstimo voluntário, este não funcionou por conta do clima de instabilidade e o decreto sobre o não pagamento em moeda, mas em bilhetes, certamente, de todas as medidas, recebeu a mais dura crítica de Almeida que, embora reconheça a pertinência, não concorda com seu mérito: “(...) é uma violência e por ventura um roubo, mas que enfim o presente desfalque do tesouro e as urgentes precisões do estado justificam ou escusam²⁹”.

E, chegamos às medidas de Ledru-Rollin, consideradas pelo autor alegretense como de parcialidade violenta e materializada pela circular sobre as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte que vai conferir poderes ilimitados para os representantes da República, para a substituição de prefeitos em toda a França, o que, conforme Almeida, leva à total anarquia política, pois são desconsiderados os antigos arranjos governamentais: “Há mancebos colhidos ao acaso para irem proclamar a república nos departamentos e substituírem ali os prefeitos, dá essa circular poderes ilimitados que o ministro não tem, que não tem o governo provisório, que não pode ter governo algum³⁰(...)”.

Com a crítica de Sebastião Ribeiro de Almeida, a composição do governo provisório e de suas medidas político-administrativas entramos no terceiro e último passo analítico, onde o foco será uma verificação dos partidos e das relações de força em Paris e, a partir daí, quais as possibilidades emergentes para o futuro político da França. O autor de imediato reconhece uma dificuldade em abordar os partidos, embora vá fazê-lo, “tratar seriamente dos partidos que existem em França é coisa difícil porque os mais deles não têm consciência de si; buscarei, contudo, mencioná-los por descargo da minha consciência³¹”.

28 *Idem.*

29 *Idem.*

30 *Idem.*

31 *Idem.*

Assim, o primeiro partido que orbita em Paris é o Legitimista que se posiciona a favor da restauração da monarquia, mas padece de um conjunto de fragilidades: membros que buscam enriquecer via a tradição de seu sangue por força de um bom casamento, os saudosistas do antigo regime e os que se proclamam chefes de partido, mas sem organização sistemática e que pode ser sintetizada pela falta de capacidade de ação proativa para derrubar a República. Falta-lhes disciplina. Conforme Almeida, “estes todos folgarão que a república caia por seu próprio vício e seja substituída por Henrique 5º; mas nem um deles tenta miná-la, nem é capaz de aproveitar oportunamente da sua queda³²”.

Em seguida, Almeida apresenta a eminente força de uma possível volta de um monarca, o Conde de Paris, atual herdeiro da coroa, não necessariamente pelo parentesco com Luiz Filipe, mas pelo perfil da população francesa que caso a República fracasse, uma situação eminente para nosso autor, vai optar pela reconstituição da soberania popular expressa na monarquia representativa que garantiria os direitos individuais e a volta das condições necessárias para a formação da riqueza e ostentação anteriores à República: “Por onde não é de presumir que vão lançar mão de um rei que por isso que se fia na legitimidade do seu nascimento, desconhece a mescla da soberania popular e, ou desmente a sua origem aceitando-a ou compromete a autoridade violando-a³³”.

Contudo, Sebastião Ribeiro de Almeida, demonstra muita consciência de que não adianta, neste momento, enfrentar abertamente a República. A população não está disposta a outras aventuras monárquicas após a Revolução de Fevereiro. Ela necessita de paz e prosperidade e isto, por enquanto, encontra-se nas mãos da própria República. Invoca Napoleão como uma forma ideal de glória e genialidade, características que faltariam às atuais forças monárquicas.

Para investigar as forças republicanas, Almeida estabelece um critério simples e objetivo: “Destes há um enxame de espécies. Mencionarei as mais organizadas, a saber, os que concebem as instituições democráticas como todo o mundo as compreende e como os Estados Unidos as praticam³⁴”. Neste sentido, para iniciar, vai citar os fourieristas e os comunistas. Os primeiros caracterizam-se pela “bem-aventurança universal” e os segundos, nas duras palavras de Almeida, “querem repartir os bens, desonrar as famílias, renegar Deus e fazer recuar os homens, não ao estado selvagem

32 *Idem.*

33 *Idem.*

34 *Idem.*

mas a vil condição de brutos³⁵.

Assim, os comunistas são os arautos da destruição da ordem e da humanidade e, por isto, não espanta o tom ácido da crítica, que desconhece qualquer qualidade e vê neles um verdadeiro inimigo objetivo: “Por força deste princípio, este bando de aves de prea, de terror e de luto, chamado comunista, é, por agora, o principal instrumento dos republicanos exaltados, cujo chefe e personificação é Ledru-Rollin³⁶.”

4.3 As cartas de 16, 17 e 28 de março e 1º de abril de 1848: a crítica monarquista pela volta da monarquia

A terceira carta de Almeida, publicada em forma de artigo, pelo jornal carioca “Diário do Rio de Janeiro³⁷” traz três relatos com datas diferentes, porém realizados na mesma carta e publicados, conforme nossa fonte de pesquisa, dia 15 de maio, ou seja, antes das cartas anteriores. Portanto, o jornal acaba por inverter a ordem dos relatos apresentando os mais recentes, mas publicando nos dias subsequentes as outras duas cartas na íntegra.

O relato inicial abordou a manifestação da guarda nacional e teve como foco o impacto das medidas do novo governo que buscaram implementar um novo uniforme e a reorganização dos batalhões, mexendo nas posições e localizações anteriores, que levaria à efetiva troca de lugar dos soldados e oficiais e uma certa perda de status que não só não foi aceita como gerou manifestações contrárias.

Conforme Sebastião Ribeiro de Almeida, isto aconteceu graças a uma postura permissiva da própria Guarda Nacional e que, por isso, perdeu os seus direitos e permitiu o início do reinado do terrorismo (Republicano Comunista) contra a razão, o bom senso e a ordem social. Inclusive o autor avalia a medida como positiva ao “conciliar-se melhor com as necessidades do serviço e com os princípios de igualdade, que andam agora na boca de todos³⁸”. Mas ele entendia a desconfiança da guarda nacional, ameaçada em seu status e que até aceitava o novo uniforme, porém, não o deslocamento dos antigos postos de serviço. Repudia, no entanto, a atitude de quem denomina de gentalha, a plebe, que age, de acordo com ele, com parcialidade e vingança. Isto fica nítido na sua ilustração da chegada da manifestação da Guarda Nacional na sede do governo provisório: “Bem o merece ela que, por covarde ou conivente, deixou os andrajosos e esfarra-

35 *Idem.*

36 *Idem.*

37 *Idem.*

38 *Idem.*

pados galgarem o supremo poder!³⁹

Esta manifestação possibilitou a emergência de outra, conforme Almeida, organizada pela plebe que, ao sair pelas ruas de Paris, bradava: “(...) se foram a passear pelas ruas com suas bandeiras e em boa ordem gritando de quando em quando “viva a república!” “à bas les Aristocrates!” ao que ninguém respondia⁴⁰”. A isto, o autor chamava de terrorismo encarnado na violência e no ataque direto à ordem social e cujo principal responsável é o próprio governo a partir de suas divisões de opinião identificadas na carta anterior entre moderados e comunistas.

Diante desta constatação, Almeida, demonstrava não só sua repulsa, mas seu ceticismo pela situação da França que padecerá na mão da plebe comunista: “Eu, desde já, me persuado, com a mais sentida mágoa, que não há salvação nem esperança para esta formosa terra. Os seus mais nobres filhos hão de morrer sem glória nem consolação às mãos nojentas de tão ignóbil ralé, estúpida como brutos, cruel como feras⁴¹”.

O tom cético continuou e se ampliou no segundo relato de 28 de março⁴², quando Sebastião Ribeiro de Almeida abordou o processo de desabamento da monarquia em toda a Europa a partir dos impactos de fevereiro de 1848, cuja frase que ilustra o primeiro parágrafo do relato é emblemática de seu sentimento: “O velho edifício das monarquias de direito divino, minado pelos vícios da própria construção, carcomido pelas injúrias do tempo, desaba e se baqueia com estrepitosa celeridade diante os fervorosos acontecimentos da soberania popular.⁴³”

Temos novamente e de forma coerente, desde a primeira carta, a crítica à monarquia e suas fragilidades já expostas, principalmente, pela ação de Luís Filipe, mas que não encontrará solução pelo tipo de reação que a segue, ou seja, não será a República que resolverá o problema central da Monarquia: a ordem e, conseqüentemente, a prosperidade. Porém, Almeida segue ilustrando o cenário europeu, relatando a instituição de regimes com base na soberania popular nacional e com medidas liberais na Itália, Alemanha, Áustria, Polônia e Irlanda, entre outros, onde se destaca o clamor e a organização popular por mudanças, a afirmação de uma identidade nacional e as aspirações liberais em jogo:

39 *Idem.*

40 *Idem.*

41 *Idem.*

42 Há, nesta notícia um detalhado e apaixonado relato da situação de alguns países, que demandaria um esforço analítico para além dos objetivos do presente trabalho que é perceber a crítica de um monarquista aos acontecimentos em Paris. Uma boa sugestão para outros trabalhos.

43 IHGRGS. *Sebastião Ribeiro de Almeida: Cartas de Paris de 1848*, 2017.

A repentina e inesperada revolução de França fez estremecer os tronos e deu rebate e impulso às justas queixas dos povos. Nas ruas de Viena, como nas de Berlim, correu o sangue alemão vertido por mãos de irmãos, mas o imperador da Áustria e o rei da Prússia, aconselhados pelo aperto das circunstâncias, cederam às súplicas imperiosas de seus súditos e se aprestam a publicar constituições liberais, além de haverem, de pronto, outorgado o armamento da guarda nacional, a liberdade de imprensa, o direito de reunião e outras garantias essenciais, no desfrute das quais somente os povos podem amar com sinceridade os seus soberanos, porque os olham como pais benignos e não como senhores desumanos. (IHGRGS. *Sebastião Ribeiro de Almeida. Cartas de Paris de 1848*, 2017).

A crítica central de Almeida a este processo que, como vimos antes, foi denominada de “Primavera dos Povos”, ou até de revolução global, é quanto à subjugação em excesso dos regimes monárquicos, ao qual o autor lamenta veementemente, pedindo ajuda a Deus, na perspectiva de o que considera “males” da França não se espalhem e a consequente necessidade de retomar a ação sincera das instituições que se encarnariam evidentemente na prática monárquica e seriam a base da reconstrução do abalado Império.

O terceiro e último relato, datado de 1º de abril, volta para a análise do governo provisório da França e analisa a situação de déficit econômico da República que tem como impacto direto a paralisação das oficinas (Ateliês Nacionais), a decadência dos negócios e estagnação do comércio, o afugentamento do capital estrangeiro por conta da ameaça à ordem social e que leva o país: “(...) a situação do tesouro público tão seriamente comprometida se agravou sobremaneira e chegou à borda do funesto precipício que a todos faz arrepiar os cabelos e gelar o sangue nas veias – a bancarrota.”⁴⁴

Sebastião Ribeiro de Almeida, ao descrever este processo formulou duas críticas centrais a este cenário. Primeiro, que há uma cada vez maior intensificação de erros por parte do Governo Provisório. Argumenta que quem poderia resolver o problema seria o próprio governo pela posição ditatorial que permitiria medidas radicais com o apoio do conjunto da população, pois percebendo os problemas que assolam o país poderia, portanto: “Decretar medidas financeiras, completas, vigorosas, que todos aceitariam

44 *Idem*.

sem murmurar, pela consciência do perigo comum;(...).”⁴⁵

Mas, o erro central foi o de o governo garantir que haveria solução e que a situação estava tranquila, o que gerou um falso clima de confiança na República, publicando depois medidas contraditórias com tal espírito de solução e que oneravam a população: “Apresentou um quadro sombrio e lutuoso do estado do tesouro, mas afirmou, ao mesmo tempo, confiadamente, que nada se devia recear, graças à espontaneidade e condão da república, e acabou por deixar ver à toda a luz que tinha feito papel de nêscio ou de fanfarrão (...).”⁴⁶

A segunda crítica, na esteira da primeira, sempre indignada, é com o foco das medidas: a plebe, que, como já situada acima, constitui uma ralé praticamente imprestável e que vai drenar os recursos públicos pois leva o governo a gerar empregos inúteis como a contratação para o exército: “a onerosa e inútil criação de 25 mil homens de guarda nacional móbil, composta da escória de Paris e paga a um e meio franco por dia, além do respectivo estado maior e oficialidades.”⁴⁷ Temos, então, um “sorvedouro público” que vai ampliar e tornar derradeira a situação de bancarrota. E, após, Sebastião Ribeiro de Almeida conclui de forma cética de que este governo vai levar a sociedade francesa e europeia e a ordem e os princípios morais cristãos à falência.

A terceira e última consideração crítica que finaliza a missiva é a questão que temos um governo que não cuida do amanhã e realiza uma analogia com os índios, que logicamente não cuida da civilização ou sequer é civilizado e vai realizar medidas totalmente incabíveis em uma situação de bancarrota:

O governo há de ir vivendo, como os índios, do dia de hoje, sem cuidar no de amanhã, há de carregar imposto sobre imposto em tudo que lhe estiver a jeito, há de contrair empréstimos forçados e, enfim, há de acabar por emitir papel moeda, que é o caminho mais curto dos financeiros sem alcance, e que é a perdição do crédito público, sobretudo em circunstâncias tão complicadas.⁴⁸

E aqui se encerram estas cartas de um brasileiro, rio-grandense e alegretense, que busca, como vimos: a) desenvolver uma crítica interna à monarquia do próprio ponto de vista monárquico; b) realizar uma crítica,

45 *Idem.*

46 *Idem.*

47 *Idem.*

48 *Idem.*

também monárquica da composição, medidas e correlação de forças do governo provisório e c) exercer uma crítica da necessidade de volta da monarquia, guardiã da ordem e da moralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram três análises, onde buscou-se apresentar, à guisa de uma breve introdução sobre a importância dos acontecimentos da Revolução Francesa de 1848 e seus impactos no capitalismo moderno, uma na perspectiva histórica geral, a partir de Hobsbawm (1982 e 2009), que procura demonstrar a processualidade da Revolução Francesa desde 1789 até o momento analisado, demonstrando as continuidades e descontinuidades do complexo processo histórico em marcha. Ainda, a partir das elaborações marxianas realizadas contemporaneamente à efervescência do período, trazem à tona elementos sobre a consolidação do sistema capitalista e da classe burguesa que ocorreu no século XIX e uma terceira narrativa realizada durante e perante o processo da revolução que relata através de cartas os primeiros cinquenta e oito dias de fatos e ocorrências que vão desmontando a monarquia clássica e afirmando uma República, na opinião de um alegretense e monarquista que, como vimos, elabora uma ampla crítica à monarquia francesa na perspectiva de sua correção e afirmação como sistema de governo.

O objetivo central não era comparar as narrativas, mas sobrepô-las de forma livre, sem uma comparação direta, porém que possibilite ao leitor e pesquisador a visualização de uma narrativa que permita um quadro mais geral dos acontecimentos: uma que traz a separação efetiva entre burguesia e proletariado e a consolidação do sistema capitalista atual apontado para as transformações ocorridas e numa lógica anticapitalista e a outra narrativa, testemunha ocular dos acontecimentos que os narra com rigor e precisão crítica em uma lógica monarquista, trazendo em seu tom a indignação, o horror e o medo quanto às novas instituições republicanas que ora nascem.

De forma geral, pode-se realizar, à guisa de conclusão, três pequenas reflexões gerais com base no que foi analisado como forma de propor um roteiro de debates sobre 1848:

A primeira reflexão é que a dinâmica histórica, independente de seus resultados objetivos, institui-se em formas de conflitos e lutas antitéticas que vão conforme a correlação de forças produzir tais resultados que, por sua vez, jamais são definitivos. Isto que pode parecer uma obviedade e

já tão refletido teoricamente, volta e meia parece naturalizado e, desta forma, perdemos a possibilidade de aprender com tal dinâmica.

Desse modo, o olhar sobre os acontecimentos de 1848 demonstram em sua pujança o desabrochar e respectivo desenvolvimento de uma configuração de forças e de classes que de forma descontínua lutam, primeiramente juntas e depois entre si, por diferentes concepções de mundo. O ideal de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, servia às classes comerciantes, núcleo da nascente burguesia e às classes populares, por sua vez, protótipo do proletariado moderno. Entretanto, o conteúdo de tais conceitos, genéricos por natureza, matizaram-se a partir do desenvolvimento das forças produtivas que, paulatinamente, como vimos, levam a definição antagônica entre as classes.

Os proletários acreditaram em algum momento que a universalidade funcionaria, mas por divergência de interesses ela se torna impossível e aqui surge o tema que destacamos para posteriores reflexões: será este dilema histórico entre um mundo universal e a afirmação da propriedade privada burguesa uma questão ainda em aberto? Uma ilusão em andamento?

A segunda reflexão, na sequência da anterior, aponta para o fato evidente de que o capitalismo vive à custa da pauperização e precarização constante de milhares de pessoas também! Mas é o centro da atividade humana que inicia como possibilidade na Revolução Comercial do século XV em diante, consolida-se com as Revoluções Francesa e Industrial e se impõe como sistema social dominante.

Tal fenômeno deve-se provavelmente, em linhas gerais, para ficar somente na análise do capitalismo em si e não de suas forças contrárias, na capacidade revolucionária demonstrada por este que não só destruiu o feudalismo e sua monarquia e aristocracia, além dos clérigos, anjos e santos, como quem, até hoje, coloque-se em seu caminho, principalmente, a classe trabalhadora. Isto fica evidenciado no processo de instalação da República em 1848, que ao plasmar-se como a forma de governo vitoriosa pós-monarquia e afirmada pela luta dos proletários, como vimos, sucumbe à hegemonia burguesa que, desde sempre, atrela-se ao poder político e se afirma no processo contraditório, violento e sangrento como a república burguesa.

Está dinâmica demonstra que os pilares constitutivos do capitalismo moderno se atualizam constantemente e, paradoxalmente ao necessitar de uma ordem política e social mínima, descontrola essa ordem ao máximo, pois tenciona a plena potência os polos do fluxo comercial-industrial livre e do mínimo desenvolvimento social. Assim, cada vez que as condições de lucro avançam, perdemos humanidade nas relações sociais, perdemos capacidade de regulação do estado, a não ser pelos seus meios violentos. E

aqui surge o segundo tema para o debate, a saber: a capacidade de controle político do Estado, não obstante as eleições democráticas, não seria mais um dilema para a práxis das classes dominadas, visto que independente das forças que o ocupam, este fica sempre refém da classe dominante?

A última reflexão, completando as demais, fica por conta dos valores que sustentam as motivações inerentes às classes dominantes e que buscam afirmar e justificar a sua dominação e a consequente desigualdade de classes. E novamente, aqui se quer combater a pretensa obviedade de que a dominação ideológica faz parte do processo e todo mundo sabe disto, pois, senão, já teríamos construído potentes ideologias contra dominantes.

Neste sentido, as cartas analisadas nos trazem de forma objetiva um excelente material de análise, onde se verifica nas descrições realizadas a antinomia radical entre a aristocracia, a burguesia e as classes economicamente ativas (banqueiros e donos de floresta, etc.) e as classes populares (proletário, pequenos produtores e comerciantes) denominados de ralé, plebe, que não querem trabalhar, que vivem às custas do Estado, que praticamente não servem para nada e que representam por tudo isto a baderna, a anarquia, o terror expresso em constantes manifestações populares, em hinos e bandeiras.

E neste sentido, o tema que queremos destacar para a reflexão é até que tais valores que justificam a dominação de uma classe capitalista não são, também, internalizados pela classe dominada gerando profundas divisões internas?

As respostas, a estas perguntas, podem gerar muitos mais artigos e não se tem o objetivo de respondê-las aqui, mas ilustrar a partir de sua formulação a gama de debates possíveis com base neste simples e introdutório estudo dos acontecimentos de 1848.

BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, Sérgio Cruz de. *As jornadas revolucionárias de 1848: uma análise comparativa do pensamento político de Karl Marx e Alexis de Tocqueville*. Revista Hydra, vol. 2, n. 3, jun. 2017.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital 1848 - 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- IHGRGS. *Sebastião Ribeiro de Almeida: Cartas de Paris de 1848*, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2011.

- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MENEZES, Marcos Antonio de. A Comuna: mais uma flor de Paris. *Hist. R.*, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 137-149, jul/dez. 2011.
- MUSETTI, Felipe Ramos. *Da república social à ditadura bonapartista – a crítica da política em “O 18 de brumário” de Luís Bonaparte*. 2014. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- VARGAS, Jonas Moreira; FARINATTI, Luís Augusto. *Alargados horizontes: estratégias familiares da elite política regional entre a Fronteira, a Corte e a Europa (Rio Grande do Sul c. 1830 – c. 1855)*. Disponível em: < <https://locus.ufjf.emnuvens.com.br>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ENTRE ACORDES E VERSOS: DA IDENTIDADE FRONTEIRIÇA AOS ASPECTOS HISTÓRICOS E ESTRUTURAIS DA MILONGA

BETWEEN CHORDS AND VERSES: FROM THE BORDER IDENTITY TO THE HISTORICAL AND STRUCTURAL ASPECTS OF THE MILONGA

Ghadyego Carraro¹
Jeremyas Machado²

RESUMO

O presente artigo aborda a história e a estrutura da milonga, gênero musical sul americano que compõe parte da cultura, do folclore e da identidade nas regiões de fronteira, principalmente, a partir de Buenos Aires, passando pelo Uruguai, sul do Brasil até a província argentina de Corrientes. Realizou-se uma pesquisa de natureza teórica e, em relação aos dados, bibliográfica. O problema da pesquisa consiste na compreensão da origem da milonga. Dentre os objetivos do trabalho, destaca-se o estudo da estrutura musical do gênero e sua relação com a identidade do fronteiriço. Para fundamentar esta reflexão, apresenta-se um breve referencial teórico que tem por base: Ayestarán (1967), Ramil (2004), Rossi (1958) e Vega (1998). A milonga transporta as particularidades sobre a vida cotidiana dos indivíduos da fronteira sendo pautada sob o imaginário do campo e da cidade e, portanto, transformando-se em uma narrativa peculiar sobre a fronteira e o fronteiriço.

Palavras-chave: História e Música. Milonga. Fronteira. Estrutura Musical. Identidade.

ABSTRACT

This article discusses the history and structure of the milonga, a South American musical genre that composes part of culture, folklore and identity in frontier regions, starting in Buenos Aires, crossing Uruguay, passing through southern Brazil, arriving in the province Argentine of Corrientes. The research problem consists in understanding the origin of the milonga. Thus, among the objectives of the work, we highlight the study of the musical structure of the milonga genre and its relation with the identity of the frontier man. The milonga brings peculiarities about the everyday life of the frontier individual, intertwined under the imaginary of the countryside and the city and, therefore, turning into a peculiar narrative of the frontier and the frontier man.

Keywords: History and Music. Milonga. Frontier. Musical Structure. Identity.

1 Instrumentista, educador e pesquisador. Possui Graduação em música pela Universidade de Passo Fundo, Mestrado em música pela Universidade Federal de Goiás e atualmente é doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo.

2 Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor nas Faculdades Integradas Machado de Assis.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda uma discussão teórica com base na historiografia e aspectos músico/estruturais da milonga. **Gênero musical que compõe** aspectos da cultura, do folclore e da identidade na região de fronteira, principalmente, a partir de Buenos Aires, passando pelo Uruguai, sul do Brasil até a província argentina de Corrientes. Dentre os objetivos do trabalho, destaca-se o estudo e análise da estrutura musical do gênero milonga e sua relação com a identidade do fronteiriço. Para fundamentar esta reflexão, apresenta-se um breve referencial teórico que tem por base: Ayestarán (1967), Ramil (1997; 2004), Rossi (1958) e Vega (1998).

Para estruturarmos este pensamento, o artigo aborda inicialmente alguns aspectos históricos da milonga e, além disso, a sua relação com a construção da identidade de fronteira. Em seguida, são apresentados alguns pontos principais da estrutura musical do gênero, seguidos de análise de exemplos musicais. Buscou-se construir um diálogo reflexivo envolvendo História e Música para aprofundar e conjecturar aspectos internos e externos da milonga. Nesse sentido, intenciona-se conhecer e arraigar questões referentes às origens e aspectos musicais e sua relação com a identidade do fronteiriço.

1 Milonga: identidade e fronteira

Fronteira, a palavra origina-se do francês *frontière*, que significa limite entre exércitos. Entretanto, avaliar a fronteira excede a tão somente compreensão dos limites geopolíticos entre regiões ou nações, além disso, necessita de uma reflexão acerca da hibridização cultural ou simbólica dos fronteiriços. Neste caso, a hibridização é possível por meio das relações fronteiriças. O limite como significado político da fronteira é o que, às vezes, precisa ser esvaziado pelos historiadores para entender-se o enredamento da vida cotidiana da região. Além disso, as fronteiras políticas nem sempre representam as mesmas fronteiras culturais. Na antiguidade, por exemplo, onde quer que houvesse gregos, ali estava a Grécia (FUNARI, 2013). Em outras palavras, a cultura sempre uniu os povos apartados por montanhas, desertos, rios ou linhas imaginárias. A cultura movimenta-se como uma nuvem que paira sobre a fronteira, não precisando de autorização para fazer sombra a todos os lados, a fim de, amparar as identidades.

Na região do Prata, principalmente nas fronteiras do imenso Pampa, a cultura pode ser representada pela milonga, gênero musical que compõe a identidade e o imaginário do fronteiriço. Sobre a origem da milonga, acredita-se ser platina, mesclando elementos lusitanos e africanos (CAS-

CUDO apud ALVARES, 2007). Além disso, é importante destacar uma possível matriz cultural árabe na milonga, devido à forte presença muçulmana na Península Ibérica por mais de setecentos anos (711 - 1492) durante a Idade Média. Segundo o livro clássico de Vicente Rossi chamado *Cosas de Negros: los orígenes del tango y otros aportes al folklore rio-platense* (1º Ed. 1926), importantíssima obra sobre a cultura afrodescendente no Rio da Prata “la milonga es montevideana”, entretanto,

[...] la difusión más completa la dará desde el periódico Martín Fierro, com um artículo titulado “ascendencia del tango” donde destaca sobre la milonga: “pragmatismos aparte, la argumentación de Don Vicente Rossi puede reducirse honradamente a este silogismo: la milonga es montevideana. La milonga es el origen del tango. El origen del tango es montevideano. Acepto que la premisa menor es inconvencional; en cambio, descreo de la mayor y no sé de ningún argumento válido que la fortalezca”. Algunas enumeraciones documentales reflejan por ejemplo que en el cancionero bonaerense de ventura R. Lynch, figura la milonga – datos de 1883 – divulgadísima em los bailecitos de médio pelo arabal y acompañada por las vueltas alegres de un organito. Este es el aporte que no retiene Rossi, dejándose llevar hasta el año 1887, desconociendo la milonga como danza. (ROSSI, 1958, p. 23).

O gênero desenvolveu-se em acordes e versos em ambos os lados da tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai. De tal modo, Vega (1998) aponta para a presença da milonga na Argentina, enquanto, que Ayestarán (1967), enfatiza o seu desenvolvimento no Uruguai. É importante relacionar a origem oitocentista da milonga: as *payadas*, a milonga *surera* e a diáspora ibero-americana. Segundo Estivalet, os “payadores” trariam consigo uma estreita relação com os fandangueros andaluzes e os trovadores medievais, portanto outra origem de matriz (ESTIVALET, 2017). Há indícios de que a milonga na Argentina se estabeleceria por volta da metade do século XIX na cidade de Buenos Aires, inicialmente presente nas regiões campestres e em um segundo momento nas regiões urbanas. Sobre a origem etimológica da milonga:

Câmara Cascudo, citando Marcelo Soares, define: termo originário da língua bundo-congolense, é o plural de *mulonga*, palavra. (*ibid*, 2011, p. 41). De todo modo, importa notar à história da forma a “payada de contrapunto”, espécie de prática de trova medieval, um duelo em versos, que re-

mete a antecedentes ibéricos, irá assim consignar: Una de las formas más típicas del folklore rural del Uruguay es la Payada de Contrapunto, suerte de desafío o disputa cantada en verso sobre la base melódica de la Milonga o la Cifra, entre dos cantores. La Payada, en pleno reverdecimiento en los tiempos actuales, puede ser “a ló humano”, cuando trata de assuntos profanos, o “a lo divino”, cuando se refiere a hechos transcendentales o sobrenaturales. El Payador tiene evidente prefiguración en los trovadores de La Edad Media europea, cuyo “joc parti” tiene gran similitud – como operación poético-musical – con la Payada de Contrapunto. (SOSA, 2010, p.84).

O cotidiano nas periferias das capitais platinas, a melancolia, a vida no campo, o clima, são coisas que haveriam de afirmar a construção de um imaginário pautado em expressões poéticas e musicais. No entanto:

[...] as origens da milonga são uma questão de batismo: Há divergências quanto à origem remota da milonga, de qualquer forma, o autor Carlos Vega afastou a hipótese de que ela tenha sido “inventada” na segunda metade do século XIX, e sim que nesse período ela fora batizada, sendo que poderia ter existido anteriormente, mas sem tal denominação específica. (OLIVEIRA, 2011, p. 41).

Nas fronteiras platinas é intrincado estabelecer limites culturais entre a cidade e o campo. Ambos os espaços se complementam mesmo contendo características particulares. Neste contexto, a milonga se desenvolveu combinando elementos da cidade e do campo, sobretudo, na fronteira. “A identidade é imaginada, portanto, quando se escreve sobre uma região de fronteira o caso é especial, pois a fronteira é encontro e separação, é margem e centro.” (SILVA, 2015, p. 177). Assim, localiza-se o autêntico milongueiro, ora sendo margem, ora sendo centro. Ora marginalizado, ora protagonista. De acordo com Oliveira e Mello:

Segundo Lauro Ayestarán, no Uruguai desse contexto (1870/80), a milonga se afirma definitivamente como gênero musical representando três aspectos culturais ligados à música: denominava-se milonga um baile com dança de pares que tinha como lugar as periferias urbanas; denominava-se milonga as *payadas* de contrapontos, poética de desafios entre trovadores; e, finalmente milongas eram também as canções compostas por poesias rimadas (por ex. quadras, redondilhas, décimas) e acompanhadas por

violões que predominavam no meio urbano. Entre esses dois últimos aspectos, a trova e a canção há uma diferença sutil que nos mostra que a ambivalência do termo – se denominava milongas às *payadas* – incorpora o movimento que divide localmente cidade e campo e permite que a urbana milonga trace um caminho de retorno. (DE OLIVEIRA; MELLO, 2011, P.74).

Apesar da pluralidade de olhares sobre os gêneros musicais sul americanos, alguns autores, dentre os quais podemos destacar Lauro Ayesarán e Carlos Vega reconhecem a milonga como um gênero rio-platense, que abrange o sul de Córdoba, Santa Fé e Uruguai, entretanto, a milonga não reconhece fronteiras claras e pode ser concebida como um fenômeno estético levando-se em consideração as representações das identidades insulares e platinas. Existe, no entanto um movimento de desterritorialização política-ideológica da milonga. Um movimento voltado a pessoas que possam criar e transmitir as identificações pelas quais sobrevivem a música e a arte da composição. Neste contexto, músicos como Bebeto Alves e Vitor Ramil com ecletismo e muita propriedade compõem e interpretam milongas como um fenômeno estético (SOSA, 2010). A milonga como fenômeno estético pode ser entendida como uma representação da identidade do fronteiriço contemporâneo.

Uma região transnacional onde as fronteiras políticas e culturais não coincidem, torna-se um terreno fértil para a milonga. *Vide* território do Pampa na figura abaixo.



Figura 1: Região do Pampa, Brasil-Uruguai-Argentina. Fonte: biomadospampas.blogspot.com

No estado do Rio Grande do Sul a milonga se inseriu pela região de fronteira indo de Itaqui (divisa com a Argentina) até Jaguarão (divisa com o Uruguai), adquirindo espaço em diferentes ambientes da música sul-rio-grandense. Lessa e Côrtes (1997 apud ALVARES, 2007, p. 13), apontam que seria a região fronteira inicial da migração deste gênero musical no Estado. Carraro (2016) comenta que a milonga nativamente é interpretada com canto em voz empostada,³ demonstrando muita rigidez, sentimento e melancolia. Para o compositor Vitor Ramil a referência estética da milonga vai além de um conceito musical, antes representa o próprio jeito de ser do gaúcho que vive na região do pampa (RAMIL, 2004), lugar no sul do Brasil, compartilhada por três países distintos, que evidenciam a riqueza musical dos muitos gêneros regionais presentes no Brasil. Destarte, Ramil:

Assim como o gaúcho e o pampa, a milonga é comum ao Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, inexistindo no resto do Brasil. A discussão em torno de sua origem expressa bastante bem sua relevância no encontro dessas três culturas: há teses para sua origem rio-grandense, sua origem argentina e sua origem uruguaia; sua ascendência ora é portuguesa, ora espanhola, ora latino-americana, mais especificamente cubana. (RAMIL, 2004, p. 21).

A milonga representa uma História particular conforme a composição, interpretação ou a apropriação introspectiva que ela ganha. Assim, não possuindo necessariamente uma fundamentação política-ideológica, mas, uma livre manifestação da identidade cultural desprendida de quaisquer estereótipos conservadores ou tradicionais. Na obra “A estética do frio: conferência de Genebra”, Vitor Ramil escreve: “A milonga, que esteve sempre no fundo das minhas escolhas como uma voz íntima, à espreita, agora se fazia ouvir mais claramente” (RAMIL, 2004, p.22).

Neste sentido, a milonga representa em grande parte a própria identidade do fronteiro sendo um gênero musical originário do pampa, que mescla sim elementos originalmente ibéricos, africanos e nativos, porém forjada no pampa. Além disso, a milonga transporta as particularidades dos indivíduos da fronteira sendo pautada sob o imaginário campesino e também urbano, portanto, transformando-se em uma narrativa peculiar da região de fronteira.

3 Modo de produzir os sons aproveitando ao máximo a ressonância corporal e projeção sonora.

2 Aspectos estruturais da milonga

Para compreendermos como funcionam os aspectos estruturais da milonga, incluindo suas cadências básicas e sonoridade específica, é necessário que conheçamos aspectos da sua instrumentação básica, bem como compreendamos o ambiente onde está inserida e as possíveis variantes do gênero. Tudo isso molda a forma como a milonga é vista, conhecida e interpretada em cada contexto. Ayestarán (1967 apud ESTIVALET, 2017, p. 55), comenta sobre a importância de percebermos o espaço geográfico que ultrapassa as fronteiras políticas, onde o folclore cavalga por cima da geografia e os mapas político e folclórico não coincidem. Isso estabelece uma região cultural que transcende os territórios nacionais, que configura um espaço paralelo, transnacional onde a milonga está presente, que abrange o Uruguai, parte da Argentina e extremo sul do Brasil.

A milonga tanto no ambiente campesino, como no urbano, possui em sua concepção de raiz a relação harmônica tônica-dominante (I-V), dos graus do campo harmônico maior/menor. Estrutura-se em compasso binário (2/4) e quaternário (4/4), o primeiro de balanço bastante contagiante e pulsante e o segundo normalmente em ritmo mais cadenciado que sustenta composições de cunho mais contemplativo e reflexivo. A milonga quando em tonalidade menor ainda possui estruturas cadenciais que envolvem os graus V-IV-III-II-I e uma resolução dos graus VI-V-I sempre nas finalizações e retorno ao tema inicial.

A instrumentação de base deste gênero envolve o violão, a gaita⁴ e um instrumento percussivo chamado *bombo leguero*. Acredita-se que a instrumentação da milonga tenha sofrido mudanças desde o seu surgimento, assumindo algumas especificidades nos países da região do pampa. No Rio Grande do Sul, destacam-se formações instrumentais que envolvem violão/voz, violão/gaita/voz, violão/gaita, piano/gaita/violão, *leguero*/gaita/violão, contrabaixo acústico/violão, ainda com variações dessas formações citadas. Também existem aquelas mais amplas que agregam além dos mencionados a inclusão do contrabaixo elétrico, percussão e bateria.



Figura 2. Alguns instrumentos utilizados nas formações tradicionais e atuais da milonga.

4 Também conhecida como acordeom, já no norte e nordeste é chamada de sanfona.

Na intenção de elucidar um pouco mais alguns motes musicais a respeito da milonga, abordaremos a seguir alguns exemplos característicos do gênero.



Figura 3. Trecho melódico característico da milonga *arrabalera*.
Transcrito por Ghadyego Carraro.

Neste primeiro exemplo temos uma estrutura típica da milonga *arrabalera*, em tonalidade menor. Neste estilo de milonga o andamento normalmente é mais rápido e associado também a dança, o compasso binário é outro ponto marcante. Neste trecho podemos observar o uso de figuras rítmicas na melodia em grupos de semicolcheias com notas normalmente em grau conjuntos seguidos de alguns saltos. Ocasionalmente a melodia é produzida pela voz, mas possui grande ênfase no formato instrumental sendo a gaita a grande protagonista, eventualmente o violão também atua como solista. No exemplo em questão a harmonia está na tonalidade de mi menor, com movimento comum para o quinto grau da tonalidade caracterizando a progressão característica i-V. Normalmente a tessitura neste estilo de milonga não é muito extensa, pois compreende normalmente a extensão vocal sendo de um pouco mais de uma oitava.



Figura 4. Trecho de condução rítmica característica da milonga *arrabalera*. Alvares (2007).

O segundo exemplo procura elucidar como se configura a base rítmica de acompanhamento deste gênero. O grupo rítmico é formado pelas figuras colcheia pontuada + semicolcheia + colcheia + colcheia que são trabalhados normalmente pelos instrumentos de percussão, juntamente com o contrabaixo e violão. Este exemplo apresenta uma linha de baixo característica, mostra a progressão i-V e tem a construção melódica de acompanhamento com base nas fundamentais e quintos graus dos acordes, no caso de mi menor (Em7) o contrabaixo toca a nota mi e a nota si em oitavas

diferentes, porém quando a harmonia está no acorde de Si maior com sétima menor (B7), o baixo atua nas notas si e fá sustenido, em ambos os acordes o ritmo permanece constante com as figuras rítmicas mencionadas.



Figura 5. Trecho característico da milonga *pampeana*. Arranjo
contrabaixo e violão - Ghadyego Carraro (2010).

A figura apresenta um trecho envolvendo a milonga *pampeana* ou tradicional com interação do contrabaixo acústico e violão. Este exemplo apresenta uma linha de acompanhamento feita pelo violão e a melodia principal sendo exposta pelo contrabaixo acústico. Neste exemplo por ser no formato instrumental os instrumentos assumem funções ampliadas e atuam com funções mais amplas do que rotineiramente em versões que possuem uso da voz. Porém, a ideia neste formato composicional é trazer uma concepção *cantábile*⁵ para o contexto da música instrumental.

O contrabaixo acústico por sua vez ainda é pouco explorado na música popular, principalmente no âmbito solista e camerista⁶, porém nesta composição assume características de protagonista, expondo a melodia principal e também realizando solos improvisados.

O violão por vezes quando em formações mais coesas como essa, assume a responsabilidade harmônica e de manutenção rítmica, para isso são executados arpejos e acordes em blocos harmônicos normalmente em dedilhados, pois delineiam muito bem a harmonia, ao passo que mantém, de forma clara e coesa, a base de acompanhamento necessária para a exposição da melodia pelo contrabaixo.

Carraro (2016) comenta sobre a relação que envolve o contrabaixo e violão, por serem instrumentos transpositores uma oitava abaixo, de forma que soam em regiões complementares e próximas. Segundo o autor, isso

⁵ Diz respeito a uma concepção lírica parecida com a utilizada em linhas vocais de grupos de câmara.

⁶ Apesar de no século XX, alguns compositores observarem novas possibilidades timbrísticas para o contrabaixo, a exemplo dos *Quintetos para cordas* de A. Dvorak (1841-1904), *Quintetos* de S. Prokofiev (1891-1953), a *Sonata* de W. Henze (b.1926), as *orquestrações* de K. Penderecki (b. 1933), ainda há muito que fazer para a ampliação do repertório em câmara e solista, principalmente no repertório popular e regional brasileiro.

facilita combinações harmônicas e dispensa o uso de *scordaturas*⁷ na escrita para esta formação, exemplo que pode ser observado na figura em questão, onde os instrumentos atuam em inúmeros momentos promovendo o diálogo musical camerístico. Carraro (2016) ainda comenta que essas combinações ora enfatizam o caráter rítmico, ora o melódico, delineando inflexões harmônicas que conduzem a música e adicionam à mesma um movimento constante que a impulsiona. Neste sentido, mesmo com a ausência da letra, a lembrança da poética característica da milonga pampeana fica aparente.

CONCLUSÃO

A milonga carrega distintivos da vida cotidiana dos homens e mulheres fronteiriços, ajusta-se sob a cultura e imaginário do campesino e urbano e, deste modo, altera-se em uma narrativa simbólica sobre a própria fronteira. Assim, a milonga não possui necessariamente uma fundamentação política-ideológica, mas, uma livre manifestação da identidade cultural desprendida de quaisquer estereótipos conservadores ou tradicionais. (SILVA, 2015).

Conforme Loureiro Chaves, o disco *Ramilonga* – A estética do Frio (1997) de Vitor Ramil, reflete musicalmente muito mais do que se ouve tradicionalmente na milonga, pois apresenta uma visão estética ampliada do gênero, transformando a música regional em música do mundo. Neste sentido, ainda segundo Chaves, esta obra promove uma reinvenção da poesia e da música onde a voz suave substitui o canto forte e o requintado tratamento harmônico e melódico redirecionam as estruturas usuais da milonga, que em termos subjetivos, representa o próprio refinamento da figura do personagem típico deste ambiente, o gaúcho.

O conceito perseguido por Ramil (2004) faz uso do gênero milonga dentro de moldes estéticos amplos, portanto não nativo apenas, mas cosmopolita, que recebe influências do mundo, ao passo que também influencia. A obra *Ramilonga* de (1997) traça um marco importante para a afirmação de suas ideias enquanto identidade músico cultural do autor, assumindo a centralidade da música produzida no sul e não mais a dependência de outra produção cultural com bases na região sudeste e nordeste principalmente. Não seria o Rio Grande do Sul protagonista central de um contexto composto de riqueza e diversidade cultural tal qual é o pampa, juntamente com o frio, a fronteira, e é claro, o gênero musical milonga.

7 Termo italiano que diz respeito a utilizar uma afinação não convencional do instrumento de cordas para performance de determinada obra.

Sendo assim, o presente texto intencionou refletir sobre a formação histórica do gênero milonga, sua linguagem e representação na identidade do fronteiriço, bem como sua estrutura musical básica e variações estilísticas. As contribuições esperadas referem-se ao fomento de discussões que envolvem os gêneros de música regional platina e seu diálogo com a História Regional. Por fim, espera-se que o texto contribua de algum modo, em discussões sobre historicidade dos gêneros musicais regionais e processos identitários.

REFERÊNCIAS

- ALVARES, Felipe Batistella. *Milonga, chamamé, chimarrita e vaneira: origens, inserção no Rio Grande do Sul e os princípios de execução ao contrabaixo*. 2007. (Monografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.
- AYESTARÁN, Lauro. *El folklore musical uruguayo*. Montevideu: Arca Editorial, 1967.
- CARRARO, Ghadyego. *Milonga Nova para contrabaixo e violão*. [S.l.]: Partitura, 2010.
- _____. *Influências*. CD Independente, 2010. 1 CD.
- _____. *Música e Educação/O Contrabaixo e a Bossa: uma perspectiva histórica e prática*. Passo Fundo: Ed. Projeto Passo Fundo, 2011.
- _____. *Sobre os Conceitos de Região e Fronteira: contribuições para a compreensão de aspectos históricos na música sul-rio-grandense*. Revista Semina, v. 15, n. 1, pag. 1-17, 2016.
- _____. *Arranjos para contrabaixo acústico e violão: uso de recursos idiomáticos e expressivos*. Revista Licencia & acturas, v. 4, n. 1, pag. 93-97, 2016.
- CASCUDO, Luís Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 3. ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972. (v.2)
- OLIVEIRA, Susan Aparecida de; MELLO, Carla Cristiane; De payadas e milongas: os saberes da voz. *Outra Travessia, Revista de Literatura*, UFSC, 2011.
- ESTIVALET, Felipe Viana. *Além da estética do frio: as dinâmicas culturais das canções de Vitor Ramiel*. Curitiba: [s.n.], 2017.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- LESSA, Barbosa; CÔRTEZ, Paixão. *Manual de Danças Gaúchas*. 8. ed. São

Paulo: Irmãos Vitale, 1997.

LOUREIRO CHAVES, Celso. *Ramilonga – a estética do frio*. Disponível em:< <http://minerva.ufpel.edu.br/~ramil/vitor/discog/ramilong/release.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

OLIVEIRA, Silvio de. *Gêneros campeiros no Rio Grande do Sul: ensaio dirigido ao violão*. Porto Alegre: Nativismo, 2006.

RAMIL, Vitor. *Ramilonga – a estética do frio*. Porto Alegre: Satolep Music, 1997.

_____. *A estética do frio: conferência de Genebra*. Porto Alegre: Satolep, 2004.

ROSSI, Vicente. *Cosas de Negros: las origenes del tango y otros aportes al folklore rioplatense*. Buenos Aires: Libreria Hachette, 1958.

SILVA, Jeremias Machado. A milonga e a identidade do fronteiriço. In: Colvero, Ronaldo Bernardino; JOVINO, Pedro; SEVERO, Marconi (Orgs). *Relações de Fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai*. São Borja: Faith, 2015.

SOSA, Marcos Miraballes. Beбето Alves e Vitor Ramil: rendimentos à milonga. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, p. 78-94, 2010.

VEGA, Carlos. *Panorama de la música popular argentina*. Buenos Aires: Instituto Nacional de Musicologia “Carlos Vega”, 1998.

A GUERRA GRANDE E A PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO (1839-1852)

THE "GUERRA GRANDE" AND THE PROVINCE OF SÃO PEDRO (1839-1852)

Talita Alves de Messias¹

RESUMO

A Guerra Grande (1839-1852) foi um conflito internacional que fez parte do processo de construção dos Estados da região da Bacia Platina. Iniciada no Uruguai, essa guerra foi decisiva na configuração das forças regionais, inclusive na Província brasileira de São Pedro. Esta pesquisa historiográfica visa discutir como quatro aspectos relacionados a essa guerra (a Revolta Farroupilha, as Califórnia, os Brummer, e os Tratados de 12 de outubro de 1851) são fundamentais para compreender esse complexo conflito platino e sua repercussão na Província de São Pedro, e consequentemente, no Império do Brasil.

Palavras-chave: Guerra Grande. Conflitos Platinos. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The Guerra Grande (1839-1852) was an international conflict that was part of the process of building the River Plate basin region's countries. Initiated in Uruguay, this war was decisive in the configuration of regional forces, including those of the Brazilian province of San Pedro (now known as Rio Grande do Sul). This historiographical research aims to discuss how four aspects related to this war (the Farroupilha, the Californias, the Brummer and the Treaties of 12 October 1851) are fundamental to understand this complex regional conflict and its repercussions in the province of São Pedro, and consequently, in the Imperial Brazil.

Keywords: Guerra Grande. Platine Wars. Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

A Guerra Grande foi um conflito ocorrido entre 1839 e 1852, iniciada no Estado Oriental do Uruguai, e que teve o envolvimento do Império do Brasil, Confederação Argentina, Paraguai, França e Inglaterra. A Guerra teve início a partir da rivalidade entre os dois partidos políticos uruguaios: *Colorados*, liderados por Fructuoso Rivera, e *Blancos*, representados naquele momento por Manuel Oribe. O que era um conflito interno entre dois partidos políticos uruguaios, mostrou-se uma guerra internacional que só

¹ Doutoranda em História pela UNISINOS, Mestra em Economia Política Internacional pela UFRJ e Bacharela em Economia pela UNESC, com especialização em História do Rio Grande do Sul pela UNISINOS.

terminou com a queda de Rosas em 1852. Na fluidez da fronteira uruguaia com o Império do Brasil, a rivalidade entre *colorados* e *blancos* encontrou a rivalidade entre farroupilhas e imperiais, assim como relacionaram-se aos rivais *unitarios* e *federales* na Confederação Argentina.

Este artigo tem como objetivo articular algumas das conexões que ligaram a Guerra Grande com a Província brasileira de São Pedro do Rio Grande do Sul, de modo a colaborar com o entendimento sobre o porquê a fluidez dessa fronteira ser tão importante para os estudos acerca das intervenções e interesses do Império do Brasil na região da Bacia do Prata. Metodologicamente, o trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, iniciando com a busca nas teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em História do Rio Grande do Sul, trabalhos que citassem a Guerra Grande. Desta forma, pôde-se perceber que tal conflito aparece nesses trabalhos relacionados principalmente a quatro temas comuns na historiografia gaúcha: primeiro, o envolvimento dos farroupilhas com caudilhos uruguaio, que tornavam urgentes e delicadas as ações do governo do Império do Brasil na região (BANDEIRA, 2012). Segundo, as “califórnia de Chico Pedro”, que foram incursões armadas do poder privado gaúcho no território uruguaio, lideradas pelo Barão de Jacuí, com vistas à prear gado e recapturar escravos fugidos (FRANCO, 2006). Depois os *Brummer*, mercenários alemães contratados pelo Império para lutar na Guerra contra Rosas. E por último, os Tratados de 12 de outubro 1851, que trouxeram vantagens aos estancieiros e charqueadores sul-rio-grandenses.

Selecionados os quatro temas, buscou-se na historiografia as repercussões da Guerra Grande na Província de São Pedro, atual Estado do Rio Grande do Sul, de modo a compreender parte do papel da complexidade dessa fronteira na formação dos Estados Nacionais da região platina. Para tanto, este trabalho inicia, após esta introdução, com um tópico sobre a longa duração dos conflitos na região da Bacia do Rio da Prata, que remonta ao período colonial. Apesar de a Guerra Grande ocorrer na América do Sul independente, parte-se do pressuposto de que a região platina é um espaço resultante de um processo histórico, que sendo “efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere ou as proíbe” (LEFEBVRE, 1974, *apud* SANTOS, 2004, p. 189), de modo que a compreensão das complexas alianças da Guerra Grande passa pela assimilação dessa dinâmica histórica regional. Em seguida, será apresentado um tópico do trabalho para cada tema elencado: a Farroupilha, as califórnia, os *Brummer* e os Tratados de 1851.

1 A longa duração dos conflitos platinos

A Bacia do Rio da Prata abrange os atuais territórios do Brasil, Uru-

guai, Bolívia, Paraguai e Argentina, interligando o interior dessa região da América do Sul com o Oceano Atlântico. No início da colonização europeia, a importância estratégica desta Bacia estava relacionada principalmente ao fato de que grande parte da prata extraída em Potosí era escoada para o oceano através de seus rios. Vindo pelo Alto Peru até Buenos Aires, os portugueses usavam a saída para exportar a prata contrabandeada para a Europa, Brasil e África, até o início do século XVII, desafiando a soberania espanhola na região. Com o tempo, as carnes salgadas e o couro, assim como a erva-mate e o trigo que passaram a ser produzidos na região, foram substituindo o interesse pelos metais preciosos. Portugal, para garantir seu acesso ao mercado platino e ao interior do continente, e ainda manter conexão com Potosí, fundou a Colônia do Sacramento em 1680; enquanto para a Espanha, a defesa da região representava a sobrevivência de seu sistema colonial (BANDEIRA, 2012). O conflito entre as duas metrópoles ibéricas pelo controle da região do Prata permeou todo o período colonial, sendo também a região que mais despertava interesses ingleses dentre toda a América do Sul.

No início do século XIX, o território do Rio Grande de São Pedro ainda estava pouco ocupado por europeus, e também por isso Portugal ainda não tinha assegurado sua posse de forma concreta (PICCOLO, 1991). A capitania foi desanexada do governo do Rio de Janeiro em 1807 e elevada à categoria de capitania-geral, no intuito de “garantir um melhor aproveitamento econômico da capitania de São Pedro e acelerar sua efetiva integração na América lusa [...]” (PICCOLO, 1991, p. 9). A partir de então, passaria a se chamar Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Com as Guerras Napoleônicas, a transferência da corte portuguesa ao Brasil e o início dos conflitos independentistas na América do Sul, a dinâmica da disputa de poder na região foi se alterando. A sublevação de José Gervasio Artigas na Banda Oriental parecia uma ameaça à ordem em São Pedro, de forma que D. João VI ordenou a ocupação daquele território em junho de 1811, enviando o “exército pacificador da Banda Oriental” com 50 navios ao Rio da Prata. Tanto a questão política quanto a econômica determinavam a ação portuguesa:

A necessidade de arrebanhar muares e a concorrência que a pecuária e as charqueadas da Banda Oriental faziam às do Rio Grande de São Pedro, 50% menos produtivas, concorreram, naturalmente, para a invasão. Mas foi sobretudo o fator político que a precipitou. O príncipe D. João, cujas tropas já haviam chegado ao Paraguai para combater as de Manuel Belgrano, receava que Montevideu caísse em mãos de Artigas e dos contingentes de Buenos Aires, aumentando

o perigo de que a “anarquia revolucionária” contaminasse o Brasil (BANDEIRA, 2012, p. 80).

Os ingleses interferiram no conflito, e os portugueses declararam armistício, saindo da Banda Oriental. Com isso, Artigas conseguiu expulsar os espanhóis em 1814, e posteriormente venceu as Províncias Unidas, intitulado-se chefe dos Orientais (SOARES, 1955). A “Liga dos Povos Livres” ou “Liga Federal”, liderada por Artigas, tinha propostas republicanas e populares, que incluíam medidas como reforma agrária e abolição da escravidão, e se opunha à hegemonia de Buenos Aires sobre as Províncias Unidas. Em uma segunda tentativa de derrotar Artigas, D. João VI decidiu enviar novamente tropas em agosto de 1816, dessa vez vitoriosa. A “Divisão de Voluntários Reais”, composta por 4.830 homens e comandada por Carlos Federico Lecor, fez incursões também nas províncias de Corrientes e Entre Ríos derrotando as forças artiguistas e ocupando Montevidéu em janeiro de 1817 (BANDEIRA, 2012).

Essa ocupação garantia a produção pecuária para os estancieiros rio-grandenses. Foi um período de “intensa e extensa apropriação de terras e gado”, assim como de formação de um significativo comércio entre a Cisplatina e São Pedro (PICCOLO, 2000). Além disso, e ainda mais importante, a posse do porto de Montevidéu pelo então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, permitia não apenas o acesso mais estratégico para garantir a segurança do interior do território brasileiro, nas regiões de Mato Grosso e Goiás, como permitia anexar toda a Banda Oriental, o que ocorreu finalmente em 1821. Mas a região era muito disputada, e Buenos Aires nunca aceitou a anexação da Banda Oriental ao Império. Martín Rodríguez, na direção do governo de Buenos Aires em abril de 1825, decidiu apoiar a invasão da Banda Oriental pelos “trinta e três orientais” liderados por Juan Antonio Lavalleja e Manuel Oribe, que buscavam expulsar os luso-brasileiros da província. O transplante da estrutura neocolonial do Brasil para a Banda Oriental estava exaurindo a economia local, e a solução para Lavalleja e Oribe era conquistar a independência do território (BANDEIRA, 2012).

Vários fazendeiros e comerciantes de Buenos Aires, como Juan Manuel de Rosas, Tomás e Nicolás Anchorena, apoiaram e financiaram a campanha oriental. Já os rio-grandenses, lutaram na guerra para defender suas propriedades além da fronteira. Em outubro de 1825, as Províncias Unidas declararam a reintegração da Banda Oriental a seu território, e nesse contexto comercial, econômico e geopolítico, o Império declarou guerra às Províncias Unidas, em dezembro daquele mesmo ano. Com o tempo e a dificuldade de se chegar a um acordo entre as Províncias Unidas e o Império, a Inglaterra novamente entrou em cena, buscando garantir o livre

comércio e um irrestrito acesso aos rios, entrepostos comerciais e pontos de abastecimento da Bacia. Assim foi assinada a Convenção Preliminar de Paz de 27 de agosto de 1828, criando o Uruguai enquanto Estado-tampão, viabilizando-o como um ponto de apoio regional para a política marítima inglesa ao garantir o acesso ao Rio da Prata, e evitando um desequilíbrio entre Buenos Aires e Brasil, ou uma eventual união entre os dois (PADRÓS, 1996).

Para Bandeira (2012, p. 107), “a guerra entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas refletiu, basicamente, uma disputa pelos estoques de gado da Banda Oriental”, a matéria-prima de que necessitavam os saladeiros do Rio Grande e Buenos Aires. Já na visão de Helga Piccolo (2000, p. 132), o conflito “revelou a importância política da fronteira, que se afirma como espaço de refúgio onde se aliciava gente, se levantava recursos (especialmente gado) com ou sem a conivência de autoridades constituídas”. Nesse sentido, essa fronteira entre a Província de São Pedro e o Uruguai demonstrava não apenas uma oposição, que se torna mais clara com a independência daquele país, como uma continuidade, construída pelos anos de avanço luso-brasileiro sobre aquele território. Além disso, não tendo sido essa fronteira definida geográfica e politicamente na criação do Estado-tampão, ela ficava ainda mais fluida.

O espaço platino possui, como todo espaço, uma “inércia dinâmica”, ou seja, ao mesmo tempo em que reproduz a estrutura global que lhe originou (da qual fazem parte esses conflitos coloniais que foram sintetizados até aqui), se impõe como uma mediação indispensável aos processos sociais que vierem posteriormente, às vezes alterando o objetivo inicial ou lhe conferindo uma orientação particular (SANTOS, 2004, p. 186). Ou seja, a partir desses conflitos coloniais podemos compreender parte desse contexto em que se desenrolaram os conflitos do período pós-independência, inclusive a Guerra Grande.

2 A guerra grande e a Província de São Pedro

A disputa pelo controle territorial, pelas terras férteis e gado, e pelas rendas derivadas do comércio nos Rios da Bacia do Prata, também foram a base das tensões que levaram à guerra que acabou com o governo de Juan Manuel de Rosas na Confederação Argentina. Reconhecendo a complexidade das circunstâncias, a multiplicidade dos atores e o caráter inconstante de suas alianças, é possível identificar a direção geral do conflito uma vez que se reconhece que não estavam definidas as respectivas unidades territoriais que iriam compor os futuros Estados-nação da região. A Confederação Argentina tinha fortes divergências entre o interior e Buenos Aires,

e a liderança de Rosas naquele país ameaçava inclusive a independência uruguaia. No Uruguai, as fronteiras com o Brasil ainda nem haviam sido definidas, enquanto no Brasil o Império lutava contra a separação da Província de São Pedro na Guerra dos Farrapos (MESSIAS, 2015).

A Guerra Grande começou com uma disputa dos partidos políticos uruguaios pelo controle do Estado, que se originou de seu próprio processo de independência. Após a Guerra da Cisplatina, que culminou na criação do Estado Oriental do Uruguai, esse país só se constituiu como República em 1830, quando promulgou sua primeira constituição e elegeu seu primeiro presidente, Fructuoso Rivera. Esse foi um contraditório personagem da história política platina: durante a sublevação artiguista, lutou ao lado de Artigas, abandonando-o depois para combatê-lo junto aos luso-brasileiros; na Guerra Cisplatina, lutou ao lado do Império na anexação daquele território, chegando a ser promovido ao posto de Brigadeiro General pelo comandante Lecor, e depois passou a guerrear em prol da independência uruguaia com Juan Antonio Lavalleja (GUAZZELLI, 2013).

A aliança entre Rivera e Lavalleja foi conturbada, de modo a se tornarem rivais nas primeiras eleições presidenciais. Do conflito entre os dois caudilhos, surgiram dois partidos adversários: *Colorados* e *Blancos*, tendo o primeiro vencido a eleição com a candidatura de Rivera. Terminado o mandato em 1835, Rivera indicou Manuel Oribe para assumir o cargo. Mas Lavalleja subleveu-se, com o apoio, por um lado, do brasileiro Bento Gonçalves, e, por outro, do argentino Juan Manuel de Rosas. Manuel Oribe, que havia sido inclusive ministro no governo *colorado*, trocou de lado e passou a apoiar Lavalleja, Bento Gonçalves e Rosas. Dessa forma, iniciaram uma perseguição ao ex-presidente Rivera, que passou a organizar um levante contra o governo *blanco*. A rivalidade entre os dois grupos derivou na Batalha de Carpintería em 1836, vencida pelos *blancos*, mantendo Oribe no poder.

Em 1838, ocorreu mais uma batalha entre *blancos* e *colorados*, e dessa vez quem venceu foi Rivera, que teve inclusive apoio da França por querer derrubar Juan Manuel de Rosas do Governo de Buenos Aires. Com isso, Manuel Oribe renunciou ao governo em Montevidéu e partiu para o exílio na capital da Confederação Argentina. Lá foi recebido por Rosas como presidente legítimo do Uruguai, o que gerou a declaração de guerra a Rosas pelo governo *colorado* em Montevidéu, em 10 de fevereiro de 1839. O caráter local que essa guerra parece ter tido no início, logo foi superado e até mesmo desviado para outros problemas da região platina, se apresentando como “*un gran drama íntimamente ligado a la configuración de las nacionalidades de la cuenca del Río de la Plata*” (DEVOTO; DEVOTO, 1971, p. 8).

O processo pelo qual o Uruguai passava era muito parecido ao que se encontravam a Confederação Argentina e a Província de São Pedro na Guerra dos Farrapos, em que os grupos políticos se seccionavam, tendo o federalismo como pano de fundo para as sublevações que ocorriam decorrentes do próprio processo de formação dos Estados platinos. Esse contexto platino e essa proximidade de processos levaram à articulação de interesses e alianças que ultrapassava as fluidas e indefinidas fronteiras dessa região. As facções contrárias em cada país sul-americano envolvido tinham interesses convergentes com as facções dos países vizinhos, assim como as relações pessoais, econômicas e políticas extrapolavam as fronteiras, de modo a formar um complexo emaranhado de frouxas alianças, das quais Juan Manuel de Rosas acabou por se tornar o personagem principal.

Rosas adquiriu tal protagonismo na Guerra Grande porque disputava o controle sobre o estuário platino. Ao não reconhecer a independência do Paraguai e intervir na política uruguaia, visava assegurar o domínio do porto de Buenos Aires no trânsito de mercadorias na Bacia, sobretudo monopolizando o Rio Paraná. Por isso era um problema aos demais países platinos, assim como para Inglaterra e França. Era um projeto inconcebível para esses países que tinham nos rios da Bacia importantes rotas de comércio. Para o Paraguai, era sua saída para o oceano, e para o Império do Brasil era inclusive uma ameaça à integridade de seu território. Para os sul-rio-grandenses, era a garantia de suas propriedades e do domínio da produção pecuária que estava em risco com o projeto de Rosas.

Na Confederação Argentina, os *unitarios* formavam a oposição ao Governador de Buenos Aires, e eram considerados uma ameaça em seu governo. Assim, muitos unitários se exilaram no Uruguai, utilizando esse território como plataforma para operações em seu país de origem, e também se envolvendo e participando da Guerra Grande. Por sua vez, as províncias argentinas margeadas pelos rios da Bacia, mesmo dirigidas por líderes *federales*, questionavam o monopólio do porto exercido por Buenos Aires, sua apropriação excludente das rendas do comércio e o bloqueio aos rios da Bacia. Esse era o caso, em especial, da província de Entre Rios e seu líder Justo José de Urquiza. Então havia ainda a divisão entre *federales* de Buenos Aires e *federales* do “litoral”, este considerado como as províncias banhadas pelos rios Paraná e Uruguai (Corrientes, Entre Ríos e Santa Fé) (GUAZZELLI, 2013).

Quanto aos países europeus, preocupavam-se inicialmente em derrotar Rosas para não perderem o acesso à Bacia. A França já havia bloqueado o porto de Buenos Aires entre 1838 e 1839, e apesar de conseguir com isso a derrota de Oribe no Uruguai, acabou por fortalecer Rosas politicamente,

já que assim a culpa do bloqueio parecia recair sobre os *unitarios*. Em 1840 a França tentou outro bloqueio, sem sucesso, e após Rosas bloquear o porto de Montevideu, os ingleses se aliaram aos franceses. Assim o caudilho argentino teve de buscar apoio no Império do Brasil contra os europeus, e para isso usou o argumento de que o grande risco da região no momento seria a união do Uruguai com a Província de São Pedro, Corrientes e Entre Rios em um novo país liderado por Rivera. Mas naquele momento, mesmo que todos esses acontecimentos internacionais no Prata estivessem ameaçando sua fronteira, as ações imperiais eram limitadas, já que o Império ainda estava lutando pelo fim da República Rio-Grandense declarada pelos farrapos e pela reintegração de seu território, conforme será visto no tópico seguinte.

2.1 A Guerra Grande em meio à Revolta Farroupilha

No início da Guerra Grande, o Império do Brasil ainda não podia se envolver diretamente no conflito devido a sua própria instabilidade política e econômica durante o período regencial, que tem como um de seus marcos o Ato Adicional de 1834 que dava maior poder aos presidentes provinciais e colocava em conflito as oligarquias regionais do país. Várias revoltas regionais ocorreram no Brasil nesse período, e a mais longa delas ocorreu na Província de São Pedro do Rio Grande, a Guerra dos Farrapos. Tendo por motivações questões políticas e econômicas, esse conflito brasileiro parece ter sido mais uma variável do processo de formação dos Estados nacionais na região platina (PADOIN, 2006).

O conflito demandaria intenso esforço imperial de pacificação para garantia de sua fronteira, ainda que a estrutura das relações econômicas e sociais que tinham origem no período colonial não tenham sido transformadas. Muitos dos pertencentes à elite rio-grandense estiveram na luta pela defesa do Império, de modo que coexistiram dois governos na província: o imperial e o republicano (PADOIN, 2006). Além da divisão entre farrapos e imperiais, os próprios rebeldes não eram um grupo coeso, se dividindo entre “grupo da maioria”, com mais influências do liberalismo, e “grupo da minoria”, mais voltados ao reformismo. Havia ainda os abolicionistas, e os não-abolicionistas, os separatistas, e os não separatistas.... Eram grupos de interesses movidos pelas relações produtivas, comerciais e mesmo ideológicas e pessoais.

Nessa sociedade fronteiriça, os donos de terras eram também os chefes militares, semelhante aos caudilhos argentinos e uruguaios. Esses militares que passaram anos defendendo as fronteiras ao sul do Brasil foram bastante privilegiados com a incorporação da Província Cisplatina, e

mantiveram propriedades naquele território mesmo após sua independência, o que garantia a produção pecuária para os estancieiros rio-grandenses. Mas reclamavam que os impostos exorbitantes que pagavam ao Império não eram investidos na província e sufocavam sua produção e seu comércio. E, principalmente, esses produtores de charque e gado tinham como principal mercado o brasileiro, mas estavam em desvantagem com relação aos concorrentes estrangeiros pelo câmbio e pelas vantagens tarifárias que esses últimos possuíam.

Isso porque o Império do Brasil tinha uma alta dependência das rendas alfandegárias, e segundo os dados apresentados por Almeida (2005, p. 186-187), os direitos de importação representavam a metade da receita do governo, enquanto os de exportação chegavam a 20% em meados do século XIX. Os orçamentos das províncias apoiavam-se principalmente nos “direitos de baldeação e reexportação, em direitos de saída e em dízimos e impostos sobre artigos diversos, segundo a especialização regional”, e as isenções ocorriam por conveniência ou por motivos políticos (ALMEIDA, 2005 p. 188). Assim, por receberem poucos recursos do governo central, as províncias acabavam por cobrar tarifas de exportação de seus produtos para outras partes do país, como no caso de São Pedro, em que o agravante era a falta de proteção contra os produtos concorrentes que eram importados dos países vizinhos.

Um dos principais representantes dos farroupilhas era o Coronel Bento Gonçalves. Ele foi o principal representante liberal da Província de São Pedro nos manifestos de 1831 que levaram à abdicação de D. Pedro I. Participou da primeira Campanha Cisplatina em 1811 e 1812, e da segunda de 1816 a 1821, quando foi nomeado capitão. Em 1824 foi nomeado tenente-coronel. Na Guerra da Cisplatina, participou das mais importantes batalhas, como a de Sarandi e a de Ituzaingó. E em 1829, recebeu seu mais importante título: D. Pedro I o nomeou Coronel de Estado-Maior. Nesses conflitos em que se envolveu, Bento Gonçalves adquiriu estâncias tanto no Uruguai quanto no Brasil, e era amigo pessoal de Lavalleja.

Os presidentes provinciais nomeados pelo Império assustavam-se com essas relações dos estancieiros gaúchos com os caudilhos republicanos da Banda Oriental. De modo que quando foi nomeado como Presidente da Província o baiano José Mariani, em 1833, o mesmo logo recebeu a denúncia de que Bento Gonçalves era um conspirador que pretendia a separação da Província. Com a denúncia, e demonstrando a influência que possuía no governo imperial, Gonçalves foi até a corte e se defendeu, conseguindo tirar Mariani da presidência de São Pedro e nomear um presidente para a província por ele indicado. Além disso, conquistou uma pensão pelos servi-

ços que havia prestado ao Império.

Em 1834 assumiu como Presidente da Província o também liberal Fernandes Braga, indicado por Gonçalves. Nesse período, já estavam exilados na província alguns uruguaios *blancos* contrários ao governo *colorado* uruguaio, como Lavalleja, amigo de Bento. Assim Fernandes Braga também denunciou essas relações dos “senhores da guerra da fronteira” com os exilados uruguaios, acusando-os de separatismo. Esse foi o estopim da Revolta Farroupilha. Bento Gonçalves, Bento Manuel (que por três vezes trocou de lado ao longo da Guerra), e o General Netto, tão famosos na cultura gaúcha, lideraram a insurreição, que culminou na proclamação da República do Piratini em 11 de setembro de 1836. Segundo Flores (2010, p. 15), a República gaúcha chegou a ter “seis ministérios, serviço de correio, serviço de polícia, exército organizado, tribunal eclesiástico, seis tratados com o exterior, leis e decretos próprios publicados no jornal O Povo, espécie de órgão oficial do governo republicano”. O Império não reconheceu a separação, e uma guerra civil se instaurou na região por dez anos.

Do lado dos farrapos, estavam estancieiros e charqueadores, e também escravizados que acreditavam na promessa de que com a implantação da República seriam libertos. Mas havia na província também os charqueadores que mais preocupados com o andamento de seus negócios, migraram para o Uruguai logo nos primeiros meses do conflito, uma clara demonstração da fluidez dessa fronteira (VARGAS, 2013). De acordo com as estimativas apresentadas por Hartmann (2002, p. 79), os farroupilhas mantinham um exército bem menor que o imperial, e conseguiam arcar com suas despesas através da venda de gado e charque para os países da Bacia do Prata, além dos investimentos de dirigentes e simpatizantes da revolução. Os farrapos tinham alta mobilidade por conhecerem bem o terreno, mas perdiam dos imperiais também na capacidade bélica.

Era fundamental ao Império vencer os farrapos, pois sabia-se que as ligações dessa província com os países platinos era uma séria ameaça à integridade territorial da última monarquia da região. A Província de São Pedro era fundamental tanto ao Império quanto aos demais países platinos. Enquanto independente, a República Rio-Grandense abria várias possibilidades de alianças: poderia unir-se a Entre Rios, Corrientes e Uruguai, para enfrentar Rosas em Buenos Aires; poderia unir-se apenas ao Uruguai, e assegurar a independência de Montevideu e do Paraguai contra a Confederação Argentina; e mesmo que não se unisse a outro país, serviria como mais um Estado-tampão a proteger a Argentina dos propósitos imperialistas brasileiros. “Visto sob qualquer ângulo, um Rio Grande do Sul independente significaria um Brasil mais fraco” (LEITMAN, 1979. p. 52). Por isso a

Guerra dos Farrapos foi um acontecimento bastante relevante para o decorrer dos conflitos uruguaios e para a Guerra Grande, já que a partir dessa revolta o apoio rio-grandense vinha não apenas de interesses e relações pessoais, mas de estratégia de guerra de uma nova república que lutava por sua independência.

Nesse sentido, as alianças ao longo dos conflitos foram alteradas diversas vezes, em lentos processos de construção de estratégias que nem sempre culminavam em posições claramente coerentes. Até 1839, ano da declaração de Guerra que marca o início da Guerra Grande, pode-se dizer que nesse complexo emaranhado de acertos, por linhas gerais os farroupilhas mantinham relações preferencialmente com *blancos* uruguaios e *federales* argentinos (GUAZZELLI, 2013). Enquanto isso, durante todo o período regencial, a política brasileira para o Prata foi defensiva, já que a fragilidade interna não permitia envolvimento nos conflitos externos. Então os conflitos entre Lavalleja e Rivera, assim como as políticas de Rosas, foram sendo acompanhadas de longe pela Regência. Mas após a coroação de D. Pedro II em 1841, o governo estava em melhores condições políticas e financeiras de acabar com a Revolta Farroupilha e envolver-se nos conflitos externos platinos.

Em 1843, Rivera já declarava abertamente seu apoio aos farroupilhas, que passaram a receber armas e cavalos de suas também aliadas províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes. É neste contexto que, com medo da ameaça europeia e percebendo a aliança de Rivera com seus inimigos das províncias argentinas, Rosas foi buscar o apoio do Império e cobrar seu posicionamento no conflito. Quando o Império resolveu assinar um acordo, Rosas desistiu. Esse acordo que chegou a ser redigido, o Tratado de 24 de março de 1843, caracteriza-se por encobrir um jogo de disputa por poder que tentava colocar em acordo duas partes que possuíam objetivos bastante opostos, tanto com relação à navegação do Prata, quanto sobre o reconhecimento da independência do Paraguai e do Uruguai. Por isso Rosas concluiu que não deveria amarrar-se ao Império através desse Tratado, deixando claras, a partir de então, as suas intenções de ir contra os objetivos imperiais. E o Império precisava montar uma estratégia para lidar com a situação, já que tanto Rosas e Oribe, quanto Rivera, se apresentavam como seus inimigos, embora não aliados entre si.

A grande vantagem de Rosas no Uruguai naquele momento estava no cerco de Montevideú imposto por Oribe a Rivera, em 1843. O porto de Montevideú estava bloqueado por Rosas, impedindo que lá entrassem quaisquer mercadorias que pudessem contribuir com Rivera, como armas, munições, gado e carne. Essa situação era também prejudicial aos comér-

cios franceses e ingleses na região, que sem conseguir derrotar Rosas, acabaram por aceitar acordos de privilégios com o caudilho. Desse modo Rivera perdeu o acesso ao porto, assim como os farrapos que dependiam desse mesmo acesso, já que Rio Grande estivera na maior parte do tempo da guerra sob controle do Império. Com os conflitos entre Rosas e Oribe, de um lado, e Rivera do outro, o Império aproveitou para pacificar São Pedro do Rio Grande, antes que qualquer um dos lados vencesse os conflitos.

Nesse contexto, e mais ainda, desde 1842, acreditava-se que a Guerra dos Farrapos acabaria a qualquer momento, tanto pelos efeitos que o enfraquecimento de Rivera surtiu nos seus aliados farroupilhas, quanto porque as divisões internas da República prejudicavam suas estratégias de sobrevivência. Assim os farrapos iniciaram os processos de negociações com o Império, e em meio a isso deu-se o último combate armado da Guerra: o combate de Porongos, ocorrido em novembro de 1844. Esse combate resolveria duas questões: primeiro, a preocupação com o que se faria com os combatentes negros que foram libertos da escravidão para lutarem na guerra ao lado dos republicanos, já que o Império não aceitou a alforria. O problema foi atenuado com a morte cruel de grande parte desses combatentes. A segunda questão seria a própria derrota que deu à rebelião o golpe mortal (GUAZZELLI, 2013).

Garantindo a integridade do território, a Paz de Ponche Verde foi assinada em 1845. Fazendo concessões aos farroupilhas, em que a principal seria a introdução de um imposto de 25% sobre o charque importado, o governo imperial reintegrou o Rio Grande do Sul ao Brasil (CARVALHO, 2012). E então, na mesma declaração em que o comandante farroupilha David Canabarro comunicou às suas tropas o Tratado de Paz, já declarava apoio ao Império contra Rosas:

Um poder estranho ameaça à integridade do Império e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será o teatro de suas iniqüidades e nós partilharemos a glória de sacrificar os sentimentos criados no furor dos partidos, ao bem geral do Brasil (SOARES, 1955, p. 101).

A partir de então, o Império teria de volta seus “senhores da guerra”, caso fosse necessária uma intervenção na Guerra Grande.

2.2 As califórnicas e a intervenção Imperial no Uruguai

Se, por um lado, a intervenção do Brasil na Guerra Grande seria possibilitada pelo fim da Guerra dos Farrapos (PICCOLO, 2008), por outro

lado seria justamente a interferência dos rio-grandenses naquele conflito que tornaria ainda mais urgente a ação imperial (BANDEIRA, 2012). Isso porque pacificada a província, os estancieiros buscaram retomar suas atividades econômicas, e para tanto recorreriam novamente às suas propriedades do outro lado da fronteira, na região que agora era de domínio dos *blancos* uruguaios. Com o sitio a Montevideu em 1843, o Uruguai estava dividido em dois governos: o governo sitiado da *Defensa*, liderado por Rivera, e o governo de *Cerrito*, que tinha Oribe como presidente. Oribe dominava o interior do Uruguai, na região de campanha, e uma das principais orientações de seu governo era estabelecer o princípio de autoridade e defender o território da campanha contra a penetração brasileira (DEVOTO; DEVOTO, 1971).

A escravidão foi abolida pelo governo da *Defensa* em 1842, e pelo de *Cerrito* em 1846, e por isso os proprietários rio-grandenses que estavam na região retornaram para o Brasil com seus escravos para assegurar suas propriedades. Em 1848, com o objetivo de garantir a produção de charque pelos saladeiros uruguaios, Oribe fechou a fronteira proibindo a passagem de tropas de gado para a Província de São Pedro, o que intensificou o conflito com os estancieiros brasileiros (VARGAS, 2013). Esses foram buscar no governo do Império uma defesa para suas propriedades, reivindicando uma intervenção militar naquela região. Além disso, *colorados* uruguaios se mantinham refugiados no lado brasileiro da fronteira após o domínio dos *blancos*. Segundo Vargas (2013, p. 307), enquanto as reclamações de saques e agressões eram feitas por proprietários menos prestigiados na região, o Império conseguia manter o controle do clima de insatisfação; mas quando famílias importantes dessa elite rio-grandense passaram a ser atacadas, “as retaliações tomaram proporções irreversíveis”.

Por conta própria, os estancieiros de São Pedro buscaram meios de apreender as reses e escravos que acreditavam que lhes era de direito, realizando incursões armadas no Uruguai. Esses movimentos ficaram conhecidos como “califórnia”, nomeados assim em referência à descoberta do ouro na Califórnia nos Estados Unidos em 1848, atraindo em torno de 300 mil pessoas para aquela região e levando ao enriquecimento súbito dos garimpeiros norte-americanos (FRANCO, 2006). As “califórnia” no Uruguai ocorreram entre 1849 e 1850, e participavam não apenas os rio-grandenses, como também os uruguaios e argentinos refugiados na Província. Entre março e abril de 1849, teriam passado seis tropas de cerca de 1.000 cabeças de gado cada, segundo denúncia do Coronel *blanco* Diego Lamas (FLORES, 2014).

Outra denúncia feita por Lamas, em novembro de 1849, envolvia

uma “atividade subversiva” em que se planejava um ataque ao território uruguaio, com participação de argentinos *unitarios*, uruguaios *colorados*, além dos brasileiros. A reclamação chegou ao conhecimento do Presidente da Província, que naquela época era o General Andréa. As denúncias geravam conflitos entre os militares rio-grandenses, pois enquanto uns eram mais combativos com relação aos californianos, outros pareciam condescendentes, na análise de Sérgio da Costa Franco (2006). Segundo Franco, as correspondências entre esses militares demonstram que alguns deles percebiam que a população apoiava os californianos, já que “a repercussão das alegadas perseguições sofridas no Uruguai oribista pelos fazendeiros brasileiros era bastante forte para gerar solidariedade popular aos movimentos de rebeldia” (2006, p. 24).

Um dos principais líderes das califórrias foi Francisco Pedro de Abreu, também conhecido por Chico Pedro, Moringue e Barão de Jacuí, título esse que recebeu logo após o fim da Revolta Farroupilha. Chico Pedro lutou contra os farrapos, e foi o líder militar responsável pelo ataque de Porongos, no final daquele conflito. Após a Paz de Ponche Verde, dedicou-se à criação e ao comércio de gados, o que fazia mesmo durante a guerra. Possuía várias estâncias na fronteira, tanto do lado brasileiro quanto do uruguaio. Em outubro de 1849, já se fazia denúncias de que o Barão de Jacuí estaria organizando saques e transportes de gado, trazendo-os do território oriental para a Província de São Pedro, o que o governo de Oribe havia proibido (FRANCO, 2006).

Em dezembro daquele ano, o Barão de Jacuí se declarava como chefe dessas incursões, e o fez através da seguinte proclamação:

Brasileiros! – É tempo de correr às armas e despertar o le-targo em que jazeis. Uma série não interrompida de fatos horrorosos, que têm cometido esses selvagens invasores no Estado limítrofe para com nossos patrícios e propriedades, não vos são ocultos; e reconhecendo o vosso valor e patriotismo, o Chefe que firma vos convida a reunir-vos ao ponto marcado, e destarte salvarmos a Honra Nacional e as nossas propriedades extorquidas; e creio que não sereis indiferentes a este sagrado dever.

Brasileiros! Marchemos em socorro de nossos irmãos, ali mostraremos que somos dignos das bênçãos da Pátria.

Orientais! Vós que emigrastes para um país hospitaleiro, ajudai a libertar vossa pátria desses assassinos degoladores, que têm manchado a vossa história de Independência com atos os mais atrozes, que jamais foram vistos em todo o orbe; contaí com a proteção do Deus das vitórias, e

se venceses a esse inimigo comum, a pátria vos será grata.
Viva a Nação Brasileira. Viva S.M.I. Viva a Constituição do
Império!

Quartel General em marcha, 26 de dezembro de 1849.

Francisco Pedro de Abreu, Comandante em chefe.

(Reproduzido por FRANCO, 2006, p. 29)

A partir de então, estavam declarados os ataques do Barão de Jacuí. O primeiro teria ocorrido em 02 de janeiro de 1850, em que segundo Diego Lamas, estavam reunidos 300 homens² quando atacaram seu acampamento em Salto, tendo roubado o que encontraram, assassinado um homem, e incendiado alguns ranchos. No dia 05 daquele mês, foi a vez do Coronel Lamas atacar a coluna do Barão, reunida em Catalan, que foi derrotada e dispersada. Em 08 de janeiro o Barão teria sido preso, mas libertado ilegalmente logo em seguida por um grupo de 30 homens. E então, o Barão se dedicaria ainda mais às “califórnicas” (FRANCO, 2006).

Apesar de as arriadas serem comuns nos conflitos de longa duração dessa região platina, essas “califórnicas” que ocorreram no contexto da Guerra Grande receberam mais atenção dos governos devido à frequência com que estavam ocorrendo nesse momento, à grande quantidade de gado a atravessar a fronteira e à participação do Barão de Jacuí (MENEGAT, 2015). Segundo a mesma autora, essas incursões eram distintas do recorrente contrabando da fronteira, pois ao não buscar o anonimato dos agentes, caracterizavam-se mais por expedições anunciadas. Por outro lado, se “a apropriação indevida de bens” em contexto de guerra é utilizada como “tática de enfraquecimento do exército inimigo, de atrativo de recrutamento e abastecimento de tropas”, as “califórnicas” de Chico Pedro eram distintas porque não faziam parte de um esforço militar do Império, sendo, portanto, ilegais (MENEGAT, 2015, p. 246). Mas mesmo assim elas foram consideradas como atos de guerra pelos *blancos* orientais, de forma a forçar o Império a impedi-las e a aumentar a hostilidade do Uruguai com o Brasil, ou até mesmo porque, simplesmente, os *blancos* não encontraram outra forma de considerá-las (MENEGAT, 2015).

Além disso, as relações políticas do Império com o Barão eram delicadas, tanto pelo prestígio de Abreu e sua capacidade de liderança, no sentido de recrutar soldados e arregimentar gado e cavalos, quanto na capacidade estrategista do mesmo, já que essas eram características importantes para um aliado caso houvesse necessidade de uma nova guerra, como os acontecimentos levavam a crer (tanto era assim que o Barão foi uma das

2 “[...] contrariado pelas fontes brasileiras que mencionam apenas 150 companheiros do Barão [...]” (FRANCO, 2006, p. 30).

peças fundamentais na posterior aliança de Urquiza com o Império) (MENEGAT, 2015). Por outro lado, ainda sob a sombra que a Farroupilha deixou, havia o receio de que as “califórnicas” tivessem alguma intenção separatista (MENEGAT, 2015). Devido a isso, os militares brasileiros, seguindo as ordens do Presidente da Província, repassavam informações para autoridades oribistas no Uruguai sobre os movimentos de Chico Pedro, visando tentar acabar com esse movimento, que já reunia mais de 400 homens (FRANCO, 2006).

Em março de 1850, no relatório que escreveu a seu sucessor no cargo, o Presidente da Província General Andréa explicava as razões de o Barão de Jacuí ter realizado as incursões no país vizinho, baseando-se nos prejuízos que os brasileiros vinham sofrendo devido às ações de Oribe e dos *blancos*, e principalmente, tirando a culpa do Barão ao dizer que o mesmo estava sendo “instrumento de loucuras alheias” (FRANCO, 2006, p. 57). Sabe-se que Andrea já vinha se comunicando com Chico Pedro, tentando convencê-lo a depor as armas, mas isso só ocorreu sob mediação do Presidente sucessor, Pimenta Bueno, em 7 de maio de 1850. Era o fim das “califórnicas”.

A pressão pela ação do Império exercida pela elite sul-rio-grandense se dava também através dos deputados da Província, e ficou ainda mais forte em 1851. Um deles, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, chegou inclusive a comprar um carregamento de rifles e enviar para a fronteira naquele ano (VARGAS, 2013). Ao final de 1850, o Império já havia cortado relações com Rosas, e os europeus haviam abandonado o palco de guerra platino. Fracassados esses últimos na tentativa de derrubar Rosas e os bloqueios e controles pretendidos pelo caudilho, essa tarefa recaía sobre o Brasil. Quando a França saiu do conflito, deixou Montevideu ainda mais vulnerável, já que com sua saída foi reduzindo também os subsídios que fornecia à cidade sitiada para resistir às incursões de Oribe e Rosas.

Para suprir a redução dos subsídios franceses ao Uruguai, o Império passou a apoiar militar e financeiramente Montevideu, e posteriormente Urquiza. O apoio financeiro se deu através de Irineu Evangelista de Souza, futuro Barão de Mauá, e depois Visconde de Mauá, que substituiu o subsídio francês àquela cidade, a partir de 1850. No dia 6 de setembro daquele ano, acordou-se secretamente entre o Império, o governo da *Defensa* e Mauá, que seriam fornecidos mensalmente a Montevideu um auxílio de 18 mil pesos fortes mensais, por treze meses, com juros de 6% e garantias nas receitas fiscais da República Oriental, quando se restabelecesse a ordem (ALMEIDA, 2005, p. 200). Ainda em 1850, quando a França reduziu novamente o aporte, que de 28 mil pesos mensais passaram a 24, o Império assumiu novamente suprir essa redução através do contrato de 01 de dezembro

de 1850 (SOUZA, 2013). Finalmente o Império iniciava a interferência na Guerra Grande, tão esperada pelos caudilhos da Província de São Pedro.

2.3 Os *Brummer*: mercenários imperiais na Guerra Grande

Em 1850, o maior receio do Império era que Rosas conseguisse controlar o Uruguai através de Oribe, e por isso os *colorados* uruguaios acabaram se tornando seus aliados. As atividades diplomáticas imperiais eram reunir aliados e preparar a guerra. Para tanto, o Brasil ratificou o reconhecimento da independência do Paraguai, através do Tratado de Aliança Defensiva de 25 de dezembro de 1850, em que acordavam os dois países defenderem-se mutuamente de ataques argentinos ou uruguaios, e defender também a livre navegação no Rio Paraná. Em 29 de maio de 1851, outro Tratado de Aliança defensiva e ofensiva, tinha como signatários o Império do Brasil, Uruguai, Corrientes e Entre Ríos, em que o principal líder argentino era Justo José de Urquiza.

Em 18 de agosto de 1851 Rosas declarou guerra ao Império. Mas as alianças de Rosas já vinham se desfazendo, e seu poder passava por um processo de corrosão. Um dos principais aliados a desertar foi Urquiza, que passando ao lado Imperial mudava consideravelmente a correlação de forças da Guerra Grande. Oribe teria percebido que o projeto de Rosas estava sendo minado, e procurou acordo para reunificação do governo urguiaio. Em 8 de outubro de 1851 encerrava o sítio a Montevideú, afirmando-se que *“entre todas las diferentes opiniones en que han estado divididos los Orientales, no habrá vencidos ni vencedores; pues todos deben reunirse bajo el estandarte nacional, para el bien de la patria y para defender sus leyes e independencia”* (DEVOTO; DEVOTO, 1971, p. 106).

Com o acordo de paz no Uruguai, o próximo passo do Império do Brasil era a derrubada de Rosas. No contexto de preparação de guerra pelo Império, foi necessária a organização de seu exército. Os que eram antes inimigos, os líderes farroupilhas, a partir de então seriam alguns dos principais líderes militares na Guerra Grande. Mas o exército brasileiro naquele momento estava passando por um processo de profundas reformas, iniciadas com as mudanças na lei de promoção em 1850, que pautada sobre “rigorosos requisitos de antiguidade bem como prêmios por instrução”, abolia o sistema aristocrático e abria “o exército ao talento” (SCHULZ, 1994, p. 24). Como o Império não dependeu de uma extenuante guerra com sua ex-metrópole para afirmar sua independência, a continuidade dos aparatos estatais criados pelos portugueses no Brasil, através da permanência da mesma dinastia no governo, gerou um problema ao Império desde seu nascimento: como manter um exército que foi formado para defender um

Reino Português?

Com a maior estabilidade política no Império nos anos 1850, as reformas no Exército puderam ser mais fecundas. Entretanto, tentativas paliativas de solução a esse problema vinham ocorrendo desde 1822. Segundo Cunha (2006), o Império teria iniciado a contratação de mercenários já em 1823, através da ordem imperial de 08 de janeiro daquele ano. Segundo Gustavo Barroso (1938, p. 44), “o mercenário era, então, comuníssimo em qualquer país”, e o Império precisava não apenas aumentar seu contingente militar, mas também ocupar as regiões de fronteira do território. Outras contratações foram realizadas, como para a Guerra da Cisplatina ou a Revolta dos Cabanos no Pará, mas em geral não eram ações muito bem-sucedidas. Para a Guerra contra Rosas, o governo imperial decidiu contratar mercenários no território alemão, além de comprar equipamentos bélicos.

Foi encarregado para a contratação o deputado pernambucano Sebastião do Rego Barros, que partiu para Hamburgo no final de 1850. Lá ele teria aberto um escritório de agenciamento, com a permissão do Senado da Cidade Hanseática (WERLANG, 2005). A organização militar que Barros traria para o Brasil já estava formada desde 1848 com o intuito de defender o ducado de Schleswig e o condado de Holstein contra a Dinamarca, mas que após o fim dessa guerra em janeiro de 1851, havia sido dissolvida (WEIZENMANN, 2015). Foram entre 1.700 e 1.800 homens que desembarcaram no Brasil entre 1851 e 1852, que ficaram conhecidos como *Brummer*. “A Legião era constituída de um Batalhão de Infantaria, um Grupo de Artilharia e duas Companhias de Sapadores, com armamento e equipamento respectivos” (BENTO, 2013, p. 4). Cada legionário receberia, ao final de quatro anos, 22,5 braças quadradas de terras, ou a passagem de volta para a Europa e mais um prêmio em dinheiro. Manteve-se o idioma alemão como o oficial de comando, o regime disciplinar prussiano e o uniforme das tropas de Schleswig-Holstein (BENTO, 2013). Além da contratação dos mercenários, foram comprados cerca de 200 fuzis Dreyse (equipamento bastante evoluído na Europa), cerca de 12 canhões Prussianos, duas equipagens de pontes com pontões Birago e 40 carretas austríacas de 4 rodas, para tração cavalar ou muar (BENTO, 2013).

Segundo Werlang (2005), Rosas chegou a saber da contratação de mercenários pelo Brasil. Um cônsul argentino, chamado Bahre, tentou denunciar as propagandas feitas pelo enviado brasileiro para contratações, mas como este tinha autorização do Senado de Hamburgo para isso, Bahre não obteve sucesso. Posteriormente, Rosas teria enviado a Hamburgo um oficial da marinha para também contratar mercenários, mas não teria conseguido. Seus agentes chegaram a tentar convencer os mercenários que

iriam para o Brasil a desistir (WERLANG, 2005). Nas biografias dos mercenários da Guerra Grande publicadas no livro “Memórias de *Brummer*”, dentre todas as provações e sofrimentos que passaram esses homens, alguns pontos específicos chamam atenção nesses textos. Um deles, se refere às ditas tentativas de vender parte da legião à Rosas. Outro é quando um dos *Brummer* comenta que no território alemão de onde veio não se aceitava que esses soldados saíssem de lá para defender justamente um governo monárquico, enquanto do outro lado estava um governo republicano (que seria o de Rosas), que naquele contexto, parecia ser muito mais digno de ser defendido (LENZ; SCHÄFER; SCHNACK, 1997).

Em 08 de agosto de 1851 o Batalhão de Infantaria dos mercenários foi reunido em Pelotas, onde permaneceram por cerca de três meses, quando partiram para Montevideú. Em Pelotas já começaram as deserções, que resultavam em perseguições da Guarda Nacional, reação dos desertores, e mortes. Apesar de terem percorrido os trajetos planejados, os mercenários não chegaram a batalhar na Guerra Grande. A volta de Montevideú oportunizou mais deserções, e dos que chegaram com o batalhão em São Pedro, alguns migraram para Rio Pardo, e outros para São Leopoldo (WERLANG, 2005). Os princípios germânicos que traziam consigo facilitou sua penetração nas colônias alemãs da província, de modo que alguns chegaram a exercer papel político de destaque em São Pedro, como Carlos von Koseritz, que chegou a ser deputado provincial.

Quanto a Guerra Grande, em novembro de 1851, após os primeiros empréstimos disponibilizados pelo Império através de Mauá ao Uruguai, foi realizado o convênio de 21 de novembro de 1851, em que o Império acordou fornecer 100 mil patacoes, por dez meses, a juros de 6%, para o general Urquiza, representante de Entre Ríos e Corrientes, visando não a guerra contra a Confederação Argentina, e sim a queda de Rosas. Essa dívida estaria garantida pela hipoteca das rendas e terrenos de propriedades públicas da Confederação (SOUZA, 2013). Além disso, seriam fornecidos pelo Império quatro mil homens com armamentos e munições de guerra além de dezessete navios (SOUZA, 2013). Aliava-se a Urquiza e seu exército de Entre Ríos e ao Império, as tropas de Corrientes e os colorados uruguaios. Essas alianças lideradas pelo Brasil foram fundamentais para derrotar Rosas na Batalha de Monte Caseros, em 03 de fevereiro de 1852.

2.4 O fim da Guerra Grande e os Tratados de 1851

A batalha de Monte Caseros e a consequente queda de Rosas, segundo Puiggrós (2006), representou a solução final de uma guerra entre províncias, e ainda que não tenha encerrado a luta pelo porto único na Bacia

Platina, colocou o problema em vias de solução. Isso porque após a batalha final, Urquiza conseguiu colocar um aliado seu no governo de Buenos Aires e organizar o que ficou conhecido como o “Acordo de San Nicolás”, firmado em 31 de maio de 1852 e ratificado pelas províncias argentinas, exceto Buenos Aires. A Constituição impunha a Buenos Aires a nacionalização da renda aduaneira de seu porto, e tornava-a a capital da Confederação. Buenos Aires não aceitou o acordo, e se separou da Confederação Argentina na Revolta de 11 de setembro de 1852, gerando dois Estados: a Confederação Argentina, com sede em Santa Fé, e o Estado de Buenos Aires, não reconhecido pela Confederação.

Com a divisão do país vizinho, apenas o Império do Brasil saiu consolidado enquanto Estado da região após a Guerra Grande e a derrocada de Rosas. O Uruguai tornou-se um “mero protetorado do Brasil”: aproximadamente 30% de seu território pertencia a brasileiros, a renda nacional ficou reduzida no fim da Guerra a 10% do que era antes, e a dívida externa chegou a 26 milhões de pesos, com os recursos públicos hipotecados (BANDEIRA, 2012, p. 147 e 148). Parte dessa dívida uruguaia era com o Império e Mauá. Esses empréstimos foram tomados ao longo da Guerra Grande e reconhecidos através de um dos cinco Tratados 12 de outubro de 1851.

Em meados de 1851, quando a França decidiu cessar a intervenção na Bacia do Prata, e conseqüentemente o subsídio que fornecia ao Uruguai, este país (que já recebia recursos brasileiros) pediu ao Império não apenas que complementasse o que fornecia a França, como que superasse aquele valor: pedia 60 mil patações mensais por um ano, e um crédito imediato de 138 mil patações. O Império aceitou, através do Tratado de Subsídios, assinado no contexto dos Tratados de 12 de outubro. O Império do Brasil forneceria um valor mensal ao Uruguai “por tanto tempo quanto o governo de Sua Magestade (sic) o Imperador julgar conveniente” (TRATADO, 1851), cobrando juros de 6% ao ano pelos empréstimos, enquanto em contrapartida o Uruguai reconhecia a dívida contraída com o Brasil durante os anos anteriores, que já alcançava 288.791 pesos fortes (SOUZA, 2013).

Diante da fragilidade uruguaia, essa convenção e os outros quatro tratados de 12 de outubro consolidaram a dependência do Uruguai ao capital brasileiro. Nesses tratados, também se acordou que o Império do Brasil estaria comprometido a intervir no Uruguai em caso de conflitos internos. Garantiu-se a livre navegação no rio Uruguai e seus afluentes, e ambos os países concordaram em não dar asilo a criminosos, prestando-se à extração recíproca. Além disso, o Uruguai, já tendo abolido a escravidão para integrar a população negra em seus exércitos, se comprometia a devolver ao Brasil seus escravos fugidos. E o Tratado de Limites definia, finalmente,

os limites dos dois países, dando ao Brasil a posse exclusiva da navegação da Lagoa Mirim e Rio Jaguarão (MESSIAS, 2015).

Esses três últimos tratados, de comércio e navegação, de extradição, e de limites, foram os que mais interessaram à Província de São Pedro do Rio Grande. No Tratado de Comércio e Navegação, por exemplo, garantia-se que os uruguaios no Brasil e os brasileiros no Uruguai estariam isentos de serviço militar, assim como de empréstimos e impostos de guerra; e caso fosse retirada alguma propriedade deles (o que só deveria ocorrer em situação de extrema necessidade por parte do Estado), esses bens deveriam ser devidamente indenizados. Como havia muitos brasileiros no Uruguai, este país não só perdia contingente como contava com uma ameaça em seu próprio território (ZABIELA, 2002).

No caso do Tratado de Extradição de Criminosos e Devolução de Escravos, a soberania do Uruguai foi fortemente atacada, demonstrando a fraqueza de seu Estado naquele momento. Isso porque ao ter abolido a escravidão, os escravizados no Brasil que atravessassem a fronteira deveriam ser livres. Mas contra sua própria lei, o Uruguai deveria comprometer-se a devolvê-los ao Império (ZABIELA, 2002). E no caso do Tratado de Limites, o Império anulou todos os tratados coloniais que definiam a fronteira na região, utilizando como demarcação as posses efetivas na época da independência, garantindo a expansão luso-brasileira. Além disso, garantiu com ele o direito de exclusividade sobre a navegação da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão.

Em tese defendida em 2013, Jonas Vargas argumenta como a guerra se constituiu em um recurso econômico para os charqueadores pelotenses. Porém, mais do que os pelotenses, essa lógica pode ser percebida também aos demais charqueadores e estancieiros sul-rio-grandenses, ao Império brasileiro, e mesmo ao Barão de Mauá, já que todos esses saíram ganhando com o processo e o fim da Guerra Grande. Antes da Guerra Grande, a produção de charque da Província de São Pedro já sofria com a concorrência uruguaia. Primeiro porque seu custo era maior, já que suas terras eram menos férteis que as uruguaias, e o Império não lhe garantia proteção fiscal. Além disso, a tributação que os uruguaios pagavam era menor e seu transporte tinha custo mais baixo. Segundo Zabiela (2002), essa política do Império brasileiro que acabava por favorecer o Uruguai, visava fornecer alimento mais barato para escravos dos grandes escravocratas nordestinos.

Os Tratados de 1851 reverteram essa situação em favor dos sul-rio-grandenses, na medida em que cláusulas desses tratados garantiam “a proibição do confisco de terras, a tarifa de 25% sobre o charque uruguaio (*tasajo*) importado pelos portos brasileiros e a livre passagem do gado uru-

guaio para o território rio-grandense” (VARGAS, 2013, p. 312). No caso de Pelotas, é bastante claro o crescimento econômico ocorrido após esses Tratados com o Uruguai, justamente pelos perversos efeitos que causaram na economia uruguaia:

Dos 37 saladeros que existiam no Uruguai em 1842, somente 3 ou 4 continuaram funcionando normalmente no início dos anos 1850. Além disso, a falta de bovinos, decorrente da longa guerra, era um dos principais fatores da crise uruguaia. As mais de 6 milhões de cabeças de gado existentes no país em 1843 caíram para pouco menos de 1.900.000, dos quais 1/3 permanecia em estado selvagem. Depois dos tratados, as vendas de charque uruguaio despencaram de 618.926 arrobas para 126.062 arrobas, em 1854-55. Ou seja, neste curto período, as charqueadas pelotenses enfrentaram uma baixa concorrência. A escassez do charque no mercado brasileiro fez os preços do produto aumentarem bastante, favorecendo os pelotenses (VARGAS, 2013, p. 312)

A hegemonia brasileira foi se consolidando nos anos 1850 após a Guerra Grande, e a consequência para o Uruguai foi tornar-se uma “Nova Cisplatina” (ZABIELA, 2002). E assim a região ainda não encontraria a paz, ainda mais com a revolta que esses Tratados com o Brasil causaram no Uruguai. Ainda na década de 1850 o Império interveio novamente através de força militar na política uruguaia, e em 1863 os Tratados de 1851 eram queimados em praça pública em Montevideu a mando do Presidente Aguirre. Assim, o Uruguai seria novamente o pretexto para um novo conflito regional: a Guerra do Paraguai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os quatro aspectos levantados neste trabalho que relacionam a Guerra Grande à província brasileira são na verdade apenas instrumentos de análise, no sentido de que assim como os demais conflitos platinos, inúmeras são as influências recíprocas que ocorrem nessa fronteira meridional do Império do Brasil. O destaque para a Farroupilha, as Califórrias, os *Brummer* e os Tratados de 1851, por serem assuntos profundamente mais trabalhados na historiografia brasileira, e especificamente a gaúcha, do que a própria Guerra Grande, viabiliza a assimilação do contexto em que se deu esse conflito.

A Revolta Farroupilha, como a principal revolta separatista ocorrida

no Império, fez parte da construção dos Estados platinos, na medida em que dela mesma decorreu um outro Estado, o Piratini. As consequências dessa separação se deram também nos países vizinhos, que viram nesse contexto a oportunidade de enfraquecimento do Império. Já as “califórnicas” do Chico Pedro demonstram a continuidade tanto da disputa secular por terras e gado nessa fronteira, quanto o papel fundamental que os caudilhos gaúchos, enquanto também chefes militares do Império, desempenharam nesses conflitos. Os *Brummer* aparecem mais nos estudos de imigração ou de história militar, e acabaram por desempenhar em alguns casos papéis políticos proeminentes, enquanto os Tratados de 1851 são bastante trabalhados nos estudos sobre a Diplomacia brasileira, por terem atestado uma forte subordinação do Estado uruguaio aos interesses brasileiros, e especificamente, gaúchos.

A Guerra Grande foi um importante conflito na região platina, e sua compreensão é bastante difícil quando não se tem em vista as complexidades das fronteiras dessa região, e a importância geopolítica dos rios da Bacia. Deste modo, pode-se depreender deste trabalho que as relações econômicas, políticas, ideológicas e pessoais que atravessavam a fronteira interferiam nas dinâmicas desses conflitos. E, considerando a noção de espaço como instância social que utilizamos para essa análise, a Guerra Grande é um conflito que herdou vários aspectos do processo histórico da região, assim como interferiria nos processos posteriores. Seu fim marca o início do que se considera a hegemonia brasileira na região platina, que teria ocorrido até o fim da Guerra do Paraguai.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo; Brasília: Funag, 2005.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A expansão do Brasil e a formação dos estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. (Série 5, Brasiliana, v. 49, Biblioteca Pedagógica Brasileira). Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/historia-militar-do-brasil>>. Acesso em: 12 ago. 2015.
- BENTO, Cel Cláudio Moreira. *Brummer: os primeiros pontoneiros do Exér-*

- cito Brasileiro. *O Tuiuti*, Porto Alegre, p. 3-15, ago. 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). *A construção nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva/ Fundação Mapfre, 2012.
- CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Org.) *História Geral do Rio Grande do Sul*: Império. Passo Fundo: Méritos, 2006. (2.v.)
- DEVOTO, Juan E. Pivel; DEVOTO, Alcira Ranieri de Pivel. *La Guerra Grande (1839-1851)*. Montevideo: Editorial Medina, 1971.
- FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2014. Disponível em: <ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0481-1.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.
- FLORES, Moacyr. Rio Grande do Sul: Guerras e Conflitos. In: Memorial do Rio Grande do Sul. *Caderno de História*, n.38, 2010. Disponível em: <<http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/guerraseconflitos.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2016.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *As “Califórnicas” de Chico Pedro*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus Editores, 2013.
- HARTMANN, Ivar. *Aspectos da Guerra dos Farrapos*. Novo Hamburgo: Feevale, 2002.
- LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- LENZ, Cristóvão; SCHÄFER, Henrique; SCHNACK, Jorge Júlio. *Memórias de Brummer*. Porto Alegre: EST, 1997.
- MENEGAT, Carla. *“Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha”: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (ca. 1845-1865)*. 2015. 336 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- MESSIAS, Talita Alves de. *Guerra e dívida: Os conflitos na Bacia do Prata e a dívida externa no Império do Brasil*. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional,

- Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pepi/dissertacoes/Talita_Alves_De_Messias_.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017.
- PADOIN, Maria Medianeira. A Guarda Nacional Rio-Grandense: defesa do Estado imperial e da nação. In: BOEIRA, Nelson; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Império*. São Paulo: Méritos Ed., 2006.
- PADRÓS, Enrique Serra. A “Pax Britânica” e a independência do Uruguai: Estado-Tampão e balcanização do espaço platino. *Anos 90, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 4, n. 5, p. 107-135, jul. 1996. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/issue/view/604/showToc>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A organização do espaço fronteiriço e os limites políticos entre Brasil e Uruguay. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 161, n. 404, p. 131-142, abr./jun. 2000.
- _____. O Rio Grande do Sul e a Política Imperial na Região Platina. – 1849-1852. A Campanha contra Oribe e Rosas. In: AXT, Gunter. *A Guerra dos Gaúchos*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- _____. *Vida política no século 19: da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991. (Síntese rio-grandense).
- PUIGGRÓS, Rodolfo. *Historia Económica del Río de la Plata*. Buenos Aires: Retorica Ediciones; Altamira, 2006.
- SANTOS, Milton. O Espaço como Instância Social. In: SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SCHULZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata: até 1865*. Rio de Janeiro: Editora Brand Ltda., 1955.
- SOUZA, Joanna Santos de. *A Diplomacia do Patacão: queda de Rosas e a nova configuração de forças no Prata (1850-1858)*. 2013. 81 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- TRATADO de Subsídio entre o Senhor D. Pedro II, Imperador do Brasil; e a República Oriental do Uruguay, assinado no Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1851, e ratificado por parte do Brasil em 13 de mesmo mez, e pela

referida Republica em 4 de Novembro do dito anno. Rio de Janeiro, 12 out. 1851. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1851/b_30/>. Acesso em: 15 mar. 2017.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. 2013. 505 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

WEIZENMANN, Tiago. “Sou, como sabem...”: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). 2015. 369 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2015.

WERLANG, William. *Família Berger*. Agudo: Editora Werlang, 2005.

ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradicação e de Limites*. 2002. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

DISCURSO E IMPRENSA: INTERPRETAÇÕES SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO (1893-1895)

DISCOURSE AND MEDIA: INTERPRETATIONS ABOUT THE FEDERALIST REVOLUTION ON THE NEWSPAPER O ESTADO DE SÃO PAULO (1893-1895)

Waleska Sheila Gaspar¹

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a repercussão da Revolução Federalista, ocorrida no Rio Grande do Sul entre os anos 1893 e 1895 através da fonte periódica *O Estado de São Paulo*, identificando de que forma o jornal interpretou os acontecimentos que envolveram o conflito. Devido ao protagonismo político que São Paulo ia construindo após a proclamação da República (1889), fundamentam-se as análises sobre a forma como um dos jornais mais influentes da época, *O Estado de São Paulo*, descreveu a revolução, alargando as repercussões desta sobre o centro do país. Amparada pela metodologia da análise do discurso das mídias, trabalhada por Patrick Charaudeau, procuramos também tratar sobre o uso da imprensa como fonte de pesquisa histórica, a qual possibilita compreender a inserção do acontecimento em um contexto mais amplo, visto que age diretamente no campo político-ideológico. As análises permitiram evidenciar que o discurso construído nas páginas do periódico paulista deturpam os fundamentos da revolta, já que esta, na visão do jornal, representava uma ameaça à consolidação da hegemonia da elite agrária paulista, a qual ainda não estava posta nos primeiros anos da República. Verifica-se, com esta investigação, a maneira como a Revolução Federalista tornou-se pauta das discussões políticas do centro do país, uma vez que, para além de um conflito pelo poder regional, a revolta foi interpretada como uma ameaça à estabilidade da instituição republicana, representada pela nova coalizão de forças, cujo centro era a elite cafeeira paulista.

Palavras-chave: Revolução Federalista. *O Estado de São Paulo*. Imprensa. Discurso das mídias.

ABSTRACT

This research proposes to analyze the Federalist Revolution repercussion, which took place in Rio Grande do Sul among 1893 and 1895, through the periodical source O Estado de São Paulo, identifying how the newspaper interpreted the events involved on the conflict. Because of the political protagonism that São Paulo was building after the Republic proclamation (1889), the research has based on how one of the most influential newspapers of that

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo - UPF. Bolsista CAPES/Prosup.

time, O Estado de São Paulo, described the revolution, increasing the repercussions of it in the center of the country. Based on the methodology about the discourse analysis by Patrick Charaudeau, we also try to work with the media as a source in historical research, what makes possible to understand the insertion of the event in a bigger context since it acts directly in the political-ideological field. The analyzes allowed to show that the discourse constructed in the pages of the O Estado de São Paulo broke down the revolt foundations, since that, for the newspaper, it represented a threat to the consolidation of the agrarian elite hegemony of São Paulo, which was not there in the beginning of the Republic. We can verified with this investigation how the Federalist Revolution became the center of the political discussions in the center of the country. Because, in addition to a conflict for regional power, the revolt was interpreted as a threat to the republican institution stability, represented by the new covenant of forces whose center was the coffee elite of São Paulo.

Keywords: Federalist Revolution. O Estado de São Paulo. Media. Media Discourse.

INTRODUÇÃO

Episódio da história do Rio Grande do Sul, ocorrida entre 1893 e 1895, a Revolução Federalista foi tratada pela historiografia tradicional como fenômeno regional, embora seu alcance tenha extrapolado as fronteiras internas e internacionais do estado sulino. A proposta deste trabalho revisita o tema em questão, propondo o retorno do estudo ao investigá-lo sob novas perspectivas, ao mesmo passo em que busca em abordagens referentes ao universo da história política e do uso da imprensa como fonte, a reconstrução da história e da compreensão do conflito.

O contexto que envolve a deflagração da guerra civil de 1893 foi marcado por transformações associadas à instabilidade política, econômica e social da região sulina durante a instauração da República em 1889.² A Revolução Federalista torna-se decorrente de um quadro de instabilidades antecedentes, que remontam a antigas rivalidades exacerbadas pela agitação política da época. No bojo dos acontecimentos, o golpe de 1889, que deu início ao sistema republicano no país, evidenciou a instabilidade política, no caso rio-grandense, nas sucessões de governos que chegariam até 1892,

2 Conforme Joseph Love, nas últimas duas décadas do governo imperial, importantes mudanças ocorreram na estrutura econômica e social no Rio Grande do Sul, como inovações tecnológicas, investimento externo e imigração. Também a introdução do cercamento das propriedades, o melhoramento dos transportes, a exemplo dos navios a vapor e da construção de ferrovias que favoreceram claramente o comércio interno e com outras províncias sendo que, nas exportações interprovinciais, o estado ocupava o segundo lugar nessa época e tinha como um dos seus principais produtos de exportação o charque produzido em grande escala nas regiões da campanha. Tais mudanças também acarretariam consequências políticas maiores (LOVE, 1975, p. 17).

quando o poder do Estado passa ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR), o que configuraria o desmantelamento do Partido Liberal, até então hegemônico na região.³

O governo do estado rio-grandense, sob o comando de Júlio de Castilhos, passa a empreender a derrubada de seus opositores dos cargos públicos e de todas as posições de liderança e prestígio eleitoral nos municípios (FRANCO, 1962, p. 198). Afastados do poder, chefes liberais e dissidentes republicanos fundam o Partido Federalista no início de 1892, sob a liderança de João Nunes da Silva Tavares e Gaspar Silveira Martins. Nesse contexto, as polarizações políticas aumentaram de tal maneira que colocaram em posições antagônicas os dois partidos dominantes. A força de oposição do Partido Federalista ao PRR consubstanciou a instabilidade política, período em que a situação no estado, principalmente nas regiões da campanha e fronteira, passa a ser de insegurança e exacerbação partidária, cenário esse que foi marcado pela radicalização e violência das perseguições políticas (FLORES, 2003, p. 73).

A região sulina, amalgamada pela fronteira, foi fundamental para o rumo dos acontecimentos. Esgueirando-se do encalço empreendido pelo governo de Castilhos, os federalistas organizaram em território uruguaio a invasão ao Rio Grande do Sul. Muitos dos estancieiros que investiam seu capital em terras uruguaias eram simpatizantes ou membros do Partido Federalista (RECKZIEGEL, 2007, p. 33). Silveira Martins, a exemplo, tinha relações sociopolíticas e familiares consolidadas na região. Ao longo da sua trajetória, sempre manteve vínculos com os dois principais grupos políticos uruguaios (*blancos* e *colorados*), fazendo parte da sua estratégia política.⁴

A invasão ao estado do Rio Grande do Sul ocorreu em fevereiro de 1893, tendo como chefes militares das tropas revoltosas João Nunes da Silva Tavares e o caudilho oriental Gumercindo Saraiva. Logo no início das

3 No final do século XIX, coincidindo com as mudanças econômicas e demográficas na Província, o Partido Liberal ganhava espaço, tornando-se a força política dominante no Rio Grande do Sul. O controle da Assembleia Provincial, a partir de 1872, permitiu que os liberais se sobressaíssem com relação ao Partido Conservador, o qual vinha dividindo o poder com relativo equilíbrio até então. Nos anos finais do Império, o Partido Liberal constituía claramente o partido majoritário no Rio Grande do Sul e tinha como principal liderança o político Gaspar da Silveira Martins (LOVE, 1975, p. 24).

4 A presença dos brasileiros na República Oriental é algo que remonta o século XVIII e que se acentuou no século XIX. A maior parte das propriedades dos estancieiros do sul do Rio Grande se concentrava na metade norte do Uruguai, sendo que nas duas últimas décadas do século XIX, os proprietários brasileiros continuavam investindo seus capitais nessa região. A zona fronteiriça caracterizou-se, dessa forma, como um espaço de integração social, política e econômica, onde o interesse dos grupos envolvidos criou alianças entre as elites políticas e econômicas nos dois espaços (SOUZA, 2004, p. 142).

hostilidades, os federalistas conquistaram a cidade de Dom Pedrito – RS, fato que deu lastro ao pedido de intervenção federal que passou a interferir diretamente nos acontecimentos do sul. O exército participou ativamente na guerra, oficiais tidos como fiéis à causa republicana foram cedidos ao governo do estado rio-grandense, postos como comandantes de brigadas e batalhões. A guerra civil se estenderia até 1895, ultrapassando os limites do estado, chegando a Santa Catarina e ao Paraná, e deixaria a marca da extrema violência cometida nos campos de batalha, como a execução de prisioneiros através da degola (FLORES, 1996, p. 168).

Buscando compreender o evento sulino como um problema político que ultrapassou suas fronteiras e pretendendo alargar as interpretações sobre a revolta para o centro do país, optamos por centrar as análises sobre os registros do evento no jornal *O Estado de São Paulo*, devido à importância econômica e ao protagonismo político que São Paulo ia construindo no concerto nacional da época. A Revolução Federalista, neste sentido, serve como *lôcus* interpretativo para pensar as transformações referentes ao contexto histórico que se insere, período este caracterizado pela ampla instabilidade política frente à nova forma de governo instaurada no país.

Entendemos que a renovação envolvendo os paradigmas, conceitos e procedimentos metodológicos da história política, somada ao diálogo constante com outras disciplinas das ciências sociais, desencadeou o retorno ao estudo de alguns temas como grandes conflitos, que passaram a ser investigados dentro de novas perspectivas. Uma das possibilidades, alicerçada às constantes inovações historiográficas do século XX, é a adoção da imprensa como fonte para o historiador. Antes reconhecida como fonte suspeita e sem confiabilidade, a imprensa passaria a ser considerada como uma ferramenta de análise valiosa na pesquisa histórica (LEITE, 2014, p. 824).

A atividade jornalística e a forma como ela se define ao longo do tempo apresenta uma relação intrínseca com embates e interesses que surgem na política nacional, na economia e na dinâmica social, por exemplo. Este contexto legitimou a imprensa periódica como fonte primária para pesquisas históricas, entendendo-a não como um receptáculo de informação, mas como uma peça documental que traz em si um amplo espectro de elementos socioculturais do momento em que foi produzida (LUCA, 2014, p. 116).

Para Maria Helena Capelato, nos vários tipos de periódicos se encontram “projetos políticos e visões de mundo representativas de vários setores da sociedade”. Em vista disso, esses “têm a função de ‘despertar as consciências’ e ‘modelá-las’ conforme seus valores e interesses, procurando

indicar uma direção ao comportamento político do público leitor”. Dessa forma, a imprensa se impõe como uma força política, como um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social (CAPELATO, 1988, p. 34).

Como recurso metodológico, utilizamos a abordagem de Patrick Charaudeau, estudioso das linguagens e da análise do discurso. Conforme o autor enfatiza, no caso do discurso produzido pelas mídias, esse tipo de alocução não é um simples reflexo do que acontece no espaço público, mas sim, um universo construído (2006, p. 12-13). Nesse sentido, este trabalho foi desenvolvido buscando perceber as interpretações dadas pelo jornal *O Estado de São Paulo* sobre a Revolução Federalista, a partir de algumas considerações acerca de seu discurso, como a verificação de presenças e ausências de temas e categorias nos artigos analisados e a maneira como a alocução construída buscou influenciar a opinião dos leitores. Ao mesmo tempo, consideramos importante a criticidade quanto às motivações e objetivos dos produtores do discurso, comparando as informações com o conhecimento historiográfico produzido sobre a época em questão.

Dando sequência a uma metodologia de pesquisa que usa a imprensa como fonte para a reconstrução da história e prosseguindo no tema da Revolução Federalista, o presente trabalho busca investigar o conflito, deslocando o olhar para o centro do país. A escolha da fonte periódica *O Estado de São Paulo* justifica-se por estar inserida no estado mais desenvolvido da federação, com forte influência política e busca de hegemonia. Esse contexto, tão diferente do cenário do Rio Grande do Sul em guerra, aguçou o interesse para investigar a forma como o jornal retratou a guerra civil rio-grandense. Nesse sentido, as fontes elencadas para a pesquisa junto à metodologia utilizada nesse trabalho apresentam um campo fecundo, evidenciando perspectivas não aprofundadas sobre a Revolução Federalista em outros estudos.

1 Possibilidades sobre o uso da imprensa na pesquisa histórica

A utilização da imprensa como fonte de pesquisa para o historiador é um fenômeno recente. Podemos dizer que faz parte da renovação da história política, datada a partir de meados do século XX, que buscou novas interpretações para o conhecimento histórico e também novas fontes de pesquisa para o historiador. O recurso a fontes não tradicionais, tal como a imprensa, possibilitou aos historiadores diversificar a informação sobre dadas realidades e compreender contextos através de outra abordagem. Diante dessas transformações, a imprensa se mostrou uma importante ferramenta para o trabalho do historiador, refletindo um campo de pesquisa

mais amplo e coletivo. Conforme Maria Helena Capelato:

A vida cotidiana nela (imprensa) registrada em seus múltiplos aspectos permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres” mas também os sujeitos anônimos. O jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas (1988, p.21).

Ao mesmo tempo, cabe ressaltar a importância acerca do cuidado que o historiador deve ter ao tomar a imprensa jornalística como instrumento de pesquisa. Ana Maria de Almeida Camargo (1971, p. 226) assinala que a problemática não deve se reduzir na busca pela verdade das informações, visto que essas geralmente são distorcidas, principalmente no que diz respeito a jornais do século XIX e início do século XX, em sua maioria formativos, doutrinários e apaixonados. Isso remete ao risco de buscar em um periódico aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos o texto de uma realidade maior.

Do mesmo modo, Cláudio Pereira Elmir atenta sobre a questão de se trabalhar com os jornais como fonte. Para o autor, “a imprensa não pode ser fonte exclusiva para qualquer pesquisa histórica. É imprescindível a pesquisa bibliográfica [...] para situar o objeto de nossa pesquisa num quadro maior de estudos sobre o nosso assunto” (1995, p. 07). Sendo assim, ressalta que, “a imprensa não informa história, simplesmente. Se fosse assim, a história, enquanto campo de investigação, precisaria apenas se apropriar dos dados fornecidos pelos jornais” (1995, p. 21). Devemos ter em mente que os jornais não são imparciais, carregando sempre a subjetividade de quem os produziu. Visto dessa forma, não podemos ver essa fonte como algo dado, a partir do qual abstraímos subsídios de uma suposta realidade. Os textos jornalísticos exigem de nós uma leitura meticulosa, diferente daquela que fazemos no nosso dia a dia, já que é preciso considerar, assim, a defasagem que existe entre a formulação do discurso inscrito no periódico em relação a nossa experiência de leitura (ELMIR, 1995, p. 25).

Portanto, torna-se pertinente levar em consideração que a pesquisa histórica amparada em fontes jornalísticas exige do historiador a busca pela racionalidade, explícita ou não, apresentada no jornal. Conforme Capelato, na construção do fato jornalístico interferem elementos subjetivos de quem o produziu, como os interesses aos quais o jornal está vinculado, sendo necessário que o pesquisador que utiliza a imprensa leve em conta

esses aspectos. Em suma, é necessário “desmistificar o seu significado aparente, explicitando que sua roupagem resulta de uma construção”. Ainda, nas palavras da autora, “questionar a imagem, ‘imprensa espelho fiel da realidade’, implica um trabalho de reconstituição do real em suas múltiplas facetas” (CAPELATO, 1988, p. 24).

Ao selecionar um periódico como fonte, o pesquisador deve levar em consideração que o documento não é algo puro ou que contém toda verdade. Frente a isso, é importante dialogar com as fontes, realizando o entrecruzamento com outras informações. Sobretudo, o historiador precisa manter um olhar crítico sobre o texto jornalístico, que é construído a partir da seleção hierarquizada sobre esta ou aquela informação, a partir de critérios subjetivos de quem o escreveu (BARBOSA, 1998, p. 88).

Neste sentido, este trabalho busca priorizar as fontes de imprensa jornalística, percebidas como uma prática social carregada de historicidade, uma vez que é responsável por uma posição sócio histórica e que o conteúdo apresentado está intimamente ligado ao seu tempo. A partir disso, podemos considerar que a imprensa tem se revelado nos últimos anos como uma importante ferramenta de pesquisa, sendo um instrumento capaz de trazer aspectos referentes ao contexto histórico que pretende ser investigado.

Devemos considerar, também, que a imprensa constitui-se a partir de uma realidade específica: a informação é apresentada aos leitores através de uma escrita própria, a qual possui uma linguagem peculiar correspondente às diversas funções do jornalismo. Dessa forma, deve-se recorrer a um método que leve em conta a natureza do jornal, sua forma e conteúdo, centralizando a análise sobre seu discurso, considerando, assim, as características particulares desse tipo de escrita (ZICMAN, 1985, p. 91).

Diante desses elementos, optamos, para fins de nossas análises, pela metodologia da análise do discurso proposta por Patrick Charaudeau. O autor aprofunda seus estudos sobre a dimensão midiática dos discursos, ressaltando que esse tipo de locução não é um simples reflexo do que acontece no espaço público, mas sim um universo construído. Para o autor, os textos midiáticos trazem em si uma dificuldade ao serem abordados, pois esse discurso tem a pretensão de se definir contra o poder de manipulação, sendo papel do pesquisador desses meios descrever os mecanismos que presidem a esse simbólico e as diferentes configurações que o tornam visível (2006, p. 12-13).

Nas mídias, como coloca o autor, os jogos de aparência se representam como informação objetiva, denunciadores das mentiras e do mal, explicador dos fatos e descobridor da verdade. Por isso mesmo, os discursos

sos de explicação não podem pretender a verdade absoluta. O analista deve observar a distância, na tentativa de compreender e explicar como funciona “a máquina de fabricar sentido social”, assumindo interpretações cuja relatividade deverá aceitar e evidenciar para assim colocá-las em foco no debate social (2006, p. 27).

Conforme Charaudeau, o homem fala para se colocar em relação ao outro, a consciência de si, para a própria existência, passa pela tomada de consciência do outro, pela assimilação e diferenciação do outro, assim, “a linguagem nasce, vive e morre na intersubjetividade” (2006, p. 42). As relações se dão no ato da comunicação, onde a percepção do acontecimento é relativizada, estando intimamente ligado com a produção de sentido, pois, ao tomar conhecimento sobre “aquilo que aconteceu”, o seu relato não passa de uma reconstituição, aspecto essencial para o entendimento do discurso midiático. Segundo o autor, o acontecimento é sempre construído, já que:

[...] o “mundo a comentar” nunca é transmitido tal e qual à instância de recepção. Ele passa pelo trabalho de construção de sentido de um sujeito de enunciação que o constituiu em “mundo comentado”, dirigido a um outro do qual postula, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença. O acontecimento se encontra nesse “mundo a comentar” como surgimento de uma fenomenalidade que se impõe ao sujeito, em estado bruto, antes de sua captura perceptiva e interpretativa. Assim sendo, o acontecimento nunca é transmitido a instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se entende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível. (2006, p. 95).

Sobre a imprensa escrita, Charaudeau salienta que essa mídia se caracteriza por uma relação distanciada entre aquele que escreve e aquele que lê, o espaço de escrita permanece como um traço para o qual sempre se pode retornar, aquele que escreve, para retificar ou apagar, aquele que lê, para rememorar ou recompor sua leitura. A relação de distância entre as instâncias de troca, escrita, produção da informação, tempo de transporte e tempo de leitura resulta em uma sucessão de momentos operatórios que produzem uma defasagem entre o surgimento do acontecimento e o momento que o leitor toma conhecimento dele. Além disso, a leitura põe em funcionamento um tipo de compreensão mais organizadora, como conexões entre diferentes partes de uma narrativa, de encaixe dos argumentos e de reconstrução dos diferentes tipos de raciocínio. Essas características

permitem compreender porque essa mídia é particularmente eficaz, pois coloca em perspectiva e indaga sobre as prováveis consequências dos acontecimentos, considerada universo por excelência do legível (2006, p. 113-114).

A seleção dos acontecimentos presentes nos textos midiáticos corresponde a escolhas relativas ao tempo, ao espaço e à hierarquia dos fatos. O acontecimento convertido em notícia passa a ser construído conforme as “estratégias de encenação da informação”, o que faz com que a realidade seja apresentada de acordo com interesses particulares (CHARAUDEAU, 2006, p. 134). Nesse sentido, ao pensarmos a mídia como objeto de diferentes discursos, devemos procurar levantar problemáticas que interrogam as simbologias envolvidas, seu lugar na sociedade e as transformações ao longo do tempo.

As propostas relacionadas à prática jornalística levantadas até o momento orientam para o entendimento e explicação do que é o discurso midiático, contribuindo significativamente com as possibilidades de interpretação necessárias a nossa abordagem. As análises feitas sob o periódico *O Estado de São Paulo* desenvolveram-se a partir de temas e itens de significação relativos ao nosso objeto de investigação, sendo examinados em termos de sua presença e frequência de aparecimento nos textos. Igualmente, buscamos perceber como as motivações, atitudes e tendências vão mudando ou permanecendo ao longo dos acontecimentos noticiados, o que permite considerar as variações ocorridas sobre um determinado intervalo de tempo.

1.1 As relações entre a fonte e seu contexto

Acreditamos ser importante conhecermos o contexto em que o jornal em análise estava inserido, para assim podermos compreender os rumos pelo qual este caminhava. Como ressalta Capelato, essas questões iniciais são fundamentais para o direcionamento da pesquisa, uma vez que situar qual a relação da fonte com as conjunturas de seu tempo e seu campo de atuação guiam o historiador para a metodologia da análise do jornal, levando em consideração que a imprensa não é o espelho da realidade, mas uma representação do real, de momentos particulares da realidade (1988. p.24). Nessa perspectiva, consideramos pertinente apresentar a conjuntura na qual surge o jornal *O Estado de São Paulo* e algumas questões concernentes à posição assumida pelo estado paulista nesse contexto.

O surgimento do periódico paulista faz parte da conjuntura de efervescência política e social da segunda metade do século XIX no Brasil, a

qual caracterizou a consolidação de jornais mais estáveis economicamente, marcados principalmente pelo engajamento nos ideários republicanos e nas campanhas de Abolição. Esse contexto pode ser entendido pela circulação de ideias por grupos de intelectuais, militares e estudantes, defensores da queda do Império e a instauração da República.

Foi em 4 de janeiro de 1875 que surgiu o jornal *A Província de São Paulo*, com vista a defender os interesses específicos do Partido Republicano Paulista (PRP), embora não se assumisse como órgão oficial do partido. Américo Brasiliense e Manoel de Campos Salles, duas das maiores lideranças republicanas da província, empenharam-se em arrecadar recursos para financiar o empreendimento. Levantando os fundos necessários, reuniram dezoito integrantes da “fina flor da elite paulista” (PILAGALLO, 2012, p. 4) e formaram uma sociedade chamada Pestana, Campos & Cia, tendo como maiores investidores Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos.⁵

Em 1885, Júlio Mesquita, jornalista de Campinas, trazido ao jornal por Alberto Salles, tornava-se redator, exatamente na época em que o periódico se assumia mais efetivo nas campanhas a favor da República e da Abolição. Essa acontece em 1888, e aquela em 1889, sendo que, no ano seguinte, *A Província de São Paulo* passou a se chamar *O Estado de São Paulo*. Eleito senador, Rangel Pestana muda-se para o Rio de Janeiro em 1891, assim Júlio Mesquita passa a assumir a direção do jornal e, com ele, uma série de modificações viria, sendo responsável pelos saltos de vendagem do periódico (PILAGALLO, 2012, p. 51).

No que se refere à posição assumida pelo estado de São Paulo neste contexto, cabe ressaltar que, com o advento da República, as antigas províncias, agora estados, puderam desempenhar um papel mais ativo do que até então lhes era permitido, a exemplo de São Paulo, que se tornaria um dos principais estados a tomar decisões nacionais. De acordo com Love, apesar de, em um primeiro momento, o papel principal caber ao Exército Federal, os republicanos paulistas achavam-se satisfeitos com o governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, pois, entre suas demandas, a constituição de uma república federativa fora atendida. Do mesmo modo, na Assembleia Constituinte, os programas defendidos pelo Partido Republicano Paulista tiveram boa aceitação. Além disso, os paulistas conquistaram ampla autonomia para os estados dentro do sistema federal, a ser

5 Rangel Pestana tinha grande experiência em jornalismo, atividade que exercia desde os tempos de estudante de direito em São Paulo quando, no início de 1860, fundou *O Timbira* e colaborou com *O Futuro* e *A época*. No Rio de Janeiro, ajudou a lançar dois jornais: *Opinião Liberal* e *Correio Nacional*. Quando voltou para São Paulo, estava apto a encabeçar um grande jornal (PILAGALLO, 2012, p. 4).

garantida pelos impostos de exportação.⁶Conforme Simon Schwarzman (2007, p. 162):

O sistema republicano de 1889 iniciou-se, assim, com uma considerável descentralização de poder e com um estado-líder que começava por enfeixar em suas mãos a administração dos interesses de seus grupos dominantes em relação ao suprimento da força de trabalho, controle da produção, política da exportação, e assim por diante.

Dando ênfase à elite paulista que se configurava, Love afirma o quão espantoso era “a concentração de poder, tanto político quanto econômico, num reduzido segmento da sociedade, apesar do grau de desenvolvimento já atingido em São Paulo” (1982, p. 372). Essa elite constituía grupos homogêneos, estreitamente ligados por intrincados laços de parentesco ou relações de negócios, os quais formavam toda uma rede que unia homens poderosos. Ainda, segundo o autor, “a elite econômica e seus representantes políticos desenvolveram uma ideologia que identificava os interesses de sua classe com os de São Paulo, reduzindo também os interesses nacionais aos paulistas” (1982, p. 373). É em meio a essa conjuntura que se encontrava o jornal *O Estado de São Paulo*, empreendimento que servia aos interesses das elites rurais e que logo se tornaria um dos meios de comunicação mais influentes da época.

Os primeiros anos da República foram marcados pela intensa turbulência política e não faltaram assuntos para serem abordados nas páginas da imprensa, como foi o caso da Revolução Federalista, que eclodiu no Rio Grande do Sul em 1893. Observamos, no decorrer deste trabalho, que o conflito não estava distante das discussões no centro do país, e que o jornal *O Estado de São Paulo* deu grande destaque aos acontecimentos que envolviam a contenda. Sendo assim, acreditamos que o uso da imprensa em nossas análises vem ao encontro do objetivo proposto, elencando a maneira como um periódico, que se consolidava como um dos mais influentes e localizava-se no principal núcleo político e econômico da época, interpretou os episódios que envolveram a guerra sulina.

6 A Constituição de 1891 levou a efeito o federalismo de inspiração norte-americana ao conceder autonomia política e administrativa aos Estados. Cabe salientar que o grupo com maior força econômica, os cafeicultores paulistas, tiveram que negociar tanto com o exército como com as outras oligarquias agrárias regionais para erigir seu sistema hegemônico em termos nacionais, o que só se concretizaria com a “Política dos Governadores”, no governo de Campos Sales, contudo, é inquestionável o poder que esse grupo de exportadores dispunha desde o início da República (LOVE, 1982, p. 251).

2 Interpretações sobre a Revolução Federalista nas páginas do jornal *O Estado de São Paulo*

No processo de pesquisa percorremos várias fases. Dentre estas, identificamos as edições do jornal de 1893 a 1895, lembrando que o periódico contava com edições diárias; após isso, selecionamos as notícias que tratavam do conflito sulino. Esse exame resultou na coleta de trezentos e noventa e um artigos, constituindo assim, nosso *corpus* documental. Abaixo detalhamos o número de edições por ano:

Número de artigos referentes à Revolução Federalista presentes no jornal *O Estado de São Paulo* (1893-1895)

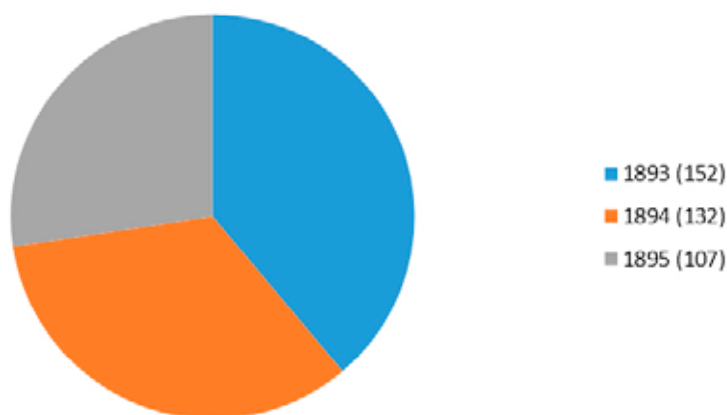


Figura 1: Gráfico descrevendo o número de artigos referentes à Revolução Federalista presentes no jornal *O Estado de São Paulo* de 1893 a 1895.

Sendo as notícias referentes à revolução assim distribuídas em cada ano:

1893:

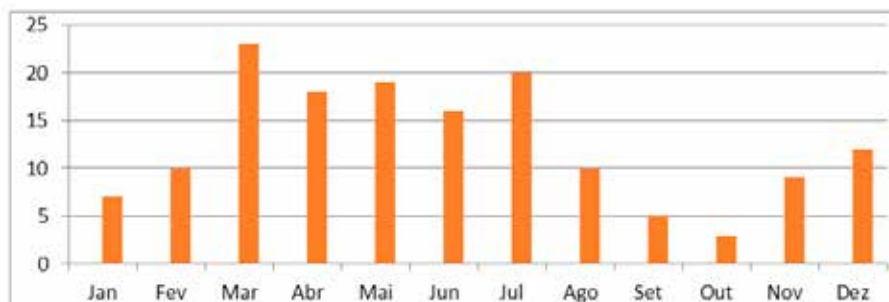


Figura 2: Gráfico descrevendo o número de publicações referentes à Revolução Federalista que circularam em 1893 no jornal *O Estado de São Paulo*.



Figura 3: Gráfico descrevendo o número de publicações referentes à Revolução Federalista que circularam em 1894 no jornal *O Estado de São Paulo*.

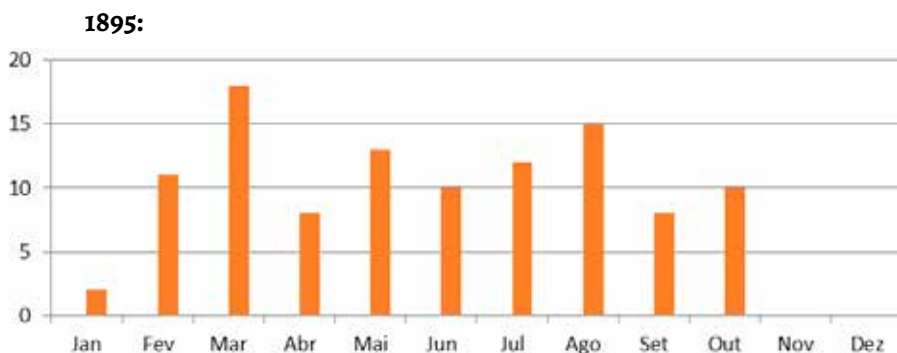


Figura 4: Gráfico descrevendo o número de publicações referentes à Revolução Federalista que circularam em 1895 no jornal *O Estado de São Paulo*.

A partir dos gráficos, é possível observarmos que 1893 foi o ano com maior número de notícias sobre a revolta, somando um total de cento e cinquenta e dois artigos, seguido de 1894 com um total de cento e trinta e dois artigos, e 1895 com cento e sete artigos ao todo. Observa-se que março de 1893 é o mês com maior número de notícias referentes à Revolução Federalista, isso devido ao fato desta ter deflagrado em fevereiro do mesmo ano, quando o jornal passa a discutir as causas e motivos da guerra que ocorria no sul. É possível perceber, também, que este número decai a partir de setembro de 1893, pois o periódico volta sua atenção para a Revolta da Armada que eclodira no Rio de Janeiro, a qual ocupa grande parte das páginas noticiosas. Tais notícias evitavam falar sobre qualquer relação entre a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, salvo alguma menção nos meses finais de 1893.

Em 1894, *O Estado de São Paulo* voltaria, novamente, seu olhar para as questões referentes à revolta sulina. As tropas comandadas por Gumer-

cindo Saraiva haviam chegado ao Paraná, fato que repercutiu nas notícias, as quais davam destaque ao perigo que o estado de São Paulo corria com a aproximação dos revoltosos. Outro tema largamente abordado foi a morte do próprio General Gumerindo, em agosto, quando então o periódico passa a afirmar que a guerra chegara ao seu fim. Contudo, esta estendeu-se pelos próximos meses de 1895. Observamos, no gráfico do referido ano, um número elevado de publicações no mês de março, sobretudo devido às mudanças trazidas pela alteração do governo no âmbito federal, quando Prudente de Moraes substituiu Floriano Peixoto na presidência do país. A mudança de governo deu margem para discussão que envolvia a pacificação da revolta, questão que ocupou grande parte dos artigos publicados nesse período. Com a pacificação ocorrida em agosto de 1895, as notícias passaram a debater assuntos relativos à anistia dos envolvidos na revolta, sendo que em outubro de 1895, *O Estado de São Paulo* cessaria suas publicações sobre a revolução.

Referindo-se ao lugar ocupado pelas notícias relacionadas à Revolução Federalista no periódico paulista, cabe destacar que estas, majoritariamente, encontravam-se publicadas na primeira página do referido jornal. Isto evidencia que na seleção dos fatos organizados hierarquicamente no espaço do periódico, este deu destaque aos assuntos que envolviam o conflito, refletindo que esta pauta não estava distante das discussões políticas do centro da República.

Desde o início das hostilidades, com a guerra deflagrada, o jornal *O Estado de São Paulo* posicionou-se sobre a questão, dizendo lastimar que brasileiros se encontrassem contra brasileiros no campo de batalha. Porém, ao mesmo tempo, afirmava desejar que a batalha decisiva por fim acontecesse, declarando que seus votos estariam a favor do governo Júlio de Castilhos por este ser “uma autoridade legitimamente constituída, e que não há nada, no momento atual, que possa justificar uma revolução”. Além disso, Castilhos representaria a ideia republicana, e o seu nome seria “a bandeira da democracia rio-grandense”, aquele que “revela mais patriotismo na luta”.⁷ Torna-se perceptível como *O Estado de São Paulo* posicionava-se sobre o lado “certo” do conflito, atribuindo qualidades ao líder republicano que justificaria tal posição. Ao mesmo tempo, o periódico assumia um discurso virulento contra os opositores:

Maldito seja quem assim profana a sagrada imagem da Pátria! E, agora, se aqui por S. Paulo há energúmenos políticos que desejem a vitória dos bandidos orientais ou que para ela

7 O Rio Grande. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 fev. 1893, p. 1.

tenham concorrido – o que não nos parece crível – esses que não estranhem a virulência da nossa linguagem. Merecem-na.⁸

Mesmo em condição inferior, após a tomada de Bagé no Rio Grande do Sul, os federalistas conquistaram Dom Pedrito. A partir daí, Floriano Peixoto passou a atender aos pedidos de ajuda feitos pelo governador Castilhos sob o argumento de que as instituições republicanas corriam perigo, atribuindo aos federalistas a intenção de restaurar a monarquia, o que se mostraria inverídico. A ideia central dos federalistas era apelar do poder Júlio de Castilhos, sendo incorreto atribuir à revolução propósitos restauradores. Como esclarece Ana Luiza Setti Reckziegel, os revoltosos ao longo da guerra faziam questão de enfatizar seu favoritismo à forma de governo republicano, visto que “em várias ocasiões, os líderes federalistas haviam se pronunciado em defesa da República, que, no entender de Silveira Martins, deveria adotar o sistema parlamentarista” (2015, p. 199).

O exército participou ativamente na guerra, oficiais tidos como fiéis à causa republicana foram cedidos ao governo do Estado, postos como comandantes de brigadas e batalhões. Nesse quadro, configuraram-se as forças que participariam do conflito, de um lado os federalistas, que obtinham apoio de caudilhos e do governo uruguaio e, do outro, as forças legais, compostas pela Brigada Militar e o Exército Brasileiro (FLORES, 1996, p. 168). Sobre a intervenção do governo federal no conflito, *O Estado de São Paulo* foi enfático:

É, sem dúvida, acertada a resolução do governo federal: satisfaz oportunamente a uma exigência da Constituição; tranquiliza os patriotas que notavam, com desgosto, o desmembramento com que nossos vizinhos do sul se intrometiam num combate, que só por brasileiros deveria ser disputado; e vêm ao encontro de uma ardente aspiração dos republicanos, que não podem ver sem mágoa o mal que fazem a República as constantes perturbações da ordem num Estado tão importante como o Rio Grande do Sul, e que estão convencidos de que a vitória de Silveira Martins e Silva Tavares seria um sinal para que se erguessem e tomassem armas, em todo o país, os inimigos das instituições.⁹

A intencionalidade dos produtores do discurso é bem explícita. A intervenção do Exército brasileiro a favor das tropas castilhistas tornava-se

8 Idem.

9 O Rio-Grande e a República. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 fev. 1893, p. 1.

justificável frente a um combate que não se dava apenas entre brasileiros, mas sim contava com a participação de estrangeiros (uruguaios) que perturbavam a ordem implantada pelo novo governo. O discurso, impregnado de perspectivas sobre o futuro, também alertava os leitores sobre as consequências que sofreria o país caso os federalistas chegassem à vitória, e seria esse um sinal de que outras revoltas eclodiriam contra o poder instituído, o que fundamentaria a aliança e o apoio do governo federal aos castilhistas, a fim de sufocar a revolução.

Em um primeiro momento, percebemos como o jornal *O Estado de São Paulo* não foi neutro sobre sua posição quando deflagrada a guerra sulina. Seu discurso era claro: apoiava as tropas castilhistas e a intervenção do governo federal frente à necessidade de defender as instituições republicanas que estavam ameaçadas pelos revoltosos, identificando, dessa forma, o grupo inimigo. As explicações sobre as motivações e causas da guerra não foram aprofundadas, comunicando aos leitores informações lacônicas, as quais primavam desqualificar os federalistas e o apoio recebido por eles dos uruguaios. Tal relação deu margem para uma ampla discussão no periódico.

O envolvimento entre os federalistas e uruguaios seria pauta das discussões do jornal *O Estado de São Paulo* sobre os fundamentos do conflito. A relação com o país oriental é usada para caracterizar o movimento como uma invasão ao estado sulino brasileiro. As tropas de Silveira Martins e Silva Tavares são assim descritas pelo periódico:

[...] gaúchos e bandidos do Estado Oriental que, *por dinheiro*, vem ensanguntar esta terra. São mercenários vis que talvez até ignorem o nome de quem os comanda e que vão transpor a fronteira só para roubar e saquear a vontade, ainda que para isso seja necessário levar a viuvez e a orfandade a inúmeros lares brasileiros. A vitória dos invasores – veja-se bem o que esse termo quer dizer – antes de ser a ruína total do partido republicano do Rio Grande e o começo da ruína da República do Brasil, seria a morte dos brios desta Nação. [grifos do jornal].¹⁰

O jornal apela para um discurso de desqualificação dos adversários, “bandidos que transpõe a fronteira para roubar, mercenários que se vendem por dinheiro”. A descrição dos federalistas, dessa maneira, é destinada à causar no público leitor efeitos de indignação e angústia, frente ao alerta que o jornal faz sobre a “fonte de todo mal” e as consequências que a nação

10 O Rio Grande. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 fev. 1893, p. 1.

sofrerá se esta não for combatida e derrotada.

Conforme Charaudeau, o efeito de indignação está voltado para a questão moral da situação em que as vítimas se encontram. Indignação desperta um movimento de protesto contra uma situação. O efeito de angústia é devido à evocação de uma ameaça que nasce de uma situação de perigo potencial, pondo aquele que lê ou escuta a informação numa posição de vítima possível dessa ameaça. Assim, o discurso empregado se faz recorrendo a narrativas dramatizantes para provocar temor e medo sobre as consequências possíveis de determinada situação (CHARAUDEAU, 2016, p. 91-92).

Devido à participação estrangeira no conflito, *O Estado de São Paulo* intitulou diversos de seus artigos sobre a revolução de “A Invasão”, reforçando o estigma de invasores aos federalistas. Em seu discurso, o jornal faz um alerta, dizendo ser necessário que os “paulistas saibam que grande parte dos invasores não pertencem à comunhão brasileira”, sendo assim, julgam ser o dever deles “mostrar toda extensão do mal que nos preparam”.¹¹

Frente às análises feitas sobre o discurso do jornal, foi possível perceber como este procurou fundamentar as causas da revolução como uma invasão estrangeira feita por argentinos e uruguaios que compactuavam numa espécie de “conspiração” contra o progresso do Brasil, que agora, com bases republicanas, prosperava, representando um perigo aos países vizinhos. Nas edições que seguem, o jornal critica a política externa do Uruguai que não atendia os apelos feitos pelo governo brasileiro para deterem os revoltosos em suas fronteiras. O periódico defende que as razões de um “país fraco” não atender às reclamações de um “país forte” como o Brasil, estariam fundamentadas na tentativa deste de anexar o Rio Grande do Sul ou, ao menos, por desejarem que a guerra sulina dilacerasse o estado e assim enfraquecesse a República brasileira.

O discurso assumido pelo periódico buscava denunciar a razão da desordem, achar um culpado e determinar um inimigo, no caso, os estrangeiros, invasores que transpõem a fronteira para atacar instituições legítimas. Ao descrever as causas da desordem, o discurso apresenta o adversário como o único responsável pela situação, tratando-se de uma estratégia de desqualificação, evocando a ameaça que ele representa para sociedade. Assim, como salienta Charaudeau, fabricam-se *bodes expiatórios* a serem sacrificados pela angústia social (2016, p. 94). Denunciado o mal, o jornal iria empregar um discurso de reparação dessa situação, buscando apresentar ao leitor uma possível solução salvadora, a qual estaria intrincada à inter-

11 A invasão. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 01 mar. 1893, p. 1.

venção do governo federal no conflito e o sentimento patriótico republicano que deveria aflorar dentro de cada brasileiro. Assim noticiava o jornal:

É preciso que os inimigos da República se convençam de que nós, os republicanos, estamos dispostos a defendê-la e que para destruir suas loucas intenções, os manejos sinistros com que procuram assediar-nos, contamos com o própria esforço, com a tenacidade já provada, e com o patriotismo da grande maioria do povo; é preciso que compreendam que conosco está a opinião pública e que eles não constituem senão uma exceção, que há de forçosamente desaparecer abafada na luta, ou que se tornará odiosa se prosseguir no caminho do ataque desleal e traiçoeiro.¹²

Frente ao exposto, é perceptível como o discurso produzido aponta soluções para reparar o mal existente apelando para um impulso coletivo, superando e difundindo-se numa “alma coletiva”, para assim, reunir-se em um “Nós”. Conforme Charaudeau, nesse tipo de alocução, “a palavra do orador se reforça por exaltar o sentimento indentitário desse Nós. Trata-se de exacerbar o ‘orgulho de ser si mesmo’, valorizando os traços de caráter comunitário do grupo ao qual se pertence” (2016, p. 96). Para *O Estado de São Paulo*, a característica identitária, o “Nós” que unia a população, estaria representado pelo sentimento patriótico. Portador desse sentimento, o discurso buscava provocar no leitor uma admiração à ideologia republicana, promotora, no entendimento do jornal, da paz e da ordem. A intencionalidade da fala dos produtores do discurso desempenhava, assim, um importante papel na construção de sentidos em um regime que precisava consolidar-se. A República passaria a ser a representação do sentimento coletivo, como define o jornal, “arraigada no coração do povo”. Dessa maneira, qualquer forma de ameaça a essa instituição deveria ser combatida e aniquilada:

Quanto a nós, não nos arrependemos de ter agitado nestas colunas e de ter contribuído para que o espírito do povo paulista se inflamasse, indignado, contra a causa antipática dos federalistas. Como defensores dos interesses do povo, temos o dever de profligar os perturbadores da ordem. Como republicanos, somos obrigados a combater tenazmente qualquer movimento de hostilidade contra a República. Como brasileiros, seríamos indignos dessa pátria se não nos erguêssemos contra os que ousam ameaçar a sua

12 Os negócios do Rio Grande. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 01 mar. 1893, p. 1.

integridade arrancando-lhe o pedaço de terra, onde repousam as mais heroicas tradições da nossa história, e que foi destinado pela natureza a ser a sentinela, sempre vigilante, da nossa hegemonia na América do Sul.¹³

Ao mesmo tempo, o discurso construído pelo periódico paulista objetivava mostrar ao público leitor que os acontecimentos que envolviam o conflito não estavam restritos apenas ao Rio Grande do Sul. A contenda afetaria a esfera política nacional, podendo abalar os fundamentos da ordem, da legalidade e os créditos das instituições republicanas. Desta maneira, a intervenção do governo federal, situação defendida pelo jornal, era justificada e os gastos da União no conflito eram necessários. O periódico expunha uma série de argumentos a fim de defender o auxílio dos estados nessa causa. Com a descentralização do poder, afirmava o jornal, os estados que antes sustentavam a monarquia poderiam, agora, viver momentos de abundância e, dessa forma, a existência do regime republicano dar-se-ia a partir da reciprocidade de auxílios entre a União e os estados.

Cabe ressaltar outras questões recorrentes nas notícias, tais como o recurso discursivo empregado nas publicações que retratavam os grupos envolvidos no conflito em situações bastante distintas: a política falsária, indecorosa e criminosa, fundamentada em aspirações exaltadas dos federalistas, colocava em perigo a ordem, a paz, a moderação e a justiça representadas pelas tropas republicanas, as quais por amor à Pátria lutariam contra o ultraje ao patriotismo simbolizado pelos revoltosos.

Frente a isso, devemos levar em consideração que a alocação produzida pelo discurso do jornal com relação ao seu *contrato comunicacional*¹⁴ não pretendia ver a verdade absoluta dos fatos. O que interessava para o sujeito produtor da fala era o movimento das opiniões, ou seja, repertoriar algumas e rejeitar outras, criticando-as a fim de pôr as suas. Podemos considerar que, ao desqualificar o adversário e exaltar as qualidades do grupo que defende insistentemente, o periódico tem como estratégia cooptar o leitor na causa defendida em nome de valores que consideram compartilhados por um todo coletivo, estabelecendo, dessa forma, uma relação entre o discurso proferido com o destinatário ideal imaginado pelo produtor. Sendo assim, o acontecimento é construído através de um discurso não imposto,

13 Tínhamos razão. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 abr. 1893, p. 1.

14 Segundo Charaudeau, o discurso de informação permite o estabelecimento de um vínculo social, as mídias se interessam de modo organizado pelo estabelecimento desse vínculo, propondo um “contrato comunicacional”. Assim, as empresas responsáveis por fabricar a informação concorrem entre si, e a partir dessa concorrência, as mídias são levadas a uma tomada de posição sobre a maneira de tratar as notícias (2006, p. 13).

mas uma incitação dramatizante que apela para os sentimentos.

Conforme Charaudeau, um ato de fala, qualquer que seja, é suscetível de produzir um efeito emocional combinado por três fatores, a natureza dramática do assunto, a maneira pela qual a palavra é posta em cena e a circunstância na qual o público recebe o discurso (2016, p. 90). É o que mostra o texto do *O Estado de São Paulo* ao se referir sobre o apoio dado a Floriano Peixoto pela população do Rio de Janeiro:

Neste momento de provações os sentimentos de todos os brasileiros não podem ser outros senão os da população fluminense e bem cedo o patriótico soldado da República, o marechal Floriano Peixoto há de ver imitado o nobre exemplo do povo da capital, porque assim o exige a dignidade do nome brasileiro e a salvação da República. São estes os nossos votos, e nesta sincera confiança que temos pelos sentimentos de nossos patrícios, vão ao mesmo tempo os nossos aplausos aos que souberam dar o exemplo de civismo, reunindo-se em torno do chefe da nação para todas as eventualidades.¹⁵

O sentimento patriótico é utilizado com forte carga emocional e a figura do presidente Floriano Peixoto é associada à imagem de um “salvador” decidido a combater todo mal pelo bem da República. O jornal, como produto de uma encenação midiática, constrói a notícia procurando tocar a sensibilidade do leitor. A redação da notícia denota confiança no sentimento de “civismo”, apelando para a consciência do papel social de cada um. Dessa maneira, a linha de argumentação empregada neste caso, e em tantos outros discursos do jornal, apela para uma carga emocional que, por muitas vezes, sobrepõe o rigor lógico.¹⁶

Como salientado anteriormente, a guerra se estenderia até 1895, ano que começaria com mudanças. A primeira delas foi a alteração do governo no âmbito federal. Prudente de Moraes, paulista sustentado pelos interesses cafeicultores, substituiu Floriano Peixoto na presidência do país, o primeiro eleito através do voto. A mudança de governo dava novo ânimo

15 A invasão. *O Estado de São Paul*, São Paulo, 02 mar. 1894, p. 1.

16 Conforme Charaudeau, o recurso às paixões e o apelo aos sentimentos em discursos com ideais políticos é de longa data. Spinoza via neste recurso “as causas e os fundamentos” da sociedade política e suas instituições. Voltaire decretava que “as paixões são as rodas que fazem mover todas as máquinas” (máquinas humanas). Pensadores do político como Max Weber e Michel Foucault, viam no recurso a paixão a subjetivação do político, que obriga a levar em conta o afeto que acompanha a experiência dos homens e que se mistura à racionalização das representações sociais. (2016, p.89).

aqueles que aspiravam finalmente pelo término do conflito no sul. A guerra não tinha chegado ao fim, mas pelo desgaste financeiro, material e humano que causara, diversos periódicos começariam a exprimir campanhas pela pacificação da revolução, atitude que foi profundamente criticada nas páginas de *O Estado de São Paulo*.

Nas notícias que seguem, o jornal paulista buscava alertar que a pacificação seria impossível de ser feita naquele momento, pois as tropas federalistas estariam ainda muito vivas sob o comando de Saldanha da Gama, que organizava nova invasão. Frente a isso, conforme ressaltava o periódico, o governo de Prudente de Moraes não poderia romper com o compromisso que tomou quando assumira o poder: a continuação da política de Floriano Peixoto sobre as questões da revolução no sul. De todo modo, os dois governos seriam diferentes. Segundo o jornal, Floriano surgira de um movimento revolucionário e não viveu senão para abafar uma revolução. Poderia, inclusive, ter até violado a Constituição alguma vez, mas o jornal afirmava não se arrepender de ter apoiado o “heroico soldado que salvou a República da eterna e sanguinolenta confusão do caudilhismo”.¹⁷ Já Prudente de Moraes, assumiu, em momento de paz, vinha em nome da Lei, para agir e existir em nome dela. Sendo assim, o discurso produzido buscava justificar que o presidente não teria margem para agir, pois a Constituição não autorizava, em nenhum dos seus artigos, a possibilidade de intervenção pacificadora do presidente da República.

Frente ao exposto, percebemos como o posicionamento do jornal sobre a intervenção do governo federal na revolução continuou sendo o mesmo desde o início do conflito. Em seu discurso, *O Estado de São Paulo* buscava construir a imagem de um líder, primeiro na figura de Floriano Peixoto, e depois na de Prudente de Moraes, que agia corretamente correspondendo aos ideais republicanos que o periódico defendia e buscava consolidar. A morte do almirante Saldanha da Gama em batalha¹⁸ consolidaria toda alocução produzida sobre a pacificação: a paz viria enfim, com o último suspiro do revoltoso. O jornal descreveu a notícia como uma esplêndida e triunfante vitória das tropas legais sobre a última esperança dos revoltosos:

A morte de Saldanha da Gama é, talvez, o triste epílogo des-

17 Notas políticas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 mar. 1895, p. 1.

18 Saldanha da Gama havia invadido o Rio Grande em fins de abril de 1895, e em 24 de junho, na Batalha de campo Osório, o almirante foi surpreendido em um ataque das tropas legalistas ocasionando em sua morte. A guerra encaminhava-se para seu fim, as tropas federalistas já não tinham mais condições de permanecer no conflito. Assim, começariam as negociações para a pacificação do Rio Grande do Sul (REVERBEL, 1985, p. 75 et seq.).

se drama sanguinolento, que atribuiu os primeiros anos da República... Que ela seja também agora o primeiro passo para a sonhada paz entre os brasileiros, encerrando na nossa história aquela grande página negra, onde apenas fulgura um ponto luminoso, que lembra a surpreendente bravura dos que morreram pela causa da Lei – e que é o símbolo da heroica resistência do patriotismo as coligações do ódio e da ambição, armadas contra a existência da República!¹⁹

A pacificação por fim aconteceria. Na convenção de Pelotas, em 23 de agosto de 1895, ocorreu o encontro entre o general Inocêncio Galvão de Queirós – enviado especial do então presidente Prudente de Moraes – com Silva Tavares, a fim de discutirem os termos de pacificação do estado. Entre as condições, os federalistas exigiam, para renderem suas armas, a “Reconstituição do Estado do Rio Grande”, ou seja, a revisão da Constituição positivista de 14 de julho de 1891, obra apontada por eles como uma das causas da revolta. Júlio de Castilhos não admitiu semelhante intromissão no Rio Grande do Sul, afirmando ser um “Estado constituído”, obtendo apoio de outros republicanos do país. A exigência federalista não foi aceita pela União, alegando ir contra a liberdade dos Estados e a Constituição Federal. Tavares e Galvão tiveram de aceitar e, no dia 23 de agosto de 1895, o Rio Grande estava oficialmente em paz, mantendo a intocabilidade da constituição castilhistas (LOVE, 1975, p. 77).

O *Estado de São Paulo* considerou que o acordo de paz foi feito como deveria ser, sem desprestígio para o governo e com honra à República. A publicação que trata sobre esse assunto exalta, com atos de louvor em seu discurso, todas as medidas que foram tomadas pelo governo até o término do conflito. Percebemos como os produtores da fala empregaram profunda alocução, pautada no reconhecimento das virtudes do governo pacificador e no sentimentalismo patriótico, aclamando as convicções republicanas que agora consolidavam-se:

A esse grande mérito do ato do governo e é, por isso, que nós, como brasileiros e como republicanos, incondicionalmente, sem restrições, traçamos estas linhas salientando a vitória com que a República encerrou o período de lutas que fatalmente tinha de transpor. A pacificação do Rio Grande, nos termos que foi feita, é a consagração definitiva das instituições republicanas. Honra, pois, ao governo que teve a ventura de realizá-la.²⁰

19 O Rio Grande. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 jun. 1895, p. 1.

20 Revistas dos Estados: Rio Grande do Sul. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 ago. 1895,

Frente ao exposto, percebemos através de nossas análises como a alocução produzida pelo periódico paulista atuou na mediação das inter-subjetividades no seu momento histórico, ou seja, o jornal, em sua situação de comunicação, desempenhou um papel na construção de realidades por meio de seu discurso. O posicionamento assumido pelo periódico durante a Revolução Federalista demonstrava como a política estava presente nas discussões do cotidiano, sobretudo pela necessidade de consolidação da nova forma de governo instaurada no país. Sendo assim, *O Estado de São Paulo* assumiu uma importante posição como mediador das subjetividades partilhadas na sociedade buscando influenciar o público leitor daquela época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início das hostilidades em 1893, *O Estado de São Paulo* assumiu uma posição política bem clara que vinha ao encontro de seus interesses ligados ao PRP, na tentativa de evitar qualquer desequilíbrio que ameaçava a estabilidade da forma de governo recém implantada. O periódico paulista não fugiu à regra de ser um jornalismo com cunho político-partidário, como fora muitos outros órgãos de imprensa do período. Para defender seus ideais, muitas publicações sobre o conflito deturpavam os fundamentos da revolta, excluindo de suas colunas qualquer explanação mais profunda sobre as causas da revolução. Sobretudo, devemos levar em consideração que, por ser um órgão aliado às causas defendidas pela elite cafeeira, *O Estado de São Paulo* empreendia um discurso que procurava garantir a hegemonia desse grupo, visto que esta não estava posta logo após a proclamação da República. A Revolução Federalista aconteceu em um contexto no qual a possibilidade de uma reação monárquica não estava descartada. São Paulo, sendo a “locomotiva do país”, precisava garantir a consolidação da República, dado que representava a nova coalizão de forças cujo centro estava a elite cafeeira paulista. É por esse motivo que São Paulo, e um dos jornais mais influentes da época, *O Estado de São Paulo*, se mobilizaram contra a Revolução Federalista, que, ao fim, consistiu em uma disputa pelo poder regional, a qual acabou tomando proporções nacionais e internacionais.

Sendo assim, as análises evidenciaram como uma disputa pelo poder local entusiasmou a opinião da imprensa do centro do país, a qual dava destaque diário em suas publicações para o conflito, refletindo o clima de agitação política que marcava o período. Portanto, buscamos em nosso tra-

balho explorar nosso objeto de pesquisa levando em consideração que seu discurso é uma construção da realidade apresentada de acordo com interesses particulares. Nesse sentido, os estudos aplicados a documentos de imprensa não devem vê-la como “a verdade”, mas sim como os possíveis interpretativos destes. Dessa forma, nossa pesquisa foi desenvolvida buscando apresentar uma possível abordagem no sentido de entender o discurso do jornal em exame como uma intervenção frente ao posicionamento político assumido por este sobre as discussões de seu momento histórico.

Levando em consideração essas questões, compreendemos que, em um tempo em que o debate político era a tônica da imprensa, o jornal paulista não deixaria de expressar seus ideais de forma veemente. O *Estado de São Paulo* não pouparia palavras para defender suas convicções. Seu discurso virulento buscava desqualificar o adversário através de adjetivos pessoais em repúdio a toda ação dos revolucionários, classificados como bandidos, mercenários e assassinos. O discurso empregado contrapunha repetidamente a ordem e a civilidade da República, contra o perigo da desordem e barbárie representada pela revolta, criando um clima de tensão e insegurança que pretendia atingir o leitor. A posição do jornal foi clara, colocava-se como o defensor da República, mesmo esta não estando em perigo, tornando-se conveniente afirmar, ainda, que tal propósito estava ligado à defesa de uma dada República: a paulista cafeicultora.

Destacamos, em nossa investigação, o apoio dado pelo jornal à intervenção do governo federal nas causas que envolviam o conflito, algo indispensável para o bem comum de toda nação. Logo, essa abordagem seria o discurso que embasaria a maior parte da retórica de *O Estado de São Paulo*, o qual expunha em suas páginas argumentações pertinentes, possíveis de obter resultados que ansiassem alcançar seus objetivos. Dentro dessa concepção, os textos produzidos pelo periódico utilizavam, na construção da imagem dos federalistas, um efeito que buscava desqualificar e, ao mesmo tempo, desmistificar o ideal da luta defendida pelos revoltosos.

Tal imagem produzida sobre a revolta estaria alicerçada ao envolvimento de uruguaiois no conflito, o que caracterizaria uma invasão estrangeira ao território do Rio Grande do Sul, constituindo uma ameaça separatista que unia forças com o governo instituído do país vizinho, por este carregar consigo ressentimentos em relação ao Brasil, pretendendo, através do conflito, enfraquecer e abalar a aparente hegemonia que o país assumia no continente após a instauração da República. Além disso, o discurso reforçava a ideia do movimento ser uma invasão com intuítos de restaurar a monarquia. Ataques diretos ao líder da revolta, Gaspar Silveira Martins, somariam causas para justificar tal afirmação. A vaidade deste es-

taria, conforme o jornal, ferida por seu afastamento do poder depois que os republicanos haviam assumido o governo, influenciando, dessa forma, seus correligionários a insurgirem.

Toda essa gama de fatores produzida pelo discurso do periódico seria a justificativa para que os leitores vissem a revolução como uma causa que atingia não apenas o sul do país, mas sim todo o Brasil. Assim, afirmava o periódico ser seu papel não omitir ou distorcer qualquer questão que envolvesse os acontecimentos sobre a revolta. Entretanto, as análises mostraram que a prática carecia, evidentemente, de princípios éticos, tornando-se um jornalismo notadamente partidário, que primava pela mais desenfreada belicosidade, ultrajando qualquer forma ou manifestação que se opunha as suas convicções.

Nesse sentido, o estudo sobre a forma como o jornal *O Estado de São Paulo* interpretou os acontecimentos sobre a Revolução Federalista e a posição assumida por este durante o conflito demonstraram como uma luta pelo poder local tornou-se pauta das discussões em uma conjuntura na qual a nova forma de governo necessitava consolidar suas bases. A reverberação de opiniões emitidas estava imbuída em sentimentos políticos apaixonados e patrióticos, os quais distorciam os fatos em prol das ideias que defendiam. De toda forma, devemos levar em consideração, como salienta Charaudeau, que a notícia é construída a partir do ponto de vista dos atores envolvidos na encenação midiática, o que faz com que a realidade seja apresentada de acordo com interesses particulares. Desta maneira, compreendemos como *O Estado de São Paulo* cumpriu sua função enquanto formador de opinião, utilizando suas páginas para exaltar os valores das causas que acreditava e assim influenciar a esfera política e social de sua época.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um Olhar e Duas Temporalidades. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marcos (Org.) *História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos*. Rio de Janeiro: Seção Gráfica IFCH/UERJ, 1998.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. In: PAULA, Eurípedes Simões de (Org.). SIMPÓSIO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5., 1971, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Seção Gráfica do FFLCH/USP, 1971.
- CAPELATO, Maria H. Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

- CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.
- _____. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos de Estudo*, Porto Alegre, n. 13, 1995.
- FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 5. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.
- FRANCO, Sérgio da Costa. O Sentido Histórico da Revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia, UFRGS, 1962.
- JORNAL O Estado de São Paulo. São Paulo, 06 jan. 1893 – 22 out. 1895.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- _____. *A locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira (1889 – 1937)*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- LEITE, Carlos Henrique Ferreira. História e imprensa: a importância e a contribuição dos jornais no conhecimento histórico. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 16, 2014, Paraná. *Anais...* Universidade Estadual do Paraná: UEP, 2014. p. 822-829.
- LUCA, Tania Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- RECKZIEGEL, Ana Luíza Setti. 1893: A revolução além fronteira. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- _____. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. 2. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015.
- RÉMOND, René (Coord.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

- REVERBEL, Carlos. *Maragatos e Pica-paus: Guerra civil e degola no Rio Grande*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- ROMANCINI, Richard. História e Jornalismo: reflexões sobre o campo de pesquisa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2005, Rio de Janeiro. *Anais....* Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 2005.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções, 2007.
- ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa: Algumas considerações metodológicas. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 4, jun. 1985.

O QUE HAVIA NAS TERRAS: ESTRUTURA PATRIMONIAL E ECONÔMICA DAS FAZENDAS DE GADO VACARIENSES NO INÍCIO DO SÉCULO XX

WHAT WAS IN THE LANDS: EQUITY AND ECONOMICAL STRUCTURE OF THE VACARIENSES CATTLE FARMS IN THE BEGGINIG OF THE XX CENTURY

Andréa Pagno Pegoraro¹

RESUMO

Buscando compreender melhor a formação do território brasileiro e o modo como se procediam as organizações patrimoniais, através do uso de inventários *post-mortem* e autos de medições de propriedade, nosso trabalho tem como objetivo analisar a estrutura agrária do Rio Grande do Sul entre 1889 e 1930. Considerando a predominância da atividade pecuarista na região, nosso trabalho pretende evidenciar de que modo as concepções e práticas referentes à propriedade e à estrutura patrimonial fundiária e econômica em Vacaria/RS estão inseridas no cenário sul rio-grandense e nacional durante a Primeira República Brasileira. Através da análise dos inventários *post-mortem*, identificamos as bases produtivas predominantes nas fazendas, relação do número de animais, diversidade de rebanhos, tipos de habitações, delimitação das terras, entre outros aspectos. Os documentos permitem compreender o padrão social predominante, a organização familiar e o modo como as heranças eram transmitidas entre os herdeiros, revelando também aspectos do cotidiano como costumes, crenças e tradições. Traremos neste artigo algumas discussões referentes ao modo como os patrimônios estavam divididos, quem eram os grandes fazendeiros gaúchos e vacarianos do início do século XX, a importância conferida à terra e o que havia nas grandes e pequenas propriedades. Discutiremos também as permanências ou as mudanças na estrutura econômica no primeiro trintídio do século XX com relação ao século XIX. Entre os trabalhos selecionados para o embasamento teórico de nossos estudos, destacamos a pesquisa de Ironita P. Machado *Entre Justiça e Lucro: Rio Grande do Sul 1890-1930*. A historiadora aborda os litígios envolvendo a posse e propriedade das terras sul-rio-grandenses através de processos judiciais.

Palavras chave: Patrimônio. Estrutura Agrária. Heranças. Terras. Primeira República.

¹ Possui graduação em História pela Universidade de Caxias do Sul (2012) e mestrado em História pela Universidade de Passo Fundo (2016). Atualmente é professora de história - E.M.E.F. Maria Sirlei Alves Boeira, professora de história - E.M.E.F Soli Gonzaga dos Santos. Tem experiência na área de História, com ênfase em História. Participante do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR). Doutoranda UPF.

ABSTRACT

Trying to understand better the formation of the Brazilian territory and how the patrimonial organizations proceed through the use of invents post-mortem property measurements, our work has as objective checking the agricultural structure of Rio Grande do Sul between 1889-1930. Considering the predominance of the cattle rancher activity in the region, our work intends to evidence in the way the conceptions and practices referring to the property and economical and fundiaria property structure in the Vacaria RS are inserted in the RS and national scenario during the first Brazilian Republic. Through the analyzes of the inventories post-mortem, we identify the productive bases predominant in farms, the number of animal, diversity of the herds, kinds of dwelling, land boundaries, among other aspects. The documents allow to understand the social predominant pattern, the familiar organization and the way of the heritages was shared among the heirs, also releasing the daily aspects as customs, beliefs, and traditions. In this article we are going to talk about some aspects referring to the way the patrimony was shared, who were the big gauchos farmers and Vacarianos in the beginning of the XX century, the importance given to land and who there were the big and small property. We are also going to discuss the stays or the changes in the economical structure in the first trinitus in the XX century in relation to the XIX century. Among the selected works to the basement of our studies we highlight the Ironita P. Machado Between the justice and profit: Rio Grande do Sul 1890-1930. The historian approaches the litigation involving the possession and properties of the lands sul rio-grandense the judicial process.

Keywords: Patrimony. Agriculture Structure. Heritages. Lands. First Republic.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como finalidade analisar a estrutura agrária do Rio Grande do Sul durante a Primeira República Brasileira (1889-1930) através do uso de inventários *post-mortem*, disponíveis no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERs). Nosso trabalho busca evidenciar as bases patrimoniais e econômicas de proprietários de terras e fazendas na região de Vacaria/RS procurando identificar o que havia nas propriedades, quem eram as famílias que se destacavam como latifundiário, qual era o padrão de vida nas fazendas e as relações sociais mantidas entre seus membros.

Partimos do pressuposto de que a criação de gado em Vacaria predominava como principal atividade econômica, estando a localidade integrada ao tropeirismo. A carta de sesmaria concedida a José de Campos Bandemburgo, por volta de 1770 representa a fundação da primeira estância no local, a fazenda Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que voltava-se diretamente à criação de gado até meados de 1930. Vacaria localiza-se na porção norte do Estado do Rio Grande do Sul e atualmente apresenta uma área territorial de 2.124,582 Km² conforme dados do IBGE 2017. O município tem sua origem com a passagem dos tropeiros que seguiam de Viamão

em direção a Lages capturando o gado solto e também das criações de gado que existia nos campos.

A documentação analisada nos permite verificar a extensão de terras ocupadas por cada fazenda, se havia ou não animais nas mesmas, os tipos de rebanhos, destacando de que modo as terras eram aproveitadas, se realmente os rebanhos de *gado vacum* representavam o principal produto econômico dessas fazendas, além de analisar a ocorrência das práticas agrícolas na região.

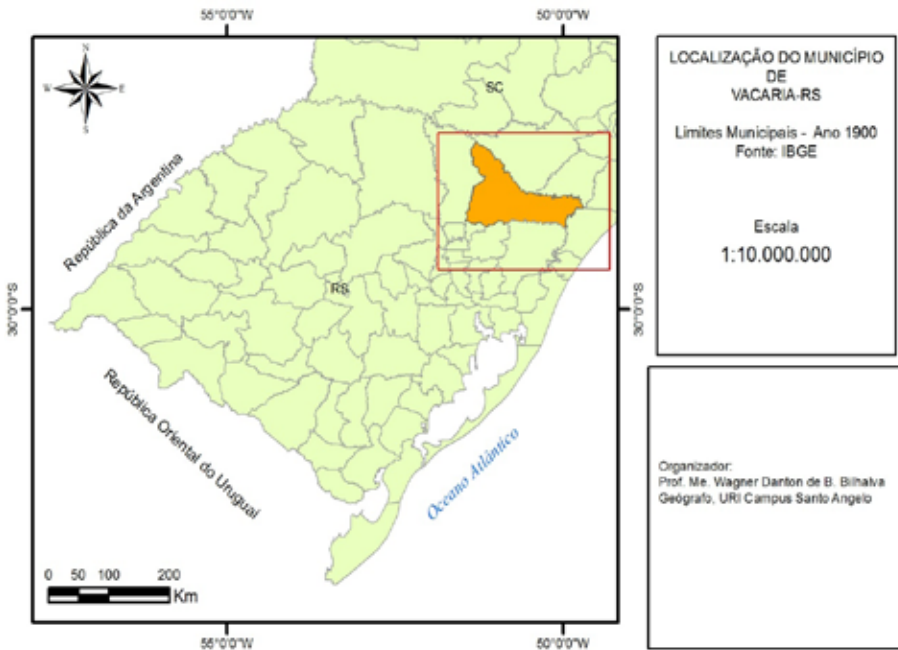
Nosso trabalho baseia-se numa amostra de 100 inventários em que destacamos informações referentes às bases produtivas presentes nas fazendas, relação de número de animais, diversidade de rebanhos, tipos de habitações, delimitação das terras, extensão das propriedades, pessoas que nelas viviam e trabalhavam, padrão social predominante, organização familiar, transmissão de heranças e propriedades, revelando também aspectos do cotidiano como costumes, crenças e tradições.

2 Vacaria no cenário regional

De acordo com o censo do IBGE² de 1900 “Vacaria possuía uma área de 8.526 Km², apresentando uma densidade demográfica de 2,02 hab. Km.²”. De acordo com o mesmo censo o município abrangia os distritos “de: 1º Vacaria, 2º Vista Alegre, 3º Capão Alto, 4º São Luís de França, 5º São João Batista, 6º São Pedro, 7º Santo Antonio e 8º Capela da Luz.” O distrito de Vacaria, como indicado no censo, foi criado por Alvará em 20 de outubro de 1805, subordinado ao município de Santo Antônio da Patrulha e elevado à categoria de vila no ano de 1878. Em 1900 ocorre a anexação do distrito de São Luís de França e de São João Batista, sendo o distrito de São Pedro integrado em 1808. O mapa 2.1 Localização de Vacaria em meados de 1900 ilustra a abrangência do território no referido período:

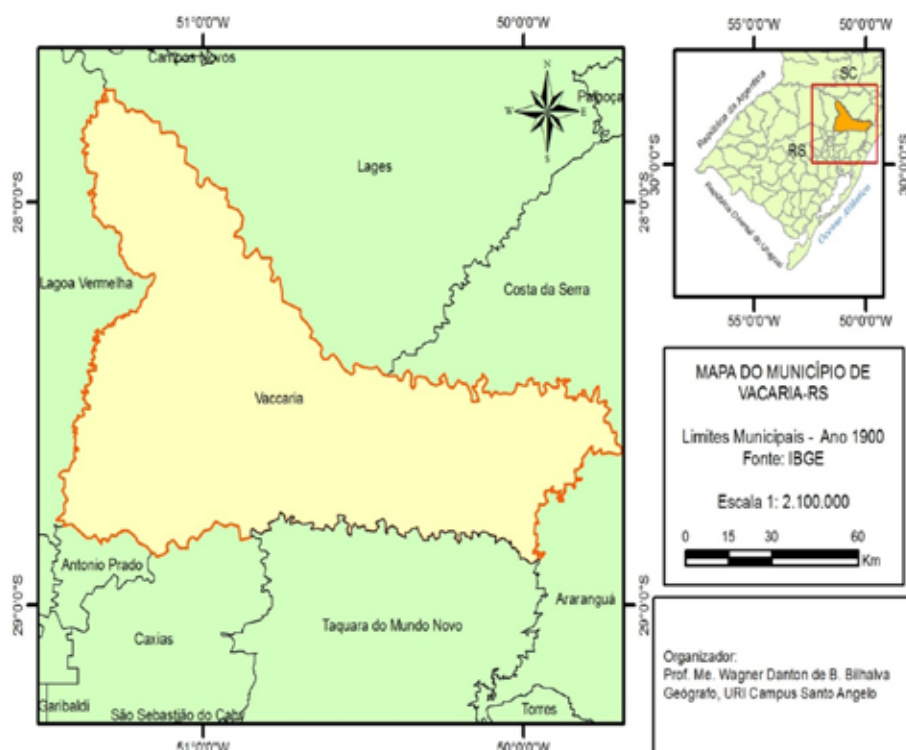
2 IBGE de 1900, Vacaria. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/vacaria.pdf>. Acesso em 09/08/2017.

2.1 Localização de Vacaria em meados de 1900



Em 1911 o município abrangia 5 distritos: Vacaria, Bom Jesus, São Luís de França, São João Batista e Vista Alegre, não se integrando o distrito de São Pedro. Bom Jesus desmembra-se do município em 1913, ano em que é criado o distrito de Capão Alto e anexado ao município de Vacaria. Em 1917 é criado o distrito de Muitos Capões e também anexado ao município de Vacaria, mesmo ano em que o distrito de Nossa Senhora da Luz é criado e também anexado ao município. São José do Pinhal é anexado em 1924, juntamente com São Pedro do Ipiranga. Compondo, portanto, esses distritos a região compreendida por nossos estudos, como apresenta o mapa 2.1 Vacaria no início do século XX.

2.1 Vacariano início do século XX



Ao nos remetermos à Vacaria dos tempos da República Velha no Brasil, precisamos considerar que o território ao qual nos referirmos não corresponde fisicamente ao espaço ocupado pelo atual município. O espaço regional que corresponde ao objeto de nossos estudos abrangia distritos que ao longo do tempo foram sendo desmembrados em municípios. Assim, convém definir o antigo território de Vacaria como um espaço regional caracterizado por demarcações geográficas e sociais diferentes. Em história, o conceito de região nos ajuda a compreender os laços de pertencimento e identidade que definem um determinado território, não estando necessariamente associado a um espaço físico. No caso do antigo território de Vacaria, este pode ser considerado um espaço regional ligado às atividades econômicas da criação de gado que se iniciam com o tropeirismo.

Portanto, região é um espaço definido através de questões sociais, onde é possível encontrarmos traços marcantes de heranças culturais e materiais, com uma determinada estrutura social e suas contradições que definem um sentimento de pertencimento a um determinado território e grupo social. Na mesma direção avança a interpretação de Heredia, “la región es el resultado de la relación íntima del hombre con su medio, la regi-

ón es una criatura, o sea una creación singular, la regionalización debe ser entendida como el proceso en el cual la región se desarrolla y toma forma histórica concreta” (HEREDIA, 1996, p. 300). Região, portanto, não é um espaço fixo, demarcado geograficamente, mas um espaço que apresenta mudanças.

Caracterizamos Vacaria do início do século XX, neste contexto, como “um espaço onde se reproduzem certos padrões de conflitos sociais, ou como um espaço onde se desenrola determinado movimento social, dentro de um contexto de inter-relações, que compõem uma unidade regional” (Barros, 2005, p.121). Assim, o conceito de região que abordamos não se releciona com demarcações físicas ou políticas, mas com os laços de identidade e pertencimento que formataram as fronteiras socioeconômicas e espaciais daquela sociedade.

3 A quem pertenciam as terras

Buscamos neste capítulo identificar a estrutura agrária presente no antigo território de Vacaria entre 1889 e 1930, considerando a presença de grandes latifúndios pecuaristas. Os inventários *post-mortem* são importantes fontes de pesquisa para nossos estudos, pois nos revelam as bases produtivas predominantes nas fazendas. Neles estão presentes informações detalhadas de suas estruturas como: número de animais que havia em cada fazenda, diversidades dos rebanhos, casas existentes nas propriedades, indicando também o modo como foram construídas, delimitações das terras, entre outros aspectos. Os inventários também nos indicam como a sociedade estava organizada, quem eram as pessoas que viviam nas estâncias, como se procediam as transmissões de heranças, as demarcações, as transformações ocorridas nos sistemas de medições das terras e a valorização ou desvalorização de bens a partir das mudanças nos contextos históricos e as respectivas leis que os norteavam.

Em nossa dissertação de mestrado, mostramos que algumas famílias eram proprietárias de vastas extensões de terras. Em alguns casos os filhos dos grandes fazendeiros também possuíam terras próprias, mesmo antes da partilha de bens. Como é o caso do estancieiro Antônio Manoel Velho (1848), proprietário da fazenda dos Ausentes, que compreendia uma área de três sesmarias. Seu valor atingia a quantia de 12 contos de réis, havendo nela uma casa de telha com benfeitorias, além de outras seis, que os avaliadores quantificaram em 1 conto e 600 mil réis. Também pertenciam a família Velho uma sesmaria contígua à fazenda dos Ausentes, avaliada em 4 contos de réis, a fazenda do Silveira, com abrangência de duas sesmarias, com valor estimado em 8 contos de réis. A fazenda Santa Ana, valendo 3

contos de réis e, mais cem braças de terras no distrito de Laguna.³

No início do século XX, também observamos a presença de grandes fazendas, mas a presença de pequenas e médias propriedades passa a ser mais acentuada que nos anos anteriores. Apesar de ser notável o crescente desenvolvimento agrícola no estado do Rio Grande do Sul, verificamos que Vacaria continua voltando-se economicamente para a criação de gado. Fato que pode ser comprovado pela constante presença de rebanhos e invernadas nas fazendas. Como exemplo citamos o inventário de José Telles de Souza, de 1912⁴. No documento consta que o mesmo possuía, uma pequena invernada com feixes de taipa e arames, banhados e rios no lugar denominado “Serraria” ou “Boa Vista”, com a área de 2 milhões de metros mais ou menos, avaliada por 4 contos de réis; Uma parte de matos de cultura com 75 hectares mais ou menos, sita na invernada da Vacaria na Serra de Pelotas, neste primeiro distrito, avaliada por 1 conto de réis; Uma parte de campos junto a invernada da fazenda da Cachoeira onde se achava edificada a casa de material, coberta de telha, com uma porta e duas janelas na frente, com 5 compartimentos, com 2 pequenos galpões, lavoura e mangueiras e mais benfeitorias, tudo em ruínas e de péssima construção, avaliados por 1 conto e 500 mil réis. Os bens deixados foram igualmente divididos entre os 6 filhos do casal, salvo a meação da viúva. Nesta partilha ocorre um caso usual de transmissão de heranças em que o patrimônio familiar é preservado através dos descendentes do patriarca. Evidenciamos também, que José Telles de Souza era possuidor de uma invernada, que segundo Motta, se refere a:

Terras incultas (pastos), já esgotadas para a produção agrícola e que são utilizadas para fins criatórios variados: para a engorda; para a reprodução do gado; para a criação; para desterneirar vacas (separar das vacas as suas crias); para colocar o gado falhado (vacas que não estão dando leite). Invernar também significa hibernar, temporadas de engorda dos animais. Alguns fazendeiros possuem campos especialmente para receber gado para invernar; eles são chamados de invernistas ou invernadores. Durante os séculos passados, após as longas travessias realizadas pelo gado, eles eram colocados em invernadas com o objetivo de se recuperar e ganhar peso antes de serem negociados (2005, p. 266).

3 APERS. Autos n° 540. Maço: 3. Estante: 10. Santo Antônio da Patrulha/Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventariado: Antônio Manoel Velho/Inventariante: Ignácio Manoel Velho.

4 APERS. Ano: 1912. Autos n°: 19. Estante: 119. Vacaria/Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventariado: José Telles de Souza/Inventariante: Margarida Telles de Souza.

Como citado por Motta (2005) alguns fazendeiros reservavam campos apenas para invernadas, sendo que os mesmos poderiam não possuir seus próprios rebanhos, como é o caso de Telles de Souza de acordo com seu inventário. Ao analisar o inventário do fazendeiro constatamos que o mesmo não possuía rebanhos, sendo que não aparecem animais entre os bens arrolados. No entanto, a fazenda abrigava galpões e mangueiras para receber os animais em épocas de invernadas. Também existia na propriedade lavouras, todavia, não nos foi possível identificar a abrangência desta lavoura e se a mesma seria para consumo familiar ou teria outros fins.

Os inventários *post-mortem* nos fornecem a descrição de todos os bens existentes nas fazendas e patrimônios deixados pelo falecido e sua família, permitindo entender como estava organizada a sociedade, seus modos de vida e padrões de comportamento. O momento de abertura do inventário representava não apenas a partilha de heranças, mas os ajustes familiares para administração do patrimônio, assim como o pagamento das dívidas da família.

As dívidas referidas nos inventários eram listadas em duas categorias, sendo elas as dívidas passivas, referentes ao que o falecido ou sua família devia a outros e as dívidas ativas, ou seja, os valores que outras pessoas deviam ao falecido (a) ou ao casal. Todas as dívidas passivas eram pagas antes da partilha dos bens, já as dívidas ativas deveriam ser pagas pelos devedores aos herdeiros, integrando-se estas aos pagamentos das heranças. De modo que, após o falecimento, a família era obrigada a proceder ao pagamento de todas as dívidas vigentes para só então realizar a partilha dos bens, conforme procedimento realizado durante o inventário. O documento apresenta inicialmente uma relação de todos os bens que perfazem o monte mor, seguido de uma lista onde estão expressas todas as dívidas ativas e passivas. Após o pagamento das dívidas vigentes seguia-se outra análise dos bens que ainda restavam, para calcular o monte líquido partível.

Era usual que as pessoas deixassem registrado o que deviam nos armazéns para pagar mais adiante de uma só vez. O inventário de José Telles de Souza nos mostra que o fazendeiro costumava fazer compras e deixar anotado para pagamentos posteriores. Como exemplo, podemos citar algumas das listas presentes no inventário de José Telles de Souza (1912).

A herança de José Telles de Souza a Angelo Locatelli deve:

Justa de conta hoje - 162.500
8 kg de toucinho - 8.000
15 metros de chita - 16.500
10 metros de riscado - 10.000

8 metros de casineta - 20.000
8 kg de toucinho - 8.000
1 saca de sal - 6.000
1 medida de cachaça - 2.500
1/2 quilo de erva mate - 3.000
4 kg de café - 5.200
1 saca de farinha de trigo - 10.000
1 saca de mandioca - 12.000
Cachaça e outras bebidas - 8.000
De fazendas e campos - 100.000
Em dinheiro - 200.000
1/2 kg de erva - 3.000
1/2 kg de açúcar - 6.000
1/2 kg de arroz - 5.000
73 kg de copado - 58.000
15 kg de açúcar - 12.000
1 saca de farinha de trigo - 10.000
1 saca de farinha de milho - 7.000
2 sacas de sal - 12.000
15 kg de erva - 6.000
4 kg de café - 4.800
1 lenço de seda - 5.000
1 dúzia de talheres - 10.000
4 lenços de chita - 4.000

Antonio Telles de Souza⁵, filho de José Telles de Souza faleceu em 1913, um ano após a morte de seu pai. Os bens por ele deixados foram, uma pequena área de campos e matos no lugar denominado Saltinho, na época 1º distrito do município de Vacaria no valor de 15 contos e 700 mil réis, além de casa e benfeitorias no valor de 700 mil réis e 232 animais em seu rebanho. A relação dos rebanhos consta de:

7 mulas mansas regulares a 110 mil réis cada uma e todas por 770 mil réis
5 ditas a 95 mil réis cada uma e todas por 450 mil réis, ditas mulas inferiores.
4 ditas de sobre ano a 70 mil réis cada uma e todas por 280 mil réis (280.000)
6 cavalos mansos, regulares a 50 mil réis cada um e todos por 300 mil réis
4 ditos inferiores a 4 mil réis cada um e todos por 160 mil réis.

5 APERS. N°: 3. Ano: 1913. Autos n° 662. Maço n° 20. Estante: 119. Vacaria/Cartório de órfãos e ausentes. Inventariado: Antonio Telles de Souza/Inventariante: Eduardo Pereira Monteiro.

3 potros de 3 anos inferiores a 30 mil réis cada um e todos por 90 mil réis
 3 ditos de 2 anos a 25 mil réis cada um e todos por 75 mil réis
 3 ditos de dois anos, regulares, todos por 90 mil réis.
 5 potrinhos de ano a 15 mil réis cada um e todos por 75 mil réis
 6 éguas velhas falhadas, por mil réis cada uma e todas por 220 mil réis.
 2 carreiros a 90 mil réis cada um e ambos por 180 mil réis
 3 touros a 80 mil réis cada um e todos por 240 mil réis
 29 vacas com cria a 79 mil réis cada uma e todos por 2 contos e 30 mil réis (2.030.000)
 22 ditas falhadas a 50 mil réis cada uma e todas por um conto e 100 mil réis.
 24 novilhas de ano a 35 mil réis cada uma e todas por 840 mil réis.
 14 terneiras de ano a 25 mil réis cada uma e todas por 350 mil réis.
 78 ovelhas a 3 mil réis cada uma e todas por 234 mil réis.

Os inventários nos fornecem os valores pelos quais esses animais eram comercializados, o que nos permite compreender as atividades econômicas associadas à criação desses rebanhos. Quando comparadas as avaliações conferidas aos mesmos animais no século XIX observamos notáveis alterações de valores decorrentes das mudanças econômicas e administrativas do país. Essas mudanças também se refletem na valorização das terras que ganham destaque entre as fortunas inventariadas. No século XIX, conforme nossos estudos, evidenciamos que entre os bens arrolados as somas mais significativas da herança giravam em torno dos rebanhos. Já no início do século XX o valor das terras supera indiscutivelmente o valor conferido aos animais, conforme podemos evidenciar na tabela 1.1 Avaliação dos bens inventariados, que segue em anexo.

Alguns processos ocorriam de maneira simples, não havendo divergência entre os herdeiros, outros se mostravam mais complexos, quando existia conflitos e disputas de heranças, podendo levar mais de um ano para a finalização do inventário. Quando a demora para a conclusão da partilha se arrastava por longos períodos as heranças poderiam acabar prejudicadas pela falta de administração dos bens. Portanto, a partilha de heranças era um momento importante com relação aos cuidados com a manutenção do patrimônio familiar, principalmente para os grandes fazendeiros.

Em algumas ocasiões as dívidas superavam o valor dos bens deixados pelo falecido o que ocasionava a ruína da herança familiar com a perda de seu patrimônio. Os processos judiciais envolvendo litígios ou disputas

de posses também poderiam resultar na perda do patrimônio familiar, como aconteceu com a família Ferreira no século XIX. Esta família era proprietária de uma das maiores fazendas de gado da região, a fazenda do Socorro, administrada por José Joaquim Ferreira. A disputa pela posse das terras resultou no assassinato do estancieiro por seu sobrinho Domingos Gomes da Cunha em 1872, estendendo-se o processo de inventário até meados de 1880. O resultado dos desentendimentos gerou a ruína familiar e a posterior venda do patrimônio.

Com a passagem do século XIX para o XX, observamos mudanças quanto a estrutura agrária da região vacariense. As grandes extensões de terras passam aos poucos a ser divididas compondo outras propriedades. Nos inventários as medições buscam maior exatidão tanto na extensão das terras partilhadas, quanto em suas divisas. A passagem do império para a república valorizou a terra como produto comercial, exigindo maiores cuidados na demarcação de seus limites. Até a metade do século XIX muitos fazendeiros se utilizavam da imprecisão quanto à demarcação de suas terras para aumentar as suas posses, construindo casas para seus filhos nos limites de suas terras.

Há casos em que consta pertencer ao inventariado algumas pequenas porções de terras, muitas vezes apenas um terreno, em outros os bens são restritos a alguns animais, sendo o mínimo encontrado em número de três. O inventário aberto pelo falecimento de José Braz Linhares em 1911⁶ mostra que o mesmo possuía uma pequena parte de campos e matos na fazenda do Cedro, avaliada por 900 mil réis, além de uma casa antiga que custava cerca de 100 mil réis. Nesta partilha o monte mor foi avaliado em cerca de 1 conto de réis, desta quantia foi subtraído o valor de 300 mil réis para o pagamento do credor Felisbino Braz Linhares, restando 700 mil réis, que perfizeram o monte mor partível. A herança deixada por José Braz Linhares divida entre seus dez filhos, recebendo cada um deles a quantia de 70 mil réis. A parte que caberia a herdeira filha falecida Felisberta Braz Linhares, reparte-se em partes iguais entre seus filhos, tocando a cada um deles a quantia de 35 mil réis.

Felisbino Braz Linhares (1912)⁷, pai de José Braz Linhares, falecido, com inventário aberto em 1911, no qual Felisbino aparece como credor na herança do mesmo. Possuía uma parte de campos e matos na fazenda do Cedro avaliado por 7 contos de réis; uma casa com duas portas, uma janela

6 APERS. N°: 11. Ano: 1911. Autos n° 651. Maço n° 19. Estante 119. Vacaria/ Cartório de órfãos e Ausentes. Inventariando: José Braz Linhares/Inventariante: Lourenço Braz Linhares.

7 APERS. Ano: 1912. Autos n° 656. Maço: 19. Estante: 119. Inventariado: Felisbino Braz Linhares. Inventariante: Maria Francisca Subtil.

de frente, com 50 palmos de frente e 40 de fundo, coberta de telhas com pequeno galpão com mangueira e lavoura por 600 mil réis; uma pequena internada por 4 contos de réis; um pequeno pedaço de campo no valor de 400 mil réis; um rincão de campos e matos por 2 contos e 800 mil réis; um retaco de campos e matos por 1 conto e 200 mil réis, além de alguns animais. Os bens arrolados foram avaliados na quantia de 20 contos 930 mil réis, repartida esta quantia em duas partes iguais, coube à viúva inventariante a meação de 10 contos 465 mil réis e dividido este valor em 11 partes iguais, pelo número de herdeiros filhos, coube a cada um de sua herança a quantia de 951 mil 363 réis, dividido também este valor entre os 9 filhos do herdeiro falecido José Braz Linhares, coube a cada um deles o valor de 105 mil 707 réis de suas respectivas legítimas.

Entre os bens deixados por João Julio de Oliveira⁸, também constava uma internada avaliada por 12 contos de réis, além de uma fazenda de campos e matos no 3º distrito de Vacaria, que custava cerca de 66 contos de réis. Na fazenda havia uma casa que com suas benfeitorias chegava a valer 2 contos de réis. Uma casa e mais benfeitorias, com os respectivos imóveis na praça matriz da vila, construídas sobre um terreno com a área 8.025 metros quadrados, cercada de arame, avaliada por 10 contos de réis e um terreno urbano por 6 contos de réis. O patrimônio legado fez um total de 90 contos e 500 mil réis, divididos entre os 6 filhos do inventariado, cabendo a cada um a quantia de 45 contos e 250 mil réis, conforme dados do inventário. Os dados apresentados nesse inventário mostram que Júlio de Oliveira, apesar de ser um fazendeiro, era proprietário de imóveis urbanos, sendo estes bem localizados. O inventariado, portanto, se tratava de um fazendeiro com condições econômicas favoráveis. O fato ser possuidor de imóveis próximo à praça da matriz indica que talvez sua família residisse na área urbana e a fazenda fosse o local de trabalho, podendo ser também um lugar de passeio.

Também podemos referir o caso de João Borges de Oliveira⁹, cuja família integra-se aos primeiros moradores da então, Vila de Vacaria. João Borges, quando faleceu deixou apenas alguns animais, entre os quais constam 3 vacas, 7 éguas, 8 ovelhas, além de 3 mulas e 2 cavalos. Sua casa, ainda em construção somou 200 mil réis. Suas terras perfaziam 25 hectares, avaliados por 600 mil réis. Um patrimônio singelo quando comparado ao

8 APERS. N° 4. Ano: 1912. Autos n° 658. Maço: 19. Estante: 119. Vacaria/ Cartório de órfãos e ausentes. Inventariado: João Julio de Oliveira/ Inventariante: Alfredo Julio de Oliveira.

9 APERS. Ano: 1913. Autos: 665. Maço 119. Inventariado: Juvencio Vieira Borges/Inventariante: João Borges de Oliveira.

pertencente a sua família nos primórdios e aos grandes estancieiros locais. O que comprova, que, embora até o século XIX houvesse o predomínio dos grandes latifúndios em Vacaria, no início do século XX evidenciamos a presença de inúmeras propriedades menores. É preciso destacar, contudo, que a valorização das terras com a passagem da monarquia para a república favoreceu a necessidade de inventariar devidamente os bens, mesmo que a herança não somasse um valor tão significativo. Todavia, é possível evidenciar que o número de propriedades também se amplia com o desmembramento das grandes propriedades em fazendas menores adquiridas não só mediante herança, mas também através da compra.

Entre os inventários apresentados neste artigo observamos que José Telles de Souza possuía uma pequena invernada, no entanto não são listados animais em seu inventário, fato que comprova que a invernada seria destinada a receber animais de outros criadores. Já o seu filho Antonio Telles de Souza possuía em sua propriedade 232 animais em seu rebanho, sendo que ambos não praticavam a agricultura como atividade econômica. Suas propriedades apresentavam o padrão de uma pequena propriedade quando comparadas às grandes fazendas pecuaristas da época. Do mesmo modo, José Braz Linhares era proprietário de uma pequena parte de campos e matos, sendo que seu pai Felisbino Braz Linhares possuía também apenas algumas partes de campo e uma pequena invernada. Seu rebanho era constituído de 4 bois, 81 reses, 11 mulas, 4 cavalos e 10 éguas.

Demonstramos assim, que predominavam em Vacaria propriedades de extensões diversas e muitas delas com rebanhos pequenos, assim como a de João Borges de Oliveira. Outro fato a destacar é a presença de invernadas em inventários onde não são listados rebanhos, o que justifica a presença de animais em inventários em que não existem terras entre os bens. Ou seja, muitas vezes os proprietários de rebanhos buscavam as invernadas ou arrendamentos como alternativas e esse fato não está ligado diretamente com a falta de recursos para adquirir terras, já que os pastos precisam estar em boas condições para a criação de gado. A procura pelas invernadas também pode ser explicada pela busca dos proprietários urbanos pelas atividades pecuaristas como fonte de renda. Assim, as nossas pesquisas comprovam, que como apontado pela historiografia, Vacaria voltava-se para a criação de gado até meados de 1930.

Em geral, era comum que as grandes fazendas dispusessem de campos com criações ou campos para invernadas, lavoura, além de uma casa construída em estilo rústico, podendo possuir também mangueiras, galpões, moinhos, forno, entre outras benfeitorias. Em algumas propriedades haviam moinhos, provavelmente destinados à produção de farinha

usada pela família, mas que também poderia indicar a presença de um pequeno comércio ou de uma lavoura maior do que a usualmente cultivada para consumo interno da fazenda. No inventário de Theodoro Joaquim da Silva¹⁰, datado de 1889, encontramos na descrição dos bens um moinho de moer trigo avaliado por 10 mil réis, havendo na pequena propriedade também alguns animais. Em alguns inventários também encontramos a referência a terras de cultura, no entanto, o documento não faz menção do que se produzia nas mesmas.

Muitas propriedades são descritas como sendo cercadas de taipas ou arames, o que evidencia a preocupação com a demarcação do território, pouco recorrente no início do século XIX. Esse cuidado com a definição do espaço expressa também o desejo dos proprietários em evidenciar domínio de uma área ou de um patrimônio, de modo que, “demarcar o território é demarcar um espaço de poder” (BARROS, 2005, p.113). Barros (2005) observa que os seres humanos estão constantemente se apropriando do espaço sobre o qual vivem, estabelecendo diferentes atividades e relações sociais. Segundo Barros, ao se apropriar de um determinado espaço e transformá-lo em sua propriedade, as pessoas definem ou redefinem um território. A demarcação dos terrenos reflete as mudanças resultantes da valorização das terras em sua comercialização após a Lei de Terras de 1850.

Lei de Terras: Lei nº 6012, de 18/09/1850, conhecida como Lei de Terras. Ela procurou caracterizar o que são terras devolutas e visava a ser um instrumento jurídico para discriminar as terras públicas das privadas, além de impedir o acesso à terra devoluta, a não ser via compra (MOTTA, 2005, p. 279).

Como referido por Motta (2005) a Lei de Terras foi criada para impedir que houvesse a apropriação de terras por outros meios que não a compra. Essa lei permitiu que a terra fosse transformada em renda territorial, consentindo ao fazendeiro novos investimentos. Possibilitou também, a substituição do capital anteriormente investido em escravos, na compra de terras. Motta aponta que a Lei de Terras foi descrita em vários estudos como um marco na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre. Com a implantação da lei os inventários passam a apresentar dados mais detalhados sobre a localização das fazendas, com medidas de extensão e limites demarcados por agrimensores. Fato que caracteriza mudanças significativas nas questões envolvendo a estrutura agrária sul-rio-grandenses na passagem do Império para a República. Durante o período Imperial as

10 APERS. Ano: 1889. Autos nº 315. Maço: 9. Inventariado: Theodoro Joaquim da Silva. Inventariante: João Propício da Silva Filho.

demarcações das terras eram imprecisas, já no início do período republicano os limites passam a se apresentar com maior exatidão, de acordo com Machado.

Medir e dividir os lotes era um pressuposto básico para a comercialização e/ou legalização da terra. O comércio e a legalização das posses apresentavam-se como pré-requisitos para que as terras devolutas e sob domínio de particulares sem os devidos registros viessem a aumentar a rentabilidade de serviços e recursos tributáveis, acrescentando aos recursos pecuniários do Estado (2012, p. 149).

Conforme nos mostra Machado (2012) a comercialização das terras exigia que as demarcações e divisões dos lotes fossem realizados de maneira correta. Nas partilhas de heranças encontramos dados de medições de algumas propriedades que comprovam que efetivamente os lotes passam a ser medidos e demarcados com técnicas mais rigorosas de controle. Nos documentos de medições são descritos com detalhes o terreno onde se inicia a demarcação e especificamente os limites de divisa que anteriormente eram simplesmente definidos por confrontantes como o nome de um vizinho, um arroio ou outro limite geográfico. Outro dado que passa a aparecer com mais frequência são as medidas em hectares, como descrito no inventário dos bens de Constantino José de Souza de 1890:

Uma parte de campo adquirida por compra a Christino Monato dos Santos, cuja parte em comum com outros herdeiros no rincão da Ramada no valor de cem mil réis, o que calculamos em 12 hectares mais ou menos, o que avaliamos em 420 mil réis. Um retaco de campo no lugar denominado. Muitos Capões com as divisas seguintes: começando do passo do monjolo e desta por uma cachoeirinha até a estrada geral (antiga) que vem a vila e pela entrada até outro passo que tem abaixo da casa do finado Constantino José de Souza, três ou quatro quadra mais ou menos, e pelo mesmo arroio acima que segue por trás da casa do dito Constantino José de Souza e por este acima dividindo com o rincão da Ramada até chegar o passo do açude onde começou a divisa, contendo mais ou menos 10 hectares, o que avaliam por 350 mil réis¹¹.

Na descrição do documento as terras apresentam informações de

11 APERS. Ano: 1890. Autos nº 322. Maço: 9. Estante: 119. Inventariado: Constantino José de Souza. Inventariante: Manoel Ignácio Cabral.

suas divisas e da proporção que as mesmas ocupam em seus territórios. Geralmente, em casos de propriedades com extensões maiores os dados registrados nos inventários *post-mortem* são provenientes dos autos de medições dessas fazendas. Os autos de medição apresentam detalhadamente as medidas de cada lote de terras, contendo também a planta da propriedade. Quando analisados em sua totalidade estes registros nos permitem verificar a abrangência de grandes latifúndios nas terras vacarienses, a quem pertenciam essas terras, o que nelas havia, identificando também a presença de propriedades menores e as semelhanças e disparidades entre as mesmas com relação à estrutura econômica.

Para Pierre Vilar (2007) o direito de propriedade é regulado pelas limitações administrativas, evitando que este prejudique o interesse coletivo. No entanto, a função social da propriedade não se revela como limite ao exercício do direito de propriedade, mas como conteúdo desse próprio direito, produzindo efeitos sobre o exercício do direito que incluem comportamentos positivos ou negativos. Abordando a questão do ponto de vista do materialismo dialético, Barros (2005) chama a atenção para o fato de que o espaço humano é, em qualquer período, resultado de uma produção. “O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”. O homem, que devido à sua própria materialidade física é ele mesmo espaço preenchido como o próprio corpo (p. 114). Ou seja, toda a produção humana transforma o espaço geográfico modificando não apenas o espaço físico, mas as relações do homem com o ambiente. Por exemplo, a introdução de gado bovino no Sul modifica o espaço geográfico em que este é inserido, ao mesmo tempo em que favorece a atividade pecuarista como principal produto econômico do estado.

Motta (1998) destaca que a morte de um fazendeiro inaugurava, muitas vezes, uma querela por suas terras. Desse modo, a partilha iniciava ou consolidava desavenças entre herdeiros, gerando ódios e rancores entre familiares. A decisão sobre o destino do melhor quinhão de terras ou de uma fonte d'água fazia com que as partes envolvidas buscassem defender aquilo que julgavam lhes pertencer. Poderes diversos conferiam o esforço de reconstituir a família em torno de um dos herdeiros. A insubordinação ou mesmo o rompimento definitivo podiam significar, não somente o desmembramento da área, como também a formação de novas parentelas. As leis estabeleciam que, ocorrendo a morte do marido, seria retirada a meação da viúva e o restante seria partilhado entre os herdeiros, sendo estes em primeiro lugar os filhos e se algum deles já fosse falecido, a sua parte caberia aos netos. Quando os casais não possuíam filhos, era comum que deixassem testamentos, todavia, sempre o processo de divisão de bens era realizado através das leis vigentes.

Devemos considerar que para o período que estamos tratando, ser proprietário de terras não se restringia a manter o poder econômico, mas era símbolo de prestígio e visibilidade social. O que fazia do coronel uma figura notável dentro do espaço que habitava e também fora dele.

Conforme Bourdieu (2008), a família é um dos elementos fundamentais que fornece as bases do desenvolvimento social. É através da família que a sociedade se estrutura, tendo lugar às transmissões de patrimônio. As heranças deixadas pela família compreendem todo o universo simbólico em que os pais transmitem aos filhos seus sobrenomes, suas heranças sociais, círculos de convívio, modos de vida e padrões de comportamento. Mas as famílias não transmitem apenas heranças simbólicas, elas transmitem também seus bens materiais e junto com eles todas as implicações de recebê-los.

Os herdeiros que ficavam encarregados de administrar os negócios da família precisavam ser capacitados a manter a estrutura econômica a salvo dos maus investimentos que poderiam resultar em perdas para todos os seus membros. Nas famílias de grandes fazendeiros do século XIX e XX, a organização familiar era fundamental para garantir o prestígio social da família que estava ligado diretamente à conservação de seu patrimônio material. Administrar essas extensas propriedades não era tarefa fácil, sendo necessárias pessoas suficientes para realizarem todas as atividades de cuidado com a propriedade e com os animais. Com o fim da escravidão, os trabalhos nas fazendas no sul do Brasil ficam principalmente a cargo dos peões de estância:

Os peões de estância formavam um grupo que se dividia em diversas categorias, em função do tipo de trabalho. Da sua especialidade vinha seu lugar na escala de remuneração e prestígio. Grosso modo, eram importantes os *capatazes*, que dirigiam o estabelecimento dos proprietários ausentes, e os peões campeiros que, de um modo geral, eram solteiros e habilidosos nas atividades campeiras (laçar, domar, organizar rodeios) (ZARTH, 2002, p. 179).

Como mencionado por Zarth (2002), os peões eram responsáveis pelas atividades relacionadas ao cuidado com o gado, cabendo a eles grande parte das atividades necessárias à manutenção da estrutura pecuarista nas fazendas. Segundo o autor durante o século XIX no planalto Rio-Grandense havia uma forte competição entre a criação de mulas e de gado bovino até 1891, explicado pela inexistência de charqueadas na região. Porém, com a melhoria dos sistemas de transporte e a construção de ferrovias, a

produção de muares diminuiu. Osório (1999) observa que de meados de 1765 até 1785, os muares representavam cerca de 24% do valor total dos rebanhos, sendo que 56% dos estancieiros criavam esses animais. Porém, de meados de 1815 a 1825, os muares não ultrapassavam o percentual de 1,5% do valor do rebanho e apenas 36% dos estancieiros as possuíam, possivelmente pelas dificuldades de reprodução desses animais. A pesquisadora também destaca a redução no número de equinos, que representavam apenas 25% do número de animais no primeiro período e que passam a representar 10% no último.

De acordo com Osório (1999) o alicerce da criação de bovinos nas fazendas rio-grandenses foi o gado selvagem que existiam nos campos. Segundo a pesquisadora, o gado xucro proporcionou que os fazendeiros aumentassem seus rebanhos, durante o século XVIII e XIX “não por reprodução, pelo exercício da atividade criatória, mas por adição de cabeças roubadas do outro lado da fronteira” (OSÓRIO, 1999, p. 121). Era comum até o final do século XIX nas fortunas inventariadas que os animais tivessem destaque entre os bens deixados, representando por vezes a maior soma da herança.

Mas, para compreendermos a estrutura produtiva vigente nas fazendas gaúchas e vacarienses, entre 1889 a 1930, precisamos evidenciar as questões políticas e administrativas que norteavam a economia do período. Sobre esse assunto Machado (2012) ressalta que a historiografia destaca a intervenção do Estado na economia como responsável pela transição para o capitalismo no Rio Grande do Sul. No entanto, alguns pontos nessa discussão estariam em aberto, como a que se refere aos custos sociopolíticos com os quais o processo teria se efetivado. Tedesco (2002) destaca que:

Há que se considerar que, ao se tratar do Rio Grande do Sul em final do século XIX e início do século XX, deve-se destacar que a viga mestra da estrutura do estado era o positivismo castilhistas. Assim, o tratamento a ser dado às questões relacionadas à terra - meio de produção fundamental numa economia agropecuária - não poderia ser diferente do tratamento que se dava a outras questões, em particular as orientadas sob o signo da *ordem* para o *progresso* (63).

Neste contexto, como referido por Tedesco (2002, p. 61) a partir de 1882 o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) passa a aplicar as diretrizes positivistas no Estado e entre 1889 a 1930, o grupo busca normatizar as questões agrárias e de colonização, surgindo em 1890 as primeiras propostas de demarcação para o povoamento do norte do Rio Grande do Sul, que também coincidia com a promulgação da Constituição Federal de

1891. Conforme Pesavento (1890) no final do século XIX o Rio Grande do Sul exportava produtos como charque, couro, banha, gêneros agrícolas para o restante do Brasil. O governo de Júlio de Castilhos estava alicerçado pela teoria positivista e buscava permitir a realização do capitalismo no sul, de modo que:

Na medida em que o Estado positivista se dispunha a viabilizar o capitalismo no Rio Grande do Sul, a transformação da pecuária gaúcha era uma das formas pelas quais era possível que isto se realizasse. É dentro desta perspectiva que se deve entender as promoções de melhorias do rebanho e dos métodos criatórios, ou mesmo o interesse em promover a substituição das charqueadas pelos frigoríficos (PESAVENTO, 1980, p. 77).

Pesavento destaca também, que o positivismo objetivava desenvolver ao mesmo tempo, todos os setores da economia sulina: pecuária, agricultura e indústria. Porém, o governo borgista acabou provocando entraves para a realização do capitalismo no Rio Grande do Sul. Entre 1920 e 1923, o estado sofreu uma crise econômica relacionada às atividades pecuaristas, sendo que “a proliferação dos frigoríficos, pondo em ação sua grande capacidade de abate, levou a uma superprodução dos produtos pecuários”. O Rio Grande do Sul era responsável por exportar produtos frigoríficos para as nações em guerra, com o fim do confronto a economia sofre com a queda acentuada das vendas, resultando na revolução de 1923, de acordo com Pesavento:

À crise econômica, acrescentavam-se os efeitos da crise financeira. O momento que se iniciou com a abertura da década de 20 fez o Rio Grande submergir em sérias dificuldades, abalado pela baixa de preço de seus artigos pecuários pela retração do mercado consumidor, pelo recuo do crédito, pela ineficiência de um sistema de transporte e, fundamentalmente pela carência de capitais (PESAVENTO, 1980, p. 195-196).

Como demonstrado pela pesquisadora, o período compreendido entre 1889 até 1930, abarca diversas mudanças na economia sul-rio-grandense, que perpassa desde o desenvolvimento capitalista até a acentuada crise de 1920. Os reflexos expostos pelos investimentos pecuaristas se refletem nas atividades pecuaristas e consequentemente as fazendas vacarianas também foram afetadas.

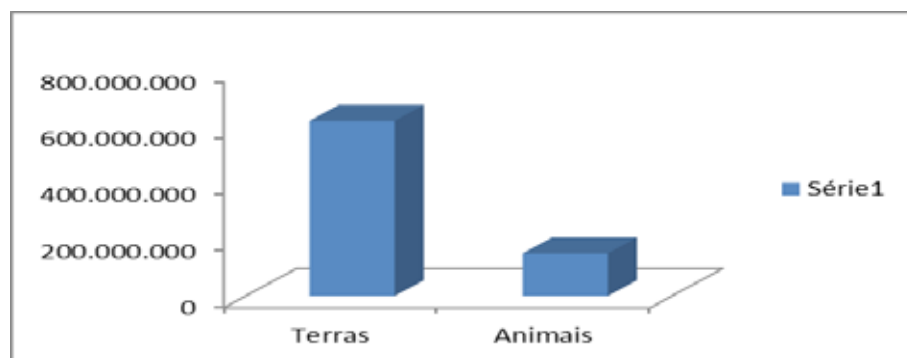
Machado refere que o governo rio-grandense, com a premissa de

“defesa da pequena propriedade contra o abuso das legitimações de posse, que consolidaram juridicamente o latifúndio, efetivou a vigência de um modelo político para a acumulação de capital” (MACHADO, 2012, p. 42). Assim, como descrito por Zarth (2002), o projeto de colonização fazia parte de uma estratégia para superar a escravidão e as questões ligadas ao latifúndio e as desatualizadas práticas agrícolas, de modo que “quanto ao latifúndio e à pequena propriedade, a estratégia foi a distribuição de pequenos lotes de terras florestais aos imigrantes, preservando, deste modo, o latifúndio pastoril” (ZARTH, 2002, p. 283).

As mudanças econômicas se refletem em aumento na valorização do preço das terras e do que nelas havia, principalmente dos rebanhos. As casas das fazendas que usualmente eram rústicas e sem requintes passam a receber um pouco mais de atenção, já que o modelo capitalista “se orientava pelas ideias de desenvolvimento da pecuária, do trabalho livre, da valorização da terra” (TEDESCO, 2002, p. 61). O que comprova, como destacado por Machado (2002) que desde o final do século XIX a estrutura socioeconômica e política tanto brasileira quanto rio-grandense se encontrava em transição.

Entre as mudanças econômicas podemos evidenciar que ocorreu uma valorização acentuada das terras quando comparamos inventários do século XIX com arrolamentos realizados entre 1890 a 1930. Durante o século XIX as fortunas familiares eram definidas principalmente pelos rebanhos que haviam em suas propriedades, sendo que os escravos também representavam uma soma significativa. Com a extinção do trabalho escravo e valorização da terra, esta passa a representar a base do patrimônio da sociedade rio-grandense republicana, conforme nos mostra o gráfico 3.1 Fortunas inventariadas: Terras X Animais.

3.1 Fortunas inventariadas: Terras vs. Animais



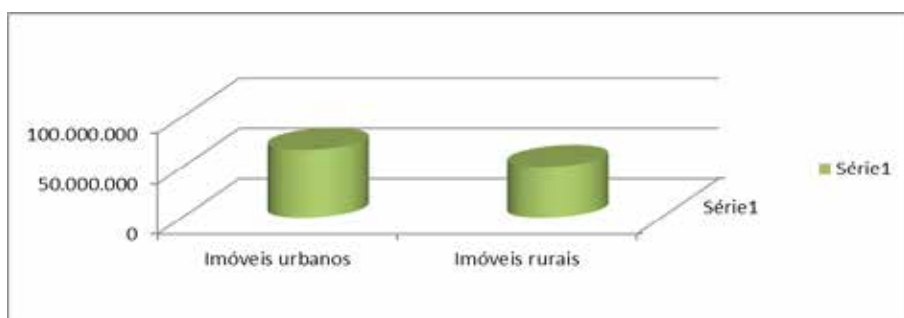
Elaboração da autora. Fonte Inventários *post-mortem* 1890-1920

Como podemos constatar, as terras passam a representar uma soma maior entre os bens descritos nos inventários. Apesar disso, devemos lembrar que o principal produto econômico vacariense continuava sendo o gado bovino, neste caso, as terras eram em sua maioria destinadas ao pastoreio. Fato que ajuda a explicar também a presença de diversos latifúndios na região, já que o gado exige grandes extensões de terra para sua criação, tendo como variáveis também o tipo de produção e o solo disponível, considerando a vegetação, indispensável para a alimentação do animal. Como a principal atividade econômica no sul era voltada para a pecuária, era comum a presença de grandes latifúndios onde a produção de gado ocupava a maior parte de suas terras. Segundo Motta (2005, p.272) latifúndio representa um “vasto domínio rural nas mãos de um proprietário no qual se pratica um tipo de agricultura ou de criação”. Neste caso a concentração de terras que o latifúndio possuía resultava em dificuldades para que a pequena propriedade se desenvolvesse, o que também colaborava para o empobrecimento da população rural que acabava dependente da grande propriedade (Motta, 2005).

Entre as fortunas familiares deixadas entre 1889 a 1930 em Vacaria, evidenciamos que a terra representa a soma da maior parte das fortunas inventariadas, ficando os rebanhos em segundo lugar. Já as casas e benfeitorias não somavam valores significativos, um exemplo está no inventário de Antônio Telles de Souza (1913)¹² em que os bens deixados foram: “um retaco de campos e matos no lugar denominado Saltinho, 1º distrito deste município no valor de 15 contos de réis, casa e mais benfeitorias no lugar, no valor de 600 mil réis”, além de 232 cabeças de espécies diversas. Observamos que o valor conferido a casa, juntamente com as benfeitorias perfaz apenas a quantia de 600 mil réis, o que contrasta com o valor pelo qual os campos foram avaliados. Entre os bens descritos nos inventários de fazendeiros encontramos referências a propriedades urbanas, sendo estas terrenos e casas, havendo também casas comerciais. Ao analisarmos a valorização dos bens imóveis urbanos e compararmos com os valores conferidos com os bens imóveis rurais, observamos que os imóveis urbanos foram melhor avaliados quanto ao valor comercial a eles conferidos. O gráfico 3.3 Imóveis rurais e urbanos apresenta as diferenças entre as somas dos bens imóveis urbanos e rurais.

12 APERS, Ano: 1913. Autos nº 662. Maço nº 20. Estante: 119. Vacaria/Cartório de órfãos e ausentes. Inventariado: Antonio Telles de Souza. Inventariante: Eduardo Pereira Monteiro.

Gráfico 3.2 Imóveis rurais e urbanos



Elaboração da autora. Fonte Inventários *post-mortem* 1890-1920

Os imóveis urbanos representavam um investimento maior do que os imóveis rurais, o que evidencia também o preço do terreno urbano. No entanto, devemos considerar que as casas das fazendas eram locais de trabalho, sendo que alguns fazendeiros chegavam a residir na área urbana e outros destinavam as habitações urbanas a locais de passeio. Precisamos considerar ainda os estudos arquitetônicos das fazendas que nos mostram que as sedes das fazendas passam a se modificar a partir do final do século XIX adentrando ao século XX, com as influências europeias e a crescente industrialização, como referido por Luccas (2006):

A industrialização urbanizou a sociedade, impondo novas variáveis ao projeto. O adensamento das cidades, o crescente anseio de privacidade e a busca de salubridade pela insolação e ventilação, provocaram o surgimento de arranjos interiores e espaciais mais artificiosos, capazes de satisfazer estas demandas. A partir daquele momento, a edificação não responderia tão somente a poucos problemas semelhantes e de baixa complexidade, mas seria concebida como engenho capaz de satisfazer às variadas pressões dos diferentes contextos e aos apelos mais diversos. (LUCCAS, 2006, p. 15)

Conforme nos explica Luccas (2006), é a partir do século XX que os novos modelos de pensamento passam a modificar os estilos de vida da sociedade sul-rio-grandense, trazendo novas ideias associadas à industrialização e padrões de comportamento. As sedes das fazendas passam a ser reinterpretadas trazendo novas formas de construção associadas ao conforto e ao requinte, como é o caso da fazenda do Socorro que é reconstruída por Lourdes de Noronha.

Lourdes de Noronha era filha de Marcos Flores Noronha, proprietá-

rio da fazenda do Socorro que faleceu em 1929, deixando a mesma para os filhos Lourdes e Abelardo. Lourdes e seu marido passam então a administrar a propriedade e transformam a sua arquitetura seguindo os padrões de requintes da época. A foto 3.1.1 Sede da Fazenda do Socorro (2017) mostra os detalhes da arquitetura da fazenda.

3.1.1 Sede da Fazenda do Socorro (2017)



Fonte: Fotografia da autora (2017)

A proprietária viajou por vários países buscando solucionar o problema de esterilidade que sofria, mesmo sem sucesso em suas buscas, as viagens resultaram em diversas mudanças para a fazenda e para o distante povoado de Vacaria que chegou a receber a visita da condessa de Paris e outros personagens da elite da época como Peter Townsend, um inglês que teria namorado a princesa Ane da Inglaterra, de acordo com o documentário exibido pela RBS no programa Fazendas e Estâncias.¹³ As mudanças acontecem seguindo influências principalmente dos novos costumes parisienses, desencadeados pelo desenvolvimento econômico no pós-guerra. A década de 20 é marcada por transformações que acontecem no meio artístico, literário, provocando modificações nos padrões de vida e comportamento, as mulheres conquistam o direito ao voto e adquirem maior liberdade, o jazz populariza-se nos Estados Unidos e o cinema torna-se o lazer das multidões. É nesse cenário que Lourdes de Noronha traz para

13 Programa Fazendas e Estâncias da RBS TV sobre a Fazenda do Socorro (2010). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tvsi8Mrpw6w>. Acesso em 30 mar. 2018.

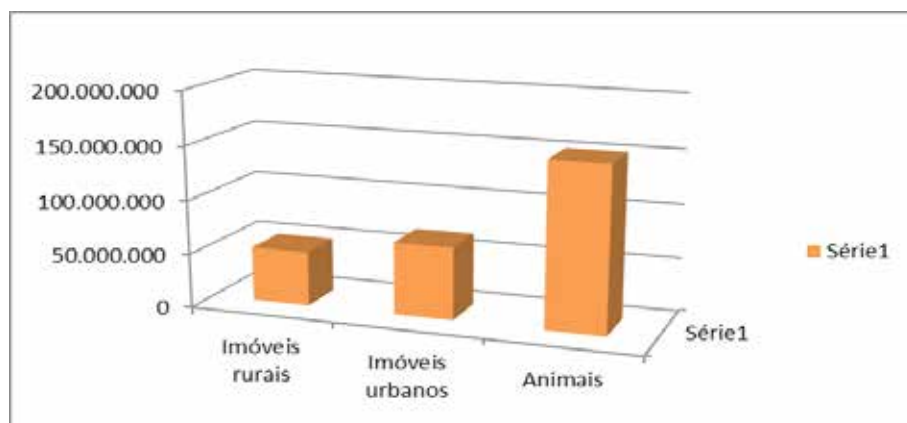
Vacaria novas perspectivas de vida e confortos e cuidados antes tidos como desnecessários para a vida em uma fazenda.

Observamos, portanto, que as mudanças que ocorrem entre a passagem do Império para a República e as transformações que passam acontecer com as mudanças administrativas durante a Primeira República refletem em toda estrutura social e econômica do país. Com o término da escravidão as fazendas recebem um novo olhar, com novas formas de trabalho, de cuidado e preservação do patrimônio, que são moldados pelas novas interpretações de mundo que vão sendo desenvolvidas.

O trabalho antes desempenhado pelos escravos passa a ser realizado por trabalhadores livres e assalariados. As terras antes demarcadas com imprecisão são delimitadas com maior cuidado, já que a valorização econômica das mesmas favorece a comercialização. Do mesmo modo, a organização nas fazendas passa por uma reestruturação, começam a aparecer nos inventários com mais frequências as compras realizadas em armazéns, as propriedades que antes abrigavam um grande número de agregados passam a reduzir o número de moradores. A divisão de heranças mostra que os filhos após casados já não permanecem nas fazendas, como acontecia até o final do século XIX, as terras então, passam a ser divididas em proporções cada vez menores, segundo Pesavento (1980):

O processo que se verificou no Rio Grande do Sul não foi isolado do que ocorreu no restante do país, que desde as últimas décadas do século XIX e, particularmente, nas primeiras décadas do século XX, gerou as condições específicas e históricas para a formação do capitalismo. Pré-condições para que o capitalismo se consolidasse foram a acumulação de capital, a disponibilidade de mão de obra livre, um mercado interno consolidado ou em formação, a existência de matéria-prima e de precários, mas suficientes requisitos tecnológicos, que permitiram uma arrancada inicial (p.17).

Como nos mostra Pesavento, o país estava inserido num contexto capitalista e o Rio Grande do Sul integra-se neste cenário produzindo para o mercado interno que se desenvolvia no país, como evidenciado com a questão das charqueadas e o surgimento dos frigoríficos. Assim, a principal atividade econômica continua sendo a pecuária, onde também se concentra a maior parte das riquezas existentes nas grandes propriedades, conforme nos indica o gráfico 3.4 Imóveis rurais/ Imóveis urbanos vs. Animais.

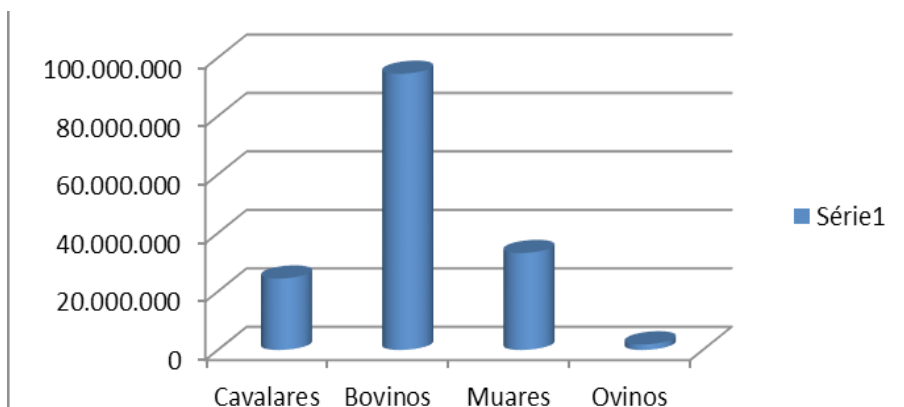


Elaboração da autora. Fonte Inventários *post-mortem* 1890-1920

Assim, considerando a análise realizada a partir dos inventários *post-mortem* evidenciamos que, sem dúvida as concentrações de riquezas entre os bens inventariados incidiam diretamente sobre as terras e rebanhos. As casas ainda eram construídas de modo simples no início do século XX e dificilmente encontramos dinheiro entre as heranças deixadas. Entre os patrimônios rurais as maiores riquezas giravam entre terras e rebanhos, sendo descritos poucos instrumentos de trabalho voltados para a agricultura, demonstrando que as práticas agrícolas ainda se voltavam para o âmbito familiar.

4 Os rebanhos

De acordo com o historiador Mário Maestri, no “Rio Grande do Sul apenas no início do século XX, em atraso com relação ao Uruguai e Argentina, a atividade pastoril começou a introduzir-se na esfera da produção capitalista” (2010, p. 114). Observamos que ocorreu um aumento no preço dos animais, sendo que a venda do gado passa a ser substituída pela venda do couro, da carne e derivados. Quando comparamos a soma dos valores dos rebanhos, evidenciamos que o gado bovino merece destaque, já que correspondem a maior porcentagem entre os animais existentes nas fazendas, os muares, mesmo em menores contingente ultrapassam a soma conferida ao preço total dos cavalos nas fazendas. Os ovinos aparecem em números bem menores, como é possível perceber no gráfico 3.2 Rebanhos em Vacaria no início do século XX.



Elaboração da autora. Fonte Inventários post-mortem 1890-1920

De modo que, os maiores proprietários de campos eram também donos dos maiores rebanhos, como é caso de José Paim de Andrade. Seu inventário (1912)¹⁴ aponta que existia em sua fazenda quando de seu falecimento o total de 600 reses, 24 mulas, 32 éguas, entre outros animais. A ele pertencia também uma parte de campos e matos na fazenda Morro Grande no segundo distrito do município com área aproximada de 29 milhões e 500 mil metros quadrados, no valor de 37 contos 999 mil réis. Casa e benfeitorias no valor de 2 contos e 800 mil réis; campos na fazenda Capão Redondo, por 3 contos e 100 mil réis; uma parte de campos e matos na fazenda São Pedro no valor de 15 contos 905 mil réis; uma parte de campos na Invernada Velha Moura Grande, por 2 contos e 50 mil réis, uma invernada no valor de 32 contos 496 mil réis; casa e benfeitorias por 600 mil réis; entre outras porções de terras citadas, onde se inclui um terreno no município de Gravataí.

Comprovamos assim, que Vacaria, até meados de 1930, era um espaço destinado principalmente às atividades pecuaristas e que a presença de grandes estâncias na região é confirmada pela documentação histórica analisada. O gado bovino representa, de acordo com nossos estudos, o maior percentual entre os animais inventariados e era comum que mesmo o pequeno proprietário de terras possuísse algum rebanho.

CONCLUSÃO

Buscamos neste trabalho analisar a estrutura agrária do Rio Grande

14 APERS. Ano: 1912. Autos nº 659. Maço nº 19. Estante: 119. Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventariado: José Paim de Andrade. Inventariante: Velocino Paim de Andrade.

do Sul durante a Primeira República Brasileira (1889-1930) usando como fonte de pesquisa inventários *post-mortem* do município de Vacaria. Em nosso estudo identificamos que as fazendas eram, sobretudo, voltadas para a produção pecuarista e que algumas famílias possuíam extensas áreas de terras com rebanhos expressivos. Considerando a análise dos inventários *post-mortem* e relação de bens deixados, evidenciamos que a criação de gado bovino constituía a principal atividade econômica da região, sendo mencionada a existência de diversas internadas entre os bens descritos. O número de animais nos rebanhos indica que a criação se destinava à venda, outro fato que aponta para o destaque da produção de gado bovino é a existência de internadas em grande parte das terras inventariadas.

Sobre a presença da agricultura em Vacaria, observamos que sua prática era usual nas fazendas, mas não encontramos nos inventários analisados evidências de que houvesse produções em larga escala, já que enxadas e outros instrumentos agrícolas raramente são referidos, apontando sempre para a tendência de um ou dois exemplares por propriedade. Assim, como não aparecem arados, ou outros instrumentos agrícolas entre os bens listados nos inventários. Destacamos, portanto, que até meados de 1930 Vacaria voltava-se diretamente para a criação de gado, estando a agricultura mais diretamente voltada para o consumo interno das fazendas.

Evidenciamos também que ocorre uma valorização das terras como produto comercial, expressas pelas avaliações conferidas às mesmas. Durante o século XIX, e principalmente antes da Lei de Terras de 1850, os inventários indicavam para um patrimônio alicerçado nos rebanhos, no gado, muars. Já no primeiro trintídio do século XX, as terras representam somas mais significativas quando comparadas às somas dos preços em que são avaliados os rebanhos.

As sedes das fazendas, em geral continuam sendo avaliadas como casas simples, muitas vezes em mau estado, mesmo em casos em que a proporção de terras e animais indicam se tratar de uma grande propriedade. Isso acontece porque não havia a preocupação do conforto, do requinte para um local considerado como espaço de trabalho, pois os estancieros também possuíam casas e terrenos urbanos ou mesmo casas de comércio. No decorrer do século XX é que as mudanças de pensamento, de padrões de vida e comportamento associados a um desenvolvimento industrial passam a se refletir na sociedade. Através da influência da cultura europeia pouco a pouco as fazendas vão ser transformadas com novos detalhes em sua arquitetura, com construções mais voltadas para a beleza e conforto. Mas entre as propriedades que analisamos verificamos que em sua grande maioria eram construções rústicas.

Quanto à soma total dos investimentos entre imóveis rurais e urbanos podemos dizer que os valores foram relativos, com um pequeno destaque para os imóveis urbanos. Era comum que os fazendeiros tivessem casas nos centros urbanos e muitas vezes em outros municípios, porém suas riquezas concentravam-se enfaticamente no meio rural. Entre os animais existentes nos rebanhos encontramos o mesmo perfil dos rebanhos do século XIX, sendo compostos principalmente de gado bovino, havendo também cavalos, mulas e ovelhas.

Identificamos a presença de grandes latifundiários que possuíam concentrações significativas de terras na região de Vacaria. Estes fazendeiros eram também proprietários de campos em outras localidades, além de possuírem imóveis urbanos. Os fazendeiros mais abastados concentravam suas riquezas patrimoniais especialmente entre terras e gado. Em alguns casos encontramos a presença de lavouras sendo mencionadas em inventários, mas até o momento não podemos precisar a abrangência das mesmas. Entre os bens inventariados havia propriedades que abrangiam apenas um pedaço de campo com alguns animais, por vezes em número menor de 10. Em outras situações foram inventariados apenas campos usados como locais de invernadas, ou apenas animais, que indicam a presença de arrendatários.

As transmissões de heranças seguem os mesmos padrões de partilhas usuais no século XIX, sendo retirada a meação da viúva(o) e dividido o total restante entre os herdeiros filhos do casal. No caso que o herdeiro filho já houvesse falecido, sua herança era repartida de modo igual entre os herdeiros netos. A abertura do inventário também representava o pagamento das dívidas deixadas, sendo que às vezes a família precisava ceder grande parte da herança para credores. A divisão de bens nos mostra as articulações familiares para preservar seus patrimônios, outras vezes representam a perda de riquezas e até o seu declínio social.

Ao final deste artigo acadêmico queremos enfatizar que nosso trabalho encontra-se em fase inicial e informações mais detalhadas serão possíveis na sequência de nossa pesquisa, no entanto, ao que se refere à história agrária do Rio Grande do Sul ainda resta muito para ser estudado.

REFERENCIAS

APERS. Ano: 1889. Autos n. 315. Maço: 9. Inventariado: Theodoro Joaquim da Silva. Inventariante: João Propício da Silva Filho.

APERS. Ano: 1890. Autos n. 322. Maço: 9. Estante: 119. Inventariado: Constan-

tino José de Souza. Inventariante: Manoel Ignácio Cabral.

APERS. Nº: 11. Ano: 1911. Autos n. 651. Maço n. 19. Estante 119. Vacaria/ Cartório de órfãos e Ausentes. Inventariado: José Braz Linhares/Inventariante: Lourenço Braz Linhares

APERS. Nº 1. Ano: 1912. Autos n. 19. Estante: 119. Vacaria/Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventariado: José Telles de Souza/Inventariante: Margarida Telles de Souza.

APERS. Número: 15. Ano: 1912. Autos n. 656. Maço: 19. Estante: 119. Inventariado: Felisbino Braz Linhares. Inventariante: Maria Francisca Subtil.

APERS. Nº 4. Ano: 1912. Autos n. 658. Maço: 19. Estante: 119. Vacaria/ Cartório de órfãos e ausentes. Inventariado: João Julio de Oliveira/ Inventariante: Alfredo Julio de Oliveira.

APERS. Nº 4. Ano: 1912. Autos n. 658. Maço: 19. Estante: 119. Vacaria/ Cartório de órfãos e ausentes. Inventariado: João Julio de Oliveira/ Inventariante: Alfredo Julio de Oliveira.

APERS. Nº: 3. Ano: 1913. Autos n. 662. Maço n. 20. Estante: 119. Vacaria/Cartório de órfãos e ausentes. Inventariado: Antonio Telles de Souza/Inventariante: Eduardo Pereira Monteiro.

APERS. Ano: 1913. Autos: 665. Maço 119. Inventariado: Juvencio Vieira Borges/Inventariante: João Borges de Oliveira.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Vacaria dos Pinhais*. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1978.

BARROS, A. M. J. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, v. 10, n. 1, p. 95-120.

BORGES, Maria Neli. *A fazenda do Socorro*. Vacaria: Interfaces, 2010. 1 cd – rom.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2008.

IBGE. *Biblioteca*: Vacaria. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/vacaria.pdf>>. Acesso em 09 ago. 2017.

IBGE. *Pesquisa Pecuária Municipal*: Vacaria: 2015. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2015>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

FEIX, Rodrigo Daniel; LEUSIN JÚNIOR, Sérgio. *Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul* — 2015. Porto Alegre: FEE, 2015. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/20150903painel-do-agronegocio-no-rs-2015.pdf>> Acesso em: 06 ago. 2017.

LUCCAS, Luiz Henrique. *Estâncias e fazendas do Rio grande do Sul*: arquitetura tradicional da Pecuária. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura/UFRGS: 2006. Disponível em: <<http://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/pa->

pers/01503.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2018.

MACHADO, Ironita P. *Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul 1890-1930*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2012.

MAESTRI, Mário. Círculo de Ferro: Milcíades Peña e o capitalismo pastoril argentino. In: MAESTRI, Mário. SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. ESSELIN, Paulo (Org.) *Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito a terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Fluminense, Niterói, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.

PINTO, Lourdes de Noronha. *Antigas fazendas do Rio Grande do Sul*. [S.l.]: Ipiranga Serrana, 1989.

PINTO, Lourdes Noronha de. *Europa nos anos dourados: diário de uma viagem ao velho mundo nos anos 50*. Porto Alegre: [s.n.], 1990.

VILAR, Pierre. *Uma história total, uma história em construção*. Bauru: EDUSC, 2007.

TEDESCO, João Carlos. *Conflitos agrários no Norte do Rio Grande do Sul: indígenas e agricultores*. Passo Fundo: IMED, 2014.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

ANEXO

Terras	Imóveis urbanos	Imóveis rurais	Cavacos diversos Valor por unidade	Cavacos marmoscos Valor por unidade	Potros Valor por unidade	Reses Valor por unidade	Reses de ano para cima até 3 anos Valor por unidade	Terneiros Valor por unidade	Mulas diversas Valor por unidade	Ovelhas Valor por unidade	Éguas valor por unidade	Boi Valor por unidade	Burro Valor por unidade
15.000.000	6.000	600.000	20.000	50.000	30.000	45.000	35.000	18.000	65.000	3.000	25.000	90.000	200.000
4.000.000	2.000.000	1.500.000	50.000	4.000	25.000	28.000	25.000	60.000	4.000	22.000	55.000	80.000	80.000
1.000.000	265.475	700	50.000	54.000	15.000	50.000	35.000	25.000	50.000	4.000	30.000	80.000	50.000
15.000.000	2.300.000	2.000.000	40.000	30.000	30.000	60.000	40.000	30.000	50.000	5.000	10.000	55.000	300.000
15.700.000	24.000.000	10.000.000	60.000	50.000	20.000	50.000	30.000	8.000	25.000	1.000	30.000	80.000	37.000
66.000.000	1.800.000	2.800.000	45.000	30.000	18.000	55.000	70.000	3.000	16.000	1.000	35.000	60.000	40.000
12.000.000	15.000.000	600.000	16.000	35.000	15.000	10.000	35.000	6.000	8.000	7.000	20.000	80.000	40.000
37.999.000	12.000.000	600.000	13.000	40.000	15.000	2.000	25.000	20.000	10.000		20.000	80.000	5.000
3.100.000	8.250.000	800.000	90.000	50.000	25.000	6.000	4.000		10.000		3.000	60.000	
2.050.000	1.500.000	100.000	60.000	16.000	8.000	12.000	9.000	90.000			3.000	30.000	
15.905.000		100.000	80.000	8.000	5.000	12.000	12.000	110.000			4.000	16.000	
32.496.000		800.000	80.000	20.000	5.000	40.000	8.000	70.000			10.000	16.000	
2.250.000		600.000	80.000	20.000	10.000	35.000	8.000	110.000			4.000	22.000	
13.900.000		3.000.000	20.000	12.000	55.000	60.000	10.000	70.000			2.000	16.000	
1.700.000		2.700.000	120.000	6.000	20.000	70.000	8.000	60.000			7.000	25.000	
500.000		100.000	120.000	18.000	90.000	70.000		50.000			5.000	24.000	
16.500.000		200.000	80.000	20.000	55.000	70.000	70.000	20.000			7.000	100.000	
5.000.000		600.000	70.000	16.000	20.000	10.000	25.000	110.000			5.000	100.000	
750.000		200.000	30.000	20.000	90.000	13.000	25.000	80.000			7.000	80.000	
16.000.000		150.000	40.000	16.000	65.000	1.000	40.000	30.000			13.000	20.000	
900.000		90.000		14.000	25.000	8.000	60.000	50.000			8.000	90.000	
21.120.000		500.000		16.000	20.000	5.000	25.000	130.000			4.000	100.000	
600.000		500.000		30.000		10.000	45.000	22.000			6.000	100.000	
7.000.000		60.000		20.000		8.000	30.000	125.000			5.000	65.000	
4.000.000		800.000		12.000		10.000		50.000			80.000	25.000	
400.000		1.400.000		10.000		4.000		110.000			40.000	100.000	
2.800.000		2.500.000		14.000		8.000		55.000			80.000		
1.200.000		1.300.000		100.000		55.000		50.000			40.000		
7.000.000		800.000		40.000				100.000			50.000		
500.000		500.000		90.000				130.000			25.000		
4.000.000		2.200.000		70.000							45.000		
1.000.000		400.000		100.000				180.000			70.000		
400.000		200.000		80.000							20.000		
420.000		2.400.000		40.000							20.000		
350.000		200.000		12.000							50.000		
1.300.000		50.000		90.000							50.000		
700.000		2.500.000									25.000		
90.000		200.000									40.000		
1.875.000		50.000									20.000		
375.000		800.000									15.000		
3.000.000		30.000											
14.000		100.000											
3.000		300.000											
1.200.000		500.000											
7.000.000		240.000											
4.000.000		4.000.000											
800.000		250.000											
900.000		400.000											
6.000.000		100.000											
400.000													
300.000													
2.400.000													
500.000													
100.000													
2.600.000													
18.000.000													
2.000.000													
32.000.000													
6.000.000													
2.000.000													
32.000.000													
9.549.600													
6.529.810													
6.000.000													
2.000.000													
1.000.000													
500.000													
16.000.000													
12.000													
4.750.000													
12.000.000													
4.750.000													
500.000													
1.500.000													
1.200.000													
600.000													
600.000													
125.000													
400.000													
180.000													
30.000													
1.200.000													
300.000													
250.000													
550.000													
60.000													
300.000													
600.000													
740.000													
250.000													
740.000													
6.500.000													
14.800.000													
100.000													
20.000.000													
6.000.000													
25.000.000													
3.000.000													
12.000.000													
1.500.000													
1.400.000													
1.200.000													
60.000													
600.000													
240.000													
10.000													
1.200.000													
1.000.000													
2.000.000													
600.000													
700.000													
500.000													
900.000													

Tabela 1.1 Avaliação dos bens inventariados

MAURÍCIO CRAVOTTO E O URBANISMO NO RIO GRANDE DO SUL

MAURÍCIO CRAVOTTO AND URBAN PLANNING IN RIO GRANDE DO SUL

Bruno Cesar Euphrasio de Mello¹
João Farias Rovati²

RESUMO

A importância do professor uruguaio Mauricio Cravotto na afirmação do Urbanismo como campo profissional no Rio Grande do Sul é fato reconhecido pela literatura. Uma etapa decisiva desta relação foi sua vinda a Porto Alegre, em 1948, para ministrar aulas aos estudantes dos cursos de Arquitetura e de Urbanismo do Instituto de Belas Artes. Entretanto, muitos aspectos dessa visita ainda precisam ser elucidados: quem o convidou? Com que propósitos? Que conteúdos efetivamente ministrou em suas aulas? Que abordagem apresentou sobre a cidade? Que Urbanismo, afinal, Cravotto professou no sul do Brasil? Estas são algumas das perguntas que este artigo pretende responder.

Palavras-chave: Mauricio Cravotto. Urbanismo. Arquitetura. Porto Alegre. Instituto de Belas Artes.

ABSTRACT

The importance of Mauricio Cravotto, uruguayan teacher, in affirming the field of Urbanism in Rio Grande do Sul is a fact recognized by the literature. A decisive step in this relationship is Cravotto's visit to Porto Alegre to teach students of the Architecture and Urbanism courses of the Institute of Fine Arts of Rio Grande do Sul. However, the investigation about the period of time and permanence of Cravotto in south Brazil, besides the content he taught in the capital of the state of Rio Grande do Sul, are themes that have not yet been exhausted. How did the first contacts go, and how was the invitation for Cravotto to come to Brazil? What content did he actually work on the course? What approach did he present about the city? Anyway, what urbanism Cravotto taught in south Brazil? These are the questions intended to be answered.

Keywords: Mauricio Cravotto. Urban Planning. Architecture. Porto Alegre. Institute of Fine Arts.

1 Arquiteto e Urbanista, Doutor em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR-UFRGS). Professor do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

2 Arquiteto e Urbanista. Doutor em Arquitetura e Urbanismo (Universidade de Paris-8). Professor do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

INTRODUÇÃO

A importância de Mauricio Cravotto na afirmação do Urbanismo como campo³ profissional no Rio Grande do Sul é um fato reconhecido pela literatura⁴. Atualmente, não há dúvida que a estreita ligação do professor uruguaio com profissionais e estudantes gaúchos, seja recebendo-os em Montevideu ou a partir de sua estadia em Porto Alegre, contribuiu com o modo de pensar e fazer Urbanismo no extremo sul do Brasil.

Uma decisiva etapa desta relação foi sua vinda à Porto Alegre, em 1948, para ministrar aulas aos estudantes dos cursos de Arquitetura e de Urbanismo do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul. Entretanto, muitos aspectos dessa visita ainda precisam ser elucidados: quem convidou Cravotto? Com que propósitos? Que conteúdos ministrou em suas aulas? Que abordagem apresentou sobre a cidade? Que Urbanismo – que repertório de saberes, práticas, temas e métodos – professou? Este artigo busca responder a estas perguntas.

Todavia, para tanto, é preciso situar a visita de Cravotto no contexto da disputa então em curso pela hegemonia do ensino de Arquitetura no Rio Grande do Sul, protagonizada pela Escola de Engenharia (EE) e pelo Instituto de Belas Arte (IBA). Do ponto de vista historiográfico, o estudo desta experiência de intercâmbio coloca ainda outra importante questão: na década de 1940, como era compreendido o “Urbanismo” no Brasil e no Uruguai?

Este trabalho toma o Urbanismo como um conceito⁵ cujo significado só pode ser descortinado no tempo e no lugar de sua formulação. Segundo Reinhart Koselleck (1992), um conceito é sempre “único” e somente pode ser compreendido a partir da “situação histórica” que o engendra; haveria, portanto, um vínculo estreito e incontornável entre os sentidos dos conceitos e o contexto social; este vínculo é que os tornariam compreensíveis.

3 Usamos aqui a noção de *campo* a partir de Bourdieu (2004): um espaço social relativamente autônomo onde agentes e instituições produzem, reproduzem e difundem determinados princípios e métodos de verificação do “real”, de teses e hipóteses; e onde são reconhecidos, debatidos e hierarquizados os temas e problemas que integram um certo universo de preocupações.

4 Ver, por exemplo, Almeida (1996, 2009); Rovati (2001, 2007); Almeida, Souza (2010).

5 Segundo Japiassu (1996, p. 48), um conceito é uma “noção abstrata ou ideia geral, designando seja um objeto suposto único (...), seja uma classe de objetos”. Um conceito, como resume Bunge (2012, p. 65), é uma “unidade de significado”. Ele se caracteriza por sua compreensão (os atributos que o constituem) e por sua extensão (o número de elementos aos quais se estende). Compreensão e extensão, “se encontram numa relação inversa: quanto maior for a compreensão, menor será a extensão; quanto menor for a compreensão, maior será a extensão” (JAPIASSU, 1996, p. 49).

Ainda a propósito da palavra Urbanismo é necessário ao menos mencionar seu uso “recente”. *Urbs*, em latim, se refere à cidade. Em 1867, em sua *Teoría general de la urbanización y aplicación de sus principios y doctrinas a la reforma y ensanche de Barcelona*, Ildenfonso Cerdá cria o neologismo *urbanización*; na época, o próprio Cerdá afirmaria que, por inaugurar uma nova disciplina científica, diferente das artes urbanas anteriores, via-se obrigado a criar tal palavra (CHOAY, 1988). Mais tarde, com base na *Teoría general* de Cerdá, outra palavra seria criada: conforme Gaston Bardet (1990, p. 8), por volta de 1910, em Paris, a “ciência da organização das massas sobre o solo” foi batizada de *Urbanismo*. Segundo Choay (1988), essa “nova ciência” seria ensinada na França a partir dos anos 1920. Com estas breves referências, constata-se, pois, que o emprego do termo Urbanismo para designar uma disciplina científica específica tem pouco mais de um século e que seu ensino é relativamente recente.

1 Cravotto

Natural de Montevideu, Antonio Mauricio Rodrigo Cravotto Schiavon (1893-1962) diplomou-se arquiteto em 1917, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade da República do Uruguai (UDELAR). Seu extenso currículo⁶ é recheado de experiências relevantes. Por sua destacada trajetória acadêmica recebeu a *Medalla de Oro*, como melhor aluno da UDELAR e o

6 Nos arquivos do Instituto de Artes da UFRGS encontra-se o *Curriculum Vitae del Profesor Arquitecto Mauricio Cravotto*, (CURRICULUM..., [1948?]) provavelmente por ele mesmo redigido. Algumas notas incluídas neste documento: “Graduado em 1917; Medalla de oro de la Universidad; Exoneración de derechos de título; Beca Diplomática de la Universidad por dos años, 1917; viajó varias veces a los Estados Unidos y Europa; alumno de Urbanismo y Geografía Humana del Prof. Léon Jaussely, Paris, 1920; Profesor de Arquitectura y de Urbanística en la Facultad de Arquitectura de Montevideo; ha cumplido 20 años de docencia en 1946; Director del curso de post graduados de arquitectura; Director del Instituto de Urbanismo de la Facultad de Arquitectura desde 1936; varios años Consejero de la Facultad de Arquitectura; ex miembro de la Comisión Nacional de Bellas Artes; Socio Honorario de la Sociedad de Arquitectos de Chile, 1940; Socio Correspondiente del Instituto C. de Arquitectos de Brasil, 1937; Distinción (hors concurs) en la Exposición de Urbanismo em Buenos Aires, 1935; Gran Premio de Honor en la Exposición Pan-americana de Arquitectura y Urbanística de Montevideo, 1940; Miembro del Instituto de Investigaciones Geográficas de la Universidad; realizó 24 edificios; se presentó a 19 concursos públicos de arquitectura; obtuvo 4 primeros premios, 5 segundos premios, 3 terceros premios y varias menciones; uno de esos premios es el Palacio Municipal de Montevideo actualmente em construcción; entre las actividades urbanísticas públicas, colaboró en comisiones especializadas; es autor de un anteproyecto de Plan Regulador de Montevideo, 1930; es autor de un estudio de urbanismo regional del litoral Sur del Uruguay; consultor del Plan Regulador de la ciudad de Mendoza (Argentina), 1941-1942; autor de una urbanización en el litoral Sur del Uruguay (en iniciación); acaba de ser nombrado miembro de la Sociedad Francesa de Urbanistas, Paris, 1947; es autor de varios escritos urbanísticos y publicaciones profesionales”. A trajetória profissional de Cravotto é abordada por Almeida (1996, 2009), Rovati (2001, 2007) e Almeida, Souza (2010), entre outros.

Gran Premio, como melhor aluno do curso de Arquitetura. Recebeu ainda uma bolsa universitária (*Beca Diplomática*) com duração de dois anos, para realizar viagem de estudos.

Durante sua viagem de estudos (1919-1921) Cravotto visitou diversos países: Argentina, Chile, Peru, Equador, Panamá, Estados Unidos, Inglaterra, Espanha, Bélgica, Itália e França. Residiu quase um ano em Paris, onde, além de frequentar o ateliê de Léon Jaussely, teve aulas com o historiador Marcel Poëte – pioneiro do ensino do Urbanismo na França, um dos fundadores da Biblioteca Histórica da Cidade de Paris (1916) e, com Henri Sellier, da Escola de Altos Estudos Urbanos da Sorbonne (1919) e do Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris (1924).

Em 1923, de volta a Montevideu, Cravotto iniciou sua carreira docente na Faculdade de Arquitetura. Até 1952, quando deixou àquela instituição, ministrou diversas disciplinas, como Composição Decorativa, Grandes Composições, Projetos de Arquitetura, Traçado de Cidades e Arquitetura Paisagista. Nos anos 1930, fundou o Instituto de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura (ELARQA, 1995).

Além da atividade docente, Cravotto tinha um escritório privado. São de sua autoria, por exemplo, os projetos do Montevideo Rowing Club (1923), do Palácio Municipal (1929), do Hotel Rambla (1931) e da Biblioteca Nacional (1939). Coordenou ainda as equipes de trabalho responsáveis pela elaboração do Plano Regulador de Montevideu (1930) e do plano da cidade argentina de Mendoza (1941). Estas últimas ações, diretamente vinculadas ao Urbanismo e aos estudos urbanos, somadas ao seu contato com figuras como Jaussely e Poëte, logo conferiram a Cravotto um largo reconhecimento social como urbanista. Desse ponto de vista, referir-se a ele como *arquiteto-urbanista*, como faremos de agora em diante, é admitir que, para além de sua titulação formal como “arquiteto”, há uma trajetória pessoal que o vincula diretamente ao Urbanismo⁷.

7 Este esclarecimento é necessário quando nos aproximamos da literatura que trata da relação entre Cravotto e o Rio Grande do Sul; por exemplo, nos textos de Almeida (1996, 2009), Rovati (2007) e Almeida, Souza (2010), Cravotto é referido ora como Arquiteto, ora como Urbanista, ora como Arquiteto-Urbanista.



Fig. 1: Maurício Cravotto. Imagem sem data e sem autoria. Fonte: Arquivo do Instituto de Artes, UFRGS.

2 Cravotto em Porto Alegre

Maurício Cravotto vem à Porto Alegre em julho de 1948. Contudo, como já foi observado, para tratar de sua visita à cidade é necessário inseri-la ao contexto da disputa então protagonizada pelos cursos da EE e do IBA.

No IBA, duas reuniões realizadas em setembro de 1944 sacramentaram a iniciativa de criar um curso de Arquitetura: em reunião extraordinária do Conselho Técnico Administrativo (CTA), realizada em 21 de setembro de 1944, foi aprovada a criação do curso (INSTITUTO DE BELAS ARTES, 1944a); em 29 de setembro, a Congregação se reuniu, também em sessão extraordinária, e igualmente aprovou àquela iniciativa (INSTITUTO DE BELAS ARTES, 1944b)⁸. Na mesma época a EE criou seu curso de *engenheiros-arquitetos*. Conforme Weimer (1989), esse curso foi criado “para fazer frente” ao do IBA. Este ponto de vista é compartilhado por Fiori (1992), que acredita que “a Escola de Engenharia só se interessa por um curso de arquitetura quando percebe que outra instituição está nesse campo e que isto ameaça seu monopólio sobre a área da construção civil no meio local” (FIORI, 1992, p. 323).

8 Na década anterior, o IBA já havia criado e instalado um Curso Técnico de Arquitetura. Segundo Fiori (1992) e Simon (2003), este foi um passo significativo para a posterior criação do curso de Arquitetura, sobretudo porque oportunizou a integração de arquitetos qualificados ao quadro docente do Instituto.

Os dois cursos, do IBA e da EE, passaram a funcionar em 1945⁹. Do total de cátedras ou cadeiras destes cursos, ambos com duração de cinco anos, apenas duas se referiam explicitamente às questões urbanas. No curso do IBA, no quarto ano, seria oferecida a cadeira de *Higiene da Habitação – Saneamento da Cidade*¹⁰ e, no quinto ano, de *Urbanismo – Arquitetura Paisagista*¹¹. Já no curso da EE, no quinto ano, seriam oferecidas as cadeiras de *Hidráulica – Hidráulica Urbana e Saneamento*¹² e a de *Composição Geral e Urbanismo*¹³. O Urbanismo, portanto, era matéria secundária nos dois cursos e as cadeiras existentes tratavam da cidade, sobretudo como objeto de composição (ou embelezamento) ou de uma perspectiva higienista-sanita-

9 Em 26 de novembro de 1945 o Decreto Federal nº 19.991 autorizou o funcionamento do Curso de Arquitetura no Instituto de Belas Artes (BRASIL, 1945). Em 25 de julho de 1946, o Decreto nº 2.027 oficializou a organização didática da Escola de Engenharia, mencionando o curso de engenheiros-arquitetos como um dos cinco cursos por ela mantidos.

10 Ministrada pelo professor Luiz Arthur Ubatuba de Faria, seu programa faz referência a instalações prediais, higiene da habitação e infraestruturas, consideradas “do edifício à cidade”. (INSTITUTO DE BELAS ARTES, 1949).

11 Ministrada pelo professor Edvaldo Pereira Paiva, seu programa compreendia o “Urbanismo” como algo bastante amplo e diverso. O programa faz referências a temas tão variados como história das cidades e do urbanismo; elementos para o projeto urbanístico; habitação coletiva; infraestruturas; administração municipal; planos diretores e seus instrumentos. A cadeira pretendia desenvolver ainda a capacidade de concepção e composição (ou “de projetar”) dos estudantes. Já o conteúdo associado à “Arquitetura Paisagista”, significativamente menor, tratava da composição de espaços abertos. Tudo leva a crer que a cadeira pretendia dar conta de toda formação “em Urbanismo” destinada pelo curso de Arquitetura do IBA a seus alunos (INSTITUTO DE BELAS ARTES, 1949).

12 Na consulta ao arquivo da Escola de Engenharia não foi encontrado o programa desta “cadeira”. É possível, no entanto, ter notícias sobre o conteúdo nela ministrado a partir das questões formuladas para as provas. Também não encontramos referência ao professor que a ministrava. As questões formuladas para as primeiras provas parciais tratavam de sistemas e condutos, tanques, cálculo de condutos de esgoto cloacal, etc. As questões não têm nenhuma relação com composição. Representam a concepção do urbanismo higienista-sanitarista. (ESCOLA DE ENGENHARIA, 1951)

13 Na consulta ao arquivo da Escola de Engenharia não foi encontrado o programa desta cadeira. É possível, no entanto, ter notícias sobre o conteúdo nela ministrado a partir das questões formuladas para as provas. Dirigida pelo professor Eugênio Steinhof, as questões formuladas para as primeiras provas parciais tratavam das etapas do planejamento de uma cidade; das circulações principais externas dum aeroporto; das circulações gerais em certos tipos de edifícios a escolha dos alunos. Já as questões formuladas para as segundas provas parciais foram sobre zoneamento; exigências técnicas a atender no planejamento de um cinema. Aqui, a palavra “planejamento” não é usada para se referir a processos político-sociais de administração da cidade, mas como sinônimo de projeto. Interessante perceber como nessa disciplina, que sobrepõe composição e urbanismo, há questões sobre projetos de grande porte – aeroporto, cinema. Sendo assim, podemos imaginar que, para esta disciplina, a cidade e as construções de grande porte são artefatos passíveis de projeto (ou planejamento), pois são de natureza semelhante (ESCOLA DE ENGENHARIA, 1951).

rista, que privilegiava a resolução de problemas de infraestrutura urbana (MELLO, 2016). Além disso, na disputa pela hegemonia da Arquitetura no Estado, o Urbanismo não esteve em pauta – nenhum dos lados o reivindicava de maneira categórica.

É sob estas circunstâncias que Cravotto vem à Porto Alegre.

Pelo menos três professores do IBA, os engenheiros Edvaldo Pereira Paiva e Luiz Arthur Ubatuba de Faria, e o arquiteto Demétrio Ribeiro, já conheciam Cravotto. Nos anos 1930, Paiva e Ubatuba de Faria, como servidores municipais, pretendiam implantar um *plano de urbanização* para a capital gaúcha. Contudo, este propósito foi barrado em 1938, quando o prefeito José Loureiro da Silva contratou Arnaldo Gladosch para elaborar o plano diretor da cidade. Pouco depois, em 1941, Paiva parte para Montevidéu a fim de estudar Urbanismo junto a Maurício Cravotto. Lá conhece Demétrio Ribeiro, na época estudante de Arquitetura e aluno de Cravotto. Na mesma época, também Ubatuba de Faria fez estudos em Montevidéu.

Cravotto fora recebido em Porto Alegre como uma autoridade em Urbanismo. A *Revista Espaço*, editada pelos estudantes do IBA, assim o apresentava a seus leitores: “Professor, Diretor do curso de post-graduados da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Montevidéu e eminente Urbanista continental” (ESPAÇO, 1949, p. 4).

Considerando-se suas relações estreitas com professores do IBA, Cravotto não teria sido convidado a ministrar aulas em Porto Alegre justamente por encarnar um profissional capaz de associar Arquitetura e Urbanismo? Seria este o modelo buscado pelo IBA?

As primeiras referências à vinda do arquiteto-urbanista uruguaio ao Rio Grande do Sul estão registradas na ata do CTA do IBA, de 24 de fevereiro de 1948. Nesta reunião o Conselho autorizou Tasso Correa a adotar providências para contratar “professores eminentes” (INSTITUTO DE BELAS ARTES, 1948a), entre eles Mauricio Cravotto; deixa-o livre ainda para, se necessário, viajar a Montevidéu e tratar pessoalmente de sua contratação (INSTITUTO DE BELAS ARTES, 1948a).

Em 16 de março de 1948, Tasso Corrêa envia ofício a Cravotto, formalizando contato feito anteriormente por Paiva, como nos leva a crer um trecho daquele documento: “Estou certo de que o presente convite terá a melhor acolhida, face a vossa manifestação favorável, que, nesse sentido fizeste ao Prof. Edvaldo Paiva” (CORRÊA, 1948). Corrêa convida “o ilustre professor para, no corrente ano, realizar uma série de conferências sobre assuntos de vossa especialidade” (CORRÊA, 1948). Informa, por fim, que em breve viajaria ao Uruguai, “ocasião em que teremos oportunidade de assentar as condições em que será possível a realização dessas conferências”

(CORREA, 1948).

Cravotto não tarda a responder. Em carta datada de 1º de abril de 1948, escreve: *“en conocimiento de los deseos y objetivos que persigue su Instituto, me es grato manifestarle que me siento muy honrado por su invitación, que mucho agradezco”* (CRAVOTTO, 1948a). Dizia ainda que esperava a visita de Corrêa *“para concretar la forma de mi intersección cultural en su Instituto”* (CRAVOTTO, 1948a).

Tasso Corrêa efetivamente foi a Montevideu. Não temos detalhes do seu encontro com Cravotto, mas, em 5 de junho de 1948, por carta, o professor uruguaio registra a passagem de Corrêa pela cidade, ao lamentar *“mucho la víspera de su partida, no encontrarlo de tarde en el hotel y por eso le dejé una esquila en el bureau, pensando siempre tener tiempo para despedirlo a su partida en el avión”* (CRAVOTTO, 1948b). Esta carta indica ainda que Cravotto viria a Porto Alegre em julho. Revela também, entretanto, que a ideia da “série de conferências” fora abandonada. Cravotto ministraria, isto sim, um curso de Grandes Composições, com duração de 12 dias:

Espero también, tener la confirmación definitiva del procedimiento para el desarrollo de esos cursos prácticos de grandes composiciones, para poder ir pensando en el mejor rendimiento de la labor, que como Ud. recordará, debo ceñirla no más de dos semanas (CRAVOTTO, 1948b).

No mesmo dia 5 de junho o CTA do IBA aprovou a contratação de Cravotto para ministrar o curso intensivo de “Grandes Composições aos alunos da 3ª e 4ª e 1ª e 2ª séries, dos cursos de Arquitetura e [de] Urbanismo, respectivamente, durante o mês de julho próximo” (INSTITUTO DE BELAS ARTES, 1948b)¹⁴. Cabe notar que as cadeiras de Grandes Composições de Arquitetura situavam-se no 4º e 5º anos do curso de Arquitetura, e não no 3º, conforme mencionado na ata do CTA – o que indica que esta inclusão do 3º ano era uma excepcionalidade.

Cravotto chega à cidade em 3 de julho de 1948, como registra o jornal *Correio do Povo*, nesta mesma data, ao se referir à iniciativa do IBA em trazer “o eminente arquiteto professor Mauricio Cravotto para realizar, nesta capital, um curso intensivo de Grandes Composições de Arquitetura e Urbanismo” (CHEGA..., 1948):

¹⁴ Ainda nesta reunião foi dada notícia da contratação de outro professor Uruguaio, Ildefonso Aroztegui, para ministrar outro curso de Grandes Composições, neste caso unicamente para os estudantes de Arquitetura

O Prof. Cravotto que chegará hoje às 10 horas pelo avião da 'Varig' pois fez a viagem de Montevideu via Pelotas no propósito de melhor conhecer nossa terra e nossa gente dará início a seu trabalho no Instituto de Belas Artes segunda-feira, às 9 horas. O Curso será diário, das 8 às 12 horas, uma parte pela tarde e à noite o Prof. Cravotto fará palestras a que poderão comparecer os profissionais interessados, independente de qualquer formalidade, a não ser uma mera comunicação à Secretaria do Instituto (CHEGA..., 1948).

Em 4 de julho o *Correio do Povo* noticia a chegada de Maurício Cravotto a Porto Alegre: “logo após sua chegada, s. s. que foi recebida por professores e inúmeros alunos do Instituto, teve a cercá-lo carinhosa recepção e gentileza. Acompanhado de diversos professores realizou ontem à tarde um passeio pela capital” (EM..., 1948).

Segundo a *Revista Espaço*, Cravotto “proporcionou doze dias de aulas intensivas” (ESPAÇO, 1949, p. 4). Ele permaneceu em Porto Alegre, possivelmente, até o dia 17 de julho, pois, em 18 de julho, o *Correio do Povo* registrou a homenagem de despedida realizada “no bar daquele educandário” no dia anterior (HOMENAGEADO..., 1948). Este encontro teria transcorrido “em ambiente de cordialidade entre alunos e professores, notando-se entre estes, o dr. Tasso Corrêa, diretor do Instituto” (HOMENAGEADO..., 1948). Ao fim do evento, Cravotto agradeceu a homenagem e alegou “o fato de não ser um literato, e, sim, um urbanista, um homem que fala com algarismos e de maneira diferente” (HOMENAGEADO..., 1948). Este registro nos parece bastante relevante, pois, segundo o jornal, Cravotto teria se referido a si mesmo como “urbanista” que se expressa através de “algarismos”.

Já em 20 de julho de 1948, em carta dirigida à Tasso Corrêa, Cravotto dava notícia de seu retorno a Montevideu¹⁵:

He encontrado a mi regreso una verdadera montaña de trabajo, correspondencia, libros. Ese es el motivo porque no escribí de inmediato como lo deseaba, pues mi impulso era decirle a Ud. y todos, cuanto es intenso mi agradecimiento por las incontables atenciones y por la permanente fina compañía que Uds. dieran a mi emotividad (CRAVOTTO, 1948c).

15 Mas, a correspondência entre Cravotto e Tasso Corrêa não cessa aqui; no arquivo do IBA encontram-se cartas manuscritas de Cravotto datadas de 25 de julho, 4 de setembro e 21 de outubro de 1948, e de 15 de dezembro de 1949.



Fig. 2: Mauricio Cravotto (ao centro) recepcionado em Porto Alegre. À sua esquerda, em primeiro plano, Tasso Correa e Eugen Steinhof; à sua direita, Edvaldo Pereira Paiva (ESPAÇO, 1949, p. 07).

3 As aulas de Cravotto

A caderneta de frequência da cadeira “Grandes Composições” ministrada por Cravotto, em 1948, é a única das cadernetas arquivadas no Instituto de Artes da UFRGS que, no campo “curso”, registra a designação “Arquitetura e Urbanismo”. Em todas as demais os “cursos” são ou de Arquitetura ou de Urbanismo – cursos, na época, distintos¹⁶. Na capa desta caderneta, como é comum em todas as demais, não há qualquer referência à série ou ano letivo.

Os alunos que constam na lista de presença foram divididos em dois grupos, “de Arquitetura” e “de Urbanismo”. Os alunos de Arquitetura eram do 3º e 4º anos. Os de Urbanismo eram do 1º e 2º anos (INSTITUTO DE BELAS ARTES, [1948]b).

No total, 34 alunos eram do curso de Arquitetura e 5 do curso de Urbanismo, registrados conforme segue (INSTITUTO DE BELAS ARTES, [1948]b):

Arquitetura:

(3º ano) Antonio Magadan; Alfredo Leboutte; Claudio Silva T. de Freitas; Claudio Dytz; Charles René Hugaud; Dirceu Berclaz; Emílio Mabilde Ripoll; Enilda Ribeiro; Fernando Petersen Lunardi; Gino Máximo Pansiera; João Barbosa dos Santos Filho; Jaír Amaurí Koebe; Jaime Luna dos Santos; Jorge Sirito de Vives; Luiz Lampert Gaertner; Luiz Fernando Corona; Mário José Corrêa; Moacé Zamora; Paulo Vallandro; Tasso Olimpio Pufal.

¹⁶ O curso de Arquitetura era de graduação, com 5 anos de duração. O curso de Urbanismo era de especialização, com 2 anos de duração e aberto a arquitetos e engenheiros.

(4º ano) Bruno Felix Rossi; Emil Achutti Bered; Flávio Tarquínio Pufal; Francisco dos Santos Coutinho; Jasson Cavalcante de Albuquerque; João Schmidt Filho; José Lorenzoni Parreira; Kurt Gunther Schmeling; Léo Alfredo Preto de Oliveira; Mauro Guedes de Oliveira; Nelson Camargo Costa; Remo José Irace; Roberto Felix Veronese; Salomão Sibenbergh Kruchin.

Urbanismo:

(1º ano) Carlos Alberto de H. Mendonça; Edgar Albuquerque Graeff; Francisco Riopardense de Macedo.

(2º ano) Neli Peixoto Martins; Sérgio Corrêa.

Junto à caderneta, encontram-se ainda dois exercícios redigidos em espanhol que cremos terem sido trazidos do Uruguai, provavelmente por Maurício Cravotto. Um deles, referente à disciplina *Proyectos de Arquitectura, 5 año*, tem como tema “*El centro mundial para la intercomprensión de las culturas*”. O outro, do curso de *Grandes Composiciones de Arquitectura para egresados* (1948), tem como tema “*Un centro para la Federación Internacional de Urbanistas (F.I.U.)*”. Por várias indicações incongruentes (nome da disciplina, data das entregas, ano do curso a que se destina, dentre outras) acreditamos que estes exercícios não foram ministrados aos estudantes do IBA.

Entretanto, infelizmente, não há na caderneta qualquer anotação em relação aos conteúdos ministrados por Cravotto; podemos apenas supô-lo a partir dos dois exercícios por ele aplicados. Ressalte-se que, apesar da cadeira (Grandes Composições) oferecida para os estudantes dos cursos de Arquitetura e de Urbanismo ser a mesma, foram distintos os conteúdos dos exercícios finais solicitados para os estudantes de um e de outro curso.

O exercício dirigido aos estudantes do curso de Arquitetura denominava-se “Estação Central Rodoviária”¹⁷. Os três primeiros parágrafos do exercício apresentam o tema em termos genéricos, afirmando a importância dos meios de comunicação e transporte “para tornar mais fecunda a atividade humana, mais fáceis os intercâmbios de toda a ordem, mais perfeita a associação entre os seres, mais simples e econômicos o aprovisionamento e consumo de produtos” (CURSO..., [1948]). O programa de necessidades do edifício era composto por: um museu permanente da história dos meios de comunicação, locomoção e transporte (com acesso, hall, zona de exposições, salas, saletas, serviços sanitários, vigilância); escritórios (com acesso próprio, 20 escritórios, serviços sanitários e pequena dependência); central

17 Fiori (1992) afirma que “Cravotto desenvolve em aula um exercício em que deveria ser realizado o plano de um campus universitário” (1992, p. 269). Contudo, não encontramos evidências desta afirmação nos arquivos do Instituto de Artes da UFRGS.

do tráfico (com acesso próprio, grandes ambientes com guichês, vitrines, zona para público, funcionários, mapas, guias, locais fechados para comissão de turismo, zona de estacionamento para ônibus, caminhões); e, por fim, um “jardim de descanso para turistas, mas que seja ao mesmo tempo, para uso público, para o habitante da cidade, para escolares” que pode incorporar “pequenas obras arquitetônicas complementares, como sejam, muros de contenção, pórticos, zonas cobertas de proteção e obras de arte”, além de um estacionamento (CURSO..., [1948]).

Os itens de entrega foram sucintamente descritos da seguinte forma: para o esboço inicial, “planta, fachada e corte, a ½ mm p/metro, em um papel de tamanho igual ao do programa” (CURSO..., [1948]). Para a entrega final, “planta, fachada e corte, a 4mm p/metro” (CURSO..., [1948]).

Completa este exercício o desenho apresentado na FIGURA 3. Trata-se de um lote com cotas planialtimétricas sem qualquer referência ao entorno imediato, a não ser vias e notas sobre os usos próximos; enfim, trata-se de um sítio um tanto abstrato.

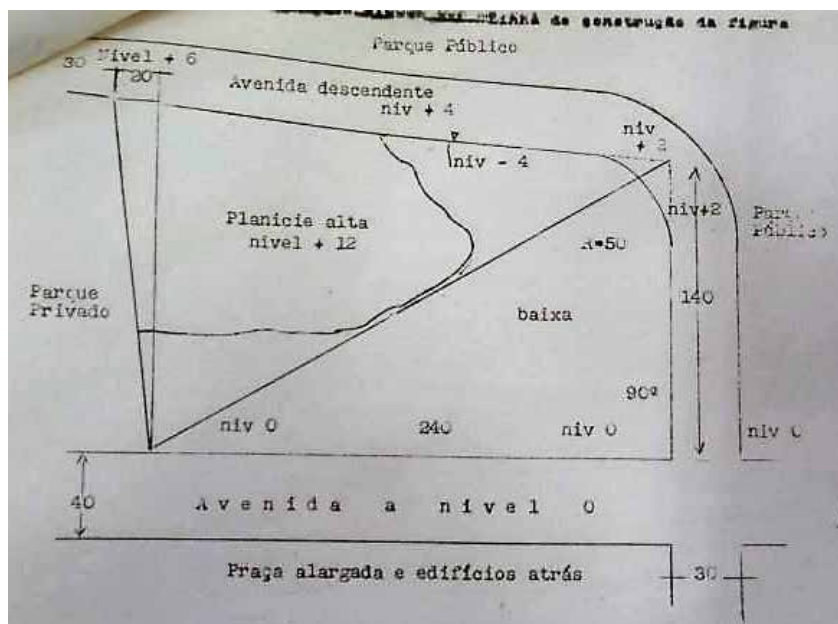


Fig. 3: Sítio do exercício da cadeira Grandes Composições, ministrada por Maurício Cravotto em 1948, dirigido aos estudantes do Curso de Arquitetura (CURSO..., [1948]).

Já o exercício dirigido aos estudantes do curso de Urbanismo era dividido em duas etapas ou “momentos”:

- (1) “Arquitetura Paisagista – Teórico Prático”, com o tema “Um Parque – Jardim de Recreio, a margem de um rio”.
- (2) “Prática de Urbanística”, com o tema “Uma unidade vicinal para carpinteiros de estaleiro e artesanias afins da navegação e vida costeira de um rio” (INSTITUTO DE BELAS ARTES, [1948]c).

O detalhamento do exercício de “Arquitetura Paisagista” aponta que o “parque-jardim recreio, à margem de um rio, implicará num acondicionamento paisagístico e em certas instalações e edifícios, formando uma composição num terreno” (INSTITUTO DE BELAS ARTES, [1948]c). A proposta deveria contar com espelho d’água artificial, superfícies livres e plantadas, margens que facilitem o embarque em botes, zonas naturais arenosas para banhistas, local para jogos infantis, adolescentes e adultos, para *picnics*, sombreadas e ensolaradas, adequados para repouso, passeio, sesta, instalação de barracas, além de dois ou três edifícios para restaurante, depósito de barcos e administração.

O detalhamento do exercício “Prática de Urbanística”, por sua vez, indicava que a unidade vicinal proposta deveria acolher 5.000 habitantes e comportar

(...) a composição de todos os elementos inerentes a uma vida estabilizada, na qual se desenvolve a indústria artesã da carpintaria de barcos e está diretamente vinculada a um parque-jardim de recreio, na margem um rio similar ou igual ao que é especificado no tema de A. P. [Arquitetura Paisagista] (INSTITUTO DE BELAS ARTES, [1948]c).

A unidade vicinal deveria responder ainda aos seguintes pressupostos: contemplar atividades artesanais relacionadas à metalurgia, confecção de velas para embarcações, instrumentos de pesca, fabricação de cestos e tapeçarias; ser acessível por terra e água, o primeiro terminando em um grande estacionamento e o segundo em um pequeno porto; restringir a circulação no interior da unidade à apenas veículos leves.

O “programa de necessidades” era composto por

(...) vivendas uni, bi e polifamiliares, como também alguma vivenda coletiva, alguns centros de aprovisionamento, um centro cívico ligado ao parque-jardim de recreio, o qual terá uma zona claramente evidenciada para as diversões quotidianas da população e cerca do qual se localizará a escola pública (INSTITUTO DE BELAS ARTES, [1948]c).

A forma de elaboração do trabalho era a seguinte: os estudantes deveriam apresentar “esboço individual de cada um dos temas, debaixo da direção do professor do curso prático, e, em seguida, poderão continua-lo, individualmente ou formando brigadas, de acordo com o mesmo professor” (INSTITUTO DE BELAS ARTES, [1948]c). Deveriam ser apresentados ainda os dados numéricos referentes à

(...) superfície geográfica total, percentagem de espaços viários e livres, percentagem de solo restante utilizável para a implantação de prédios coletivos ou particulares, devendo-se, além disso, expressar outras percentagens, a serem indicadas pelo professor (INSTITUTO DE BELAS ARTES, [1948]c).

Além destas informações, os estudantes deveriam expressar sua proposta “em planta, elevação e perspectiva a composição paisagística e U. [urbanística] com um detalhe e dados de algumas das vivendas” (INSTITUTO DE BELAS ARTES, [1948]c).

Os dois exercícios do curso de Urbanismo – de “Arquitetura Paisagista” e de “Prática de Urbanística” – eram complementares. Como indica o edital, os trabalhos formariam “uma unidade, de expressão simples, com a inclusão dos dados e resultados paisagísticos e urbanísticos nas mesmas lâminas em que se expressa a composição” (INSTITUTO DE BELAS ARTES, [1948]c).

Comparando-se os exercícios dos dois cursos, de Arquitetura e de Urbanismo, é possível destacar algumas semelhanças. A estrutura de exposição dos exercícios é similar: breve descrição do tema; exposição do programa de necessidades; relato do sistema de trabalho; entregas. O método didático é o mesmo: ateliê com assessoramento do professor. A forma de expressão dos resultados, idem: conjunto de desenhos técnicos. A diferença consiste nos temas. O exercício do curso de Arquitetura é, em síntese, um projeto de edificação de grande porte: uma estação rodoviária. Já os exercícios dirigidos aos estudantes do curso de Urbanismo são, de uma parte, o projeto para espaços abertos (“parques-jardins”) que incorpora edifícios que devem participar desta “composição” (“Arquitetura Paisagista”); e, de outra, o projeto de uma “unidade vicinal” que, por suas características, poderíamos chamar hoje de projeto para um bairro operário (“Prática de Urbanística”).

Todos os exercícios, tanto do curso de Arquitetura e como do curso de Urbanismo, são, enfim, exercícios de composição, de projeto.

CONCLUSÃO

Com base nos exercícios propostos por Cravotto, é possível definir taxativamente a sua compreensão sobre o Urbanismo? Sua permanência em Porto Alegre foi breve e os exercícios do curso deveriam ser apresentados, realizados e avaliados em curto espaço de tempo. Pode-se concluir que os exercícios da estação rodoviária, do parque-jardim e da unidade vicinal tinham algo em comum, já que estavam abrigados sob a mesma denominação – Grandes Composições. Entretanto, afirmar que o curso resumia todo pensamento de Cravotto seria uma demasia. Apesar disso, se podem fazer afirmações acerca da compreensão sobre Urbanismo apresentada no curso intensivo. Nada além disso.

Conforme revelam os documentos consultados, *edifício e cidade*, para os exercícios de Cravotto, eram “objetos” ou “artefatos” pertencentes ao domínio da composição. O Urbanismo era por ele visto, no curso do IBA, como uma forma de conceber a “arquitetura” da cidade e de nela intervir através do projeto. Este, segundo se pode depreender da documentação analisada, era encarado como “proposta de solução para um problema” de natureza arquitetônica e que, por isso mesmo, somente poderia ser resolvido como “construção”. O “projeto” não era visto como a solução em si; só a “obra” seria capaz de satisfazer as “necessidades dos usuários”. Cravotto, afinal, demanda sempre aos alunos de seu curso um desenho relativamente preciso de um artefato, capaz de antecipar e orientar a sua construção, seja edifício ou cidade. Esse *desenho-projeto* se materializa em plantas, cortes, fachadas, perspectivas.

Cravotto assume, portanto, uma concepção Albertiana da Arquitetura e da cidade; a propósito, relembremos a célebre a frase do tratadista italiano:

Ora se a cidade é, na opinião dos filósofos, uma casa em ponto grande e, inversamente, a casa é uma cidade em ponto pequeno, porque não se há de dizer que as partes mais pequenas da casa são habitações em ponto pequeno? (ALBERTI, 2011, p. 170).

No curso do IBA, para abordar a cidade Cravotto utilizou as mesmas ferramentas que empregava em face do edifício. Tudo é Arquitetura. Os exercícios mais diretamente vinculados à cidade e aos espaços abertos, propostos por Cravotto, de fato foram dirigidos aos estudantes do curso de Urbanismo. Mas tais exercícios a rigor somente se diferenciam do exercício proposto aos estudantes do curso de Arquitetura pela “escala” dos artefatos implicados – a escala do edifício, a escala do parque, da unidade vicinal, da cidade.

Por tudo o que foi dito, não se pode afirmar que o Urbanismo professado por Cravotto em seu curso de Grandes Composições tenha a marca da originalidade: até hoje tal abordagem é dominante entre os arquitetos. Entretanto, é certo também que a visão defendida pelo professor uruguaio, em 1948, representava uma grande novidade e marcaria toda uma geração de arquitetos. O Urbanismo passou a ser entendido como arquitetura em “outra” escala. Afirmou-se aí, talvez, a concepção que mais adiante derrotaria a engenharia urbana higienista-sanitarista dominante e que, mais tarde, no Brasil, submeteria o Urbanismo à Arquitetura.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Leon Battista. *Da Arte Edificatória*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- ALMEIDA, Maria Soares de. O Urbanismo em Porto Alegre no Início do Século - do Ensino e das Práticas. In: SEMINÁRIO HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, Rio de Janeiro. *Herança, Identidade e Tendências da Cidade Latino-Americana*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU-PROURB, 1996. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/433/409>> Acesso em: 10 mar. 2015.
- _____. Urbanismo no Sul do continente – transferências e intercâmbios 1930/1950. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 13., 2009, Florianópolis. *Planejamento e Gestão do Território - Escalas, Conflitos e Incertezas*. Florianópolis: ANPUR - UFSC, 2009. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3037/2972>>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- ALMEIDA, Maria Soares de. SOUZA, Célia Ferraz de. Dois urbanistas no planejamento de Porto Alegre – 1930/1950. In: ENANPARQ- ARQUITETURA, CIDADE, PAISAGEM E TERRITÓRIO: PERCURSOS E PROSPECTIVAS, 1., 2010, Rio de Janeiro. *Simpósio temático: percursos profissionais: arquitetos e urbanistas e a contribuição para a teoria e a prática no Brasil 1920-1960*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2010.
- BARDET, Gaston. *O urbanismo*. São Paulo: Papirus, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BRASIL. Decreto Federal nº 19.991 de 26 de novembro de 1945. Autoriza o funcionamento do Curso de Arquitetura no Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre. Disponível em: < <http://www2>.

- camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19991-26-novembro-1945-480354-publicacaooriginal-1-pe.html >. Acesso em: 13 mar. 2015.
- BUNGE, Mario. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- CHEGA hoje a Porto Alegre o ilustre arquiteto Mauricio Cravotto. Realizará um curso intensivo de arquitetura e urbanismo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03 jul. 1948 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. Utopias e realidades: uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CHOAY, Françoise. Urbanisme. In: MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise. *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*. Paris: PUF, 1988.
- CORREA, Tasso [Ofício] 16 de março de 1948, Porto Alegre [para] CRAVOTTO, Maurício, Montevideu. *Faz primeiro contato oficial com Mauricio Cravotto com objetivo de convidá-lo a ministrar curso no Instituto de Belas Artes*.
- CRAVOTTO, Maurício [carta] 01 de abril de 1948a, Montevideu [para] CORREA, Tasso, Porto Alegre. *Negocia ida a Porto Alegre para ministrar curso*.
- [carta] 05 de junho de 1948b, Montevideu [para] CORREA, Tasso, Porto Alegre. *Negocia ida a Porto Alegre para ministrar curso*.
- _____. [carta] 20 de julho de 1948c, Montevideu [para] CORREA, Tasso, Porto Alegre. *Negocia ida a Porto Alegre para ministrar curso*.
- CURRICULUM Vitae del Profesor Arquitecto Mauricio Cravotto. 1f. [Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS: [s.l.], 1948?].
- CURSO de Arquitetura. nº 1 – Ponto sorteado para o 1º Exame Parcial da cadeira de 'Grandes Composições de Arquitetura' na 4ª série. 3f. [anotado à mão]. [s.l., 1948].
- ELARQA. *Mauricio Cravotto*: Coleção Monografia Elarqa. Montevideo: Dos Puntos, 1995.
- EM Pôrto Alegre o urbanista Maurício Cravotto. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04 jul. 1948 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].
- ESCOLA DE ENGENHARIA. *Relatório referente ao ano de 1949*. Porto Alegre: Escola de Engenharia, 1951.
- ESPAÇO: *Revista de Arquitetura-Urbanismo-Arte*, Porto Alegre, ano 2, n.4, dez. 1949.[Organizado por um grupo de alunos do IBA].
- FIORI, Renato Holmer. *Arquitetura moderna e ensino de arquitetura: os cursos em Porto Alegre de 1945 a 1951*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.
- HOMENAGEADO o Professor M. Cravotto. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17

- jul. 1948 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].
- INSTITUTO DE BELAS ARTES. *Ata da reunião extraordinária do Conselho Técnico Administrativo*, realizada em 21 de setembro de 1944a.
- _____. *Ata da sessão extraordinária da Congregação*, realizada em 29 de setembro de 1944b.
- _____. *Ata da reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo*, realizada em 24 de fevereiro de 1948a.
- _____. *Caderneta de frequência e matéria lecionada*. Curso: Arquitetura e Urbanismo. Cadeira: Grandes Composições. Professor: Maurício Cravotto. Porto Alegre, [1948]b.
- _____. *Trabalho para os alunos do curso de urbanismo a ser executado sob a direção do professor Maurício Cravotto*. 2f. Porto Alegre, [1948]c.
- _____. *Relatório do curso de arquitetura - 1949*. Porto Alegre, 1949.
- JAPIASSU, Hilton. *Dicionário básico de filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.134-146, 1992.
- MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de. *O Urbanismo dos arquitetos: genealogia de uma experiência de ensino*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- ROVATI, João Farias. *La modernité est ailleurs: "ordre et progrès", l'urbanisme d'Edvaldo Pereira Paiva (1911-1981)*. Tese (Doutorado em Urbanismo). Universidade de Paris-8: Paris, 2001.
- ROVATI, João Farias. Caminhos da evolução urbana. In: ENA - ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., 2007, Belém. *Integração Sul-Americana, Fronteira e Desenvolvimento Urbano e Regional*. Belém: Anpur, 2007. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3395/3325>> Acesso em: 10 mar. de 2015.
- SIMON, Círio. *Origens do Instituto de Artes da UFRGS: etapas entre 1908-1962 e contribuições na constituição de expressões de autonomia no sistema das artes visuais do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- WEIMER, Gunter. *Arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

GUILHERMINO CESAR E O CADERNO DE SÁBADO: ERUDIÇÃO E LITERATURA BRASILEIRA NA IMPRENSA GAÚCHA

GUILHERMINO CESAR AND CADERNO DE SÁBADO: ERUDITION AND BRAZILIAN LITERATURE IN THE PRESS OF RIO GRANDE DO SUL

Ana Maria Wertheimer¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar textos de crítica literária do professor Guilhermino Cesar (1908-1993), publicados no suplemento cultural *Caderno de Sábado*, do jornal sul-rio-grandense *Correio do Povo*, entre janeiro de 1980 e janeiro de 1981, precisamente o último ano de circulação do estimado caderno. Com base nas observações de Isabel Travancas (2008) a respeito de suplementos literários do Brasil e da França, e nas considerações de Silviano Santiago (2004) sobre crítica literária, este artigo visa responder duas perguntas: a primeira, mais simples – Quais as obras analisadas pelo crítico? A segunda, mais complexa – A resenha de Guilhermino Cesar é especializada ou atenta para o leitor comum? Um estudo que trate de suplementos literários pode, entre outros aspectos, reivindicar o lugar destas publicações semanais, de caráter formativo, na imprensa nacional.

Palavras-chave: Guilhermino Cesar. Caderno de Sábado. Suplemento. Crítica Literária.

ABSTRACT

This paper aims to analyze texts of literary criticism of professor Guilhermino Cesar (1908-1993), published in the cultural supplement Caderno de Sábado, of Correio do Povo newspaper, between January 1980 and January 1981, precisely the last year of the prestigious journal. Based on the observations of Isabel Travancas (2008) about Brazilian and French literary supplements and on the ideas of Silviano Santiago (2004) about literary criticism, this paper tries to answer two questions: the first is simpler - What books are analyzed by the critic? The second one, more complex - Is Guilhermino Cesar's review specialized or it concentrates on the average reader? A study that deals with literary supplements can claim, among other aspects, the place of these weekly publications, of formative purpose, in the national press.

Keywords: Guilhermino Cesar. Caderno de Sábado. Supplement. Literary criticism.

¹ Professora Categoria Assistente do curso de Letras da Escola de Humanidades da PUCRS; doutoranda do programa de Teoria da Literatura da Escola de Humanidades da PUCRS.

[...] a pesagem do mérito, sua aferição crítica, é trabalho de uns poucos, que se presumem infalíveis – e como são falíveis. Em Londres, Paris, onde quer que seja, sentença ditada do alto, em matéria de gosto, muitas vezes não passa de bolha de sabão. Quantas glórias de hoje, na Rua da Praia, resistirão mesmo ao crivo do futuro?

Guilhermino Cesar
(*Caderno de Sábado*, 13-9-1980)

INTRODUÇÃO

A julgar pelas três regras básicas do jornalismo contemporâneo (clareza, objetividade e concisão), apresentadas por Isabel Travancas (2008) em sua pesquisa sobre suplementos literários em jornais da França e do Brasil, bem como pelo perfil do leitor atual, que “tem pressa e quer receber o máximo de informações no menor tempo possível” (TRAVANCAS, 2008, p. 300), pode-se compreender por que o *Caderno de Sábado*, suplemento cultural do jornal *Correio do Povo*, foi extinto em janeiro de 1981. Idealizado pelo crítico de cinema e editor P. F. Gastal e pelo jornalista Osvaldo Goidanich, como apontam Golin e Cardoso (2009), o *Caderno de Sábado*, suplemento de 16 páginas em média, publicado semanalmente em formato tabloide, perfez uma trajetória de 14 anos, de setembro de 1967 a janeiro de 1981, divulgando o pensamento intelectual e a produção acadêmica sobre temas no campo da literatura e da história, majoritariamente, mas também sobre assuntos em filosofia, artes plásticas, música, teatro, cinema, entre outros.²

Golin e Cardoso (2009, p. 138) afirmam que “a veiculação de um caderno dedicado a temas culturais guarda uma relação com o caráter formador e distintivo dos suplementos semanais dos jornais brasileiros de circulação nacional, que tiveram seu auge nos anos 1950”. Esse caráter formador, que “oferece subsídios ao leitor para melhor compreender a arte e a cultura” (GOLIN; CARDOSO, 2009, p. 141), é identificado nos textos do poeta, crítico literário, ensaísta e historiador Guilhermino Cesar (1908-1993), que, a partir de 1971, conforme informa Campos (2010), publicou semanalmente nas edições do *Caderno de Sábado* sobre temas tanto de literatura quanto de história. O propósito do presente artigo, portanto, consiste em analisar textos de crítica literária de Guilhermino Cesar, publicados entre janeiro de 1980 e janeiro de 1981, precisamente o último ano de circulação do esti-

2 O *Caderno de Sábado* assume um nicho deixado por periódicos especializados, como a revista *Província de São Pedro*, da Editora Globo, que circulou de 1945 a 1957.

mado caderno do jornal *Correio do Povo*. O corpus desta pesquisa limita-se às apreciações críticas de Guilhermino Cesar que tratam de lançamentos de narrativas ficcionais³ de escritores brasileiros, posto que o literato analisava igualmente obras poéticas, livros de crônicas, traduções de clássicos e obras de teoria da literatura.

Dos 52 textos do professor, publicados no *Caderno de Sábado*, entre 1980 e 1981, material que se encontra disponível para pesquisa gratuita no DELFOS, Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 28 tratam de temas da literatura e, destes, apenas quatro consistem em apreciações críticas de narrativas ficcionais brasileiras lançadas à época, o qual constitui o *corpus* desta pesquisa. Os livros analisados por Guilhermino Cesar são: *O grande mentecapto*, de Fernando Sabino; *O louva-deus*, de Antônio Carlos Resende; *As parceiras*, de Lya Luft; e *O cego e a bailarina*, de João Gilberto Noll. As apreciações críticas de livros que reúnem crônicas, como é o caso dos de Carlos Reverbel (*Barco de papel* e *Saudações aftosas*) ou o de Maria Julieta Drummond de Andrade (*O buquê de alcachofras*) não foram incluídas. Também os textos críticos do livro de Osman Lins (*Marinheiro de primeira viagem*) e o de Mario Quintana (*Esconderijos do tempo*) não constam no *corpus* por tratarem-se de diário de viagem (memórias) e poesia, respectivamente. Buscou-se limitar a pesquisa à crítica de textos narrativos literários com referencialidade ficcional.⁴

Com base nas observações de Isabel Travancas (2008) a respeito de suplementos literários e nas considerações de Silviano Santiago (2004) sobre crítica literária, este trabalho visa responder duas perguntas: a primeira mais simples – Quais as narrativas ficcionais analisadas pelo crítico? A segunda, mais complexa – Como se configura a resenha de Guilhermino Cesar: se mais especializada ou se mais próxima do público leitor?

Para tanto, divide-se este artigo em duas partes, uma teórica, em

3 Usa-se o termo “narrativas ficcionais” de modo a abranger os gêneros romance, novela e contos.

4 Não obstante a pluralidade de registros que caracterizam o gênero narrativo literário, como o cruzamento do romance com a biografia ou a autobiografia, por exemplo, nesta pesquisa, para fins práticos, opta-se por selecionar apenas os textos narrativos literários de caráter ficcional. A crônica, que, segundo Reis e Lopes (2011, p. 89), apesar de sua “relativa notoriedade cultural [...] alguns consideram um gênero menor ou, quando muito, híbrido, conjugando o registro diarístico, o memorial, o ensaístico, etc.”, não será considerada nesta pesquisa. Reis e Lopes (2011, p. 89, grifos dos autores) admitem que muitos escritores “exercitam nas suas **crônicas** uma **competência narrativa** que chega a fazer delas esboços de contos ou então partem de sugestões temáticas que nelas recolhem para a sua atividade de criação literária”; entretanto, o fato de “não constituir um gênero estritamente literário” fez que não fossem consideradas nesta breve pesquisa.

que se apresenta uma breve reflexão sobre o estado atual dos suplementos literários e da crítica literária veiculada por esse meio, e uma segunda parte, esta de caráter mais prático, em que se descreve a representatividade do *Caderno de Sábado* e de Guilhermino Cesar, antes da apresentação e da análise da crítica do professor. Um estudo que trate de suplementos literários pode, entre outros aspectos, reivindicar o lugar destas publicações semanais, de cunho formativo, na imprensa nacional, quer seja no formato impresso ou digital.

1 O suplemento e a crítica

A jornalista e antropóloga Isabel Travancas (2008), em seu estudo comparativo de quatro suplementos literários, dois brasileiros e dois franceses⁵, veiculados nos anos 90, assegura que, grosso modo, as quatro publicações se assemelham, visto que apresentam resenhas sobre os lançamentos de seu país. Para além das semelhanças e diferenças, o estudo de Travancas aponta duas tendências dos suplementos: a primeira é a de que “[se] caracterizam como uma expressão do mercado editorial” (TRAVANCAS, 2008, p. 300), ou seja, os suplementos constituem um meio para divulgação de novos livros, e a segunda tendência, a de que os jornalistas e intelectuais responsáveis pelos suplementos expressam “redes de sociabilidade” que exercem um poder de influência sobre os temas e títulos tratados. Por mais informal e assistemática que seja uma rede, não há como evitá-la, mesmo que o jornal, como no caso do francês *Le Monde*, organize grupos de consultores para sugestões de matérias.

Os eventos do mercado editorial, como as feiras literárias, são temas presentes nos quatro suplementos pesquisados por Travancas (2008) e, possivelmente, de toda publicação desse gênero, porquanto a imprensa tem o importante papel de divulgar os lançamentos, as sessões de autógrafos e demais atividades dos eventos literários. Nos suplementos dedicados às feiras, com mais frequência nos suplementos franceses, como observa Travancas (2008, p. 305), livros de um mesmo tema são analisados em conjunto, em uma única resenha, atendendo a duas demandas simultaneamente: a dos leitores interessados pelo tema, e a dos editores, já que o número de lançamentos é sempre muito maior do que o número de livros analisados nos suplementos. Cabe aqui um dado muito significativo, apresentado por Travancas (2008, p. 305): na França, são publicados mais de

5 A professora Isabel Travancas selecionou para sua pesquisa quatro suplementos de diferentes órgãos da grande imprensa. Do Brasil foram *Ideias*, do *Jornal do Brasil* e *Mais!*, da Folha de S. Paulo; da França foram *Les Livres*, do *Libération* e *Le Monde des Livres*, do *Le Monde*.

1000 títulos por mês (livros impressos), enquanto que no Brasil, a média é de 300 lançamentos por mês.⁶

Um contraste marcante entre a cultura brasileira e a francesa é referente aos meses de maior número de lançamento de livros, o que pode refletir como a leitura é considerada nos dois países: enquanto na França setembro e outubro, devido à volta às aulas, são os meses mais atribulados para as editoras, no Brasil, dezembro, por conta do Natal e das férias, é o período de melhores vendas. Cabe aqui uma pesquisa mais aprofundada, porém pode-se presumir indícios de que no país europeu a leitura esteja vinculada à retomada das atividades por parte de um leitor que busca informação, enquanto no Brasil, o livro seja tido como um presente para ser usufruído no período de férias, após o feriado natalino.

Travancas (2008, p. 309) destaca ainda a “lógica da notícia”, a qual justifica a subjetividade dos editores de suplementos na escolha de temas e no destaque dado às matérias, o que implica a inevitável falta de isenção, ou imparcialidade, de qualquer periódico, em qualquer contexto. Para a pesquisadora (2008, p. 309), uma obra é resenhada ou noticiada quando o autor já é famoso, se o tema é atual ou mesmo se a obra estiver vinculada a um evento importante. Esses três elementos determinam o espaço que a obra ocupará no suplemento: se será matéria de capa, tema de entrevista e/ou resenha ou se apenas constará na sessão de novidades. Mesmo reconhecendo o caráter subjetivo de toda seleção, Travancas assegura que os suplementos literários não constituem expressões de individualidades; entretanto, é evidente que representam as redes de sociabilidade, o que explica uma crítica sempre positiva dos livros resenhados: “Em minha análise dos cadernos, pude perceber como são raras as matérias, resenhas ou reportagens extremamente críticas ou negativas” (TRAVANCAS, 2008, p. 310).

A autora também faz referência à linguagem e às características dos textos dos suplementos: com exceção do encarte do *Jornal do Brasil*, que mantém uma linguagem jornalística tradicional, neutra, sem ser demasiadamente séria ou ousada, os demais suplementos analisados pela pesquisadora contrapõem-se ao padrão clássico do jornalismo e apresentam linguagem que pode variar desde mais refinada, com termos poucos comuns, até o uso de gírias e expressões coloquiais dirigidas para um público jovem. Os textos dos quatro suplementos analisados por Travancas (2008) são sempre

6 Com relação aos lançamentos divulgados pelos cadernos brasileiros, Travancas (2008, p. 306-307) insinua a possibilidade de haver a publicação de matérias pagas, dada a coincidência de os dois suplementos apresentarem comentários semelhantes sobre uma determinada obra, a saber, *O tesouro da Enciclopédia Britânica*, inclusive com o uso dos mesmos verbetes, pegos “aleatoriamente” para ilustrar a resenha.

mais extensos e complexos em comparação ao modelo de texto jornalístico. A capa ou a primeira página dos suplementos vão desde as mais sóbrias até as mais criativas, com desenhos gráficos e mesmo poesias. Quanto à publicidade de livros nos suplementos, Travancas (2008, p. 312) afirma que, no Brasil, o livro passou a ser considerado objeto de propaganda só mais recentemente, em comparação à França, o que coincide com o maior número de anúncio se campanhas publicitárias sobre lançamentos literários nos suplementos.

Entre semelhanças e diferenças, Travancas (2008) conclui que os suplementos, via de regra, não são mais palcos de discussões literárias como também não constituem o retrato fiel do mercado editorial, se é que seja possível existir tal retrato; contudo, para a pesquisadora, os suplementos representam uma visão do mercado, sob a perspectiva de uma determinada rede de sociabilidade composta pelos seus jornalistas e colaboradores. As resenhas são, portanto, comentários positivos e elogiosos de obras lançadas dentro dessa rede. No quadro atual e global, em que pese “a diminuição da leitura” e a “redução do espaço do livro na sociedade moderna” (TRAVANCAS, 2008, p. 313), é justificável - e louvável - que as resenhas incitem os leitores mais do que os desencorajem para a compra e leitura de um livro, fato que pode absolver a crítica de qualquer tipo de “apadrinhamento”, a que Travancas denomina “crítica de proteção” (TRAVANCAS, 2008, p. 313).

No que se refere ao teor da crítica literária, Silviano Santiago (2004, p. 162) denuncia o visível “divórcio entre literatura e imprensa escrita no decorrer do século XX” e convida escritores, professores universitários e acadêmicos a participarem, de forma sistemática, dos suplementos literários e das revistas de circulação nacional e internacional. Para este escritor e teórico, o gênero ensaístico que trata de temas da literatura peca pelo “excesso de pedantismo e de notas de pé de página” (SANTIAGO, 2004, p.157), enquanto a crítica literária propriamente dita “deixou de ser um exercício criterioso da razão e da sensibilidade” (SANTIAGO, 2004, p. 158) e tornou-se muito especializada, com indagações de caráter teórico-metodológicas.

Há três razões, segundo Santiago (2004, p. 158), que justificam o referido convite à participação na edição de suplementos: a primeira é a de que a colaboração de estudantes serviria tanto à causa do livro quanto à da imprensa, uma vez que enriqueceria o debate acerca de temas da literatura; a segunda é a de que a participação de universitários neutralizaria o peso do julgamento de valor, ou seja, serviria de meio-termo entre a crítica de especialistas e a do leitor comum; e a terceira razão diz respeito à necessidade de uma avaliação criteriosa da produção ficcional e poética contemporânea que esteja próxima do público, “mesmo com o risco de perda em parte do

rigor científico” (SANTIAGO, 2004, p. 159). Para Santiago (2004, p. 159), os universitários atuavam como “intelectuais públicos”, na tentativa de frear a desliteraturização da imprensa, ou seja, o distanciamento da literatura e do jornal.

Santiago (2004, p. 162) percebe que a imprensa escrita “nunca quis que o escritor e a literatura abandonassem completamente as suas páginas”, porém, essa separação é causada pelos especialistas que contestam a crítica baseada no gosto e na opinião de intelectuais sem formação acadêmica (ou crítica superficial, como é referida) e defendem a crítica com base nas grandes teorias e metodologias do século XX, como o formalismo russo, a estilística, a nova crítica, o estruturalismo, entre outras.

Silviano Santiago (2004, p. 163) destaca o valor da imprensa para a divulgação da obra literária e vê como positivo o surgimento dos suplementos literários na década de 40, veiculados nos finais de semana, os quais abrigavam uma “excelente geração de intelectuais *sem* formação universitária especializada em literatura” (SANTIAGO, 2004, p. 163, grifo nosso).

São dois os pontos significativos que o teórico destaca com referência aos suplementos literários: o primeiro, a diferença entre os termos “complemento” e “suplemento”, enquanto aquele refere-se a uma parte (indispensável) de um todo, este indica o acréscimo de um elemento a um todo já completo, o que caracteriza genuinamente o enfoque de um encarte que se propõe a reflexões sobre a arte literária; o segundo ponto é em relação à forma de como o leitor encara a literatura, uma atividade prazerosa vinculada à disponibilidade de tempo de que o “leitor burguês” (SANTIAGO, 2004, p. 163) dispõe apenas nos finais de semana.

Santiago (2004) alega que o surgimento da Teoria da Literatura nas Faculdades de Letras exigiu, da produção crítica e ensaística dos colaboradores não especializados, um rigor teórico que “serviu para esvaziar de vez a grande imprensa duma contribuição, talvez aqui e ali um pouco manca, mas sempre de muito boa qualidade” (SANTIAGO, 2004, p. 165). As considerações deste teórico brasileiro, um dos mais eminentes na atualidade, descrevem o contexto da crítica e da teoria literária na imprensa nos dias de hoje: uma crítica que se beneficia da sistematização teórica, porém que se afasta do público leitor. O grande desafio para escritores, professores e universitários, segundo Silviano Santiago (2004, p. 167), é realizar uma “leitura crítica – no espaço do jornal e da revista - das obras contemporâneas pelo viés da qualidade, leitura empenhada na vida e sobrevivência cotidiana da arte”.

Reconhecendo a importância de uma geração de escritores e pensadores brasileiros que fazia crítica literária de boa qualidade sem ser es-

pecializada, Santiago (2004) propõe que sejam realizados estudos sobre os textos de crítica e de literatura produzidos por essa geração para que sejam apresentados aos universitários de hoje e para que sirvam de modelo para novas críticas. O teórico acredita e deseja que a imprensa e a revista possam proporcionar “o espaço indispensável e generoso para o pensamento criterioso e opinativo” (SANTIAGO, 2004, p. 166), através de textos inteligíveis para os leitores que não circulam nos meios acadêmicos.

Ancorado nas ponderações de Silviano Santiago (2004), o presente artigo analisa textos críticos de Guilhermino Cesar que, embora professor universitário, parece fazer parte da geração que escreve sobre temas literários, sem distanciar-se do leitor comum. Antes da análise de suas resenhas críticas, porém, é preciso que seja feito um breve histórico tanto do jornal quanto do colaborador que, segundo Maria do Carmo Campos (2010), a partir de 1971, passa a assinar uma página semanal no suplemento *Caderno de Sábado* do jornal *Correio do Povo*, em Porto Alegre – participação mantida periodicamente por dez anos.

2 *Caderno de Sábado*, Guilhermino Cesar e sua crítica

Fundado em 1895, o jornal *Correio do Povo*, segundo informam Golin e Cardoso (2009), diferencia-se de periódicos político-partidários e de pasquins que circulam em Porto Alegre nas décadas derradeiras do século XIX, devido ao fato de ser uma publicação de notícias, literária e comercial. Nesse sentido, desde o início, o “*Correio*” apoia práticas do campo artístico e cultural, publicando seções, páginas ou mesmo suplementos dedicados à cultura. Nos anos 60, como ocorre para a maioria dos jornais brasileiros, o número de leitores aumenta, ampliando, por conseguinte, a circulação do *Correio do Povo*. Nessa perspectiva de crescimento e a exemplo dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*⁷, é lançado, em 30 de setembro de 1967, o *Caderno de Sábado*, um suplemento cultural de 16 páginas que substitui as duas páginas literárias semanais do tradicional periódico porto-alegrense. O propósito do novo suplemento é a divulgação de expoentes das letras nacionais, bem como da produção intelectual oriunda das universidades.

Guilhermino Cesar, natural de Eugenópolis, Minas Gerais, já aos 21 anos, dirige, na capital mineira, um periódico modernista, publicado durante o ano de 1929, o *leite criôlo*⁸, que, segundo Duarte (2011, p. 6), torna-se

7 O jornal *Estado de S. Paulo* veicula o *Suplemento Literário* e o *Jornal do Brasil*, o *Suplemento Dominical*.

8 Opta-se por registrar o nome da publicação em minúsculas, posto que, conforme Duarte (2011, p. 6), é dessa forma que aparece na documentação.

uma espécie de suplemento dominical do jornal *Estado de Minas*, ocupando de um quarto a meia página do jornal. Para Almeida (2008, p. 12), o *leite criôlo* marca o início da carreira profissional de Guilhermino Cesar que, formado em Direito no ano de 1932⁹, atua na imprensa e na política mineira, leciona na UFMG e, em 1943, muda-se para o Rio Grande do Sul para assumir o cargo de Chefe de Gabinete do Interventor Federal, na época o Cel. Ernesto Dornelles. Em Porto Alegre, em 1953, é Secretário da Fazenda do Estado, e, mais tarde, após uma estada de dois anos como professor de Literatura Brasileira na Universidade de Coimbra, Guilhermino Cesar retorna a Porto Alegre onde, em 1972, funda o curso de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. Guilhermino Cesar ministra cursos de literatura e orienta dissertações de Mestrado em Literaturas da Língua Portuguesa, como informa Maria do Carmo Campos (2010).

No *Caderno de Sábado*, Guilhermino Cesar publica textos sobre temas que variam entre literatura e história. Dos 52 textos publicados entre janeiro de 1980 e janeiro de 1981, o último ano de circulação do suplemento, 28 abordam questões da literatura, 23 são da História Brasileira e seus personagens, e há um texto *sui generis*, um “artigo desabafo”, assim denominado pelo autor, que poderia ser classificado como memorialístico ou autobiográfico. Constitui o corpus desta pesquisa, portanto, os quatro dos 28 textos sobre literatura que constituem resenhas críticas de narrativas ficcionais brasileiras. Vale salientar que o resenhista também analisava publicações poéticas, traduções de cânones da literatura internacional, bem como livros sobre História e sobre Teoria Literária.

Segundo Vivian Albertoni (2010, p. 298), o catedrático “utilizava-se do espaço – página inteira em formato tablóide – para trazer à tona assuntos que [...] deveriam interessar os seus leitores”. Para fins práticos. Este estudo limita-se às resenhas de dois romances¹⁰, de uma novela e de um livro de contos, todos de autores brasileiros, lançados entre 1979 e 1980. É objetivo desta pesquisa analisar os textos de apreciação crítica de Guilhermino Cesar para identificar se (e de que forma) este colaborador do *Caderno de Sábado* corresponde à geração de intelectuais descrita por Silviano Santiago (2004) e para a qual a crítica especializada de hoje deveria voltar-se.

Três dos quatro livros cujas resenhas são abordadas neste trabalho são de autores gaúchos¹¹: *O louva-deus*, de Antônio Carlos Resende, texto crí-

9 Os dados biográficos de Guilhermino Cesar constam na introdução do livro que reúne artigos sobre o catedrático, organizado por Maria do Carmo Campos (2010).

10 Guilhermino Cesar refere-se à obra de Lya Luft, *As parceiras*, como uma novela; para fins deste trabalho, a obra será referida como romance.

11 Para poder-se afirmar que Guilhermino Cesar priorizava os escritores gaúchos, é

tico publicado em 26/1/80; *As parceiras*, de Lya Luft, texto crítico publicado em 2/8/80; e *O cego e a bailarina*, de João Gilberto Noll, texto crítico publicado em 3/1/81. O único escritor de fora do estado do Rio Grande do Sul é Fernando Sabino, cujo romance *O grande mentecapto* é analisado pelo crítico Guilhermino Cesar no *Caderno de Sábado* em 5/1/80.¹² A escolha por representantes da literatura sul-rio-grandense pode ser uma coincidência ou pode retratar a rede de sociabilidade sobre a qual Silviano Santiago (2004) reflete em seu artigo.

O ponto central da análise do segundo romance de Fernando Sabino, *O grande mentecapto*, é a verossimilhança, ou, nas palavras de Guilhermino Cesar, a “semelhança do imaginário com o ser de carne e osso” (CESAR, 1980b, p. 3). Viramundo (personagem central da trama) é tido como uma personagem à clef, ou seja, como “um tipo popular de Belo Horizonte, ex-seminarista em Diamantina” que teria sido “um modelo vivo para essa divertida história que está movimentando as livrarias do Brasil” (CESAR, 1980b, p.3). Já nesta introdução, vê-se o cuidado de Guilhermino Cesar em usar termos específicos dos estudos literários, mas com explicações para público comum. Em sua “conversa” com o leitor, o crítico utiliza a linguagem informal como em “*O grande mentecapto* tem posto muita gente de *pito aceso*” ou “Os Viramundos e os Quixotes são o *sal da terra*. No dia em que faltassem, *estariamos fritos*” (CESAR, 1980b, p.3, grifo nosso). Uma expressão talvez lírica, que reflete os costumes da época, é utilizada por Guilhermino Cesar para referir-se ao Ano Novo: “Vejam o que acontece por aí além, nessa quadra do ano em que *mudamos a folhinha*”¹³ (CESAR, 1980b, p. 3, grifo nosso).

Porém, o literato é um especialista e, neste texto em particular, cita uma lista de autores, obras e personagens que, além de enobrecer a sua apreciação crítica, revelam a *expertise* do literato. As três personagens de Cervantes, D. Quixote, Dulcineia e Sancho Pança, o Conselheiro Acácio da obra *O Primo Basílio*, de Eça de Queirós, o amanuense Belmiro, do livro homônimo de Ciro dos Anjos, ou Capitão Rodrigo, de *O tempo e o vento*, de Érico Veríssimo, são os primeiros exemplos usados por Guilhermino Cesar para provar que “todo leitor, medianamente sagaz, dono de alguma informação literária, faz operação idêntica, isto é compara o lido com o vivido” (CESAR, 1980b, p. 3). Há aqui dois pontos interessantes a serem observa-

necessário que se pesquise um maior número de suplementos do *Caderno de Sábado*, de anos anteriores a 1980, o que não corresponde à proposta desta pesquisa.

12 Os textos críticos de Guilhermino Cesar, acerca das quatro obras literárias mencionadas, encontram-se reproduzidos em anexo, ao final deste artigo.

13 “Mudar a folhinha” significa a troca de ano; era comum as famílias terem calendários de parede (vulgo, folhinhas) expostos em suas casas.

dos: o primeiro é que o crítico não cansa o leitor com uma lista completa de obras, autores e personagens, mas trata as personagens como se já fossem conhecidas do público; o segundo ponto é o uso de expressões provocativas que incitam o leitor à leitura de outras obras, além daquela que está sendo resenhada; expressões como - “[leitor] *medianamente* sagaz” ou “dono de *alguma* informação literária” (CESAR, 1980b, p. 3, grifo nosso).

A lista é ampliada com outras personagens da literatura nacional e internacional como Harpagão (de *O avaro*, de Molière), Bouvard e Pécuchet e Madame Bovary (das obras homônimas do francês Gustave Flaubert), Thérèse Desqueyroux (da obra homônima de François Mauriac), o Barão de Charlus (de *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust), Dr. Simão Bacamarte (de *O alienista*, Machado de Assis) e Capitão Vitorino (de *Fogo Morto*, de José Lins do Rego). A tese defendida pelo crítico, ao citar essas personagens, é a de que todas elas são baseadas em pessoas reais: “Eu, que tenho pouca fantasia, topo diariamente com Harpagão, Bouvard e Pécuchet, Madame Bovary e outras madames menos pecaminosas [...] E quanto ao Charlus, de Proust [...] ele já se tornou vulgar demais neste planeta” (CESAR, 1980b, p. 3).

Guilhermino Cesar, em uma perspectiva mais especializada, afirma que o segundo romance de Fernando Sabino tem “todos os requintes da picaresca novecentista” (CESAR, 1980b, p.3) e, em seguida, explica que se trata de “um gênero renovado, superior ao dos tempos do Classicismo, porque o ficcionista de hoje dispõe de um instrumental psicológico mais rico, sobretudo tendo-se em vista a lição de Freud [...]” (CESAR, 1980b, p.3). Nota-se, novamente a preocupação do crítico em informar o público não especializado sobre como se dá a referida volta aos Clássicos.

Guilhermino Cesar ainda cita Sílvio Romero e alude a poemas de Mário de Andrade (*Eu sou trezentos...*) e Oswald de Andrade (*Ocaso*), demonstrando seu conhecimento de textos de outras vertentes da literatura. Ao mencionar o romancista Léon Bloy e *O Mito de Sísifo* de Alberto Camus, referente à filosofia do absurdo, Guilhermino Cesar preconiza que “a rebelião chefiada por Viramundo, nesse romance de *leitura fácil*, que entretanto *faz pensar*, denuncia uma sede de justiça [...]” (CESAR, 1980b, p. 3 grifo nosso). Ou seja, a loucura de Geraldo Viramundo e de tantas outras personagens literárias, aparentemente insensatas, revela uma questão mais profunda, em um nível social ou psicológico.

Este primeiro texto crítico de Guilhermino Cesar, por si só, já dá conta de vários aspectos a que se propõe esta pesquisa: trata-se da resenha de um especialista, com referências que enriquecem seus argumentos, mas ao mesmo tempo de uma leitura acessível. Pelas ponderações de Travancas

(2008), a crítica do livro *O grande mentecapto* é positiva, porque procura motivar o público para a leitura da obra, como também são positivas as outras três resenhas analisadas neste trabalho.

A crítica da novela do gaúcho Antônio Carlos Resende, *O louva-a-Deus*, inicia com uma referência à carta de Graciliano Ramos a Oscar Mendes, escrita em 1935, na qual o autor de *Vidas Secas* posiciona-se contra a ficção engajada ou à literatura como instrumento político. Graciliano Ramos, cuja opinião é comparada a “dos maiores teóricos da Literatura, de Platão a Lúkacs” (CESAR, 1980c, p. 3), afirma querer mudanças, mas não aceita o uso de romances, contos e novelas como espaço de propaganda política. Guilhermino Cesar aponta que Resende, no terceiro livro de uma suposta trilogia erótica ou ciclo sobre o erotismo, “tem se colocado numa linha ficcional que tanto refuga o romance-reportagem quanto o romance-propaganda” (CESAR, 1980c, p.3). Guilhermino Cesar ainda comenta sobre as personagens resendianas que “pertencem ao comum das gentes” (CESAR, 1980c, p.3), mas que estão “cheios de vida interior” (CESAR, 1980c, p. 3) e esclarece: “Explicando-me com outras palavras, quero dizer que Resende dosa habilmente a realidade e a fantasia, sexo e amor, ansiedade e obnubilação do espírito, o vulgar e o excepcional” (CESAR, 1980c, p. 3). Para o crítico do *Caderno de Sábado*, o escritor Antônio Carlos Resende tem o senso da medida sem descair para o grotesco ou para o pornográfico. Pela “finura de análise”, que se distancia de um “psicologismo gratuito, de gabinete” (CESAR, 1980c, p. 3), a escrita de Resende é ainda apreciada por sua precisão, por contar em poucas páginas “uma novela dessa expressão” (CESAR, 1980c, p. 3).

Demonstrando mais uma vez seu conhecimento da literatura internacional, bem como sua preocupação com o leitor, Guilhermino Cesar afirma:

Se algum paralelo fosse aqui necessário, eu diria então que Resende se inclina para o lado de Flaubert, ou seja, para aquele inesquecível Frédéric Moreau. E isso significa dizer que temos, nesse sul-rio-grandense que infelizmente ainda não teve lá fora a merecida projeção, um escritor sensível, provido de malícia e de bom gosto. (CESAR, 1980c, p. 3)

A terceira das quatro resenhas de Guilhermino Cesar que compõem o corpus deste estudo aborda *As parceiras*, o primeiro livro de Lya Luft, “escritora inteligente e sensível” (CESAR, 1980a, p. 3). Embora refira-se ao ro-

mance como “a novelinha de Lya” (CESAR, 1980a, p. 3)¹⁴, Guilhermino Cesar elogia seu fluxo narrativo, “interessante do início ao fim” (CESAR, 1980a, p. 3) e comenta: “Li-o de uma assentada. Isto, por si só, não constitui elogio, eu sei [...]” (CESAR, 1980a, p. 3). Nesse ponto, o crítico indica a qualidade mais significativa da narrativa do livro de Lya Luft: um drama com “o cunho de universalidade, como ocorre via de regra na melhor ficção ocidental”. As *parceiras*, segundo Guilhermino Cesar, apresenta “personagens romanesecas insatisfeitas” em duas “modalidades de frustração” (CESAR, 1980a, p. 3), na maternidade e no amor, “algo que pode ser ouvido e apreciado em qualquer latitude” (CESAR, 1980a, p. 3). Nesta resenha, o crítico aprecia a escrita direta e clara da romancista estreante e aproveita para fazer referência aos que ousam imitar a escrita difícil de cânones como Thomas Mann, Prost, Guimarães Rosa, Joyce, Kafka e Borges. Guilhermino Cesar argumenta que esses autores não devem ser imitados: “Chega, gente, de copiar o não copiável. Por que não se voltam vocês para dentro da vida, [...]?” (CESAR, 1980a, p. 3)

Dos quatro lançamentos, o que mais surpreende o crítico é, sem dúvidas, o livro de contos do então estreante João Gilberto Noll, *O cego e a bailarina*. Guilhermino Cesar inicia seu texto refletindo sobre o corpo e a alma, contrastando as ideias de Descartes e Spinoza. O ponto aqui é que o corpo está em voga, “o prazer como sumo bem está implícito em tudo – economia, política, religiões, letras e artes [...] é a proliferação dos corpismo” (CESAR, 1981, p. 3).

Após essa reflexão, Guilhermino apresenta impressões mais específicas sobre a obra de Noll: contos breves, narrados de forma que “arrastam o leitor aos meandros mais inesperados sem chocar, desiludir ou enfasiar [...]” (CESAR, 1981, p. 3). Ao terminar cada conto, o crítico confessa que se sentia “na obrigação de repensá-lo todo, voltando ao princípio e relendo-o de imediato, como [sic] receio de perder algo. Raramente me acontece isso. Que será? [...]” (CESAR, 1981, p. 3).

O corpo é personagem nos contos de Noll, porém, “nos momentos que a moral comum considera mais crespos, a superioridade do narrador se impõe [...]” (CESAR, 1981, p.3), evitando que se transgrida o limite entre a arte e a vulgaridade. Guilhermino Cesar compara Noll a L.W Laurence no que tange ao prazer do sexo: uma conjunção carnal que responde às neces-

14 O uso do diminutivo ao referir-se à novela *As parceiras*, única das quatro obras do *corpus* escrita por uma mulher, pode soar como um certo desprezo do crítico. Esposa, à época, do conhecido gramático Celso Luft, a escritora circulava no meio literário há mais de 15 anos, o que pode representar um sentimento afetuoso, sem que por ele deixe de perpassar a suposta hegemonia do gênero masculino.

sidades humanas. Parafraseando Machado de Assis¹⁵, Guilhermino avalia: “[...] arrisco-me a afirmar que o sexo é bom; a sexomania é que avilta o corpo, levando a arte à pornografia” (CS, 3/1/81).

Neste último suplemento do *Caderno de Sábado*, informação da qual talvez Guilhermino Cesar não estivesse ciente ou ao menos não a explicita, o crítico faz um comentário derradeiro, que muito deve ter enaltecido o escritor novato: “se o ano de 80 não nos tivesse dado outros bons livros, bastaria o de João Gilberto Noll para marcá-lo com uma pedra branca” (CE-SAR, 1981, p. 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há quem classifique os textos de Guilhermino Cesar publicados no *Caderno de Sábado* como crônicas, e não como textos de crítica literária, pelo fato de dispensarem o rigor científico, “adotando um tom mais próximo do lírico e do coloquial” (ALBERTONI, 2010, p. 298). Para Vivian Albertoni (2010), as crônicas do colunista da página três do *Caderno de Sábado* possuem dois elementos essenciais: a credibilidade e a pessoalidade. Através de seu didatismo e do uso de recursos linguísticos para compor um estilo leve e bem-humorado, Guilhermino Cesar aproxima-se do leitor e constitui-se um formador de opinião. Albertoni (2010), porém, sugere que os textos deste professor configuram crônicas e, portanto, representam uma crítica *não especializada*.

Contudo, não se trata de crítica superficial: quem não fica instigado a ler os quatro livros analisados por Guilhermino Cesar? Ou ainda a ler os textos basilares referidos pelo respeitado intelectual? Dada a análise das quatro resenhas, existem dois pontos que devem ser aqui defendidos. O primeiro deles é em relação ao gênero do texto: o termo “crônica”, que descreve desde textos de opinião até textos ficcionais, é tão vago e abrangente que parece não contribuir para a compreensão dos textos de Guilhermino Cesar, tampouco para a prática da crítica literária em suplementos.

O segundo ponto, refere-se ao caráter não especializado atribuído às resenhas de Guilhermino Cesar: não é porque não reportam explicitamente a teorias e metodologias da literatura que os textos deste professor não possam ser classificados como crítica especializada. Para além dos cânones citados, em cada um dos quatro textos, Guilhermino Cesar apresenta questões que hoje, trinta anos mais tarde, ainda são debatidas

15 Ao censurar o naturalismo de Eça de Queiroz, Machado de Assis comenta: A realidade é boa, o realismo é que não presta para nada. (cf. CS, 3/1/81)

por escritores, professores e estudantes. Em *O grande mentecapto*, o crítico discorre sobre o tema da verossimilhança, sobre a dicotomia entre o real e o imaginário; no texto sobre o livro *O louva-a-Deus*, Guilhermino critica o romance-propaganda, o romance que coloca questões políticas acima das literárias; por meio do livro *As parceiras*, argumenta em favor de temas que independem de época ou nacionalidade para sua leitura, que falam das mazelas da existência humana, os chamados temas universais; por fim, pelo livro *O cego e a bailarina*, Guilhermino Cesar alude à desautomatização da forma e aos novos efeitos estéticos proporcionados pela leitura dos contos de João Gilberto Noll.

Embora não se refira a teorias, o texto crítico de Guilhermino Cesar parece corresponder tanto à gênese do suplemento literário quanto às expectativas do público, uma vez que proporciona a formação cultural do leitor. É provável que este colaborador do *Caderno de Sábado* estivesse mais interessado em (in) formar o leitor, levando-o a ampliar seus conhecimentos em literatura, e menos em buscar teorias que legitimassem a sua apreciação crítica. De acordo com Silviano Santiago (2004), este deve ser o perfil dos escritores, professores e acadêmicos nos suplementos de jornal: não se trata de diminuir a qualidade da crítica, mas de aproximá-la do público que hoje, apesar de exigir textos mais enxutos, ainda vê a imprensa como um meio para o seu desenvolvimento intelectual.

REFERÊNCIAS

- ALBERTONI, Vivian. Guilhermino Cesar e o Caderno de Sábado do *Correio do Povo*. In: CAMPOS, Maria do Carmo (Org.). *Guilhermino Cesar: memória e horizonte*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.
- ALMEIDA, Marlon Mello de. *Itinerário poético de Guilhermino Cesar*. Tese. (Doutorado em Literatura Brasileira) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <livroso1.livrosgratis.com.br/cpo90019.pdf> Acesso em: 29 out. 2016.
- CAMPOS, Maria do Carmo (Org.). *Guilhermino Cesar: memória e horizonte*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.
- CESAR, Guilhermino. Notas para desenvolver. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 jan. 1981. Caderno de Sábado, p. 3.
- _____. Para ser admirado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 2 ago. 1980. Caderno de Sábado, p. 3.
- _____. Viramundo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 5 jan. 1980. Caderno de Sá-

bado, p. 3.

_____. Uma trilogia. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 jan. 1980. Caderno de Sábado, p. 3.

DUARTE, Miguel de Ávila. Leite criôlo: da rede modernista nacional à memória monumental do modernismo. 224 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) -Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECAP-8J2QJ4/leite_cri_lo_da_rede_modernista_nacional_mem_ria_monumental_do_modernismo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 out. 2016.

GOLIN, Cida e CARDOSO, Everton Terres. Enciclopédia para formar leitores: A cultura na gênese do Caderno de Sábado do Correio do Povo (Porto Alegre, 1967-1969) *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p.137-151, dez. 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/2647/1687>>. Acesso em: 29 out. 2016.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina. *Dicionário de narratologia*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2011.

SANTIAGO, Silviano. A crítica literária no jornal. In: _____. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

TRAVANCAS, Isabel. O livro no jornal – suplementos literários franceses e brasileiros na década de 1990. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 299-315.

ANEXO A

Imagem 1 – Crítica do livro *O grande mentecapto*



ANEXO B

Imagem 2 – Crítica do livro *O louva-a-Deus*

Uma Trilogia

Guthrie & Wilson 2001, 2002)



se com a naturalidade que lhes
pelo nosso alibi, os membros
incluídos alguns realmente polí-
ticos e outros apenas — e nos
tudo com o intuito de que-
bra de segurança e sistema de
controle.

[illegible][illegible][illegible]

Imagino o trabalho que uma novela desma expulso, sem um pouco de ritmo apenas com o pouco plágio, deve ter dado ao autor. Aquelas que a leitura dos castanheiras, com fúria de uma praça, mal imaginaria isso. O certo, porém, é que, com isso, Glória nos deu um exemplo de uma obra madura, de uma valiosa intelectual que a leitura de outros frutos da presença e da passada eresia. A prova de Antônio Carlos Renauldo é a substância que a publicação trazem do efêmero. Quando mais o tempo passa, mais será lembrado.

[illegible][illegible]

Então, enquanto, a personalidade reza, algumas contínuas algo novo para nós, sobretudo nestas "bandas do Sul". A fim de análise, nesse autor, sem cair no psicologismo gratuito do gabinete, jamais reflete à vida e suas contínuas naturais, ou, pela existência de peculiar, dela serve, com avidez, as pessoas minúsculas da guerra moral. Interpretando a linguagem erética impetiva nos pequenos gestos, nas palavras distorcidas, nos contos mais pessoais, e com isso construído de uma forma não lauta de angústia e privacidade.

Explicando-me com outras palavras, quero dizer que Rondonista habita a realidade e a fantasia, sexo e amor, anedotal e simbologia do espírito, o vulgar e o excepcional. No entanto, a docilidade de sua pessoa não perde a linha do rumo. O sábio não se encrenha, não tem a intenção de "suavizar" a leitura, a fluir verbal co-

[illegible]

Graciliano, homem de uma
contabilidade pavorável, assim penma-
ta, sem embargo de postular, insis-
tente e honesto, uma razão íntima
para a sua situação. Lembra-se, por-
tando, a Duca Mendes: "O
que não que nenhuma razão
de fato tem que as coisas mi-
nem, embora me pareça que inte-
rior me tira alguma coisa, mas
que eu não trabalho me dá
um se eu não tenho que sempre
agora agora [...] Não sou
vário, não poderia fabricar um
objeto docemente. Faria
fritas, com dificuldade, com
frescura e vontade. Mas ho-
meio se romancearia, que
meio se uma espécie de litera-
tura, de um dia, russo, tradução
francês, brasileiro. Junto da
diária serviram as minhas le-
aprendida no livro em que
estudava Bachelard [...] que a revolução se dá."

...a fim de seus dias o grande
...nho não mudou de equi-
...muitas vezes, descobri-
...no seu banco da Livraria
...Alípio, a Rua de Ouré-
...de seus vizinhos mais po-
...do al e podem confirmar o
...a dign. De resto, nada de
...tente nesta posição, a mo-
...acharam outros cidadãos
...universal; e que não es-
...ento é que tais conceitos
...mitidos por um adepto de
...mo.

...e ninguém o dirá
...seu pensamento como
...a coisa, e admito que
...ver uma romãça entre
...alocaz, acima do objetivo
...os interesses do partido
...da economia. Normal-

Escreve no Rio Grande do Sul
uma revista que se tem colocado
numa linha fiscal que tanto re-
põe a liberdade-reportagem quan-
to a liberdade-propaganda, e re-
torna o artigo de Jundia. E Antônio
Carlos Romêdo, Arara de publicar
na "revista" novela, "O Louca-
do", uma e qual completa, por-
tando dizer, um ciclo sobre a cro-
nista. As duas primeiras obras, já
conhecidas nesta página, "Magra-
ria não Muir", as Pernas Solidas,
e "O Rapax que Suava".
Lado Direito com esta novela
articular, formando uma tri-
de original nas letras contemporâ-
neas do País. Faltando metalingua-
gem, mesmo aqui uma festa, u-
sando a linguagem, goza de toda

ANEXO C

Imagem 3 – Crítica do livro *As parceiras*

Para Ser Admirado

Guilhermino Cesar



aria e segura (de corações) do que qualquer outra coisa parecida com o humano. A fé muda contra a forma.

Sobretudo, noto um barroquismo estilizado nada espontâneo, algo de fora para dentro, que pode ser tudo, mas significa tanto mais, em evidência, para insinuação da "sua" "ênfase". — de Prout, de Guimarães Rosa, de Joyce, de Kafka, de Borges, Congo, gente, o implacável não cede. Por que não se vê em você para dentro da vida, por que não se embrenha em si humano, sem distorção numa época de tantos mascarados, de tanta travestis?

[illegible]

De qualquer modo, porém, o que mais me fez a refina, nestas páginas, é a análise frutífera. Um crítico exigente diria: mas não é nenhuma novidade; bem ou mal, todas as personagens romanesco são frustradas. Sem desajuste psicológico não haveria romances, nem novelas, nem conto. O que de mais exemplar, no caso, é a preocupação de Amêlio, a personagem que narra. O seu horizonte cultural de mulher comum, sem fúcos literários (que dizes, com razão) para dar verossimilhança ao enredo.

torná-lo uma verdadeira obra. Se em lugar disso Liza me apresentasse uma Anacleto telegrafante, perseguido pelas demônios da vida e mãe de sua viúva feminina e familiar, quero dizer que não, talvez, talvez chegados a formular outro livro, talvez não fosse possível, da sua vida. Mas não, Anacleto escreve numa linguagem desafiada, embora adonadamente artística. Vejamos este parágrafo, por exemplo, ao acaso:

"Eu lembrava e sentia que Vania ficava ao maridm casual, sem filhos, semia. Ha ela leveu dentro Vania e eu pareciamos frutos normais, inteiros, sadios. Vagabundo que havia estas coisas, a desgraça minha, traição, de mãos dadas com a gente, compunha-se incrivelmente, tudo dera errado. Comigo não da não dera, eu tinha sorte, tinha marido, trabalhava, corpo forte. Empurrava os fantasmas para o canto, pensava em ser pai os filhos, muitos, e então poderia botar a língua para todas as bridades novas e antigas teria vida."

Qu'est-ce brecho em que a mocinha-família narra a sua solidão.

[illegible]

— "Eu sempre achava que não era uma família como as outras. Minha mãe bem mais velha do que eu, achava graça quando eu perguntava se não éramos mais irmãos. Dava risada, fazia ar superior, me chamava de bobo. Eu era a "boboca". Vela tinha suas amigas, uma moedinha que gostava de ser, com quem se fiava na hora de ir, fazendo bato, dando risadinhas, comendo coisas de que nunca pude participar. Nem dormíamos no mesmo quarto como os outros irmãos. Ela ficava sozinha, com meus dois irmãos e meus."

[illegible]

A gente lê cada vez mais, neste momento da volta e lanceio de tanto paguemos, mas as boas novelas são cada vez mais raras. Uma boa novela, não, mas as novelas e contos dignos um bom momento. Castro Alves diria: em se diz respeito do Ofício. E contemporaneamente, por saber disso, a maioria das Escolas Flutuantes prefere os poemas longos, ou quase a tentação da galateia deitada no chão-limpo.

depois de um primeiro lance, a obra não levanta o nível de nossas preocupações literárias, mas o leitor pode perceber a intenção e o cultivo. Os latinos acham muita graça em "Um São João de Povo" de Ulysses, os romances camaleões de Perceira, e os poemas de não querer que alguma coisa não seja, e não quer que a vida em Montanha Maçã, de Thomas Mann, os trabalhos de Herbert Caro, agora, o tratamento mental brasileiro, muito mais a salutar do Rio anda tão longe da realidade. Logo em "O Livro" que ela acaba de lançar, a autora brasileira, na mais de quatro centenas de páginas, dá uma ideia de como se sente impregnado. Entretanto, o leitor não se esqueça da Poesia Completa de Jorge de Lima, uma novela — como se diz — de respeito, e a obra de uma artista bem no seu dia, e, aliás, da sua vida.

[illegible][illegible]

Na minha "literatura" na ficção brasileira hoje, quero dizer, o moderno ficção de cunho "moderno", preocupado em linguagem, chega a cansar. Não supor, a Deus, essas formas de efeito mais duvidoso. Estou em dizer que há memórias desvirtuadas do papel impresso, mais

ANEXO D

Imagem 4 – Crítica do livro *O cego e a dançarina*

Notas Para Desenvolver

Gilhermes Cesar

1 O corpo é a espetáculo

Del Răs. nou a literaturii române, care a
mai mult decât atât, de la sine, adevărată repre-
zentare, pare să fie cea mai bună și
cea mai bună din toate.

... os cartilagos e consideravam, ao mesmo tempo, uma "extensão" que seria, em certo modo, a qualidade primeira da matéria. E a que encama do corpo, o pensamento, a reflexão? Isso seria, segundo ainda o mesmo Descartes, outra substância, a da alma; enquanto a Spinoza, de maneira mais subjetiva, considera que a "extensão" não passa de um atributo da substância absoluta que é o Deus.

De qualquer modo, enquanto a filosofia, os antigos, os filósofos se afixam, em busca de uma fórmula para solver o enigma, o tal e que hoje, mais do que nunca, o corpo enquanto invólucro, enquanto modo de representação, está na ordem do dia.

EXCERNO, na vida torrenciosa mais camaleão
que nunca, em suas artes plásticas. Curioso-
mente, tal se dá na sua obra mais recente.
Os painéis, por exemplo, lá não interpretam
figuras, contêm-se com os cromatismos de
uma paisagem, de um espaço. Tal como
ocorre na poesia, algumas vezes. A sim-
plicidade cadente, agudamente estudada por Ama-
rio de Oliveira, no caso de Neruda, só não o demor-
tizava, porque a poesia de Neruda é uma poesia
de relevância emergente justamente da vida
sofista, da vida convulsiva, de uma (defini-
ção) de vida. Quer dizer, esse tipo de comu-
cação leva a uma poesia que não se dá em
pedaços fragmentários, a quantidades desarticu-
ladas. Portanto, certa antinomia, ali predo-
minante, na poesia de grande chileno, de
grande poeta, de grande artista. Quer dizer,
Quer dizer, malgrado sua força, seu poder
de intuição, essa é uma poesia que se en-
foca na inteligência mas se aprofunda na ex-
periência. Quer dizer, quer dizer, quer dizer,
está muito ali próprio corpo, embora queira
estar muito perto dele.

[illegible]

Vivemos numa sociedade neo-neoconservadora em que a cada vez maior gira uma linha de cinto positivamente mais estensa do que na era de Apolodoro ou de Lucrécio. O prazer como sumo bem está implícito em tudo — economia, política, religião, letras e artes. Liga a esta vertente a ansiedade com que o homem de agora ruína em torno de si objetos de mais desvairada serrenidade. Estabelece para si próprio uma visão "cosmológica" de

segundo, faz que se observe ali os países pouco desenvolvidos, como o Brasil, mas, ao fim de tudo isso, que de perto se entende com a mecânica do lucro corrente a sociedade industrial, o que mais nos chama a atenção é a proliferação da "corrupção" nas instituições.

Propõem esta palavra para se entender uma volumosa corrente moderna. A literatura que trata do corpo, segundo parece, não se confunde, porém, de nenhum modo com o Naturalismo obscenidade. Este via, sim, para a pintura artística do corpo, no argumento das aberrações, uma forma de contestar a moral vigente. O naturalismo de Zola inspira em sua oferecer a visão "germânica" do sexo, e a mesma se pode dizer de Rabelais, Maupassant, e autor das *Novelas Galileanas*, que deu origem ao vocábulo "massuquismo". Vejam também o inesquecível Marquês de Sade em cuja obra a psicologia sexual moderna sofreu numerosas vezes para ilustrar sua

Mas o assunto não se esgota aí. Ao progressivo desvelamento do corpo parece responder-se, se não estou enganado, certo desrespeito à integridade do próprio. Não se vê a violência urbana, a facilidade com que se mata e agride, uma consequência disso? Falem os entendidos.

De uma ou de outra forma, estamos diante da glorificação do corpo. As telas nuares consagradas acabam-se em crise. Por sempre, ou até quando? Não sei responder. Mas tudo isso, restando mais feixe de perplexidades, poderá significar, muito simplesmente, que a esta altura alguém já deve andar pensando em reunir uma "assembleia" especial presidida pelo índio Juruna para aprovar uma "Declaração Universal dos Direitos do Corpo"....

2 "O Cego e a Dançarina"

O primeiro livro de João Gilberto Noll, *O Cego e a Dançarina* (*), foi uma boa surpresa. Li-o verdadeiramente interessado. Oferece um modo de narrar que se pode dizer excelente, mesmo pela forma do que pelo "risco" da elaboração. São (quase todos) contos breves, mas apresentam lá intimamente de ídolo, uma boa vertiginosa associação de ideias e imagens, que me senti, ao chegar ao fim de cada um, na obrigação de repensá-lo todo, voltando ao princípio e relembrando de imediato, como receio de perder algo.

Baramento me acontece isto. Que será? Responde a mim mesmo: talvez esteja aí o segredo, a magia desse estranho — eis aí a razão e o motivo dos momentos mais inesperados, sem chocar, desiludir ou entorpecer.

A experiência dos sentidos revela-se nestas páginas muito dramática na sua na-



passado. O tempo é um, único, e se vive um tempo, o Deus em máquina, da época da modernidade. Entretanto, sempre há abertura para mais direções, nos momentos que a incerteza comum considera mais insegura, e a importância do narrador se impõe, dominando o incidente, a sociedade. Por isso, as notas de ordem retórica. Há numerosos, abertos, se encadeiam de sorte a não encerrar nada. São atos e concertos para quem já não se atordoa com tais coisas. O homem já sabe que o ato de viver compreende também a negação, o lado da sombra, as mãos sujas de Sartre.

A seu lado, Noll — dezembro — o mundo
 alta como se lanchem este — 500 m de per
 poagens — est-esse inaugurando a primei
 a det de existis. 50 que suas criaturas
 imaginárias procuram com a mente a o per
 er, melhor, os prazeres. O sexo, eles o exer
 cem como acontece na obra de D. H. Law
 rence, a conjunção carnal responde a neces
 sidades urgentes, é como beber um copo
 d'água quando se tem sede.

Atuais deve ser o leccionista — um deflizador de coisas positivas de desadulção, tal e sexo. E não, de resto, constitui um lema certo, revestido de importância primordial na ordem da criação, e não seria preciso de mais. Machado de Assis considerando a natureza humana analítico (pois que artificial) de Eça de Queiroz, concluiu esta frase: "A realidade é, bom, o realismo é que não presta para nada". Parafusoando, e atento ao modo de ser de João Gilberto Noll, arrisco-me a afirmar que o sexo é bom, a sexualidade é que avilta o corpo, levando a arte à pornografia.

O Cego e a Dançarina, seja como for, viria para o novo assunto como a bíblia de Rubem Fonseca viria para a violência: documentos de um estágio difícil de nossa civilização. Tardaria, voltando ao passado, em mecer dentro que esse autor ginepro, tão próximo de Tarso, veio superá-lo em algumas coisas, sobretudo na economia verbal. Cortes com suas velas. O Amante de Lady Chatterley, sua condenação de instantes apressados, ruidosa. E lá mais, nenhum conto pelo a almeida do anterior. Se informado, amado pelo mesmo livro narrativo, e mo de cada um não repete o sabor dos outros. Essa compreensão causa espanto, se tratar de um autor ainda moço.

[illegible]

(*) Contos, Editora Civilização Brasileira, Coleção Vera Cruz, Rio, 1960, 135 pp.

DOCUMENTAÇÃO

A CARTA DE 1891 E A LIBERDADE PROFISSIONAL

Sérgio da Costa Franco¹

Das originalidades da carta constitucional castilhista de 1891, a maior talvez fosse a regra do parágrafo 5º do artigo 71: “Não são admitidos também no serviço do Estado os privilégios de diplomas escolásticos ou acadêmicos, quaisquer que sejam, sendo livre no seu território o exercício de todas as profissões de ordem moral, intelectual e industrial”.

Essa regra, de inspiração comtista, nunca foi aceita pelos que alcançavam graduação superior, especialmente nas profissões da área médica, e sempre originou polêmicas na imprensa e no parlamento federal. O próprio Júlio de Castilhos, autor do projeto constitucional e paladino da regra da ampla liberdade profissional, deveria perceber os perigos acarretados pela falta de formação acadêmica, tanto que desde cedo estimulou a criação de escolas superiores por via da iniciativa privada, pois também era princípio positivista a abstenção do poder de estado no ensino universitário. Mas, apesar dessa abstenção, tanto ele, como seus sucessores, numa aparente contradição com seus princípios filosóficos sempre subsidiaram a Escola de Engenharia e as faculdades de Medicina e Direito. É claro que os governantes positivistas não desconheciam os perigos da absoluta liberdade profissional num século em que a ciência já alcançara grandes vitórias, mas justificavam a liberalidade absurda, com o fato da carência de profissionais com graduação acadêmica e pela conveniência de obrigar a um registro prévio todos os praticantes das artes médicas, em contraste com a clandestinidade em que habitualmente atuavam, até então, charlatães e curandeiros. O próprio Dr. Protásio Alves, médico ilustre, diplomado na Faculdade do Rio de Janeiro, em seu relatório de Diretor da Higiene, em 1895, defendia o regime: “A salutar lei permitindo o livre exercício das profissões fez cessar o abuso de iludir-se a opinião pública, fazendo inscrever-se como responsáveis pelas farmácias, indivíduos que nestas nunca punham os pés. E os requerimentos apresentados para inscrição de práticos, demonstrando em sua maior parte que desde muito eles exerciam a medicina, provam mais uma vez que as leis de repressão da liberdade profissional só são feitas para serem burladas, tanto aqui como em todo mundo”. Parece claro que a solidariedade política com o castilhismo pesava mais que a consciência científica.

¹ Bacharel em Direito e graduado em História e Geografia pela UFRGS, fez carreira no Ministério Público e aposentou-se como procurador de justiça. Membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

As novas gerações, nascidas na vigência de rígidos controles para o exercício de profissões liberais, não fazem ideia de quanto proliferavam em nosso Estado, a partir da carta constitucional de 1891, os “práticos licenciados” na Medicina, na Odontologia ou na Farmácia, e os advogados provisionados na área do Direito. Em torno de 1930 todas essas profissões foram objeto de regulamentação, com a exigência de graduação superior para o seu exercício, mas ainda restaram em atividade alguns remanescentes do regime anterior, beneficiados pelo direito adquirido. Ainda conheci um promotor público, é certo que aposentado, que não tinha formação em Direito.

Remexendo em meus arquivos, encontrei algumas fichas de pesquisa sobre o licenciamento de profissionais da área médica, objeto de informações da antiga Diretoria de Higiene, que foi a ancestral da Secretaria da Saúde. Esses relatórios, referentes ao período entre 1895 e 1904, refletem bem a situação da época, e, em alguns deles, revela-se o inconformismo dos médicos diplomados que os subscreviam.

De Rio Grande, em 1895, relatava o “delegado de Higiene”, Dr. José Dias de Almeida Pires: “A fiscalização das farmácias, bem assim a do exercício da medicina, torna-se impossível pelo grande número de indivíduos licenciados, arvorados em médicos, farmacêuticos e parteiras, que vão como peste dizimando a população, quer na bolsa, quer na saúde, intitulado-se todos especialistas em moléstias de senhoras e crianças.”

Em seu relatório de 1896, informava o diretor de Higiene, Dr. Pro-tásio Alves: “Inscreveram-se para exercer a arte de curar, de 1º de julho de 1895 a 30 de junho último, 5 médicos brasileiros formados nas faculdades da União, 1 formado em faculdade estrangeira, tendo feito exame de habilitação em faculdade da União, 3 médicos pela universidade de Madrid, 1 por uma universidade da Alemanha, e 66 práticos.” Afora os médicos, acresciam 1 farmacêutico, formado pela faculdade do Rio de Janeiro, 3 por escola de Portugal e 42 práticos de farmácia.

O espantoso número de 66 médicos “práticos” e 42 farmacêuticos da mesma condição explica-se porque a exigência do registro na Diretoria de Higiene apenas começara em abril de 1895. Muitos deles já viriam exercendo as profissões antes da liberalização.

De Alegrete, em 1896, relatava o médico delegado de higiene: “O maior mal que existe nesta localidade são os abusos dos homeopatas e curandeiros, que prevalecendo-se da liberdade de profissão, vivem enganando a camada pobre e ignorante, causando todo o mal possível, sem que possa pôr cobro a esse atentado à nossa classe.”

De Caçapava do Sul, em 1897, informava o titular da delegacia de hi-

giene, que só clinicavam naquela área dois profissionais formados, ele e um colega na vila de Lavras. Entretanto, “o número de indivíduos que, socorrendo-se da liberdade de profissão exercem a medicina, é bastante grande”.

De Pelotas, relatava o delegado de Higiene, Dr. José Calero: “Os médicos licenciados que deveriam ser obrigados a anunciar-se “licenciados”, abusam constantemente, usando o título de “doutor em medicina” por universidades estrangeiras; o regulamento não prevê esse caso, e, há pouco tempo, apresentando esta delegacia uma denúncia ao ilustre dr. promotor público desta comarca, foi ela aceita por esse funcionário, encontrando barreiras no ilustre dr. juiz distrital, que pensa atacar de frente a liberdade profissional, marcada em nossa carta constitucional”.

Em 1899, continuava grande a inscrição de médicos “práticos”. Segundo o relatório do Dr. Protásio Alves, haviam promovido registro entre julho de 1898 e junho de 1899, 5 médicos formados no Brasil, 5 em universidades estrangeiras e “38 que não exibiram título de habilitação”. Em anexo, o documento do Dr. Carlos Alberto Amado Barata, delegado de higiene de São Sebastião do Caí, com jurisdição extensiva a Montenegro, Caxias e Bento Gonçalves, era contundente: “Em toda a minha região, só o humilde signatário deste relatório é médico diplomado, sendo que os demais exercem a profissão médica ou farmacêutica pela liberdade que a Constituição deste Estado concede”

De Itaquí, o Dr. Afonso Marques de Escobar informava em sua exposição de 1899: “Os atestados de óbito são passados, sem o menor escrúpulo, por indivíduos alheios à profissão, que não exibem conhecimentos, mesmo rudimentares, da arte de curar”.

No século 20, a floração de charlatães registrados continuava. No relatório de 1901, o diretor de Higiene informava que, no período de 1900 a 1901, 32 haviam-se inscrito como médicos “sem exibirem título de habilitação”; em 1902, repetiu-se a dose de 32 “práticos”; em 1903, outros 24; em 1904, atingiram 31. Pelos dados numéricos conhecidos, é lícito estimar em quase 400 os “práticos” registrados nos primeiros dez anos do regime de liberdade profissional.

Neste ano de 1904, formou-se a primeira turma da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, ainda em número insuficiente para estancar a avalanche dos não diplomados. E em 1915, o próprio governo de Borges de Medeiros, que sempre vivera em atritos com a medicina acadêmica, estimulava o nascimento de outra escola de Medicina, a Médico-Cirúrgica, com um curso reduzido, de 3 anos, visando com isso talvez atenuar os efeitos do charlatanismo, que a Constituição estadual estimulava.

Constituição Política

do

Estado do Rio Grande do Sul

Nós, representantes da sociedade rio-grandense, reunidos em Assembléa Constituinte para organizar o Estado do Rio Grande do Sul, decretamos e promulgamos, em nome da Família, da Patria e da Humanidade, a seguinte Constituição Política:

TITULO I

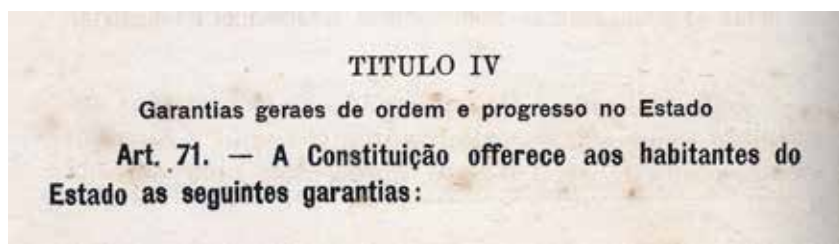
DO ESTADO E SEU TERRITÓRIO

Art. 1.º — O Estado do Rio Grande do Sul, como um dos membros componentes da União Federal Brasileira, constitúe-se sob o regimen republicano, no livre exercicio da sua autonomia, sem outras restricções além das que estão expressamente estatuidas na Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

...

...

...



§ 1.º — Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa sinão em virtude de lei:

§ 2.º — Nenhuma lei, salvo o caso do art. 33, será promulgada sem a exposição dos motivos que a justificam e sem haver sido previamente publicado o respectivo projecto com um prazo não inferior a tres mezes.

§ 3.º — Nenhuma lei terá effeito retroactivo, sendo, portanto, resguardadas as condições materiaes dos funcionarios que as reformas administrativas ou politicas affectarem.

§ 4.º Todos são iguaes perante a lei.

§ 5.º — Não são admittidos tambem no serviço do Estado os privilegios de diplomas escolasticos ou academicos, quaesquer que sejam, sendo livre no seu territorio o exercicio de todas as profissões de ordem moral, intellectual e industrial.

EDUARDO DUARTE E GERALDO JOSÉ PAUWELS

No âmbito sequencial estabelecido na edição anterior da Revista, publicam-se as 14 cartas restantes do Pe. Geraldo Pauwels a Eduardo Duarte, que fazem parte da Série Correspondência Recebida (1924-1939) do Arquivo Pessoal de Eduardo Duarte, custodiado pelo IHGRGS.

A análise das correspondências – tomando-as tanto como fonte de pesquisa tanto como o próprio objeto de pesquisa – nas palavras de Teresa Malatian, eternizam “vestígios de vidas, de laços estabelecidos, de afetos experimentados.”¹

Compreender as estratégias do entorno de Duarte e Pauwels, no sentido das trocas que se apreendem a partir da fala de do padre geógrafo, ampliam o universo investigativo, situando o lugar destes sujeitos históricos em suas vivências, normas e valores.

1 MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 200.

Tubarão 9-II-27.

Dr. Eduardo amigo.

Escrevo esta no hospital desta cidade, onde me estão curando dum desarranjo de estômago q' faz quasi 15 dias apaulei na viagem. A castor suas q' porventura me espere em Flori, responderei depois. Foi bom eu ter feito esta expedição, porq' apprehendi uma porca de coisas, das quaes algumas de mistura com algumas observações, sigam aqui, afim de o amigo esclarecer a quem compete.

1. O limite de facto é ainda differente do q' eu pensava - e comigo as autoridades riograndenses; pois não segue pelo rio Esperança - Perdizes, senão o da Roca da Estancia - Jorapat.

2. Este limite é um absurdo, porq' produz uma mesga de territorio cath^o por dentro do riogr^o, de umas leguas de extensão e minima largura, a saber o q' fica entre os tanques e a margem esquerda do Jorapat-Roca da Estancia.

3. Os habitantes lamentam este limite absurdo q' lhes apparece mais intoleravel ainda se riogr. accetter a proposta cath^o de 1924 a saber a illa Trimbeyva.

4. As aguas do Prata Grande transbordam ^{causando} apenas nas grandes enchentes para o gloria.

5. O plano de Dr. Ronder/estabelecer por um dique

atravéz do furo Baía Grande - Cauas o antigo Glória) é inelutável.

6. Não assinu outro meio, para alcançar este fim, a saber, rasgar um pequeno canal entre o furo e o Glória; pois basta ver o terreno, para comprehender q a 1ª endente alargaria o caualet para a largura do Glória; mas isto só será notado por quem viajar por ali com olhos abertos.

7. O Roca da Estancia é de facto muito superior em tudo as Esperanças.

8. A serra do Fadiual - q' desci - é a melhor de quantos tenho visto; a metade inferior q' com grande facilidade se transforma em estrada de rodagem (num particular ja construiu um trecho regular) e até em via ferrée; a outra metade presta-se, naturalmente com maiores despesas, para os mesmos fins, pelo q' pude observar; desta forma o projecto Torres-Vaccaria - Valle do Uruguay sae do terreno das drineras.

9. O Rio Grande deverá obter esta serra pela troca do territorio incluido pelo Pelotas - Contas - Baía dos Timboes, o qual para o R. Gr. é de valor muito diminuto, para a Catharina de importancia vital, por ser atravessada pelas vias de communicação entre o planalto e o litoral meridional. Obter esta troca não pode ser muito difficil para o Rio Grande, caso os seus representantes aproveitarem o triunfo q' lhes

fornece o meu trabalho sobre o limite. J

É o q'uo momento me occorre.

Contaram-me q' o novo C. Directo cedeu na minha ausencia a algumas imposições do Departa mento de Ensino: os professores de algumas materias, entre ellas, Historia e Chronographia do Brasil, deveria m ser brasileiros natos. Não de posso descrever como esta noticia me incomodou. Então eu m fiz brasileiro, para ser cidadão de segunda classe! Bigo apenas q' ou o C. Directo me permite obter habercorpus e fazer um barulho de q'uo Rio não gostará, ou eu farei tudo para voltar em 1928 para o Rio Grande, onde espero não toleram Foes Tyrannicos de uma repartição federal q' prima pela desorganização e mas continuas loucuras.

É ponto final. O continuo jejum não só reduziu considerabel^{te} o meu physico, mas enfraqueceu tambem um tanto a cabeça, de modo q' este carta me cançou bastante. Desculpe pois o q' nella encontraré de pouco netto, erros etc.

Com um saudoso abraço

o amigo certo

I. Geraldino Pauly M.

Florianopolis, Gymnasio Catharinense, 8-VIII-27.

Amigo e confrade Dr. Eduardo Duarte.

Um cordial "obrigado" por suas tão amaveis quão interessantes linhas. A carta, cuja copia me enviou, é typica para o espirito acanhado do autor. Allude á conclusão do relatorio delle, a qual eu teria apoiado. Mas Deus me livre de tal asneira; o que fiz, foi silenciar com bons modos as ineptias daquelle famoso relatorio, nada mais. Se elle quizer chamar isso "apoiar", não brigarei com o homem. Interessava-me apenas saber, se o governo está tomando ou já tomou medidas a respeito da questão do limite.

Ouvi com immenso prazer do trabalho incançavel do amigo; esteja certo de que assim está prestando ao Rio Grande maior serviço do que certo outro com os seus sabios relatorios. Mas por amor de Deus não espere que a turba multa reconheça o valor do seu trabalho; como brasileiro "nato" deveria saber isso melhor do que eu que sou apenas naturalizado. Agora quanto ao campo de sua actividade - se fôr licito externar uma opinião - desejava que o amigo concentrasse todos os seus esforços em redor de dois assumptos: 1º o movimento de 1835, por se estar approximando o centenario delle; 2º os principios do Rio Grande.

Pode imaginar com quanto interesse eu esteja aguardando a revista do Museu. E a do Archivo não sabe mais? O numero 18 é o ultimo que recebi. Se me puder arranjar os relatorios deste anno (Obras Publicas, interior e Estatistica), seria um grande favor.

O que é que o dr. Florenço iria fazer no Rio? Para o Instituto a ausencia delle seria realmente funesta; sei o que estes Institutos são, quando lhes falta o impulso (Pernambuco, Bahia, Santa

Catharina). É um cargo que, bem exercido, requer muito tino, muito entusiasmo e muito espirito de sacrificio.

Tenho quasi prompto um artigo e um mappa que a Egatea me pediu sobre o limite litigioso. Planos para trabalhos não me faltam -uma lista que tenho deante de mim, contem uma boa duzia de assumptos; até uma revista meteorologica da Europa me pediu collaboração; mas o tempo! Um artigo espero apromptar ainda este anno, a saber sobre o bi-centenario da primeira estrada entre o litoral e o planalto do Brasil meridional, a estrada de Conventos que em fevereiro de 1728 se começou a abrir. E depois virá a contribuição para o Congresso de Geographia, sobre a serra Geral, problema este que espero resolver na viagem das férias que vem; já recebi os instrumentos encommendados na Europa, de modo que de ora em deante poderei fornecer dados mais exactos sobre a topographia das regiões percorridas. Ficarei, pois, ainda um anno aqui, para em 1929, se Deus quizer, reassumir as minhas cadeiras na capital gaúcha.

Aqui estou um tanto no cheiro de "torcer" para o Rio Grande, de modo que perdi as boas graças tanto dos barriga-verdes como do homem do relatorio.

As vezes lamento não ter duas cabeças; pois ao lado da geographia me está seduzindo mais e mais a historia, e a idéa de um dia metter mãos a uma historia do Rio Grande, baseada em documentos, não me quer abandonar. Mas será o que Deus quizer.

É ponto final. Queira acceitar um saudoso amplexo do amigo e confrade que muito o estima

F. Geraldo Gomes Paumotu V.1.

Florianopolis, Gymnasio Catharinense, 2-XI-27.

Dr. Eduardo Duarte amigo.

Recebi o ultimo volume da nossa revista e o da remodelada do Archive. Um sincero obrigado por mais este signal de sua benevolencia para commigo. Oxalá o seu artigo frutifique e suscite outros, para salvar de esquecimento tantas reliquias do passado glorioso que devem estar espalhadas sobre o territorio do estado.

Mais ainda, porém, do que a sua contribuição directa -valiosissima decerto- admiro a sua abnegação e incansavel operosidade em apromptar aquellas publicações; pois é um trabalho de que bem poucos terão noticia e cujo alcance menos ainda saberão devidamente apreciar, de modo que ali não fica muito para o amor proprio. Mas o amigo saberá que assim não só presta um grande serviço á terra gaucha, mas, o que é mais, está realizando uma obra boa no sentido christão da palavra, por varios motivos. Por exemplo, ajudando para que se conheça a verdade historica, particula da Verdade em pessoa que é Deus, e esta é a razão suprema de ser um historiographia; depois conservando por seu labor em suas mãos fieis duas revistas que assim poderão servir para nellas serem depositadas defesas historicas da Igreja e da Companhia, ao passo que em outras mãos menos conscienciosas poderiam servir de receptaculo de ataques e calumnias perfidas. Numa palavra, se é verdade que seu trabalho em comparação com a sua importancia é pouco vistoso, não é menos certo que Deus o conhece e devidamente aprefia. E isso afinal de contas é o principal.

De H. von Ihering ha muita coisa esparsa nos almanaques de Graciano Azambuja; no tocante a memorias sobre o periodo farroupilha talvez valeria a pena agasalhar na revista do Instituto algumas que foram publicadas no almanaques de Ferreira Rodrigues (por ex. no de 1909 a de Joca

lavares.

Este seu orando vai como Deus é servido. Approximam-se os exames com os seus trabalhos estafados. Felizmente a triste epocha Rocha Vaz pertence á historia e acabaram-se -parece pelo menos- aquellas famosas instrucções tão aviltantes para os professores quão desastrosas para o justo julgamento dos examinandos. É verdade, os nossos estupendos paes da patria estão tratando de introduzir de novo os exames parcellados; quero crêr que os interessados, ou padrinhos dos interessados, não tenham reparado que com isso deveriam desaparecer tambem os exames de promoção para os matriculados. Pois seria clamorosa iniquidade exigir dos matriculados taes exames que lhes podem causar a perda dum anno, ao passo que os parcellados ficariam livres deste perigo.

Mas assim se procede aqui no tocante á instrucção: fazem reformas aos tranbolhões, como se fossem experiencias in anima vili. Sinceramente, não vejo porque pagam a uns 275 privilegiados verborrhoidos, os chamados paes da patria, diariamente os ricos 200\$. Não fosse essa tão malsinada difficuldade de communicações neste nosso Brasil, estou certo que já ha tempo uma lufada bemfazeja teria varrido aquella reunião de representantes do povo, que podem representar o que quizerem, menos o povo. Mais da metade da população riograndense vive da agricultura -quem é representante delles?

Falam ingenuamente -ou para os ingenuos- na pamação do voto secreto, como se esta excellente medida valesse uns miseros dez reis de mel coado, enquanto na capital continuar a famosa depuração. O que nos falta, é apenas um "povo" brasileiro, em lugar dos 35 milhões de habitantes do Brasil, por outra, instrucção religiosa e leiga universal, a qual unicamente pode produzir individuos consciões dos seus direitos e deveres. O resto é "fita".

Realizaram aqui com grande tam-tam uma semana antialcoolica, o que vem a ser mais uma fita. O inimigo principal do nosso paiz não é o alcool: é a syphilis para o corpo, é o espiritismo para o espirito, é o protestan-

.....tismo norte-americano para a sociedade brasileira.
Mas estes males, sobretudo os dois ultimos, são tratados com mãos de velludo,
em lugar de applicar o ferro em brasa ao cancro.
Mas basta de desabaços. Perdõe-me a paulificação e aceite um
saudoso abraço do
amigo certo em I.
I. Geraldo José Pauwels h.l.

Arquivo Pessoal ED (1928/mar. 05)

Florianopolis, Gymnasio Catharinense, 5-III-28.

Mui presado amigo Dr. Eduardo Duarte.

Encontrei sua amavel carta (por que cargas d'agua apparece nella o "vós" e "vosso"? de certo enganou-se pensando que estava escrevendo a um conego; sou um simples padre e "você" para os amigos) encontrei, pois, sua carta, no dia 23-II, quando de volta da viagem pelo interior do estado. Não respondi logo por causa do retiro que principiei logo, para estar desempedido para os exames de 2a.epoca.

Se me agradou o ultimo numero da Revista? Pois agradou-me e não pouco. Só que o discurso do dr. Osorio pinta o Rio Grande um tanto errado; elle esqueceu que apenas uns bons 45% da população do nosso estado são não-lusos que todavia estimam e se presam muito de serem riograndenses e, quer-me parecer, representam factor nada despreciando no presente e mais ainda no futuro do estado "gaúcho".

A bella herança da bibliotheca de Homero Baptista, que com certeza não cabe na sede provisoria, deve ser mais um incentivo para adquirir uma sede propria; já lembrei em tempos ao dr. Florencio que os estados ou antes os institutos da Bahia e Alagoas obtiveram para isso auxilio efficaz do governo federal.

Uma idéa. O Instituto deveria, como o faz o do Rio, ser o repositório dos documentos conservados, ou melhor, estragados em "archivos" particulares; ha tanta familia que desempenhou na historia até do paiz papel importante, em cujas residencias forçosamente deverá existir muito documento - lembro a dos Camara. Ventile a idéa no Instituto e na imprensa, antes que seja tarde.

Vejá, se serve para a Revista o que o Almanaque de Azambuja de 1908, pg. 336, conta duma colonização planejada no actual municipio de Vião, e o que o Almanaque de Ferreira Rodriguez, 1918, diz da fazenda real

do Bujuru. Eu por mim tenho a impressão que seria bom conservar o que naquelles artigos se diz.

A viagem levou-me das nascentes do Pelotas sobre Lages, Curitybanos, Perdizes Grandes (centro do fanatismo), Campo Alto, São Bento para as cabeceiras do rio Negro, dahi pelo sertão do Itajahy do Norte, Oeste e Sul e sobre a serra existente entre o ultimo e o rio Tijucas para casa. Com os resultados estou contente, apprendi muito para a geographia, geologia e historia; determinei a altitude de muitos pontos, tirei muitas amostras de rochas, fixei as nascentes de alguns rios, obtive noticia certa sobre se pertencem varias terras á Geral ou a do Mar, etc.

Obtive igualmente alguns dados sobre a figura enigmatica do "monge" João Maria; tenho certeza de elle ter sido um maniaco religioso, que veio do Rio Grande, depois da morte de Gumercindo Saraiva, que era maragato que pregava que aquelle caudilho não morrera, mas que havia de apparecer de novo. Mas vi tambem que as rodas officiaes estão muito enganadas, se julgam que o fanatismo morreu; pelo que agora posso dizer de sciencia propria, é certo que o movimento pode romper a cada momento de novo.

Este anno terei trabalho como nunca; só na aula tenho chorographia, historia do Brasil e inglez, tudo isso em dois cursos; depois uma nova edição dos Apontamentos de Geographia e, provavelmente, tambem dos de Chorographia. O que será do Congresso de Geographia, ainda não posso dizer; signal ruim é estar o Boiteux agastado com o governo. Pois só elle dispõe das experiencias necessarias e das relações indispensaveis em todo o pais.

Quaes são as idéas do novo governo quanto ao Instituto e o Museu? Como vai o Sr. Florencio?

Accete um cordial abraço

do amigo certo e servo em X^o

P. Geraldo José Pauwels S.Y.

Arquivo Pessoal ED (1928/out.12)

Rio, Matriz de Copacabana, 12-X-28.

Mui presado amigo Dr. Eduardo Duarte.

O facto de amanhã ser a festa de S. Eduardo me lembrou a existencia dum amigo ahi no sul, de quem ha muito tempo não tenho noticias. Espero que esta o encontre de boa saúde, assim como á sua exma. familia.

Quanto a mim já o cabeçalho desta mostra que me mudei, já faz uns bons 2 meses, para a ospital federal, onde me hospedei na casa parochial de Copacabana. Confidencialmente lhe communico que motivos intimos -que se não podem expôr bem por carta- me moveram a pedir ao P. Geral a secularização, a qual em vista das razões allegadas me foi concedida em perfeita harmonia e paz, de modo que agora sirvo a Deus como sacerdote secular; não está porém, excluído que em occasião opportuna outra vez me ligus á Companhia de Jesus, quer dizer, se ella então me quizer receber de novo. O facto ainda não é de conhecimento publico e desejamos ambas as partes que a noticia se espalhe só aos poucos (onde for preciso), para evitar comentarios insensatos dos que não podem comprehender tais resoluções e só farejam escandalos.

Aqui occupo a sala mais espagosa e mais alta com uma vista magnifica sobre a praia bellissima e a murraria que separa este bairro da cidade. Até as 9 h. de manhã ajudo no serviço da parochia, depois estudo, ás 12 estou no Archivo Nacional, onde copio os documentos referentes á historia de S. Catharina para o governo daquelle estado, ás 4 h. vou para casa, onde copio os documentos a machina e estudo. A condescendencia do dr. Victor Konder deve um dactylographe do ministerio da Viação que copia os documentos constantes de alguns volumes que já foram transcriptos e letra moderna por funcionarios do Archivo. Por acaso extrahi um documento que se refere ao Rio Grande; junto com esta vae uma copia delle.

Sobre o Rio Grande, principalmente seus inicios, existe aqui immenso material, espermado por quem o torne accessivel aos historiadores. Se Deus quizer e outro o não fizer, eu mesmo mesmo tenciono metter hombros á tarefa logo que acabar com S. Catharina, ou o governo daquelle estado já não me auxiliar com qualquer mudança na situação. Encontrei aqui o confrade dr. Rego Lima que está preparando uma obra sobre as lénas na nossa historia.

O dr. Getulio Vargas tenciona fazer alguma coisa para acabar o litigio? Peço accete saudoso abraço do confrade e amigo

R. Geraldo José Paugello

S. Mag.^o manda remeter a V. S. a petição inclusa de Manoel Gomes Pereira Capp.^m de Infantaria da Praça do Rio de Janeiro, e he servido, que sendo como Supp.^{te} dis, e não havendo particular motivo p.^a retelo no Presidio em que se acha, o mande V. S. recolher ao seu Terço, e quando haja justa causa p.^a o não fazer, informe ao mesmo S. com ella. Deus g.^o a V. S. Lxã 1.^a de Setr.^o de 1748. MarooX Ant.^o de Azevedo Coutinho. (Do secretario de estado a Gomes Freire de Andrade).

Copia. Senhor. Diz Manoel Gomes Per.^o Capp.^m de Infantaria da Praça do Rio de Janeiro, do terço de que he Mestre de Campo Pedro de Azevedo Riba.^o donde serve ha mais de 46 annos e em toda a guerra da Colonia com distincção, e com affeito em o prim.^o de Dezembro de 1736 se embarcou com o Brigadeiro José da Sylva Pais, a fazer povoação no Rio grande de S. Pedro, donde foy unio.^o nos empregos como foy a construcção de fazer hum Forte de terra e faxina no Arroyo do mercador distante do d.^o Rio duas legoas parte donde o inimigo poderia entrar a fazer algum damno embarcando a d.^a povoação, e não só acabou mas o esteve governado sete mezes; o que visto pello d.^o Brigad.^o o zello, e a actividade do Supp.^{te} o promudou p.^a outro emprego, ordenando o acompanhasse para o Serro de S. Miguel 60 legoas distante do Rio gr.^o donde lhe emcarregou a construcção de hum Fortaleza de pedra, e barro, a qual fez e acabou, e está actualmente emcarregado do governo della ha 8 para 9 annos o que faz com aquelle zello que he notorio: E porque em todo este trabalho tem o Supp.^{te} gasto 12 ann.^o e muito de sua fazenda, e perigo de sua vida e não tem tido acrescuntamento algum pois embarcandosse no primeiro de Dezembro de 1736 já com o posto de Capp.^m de Infantaria se acha no mesmo.

P. A. V. Mag.^o lhe faça M. mandar por seu real Decreto ordenar ao Governador Gomes Freyre de Andrade mande recolher a sua praça do R.^o de Janr.^o o Supp.^{te} e que se nomeye outro que lhe substitua o lugar pois não he justo que lhe acabe a sua vida atendendo que ha 12 annos q.^o esta fora de sua casa e familia fazendo com esta Separação os gastos q.^o não pode. R. R. M.

Arquivo Pessoal ED (1929/jul. 07)

Rio, Matriz de Copacabana, 7-7-29.

Amigo Eduardo Duarte.

Vamos por partes. Primeiro o Archive. Ora, sim, afinal um gesto digno de gaúcho, não do seu lado, mas do governo! Não imagina a minha satisfação! Francamente falando, o dr. Getúlio revelou-se um dos raríssimos estadistas brasileiros, cujo horizonte se estende além dum progressismo puramente material e das tricas politiquieiras. Um viva pois ao nosso presidente! Viva!!!

Imediatamente me metti ao processo do Raphael Pinto Bandeira. Também quanto ás notas farei o possível, embora com a engrenagem hyperburocrática buscas no Archive Nacional sejam sumamente difficiltozas e morosas. Mas onde o governo é tão liberal, eu não mereço farei.

O processo Osorio existe aqui; fica para depois. E ha tanta coisa! Menciono apenas dois themas bellissimos: Os antecedentes e preparativos da reconquista da Campanha e da villa do Rio Grande- e a delimitação depois do tratado de S. Ildefonso! Cada um dá para um lindo volume! Quer?

Quanto ao mais deseejava pelo menos experimentar, se não posso fornecer documentos por periodos, por ex. de 1710-1720, etc, ou melhor segundo um plano mais logico e historico, por ex. desde os primordios até a fundação de Silva Paes, e dahi em diante ou por commandantes ou por campanhas e interstícios entre ellas. Este methodo envolve muito trabalho preparatorio, por ser preciso aruir e encontrar de facto todas as colleções e volumes precisos, em que se encontram os respectivos documentos. Mas, enfim, isso veremos. O principal é que na terra gaúcha continue esta boa disposição e não tropecem sobre as despesas de uns contos de reis! E se em 1930 o dr. Getúlio vier cá para ocupar o Palacio das Aguias -a melhor solução da encrenca entre o "Julinho" e Antonio Carlos-, pedirei logo uma turma de dactylographos e dactylographas que enxameiem nas repartições, capando mecos e as ultimas tambem maridos, para distribuir-lhes as tarefas para copiar.

A Chorographia do Rio Grande? Por ora não posso pensar em publicar o manuscrito; pois deveria refundir muitos capitulos, e para isso não tenho tempo, tanto menos que outro dia firmei um contracto com a Casa Weiszflog sobre o fornecimento dum moderna chorographia do Brasil que elles vieram pedir-me, por não encontrarem outro em condições. E antes de

iniciar este trabalho, quero desfazer-me dum outro que prometti á Egates, sobre a theoria de Wegener (translação dos continentes) e sua applicação ao litoral sul-brasileiro; dependo disso um pouco, porque a Egates é a única revista que paga pela collaboração, não muito, mas sempre alguma coisa, o que em vista do meu ordenado de 150\$000 mensaes (mas cama, mesa e missas tenho livres) não é de se desprezar.

Então o meu amigo Protasio Alves está encarregado da defesa do Rio Grande na pendencia com S.Catharina. Ora, benza-o Deus e lhe dê juizo! O que a mim consola é o facto de seu adversario ser o sapiente sr. Dr. Desembargador José Boiteux, que é mais ou menos do mesmo peso cerebral. Sou imparcial neste ponto, pois aos catharinenses dei os parabens pelo facto de o advogado riograndense ser o lumieiro Dr. Protasio Alves, ex-secretario de Estado e por isso forçosamente expoente maximo num sentido ou sem-sentido qualquer.

O ministro Mangabeira quer entrar na Academia de Lettras, exhibindo como peça justificadora um relatorio! Ha outros candidatos, por ex. Affonso Taunay (que se tornou muito amigo meu), mas que quer retirar sua candidatura, se o Mangabeira insistir no seu despropósito; pois este vencerá!

Ainda um facto que prova que os heroes da história andam ás vezes mal avisados, se guardam toda a sua papelada. Outro dia Max Fleiuss (grande amigo meu, que me faz travar relações com tudo o que ha de mentalidades na capital) me mostrou uma caderneta, em que José Bonifacio lançou as despesas que fez na sua viagem pela Franga; por ali se vê que o nosso patriarcha tinha também as suas fraquezas. Pois enquanto estava em Paris, vão consignadas dia por dia umas 5-10 libras gastas com representantes daquellas figurinhas que ainda hoje custam tão caras aos nossos patricios que procuram na Europa "aperfeiçoar os seus conhecimentos" ou "desempenhar commissões". Num daquelles dias escrevem o grande paplista mais ou menos assim: Hoje a minha má sina me arrastou a gastar 14 libras com 2 p.inhas do Parc Royal-. Imagine, se o illustre Antonio Carlos subisse destas piratarias do seu venerando avô ou bisavô!

Mas basta de bisbilhotices. Aceite saudoso abraço
do amigo

R. Geraldo José Pauwels

Arquivo Pessoal ED (1929/set. 02)

Rio, Matriz de Copacabana, 2-9-29.

Mui prezado amigo Dr. Eduardo Duarte.

Junto vas um certificado do director do Archivo Nacional, attentando que das 244 folhas do processo de Raphael Pinto Bandeira já estão copia das 151. Não é por causa do amigo, mas para aquelles que devem fornecer o "guia". Pois o caso é que meu dactylographo pediu ser pago - o que não pode ser taxado de exigencia descabida - e que doutro lado este meu criado não dispõe de capitães líquidos (pelo da minha cabenga ninguém me troca um tostão) e por isso parte daquella ordenado teve que arranjar "levantando um emprestimo externo". Ora, isso não me convem; pois tenho sido até agora cidadão honrado, sem compromissos nem responsabilidades de procedencia qualquer que fosse. Numa palavra, seria grande favor, se o amigo me enviasse a quota correspondente ao serviço feito, a qual resulta da seguinte conta de regra de três:

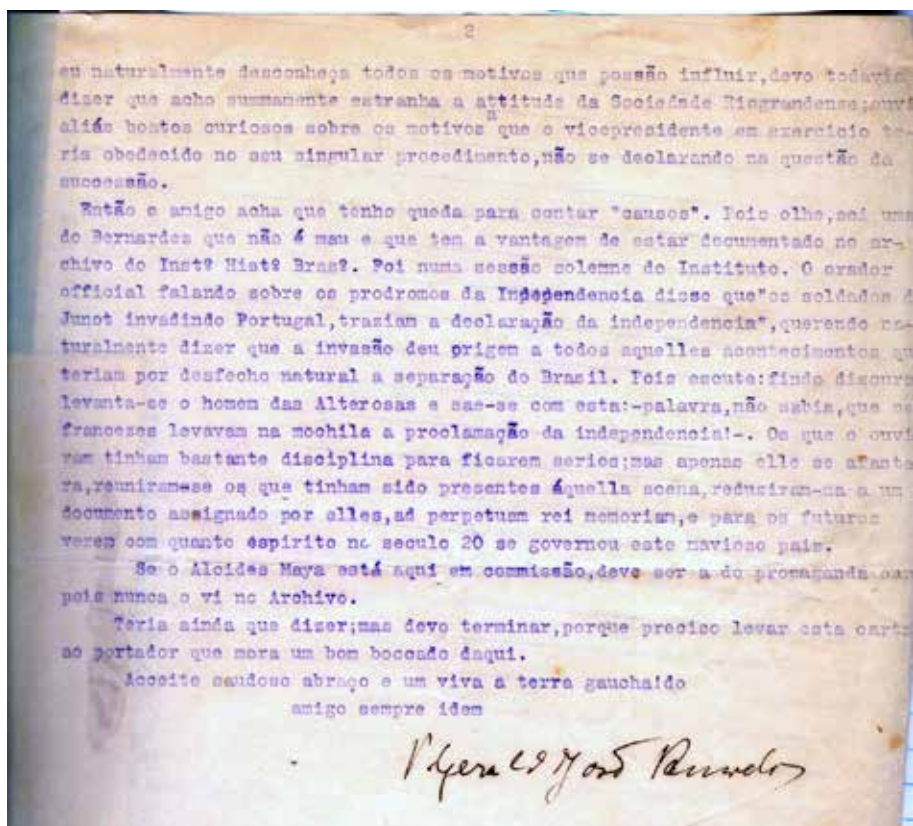
$\frac{2.500 \cdot 151}{244} = 1.547.750,14$. 1:5000 mais ou menos, ficando o resto desta vez de inhapa. Não remetto o que foi copiado, pois temo-me além das notas acrescentar um indice das pessoas e dos lugares mencionados.

Quanto ao orçamento em geral. Aggim como o amigo o supõe, é impossível ou pelo menos muito difficil, pelo simples facto de eu não poder saber o que nos numerosos volumes das numerosas collecções existe. Veja, portanto, se a methodo seguinte não é pelo tão exacto aos olhos dos que pelas pela fazenda ri grandense: eu me comprometto a fornecer documentos - os que ali se pedirem, p.e. dos pri ordies do estado - nestas condições: a pagina dactylgraphada conta na media 3'-38 linhas, cada linha na media 77-78 espagoes resp. lettras, quer dizer, são paginas carregadissimas, por causa da economia de papel, pagando-se por pagina 88000. Esta gratificação é boa, mas tambem se deve tomar em consideração o tempo preciso para buscas, as difficuldades ás vezes consideraveis em tratando de manuscritos mal conservados e escriptos em letra e orthographia dançadas. Acho que o rombo nas finanças riograndenses não seria de modo a fazer perigar o equilibrio economico do estado, e depois a despesa é feita para um fim que só se pode approvar e louvar. Veja o que os "do alto" pensam a respeito desta proposta.

Caso fôr preciso adduzirem ainda mais provas do direito que ao Rio Grande assiste sobre o districto da Bem Jardim na alto Pelotas, julgo que com algum trabalho seria possível encontrar alguma coisa nos diversos archivos aqui. É idéa excellente a dos dirigentes tencionarem aproveitar a liquidção do titigio para um levantamento da região por elle attingida: o Pelotas, a serra do ral até o Hampituba e este mesmo. Desejava só que se destacasse para a respectiva commissão um geologo e, se fosse possível, tambem um naturalista, sendo o couado dizer que a commissão deve dispor do preciso para fazer observações meteorologicas.

O manuscrito que tambem vas junto, peço remetta para a Egata; é um trabalho sobre a theoria da deslocação dos continentes; destino-o para a Egata, porque elle me pediu - e para.

Na toda a enchida - qui está antipathicadissima, não preciso dizer. Fale



Arquivo Pessoal ED (1929/out. 12)

Rio, Matris da Copacabana, 12-X-29.

Mui prezado amigo Dr. Eduardo Duarte.

Voltei hontem de noite da fazenda dum amigo meu, onde quasi uma semana inteira me occupei com andar a cavallo, ver os campos, dar banho no gado, fazer queimada, atirar ao alvo, caçar e mais futilidades que se vem para arejar a cabeça.

O processo de Raphael Pinto Bandeira está copiado; estou fazendo o indice dos nomes proprios e as notas. Tenciono acrescentar a correspondencia de Marcelino Pigueiredo de 1779 com o vice rei, por ser muito interessante e espalhar muita luz sobre o Rio Grande daquella tempo. Se for preciso, vai de graça; pois meu intuito principal é ver duma vez publicados os documentos, sobre os quaes a futura historia deverá ser asentada. A questão financeira, por mais importante que necessaria e infelizmente seja, não deixa de ser todavia secundaria; isso vale tambem quanto á importancia da remuneração por pagina, a qual não deverá constituir obstaculo para a publicação daquelles documentos.

Encontrei no archive do Instituto Hist? e Geogr? um manuscripto de 60 paginas, contendo uma memoria corographica do Rio Grande, de autor desconhecido; o Souza Docea viu outra -de Roscio- na Bibliotheca Nacional. Estou com muita vontade de copiar ambos. Que tal acha?

Quanto ao mais, é certo que em primeiro lugar deve ser publicado tudo que diz respeito aos nossos primordios, já para se poder escrever uma coisa decente por occasião do bicentenario da fundação do Rio Grande. Houvo por aquelle periodo ainda outra personagem, cuja importancia para o Rio Grande incipiente repoto de tanta relevancia que todos os documentos que se referem a elle, deveriam ser publicados; é Christovão Ferreira de Abreu. Tambem Affonso Taunay se interessa muito por elle.

Com o Auralio, que é muito camarada, combino perfeitamente. Elle tem tido muito boa sorte, encontrando correspondencia de Manoel Bento Rivas e outros protagonistas do periodo farroupilha; é pena que a actividade jornalística lhe absorva tanto tempo -mais uma consequencia desta maldita politica. Julgo conveniente conhecerem aki bem a verdadeira topographia do planalto limitado a leste e a norte pela serra Geral; por causa da chorographia que principiei ha algumas semanas, terei que dar um gulo para o sul, afim de conhecer de visu a bacia do Camuquã no Rio Grande e a ligação entre as serras do Sapigão e da Reparação em Ubatuba. Aceite um abraço saudoso do amigo

V. Gerardo José Rivas

Recebido
Rio, Matrim de Copacabana, 27-X-29.

Dr. Duarte amigo.

Não recebi os oujos; deixei de anechar a respeito, por supor que o amigo sabia isso. Naturalmente estimaria entrar quanto antes na posse da importância, para poder saldar os compromissos próprios.

Actualmente estou occupado com reunir material para notas sobre as pessoas mencionadas no processo de Raphael Pinto Bandeira. Falta tambem ainda passar para o limpo o indice dos nomes proprios do mesmo. Tais indices no meu fraco ver deveriam ser acrescentados a todos os documentos, por facilitarem muito o trabalho de quem estuda historia. Claro que é trabalho não despreciando, mas vale a pena.

Estou passando os olhos pelos volumes da correspondencia do Rio Grande, em que se encontra cada coisa interessante! Vontade de fazer -Reflexões sobre o estado do Rio Grande- por Veiga Cabral, de 1783; são duas paginas. Ou uma estatistica de viaturas de 1781, dando ao continente 116 carretas e 338 carros. Ou uma lista de moradores da Vacaria que pelos annos de 1780 venderam suas propriedades, indicando para onde foram e outros pormenores; um estado horrivel da conservação ou melhor destruição, de modo que as 10 paginas só se devem ainda abrir mais uma vez, a saber para o acto de copiar, pois serão infallivelmente aniquilados completamente; acresce que ex parte estão escriptas com uma tinta muito pallida, de modo que é trabalho delicado. Depois uma inquirição sobre o ataque dos bugres na Vacaria, em estado um pouco melhor, mas ainda bastante lamentavel.

Logo que acabar o rever a correspondencia do Rio Grande, tencio retomar o trabalho por Santa Catharina, até que um contracto com o governo do Rio Grande me possibilite tratar só dos documentos referentes a este estado, tendo eu ali a vantagem de na revista do Archivo ter logo o vehiculo para a publicação delles. Digo mais uma vez que não faço questão fechada dos \$3, contanto que a eventual gratificação mais baixa possa ser augmentada em se tratando de documentos de difficil copia, como por ex. os acima mencionados da Vacaria.

No ultimo numero do Archivo Publico Mineiro sahio a continuação da correspondencia de Gomes Freire com Pombal, do tempo da campanha no sul - interessante!

Um saudoso abraço do amigo certo

General José Pauwels

1.º. Foi uma e outra vez, por um professor que me apresentou (nome a quem de legem) ao amigo, para ser eu fizesse a "revisão" da Epistola, que diz-se a primeira a escrever no Archivo. Logo me diga, se o recebeu - Não recebi ainda, e não sei se está de acordo.

Arquivo Pessoal ED (1930/jan. 19)

Rio, Matriz de Copacabana, 19-I-30.

Amigo Eduardo Duarte.

Approveito-me da amabilidade do dr. Mario Brasil, para lhe remetter o processo de Raphael P. Bandeira; a ordem a seguir na impressão vai indicada numa folha junta ao manuscripto. Caso o processo não puder ser publicado agora, rogo me devolva as notas, porque Oliveira Vianna deseja tira dellas alguns dados para o 2º volume das Populações Meridionaes.

Aurelio Porto estava sumamente desanimado, por não receber vintém do Rio Grande - aliás tambem o meu caso nem do jornal do qual é collaborador Assim-o e o mais que pude e estou dando passos - por meio do meu amigo Max Fleissas - para lhe arranjar collocação qualquer aqui. Além dos motivos geras de caridade christã tenho pe'a isso o de conservar trabalhando para a mesma historia um dos mais instruidos neste particular, que além disso tem colligi immenso material, como prova o appendice com a descendencia de Francisco P. Bandeira. Acresce que precisamos d'elle para o congresso da historia nacion de 1931, em que até agora o Rio Grande está possivelmente representado, de modo que não devemos perder um dos poucos collaboradores de que dispomos.

Em summa, rogo que se interesse por este patricio o mais que puder.

Encontrei no Archivo Nacional as plantas primitivas das datas da Fundação de Taquary e S. Amaro, desenhadas por Montanha; depois uma grande correspondencia sobre os inicios da feitoria de S. Leopoldo; os diaries de demarcação de Saldanha, Velasco e Roscio, do ultimo igualmente uma serie de cartas, descrevendo em estilo attento os acontecimentos occorridos durante a demarcação; a correspondencia sobre a invasão de 1763 em parte já muito estragada, sendo urgente copial-a; umas 200 paginas sobre a Aldeia dos Anjos; e no Instituto Hist? e Geogr? os 2 manuscriptos mencionados nas ultimas notas do processo.

Em fevereiro abre outra vez o Archivo que está fechado durante o mes de janeiro. Os meus planos? É muito simples: copiar o mais possivel, principiand com o Rio Grande antes da fundação do presídio e depois tudo o que se refer a este facto, para se possibilitar comemoração condigna do bi-centenario? copiaría tambem - caso não viesse contra-ordem - tudo o que a respeito se acha disperso em varias publicações do Inst? Hist? Bras?. Além disso das porções posteriores o que se acha ameaçado de destruição e algumas noticias interessantes. Se tivesse certeza de ser remunerado previamente, empregaria alguns stactylógraphos; por ex., se houvesse ordem dada a um banco aqui de pagar a remuneração convencionada cada vez que apresentar uma designação do directo do Archivo de estares copiadas tantas ou tantas paginas - das antiguidades-

com documentos riograndenses. Também desejava ser avisado com antecedência, caso o governo quizesse dispensar os meus serviços, para evitar que de repente me veja responsável por despesas com dactylographos, a que não posso fazer frente com as minhas fracas posses.

Bem, supponho que o amigo tenha compreendido mais ou menos o que quero explicar no meu estilo rebarbativo.

Retiraria se me desse recado quanto antes. Pois se com relativa facilidade pude deduzir os reiterados pedidos de entrar como professor em collégios daqui, nãoousei ainda responder negativamente a uma plano de Max Fleissner que me quer metter no Instituto como archivista e só espera uma ocasião para aceitar o ordenado no orgamento.

Dos 2:500\$000, como já disse, não vi nada ainda.

Devo dizer ainda, se forem precisos mais documentos sobre o litigio com Santa Catharina, poderia fornecer-os resp. procural-os.

Desejava muito que pensasse seriamente sobre a idéa que lanço no prefacio do processo, a saber, de se acrescentar a todas as publicações de documentos um indice dos nomes nelles mencionados; assim o trabalho de quem tiver que aproveitar os documentos ficaria reduzido a terça parte e menos.

Caso o Rio Grande se vir obrigado - o que não acredito - a defender os seus direitos com as armas, espero que os dirigentes tenham feito antes estudar a fundo a chamada serra Geral, desde o NE do Rio Grande até Porto União sobre o Iguaçu; pois nesta linha com relativa facilidade se pode fechar o acesso para o sul. Devo dizer ainda que um coronel do exército, que tem a fama de ser um dos nossos melhores officinaes, duas vezes me pediu informações sobre o caminho Rio Negro-Caxias.

O calor aqui é regular, pelo menos os cariocas o affirmam; verdade é, o X thermometer durante semanas raras vezes desce abaixo os 30° grama. Mas eu ou me acostumei notavelmente ao calor ou sei defender-me melhor que os outros, pois aguento-me bem, abstrahindo da brotoeja, da qual não ha meio de fugir.

Oliveira Vianna, com Epitácio e Calogeras um dos espiritos mais claros que tenho encontrado nas reuniões livres no Instituto Histº, está terminando o manuscripto do 2º volume das Populações Meridionaes.

Acceite saudoso abraço do amigo e confrade

P. Geraldo José Pauwels

Arquivo Pessoal ED (1930/fev. 08)

Rio, Matriz de Copacabana, 8-II-30.

Amigo Duarte.

Umas rapidas linhas apenas e ao correr da "penna"; pois suspeito que uma carta sua está em caminho.

Chegou finalmente a gratificação, e igualmente o ultimo numero da revista. Meus sinceros parabens pelo trabalho que o amigo nelle despendeu! É realmente gloria sua não pequena que a revista do Rio Grande é uma das poucas, raras que saem com regularidade quasi prussiana, Deus saberá a custa de quantos sacrificios.

Ainda não retomei o trabalho no Archivo, esperando ordens suas quanto á materia que pegar. Igualmente declinei hontem definitivamente o convite de fazer parte do corpo docente do Instituto Lafayette, afim de reservar todo o tempo disponivel para o Archivo e a choro-graphia do Brasil que me comprometti a fornecer para a casa Weissflog de São Paulo.

Vilhena Moraes -que acaba de publicar magistral trabalho sobre a actuação de Caxias na questão religiosa- tem entre mãos uma obra sobre os nossos historiadores, para a qual elle me pediu varias vezes uma photographia do nosso inesquecivel P. Haefemeyer; como mantenho correspondencia só com os de Florianopolis, peço ao amigo o favor de ver, se no Anchieta existe um retrato d'elle e mais algumas linhas autographas caracteristicas, para serem publicados na obra mencionada.

Ocorreram-me nestes dias algumas idéas sobre a origem das lagoas Mirim e dos Patos que no correr do tempo talvez se condensam num artigo para a revista. Antes de dar forma definitiva á minha choro-graphia, devo ver pessoalmente a bacia do Camaquã. Não se admire, se recomendo mais uma vez o estudo pormenorizado da serra Geral, no sentido exposto na ultima carta; só quem a viu em toda a sua trajectoria como eu, pode avaliar sua importancia topographica.

Accepto saudoso abraço do sempre idem

R. Geraldo José Pauletti

Arquivo Pessoal ED (1930/mar. 19)

19-III-30

Rio

Matriz de Copacabana

Amigo Dr. Eduardo.

Recebi antehontem a sua amavel carta de 10 de corrente. Muito agradecido tanto pelo que diz respeito a mim como pelo que concerne a Aurelio.

Quanto ao trabalho no Archive preciso saber o seguinte:

1º Qual a materia a publicar? Proponho os documentos referentes ao Rio Grande, até 1740 mais ou menos, conforme a materia, afim de se poder celebrar condignamente o bicentenario do estado.

2º Querer as copias com todas as abbreviaturas ou não? O primeiro é propriamente o unico methode scientifico, mas diffulta e torna caro o trabalho da composiçõ typographica; doutro lado, se por isso preferirem a eliminacão das abbreviaturas, naturalmente indicaria num caso duvidoso, por uma nota, qual é o texto do documento.

3º Querer que sejam inseridas tambem os documentos que já estão de qualquer modo publicados? Estou a favor desta resoluçã por dois motivos, ou melhor tres, a saber: primeiro porque julgo que o estado deve temir numa publicacão propria tudo o que diz respeito á sua fundacão, segundo, porque os documentos já publicados se encontram em livros e revistas as mais diversas, em parte difficil de se obter ou quasi resp. de todo esgotados; 3º porque por isso mesmo muitas vezes será difficil ou impossivel saber quacs são os já publicados.

Minhas sinceras e calorosas felicitaçõs pelo feliz resultado da sua viagem em busca de documentos para o centenario de 35.

Os centenarios se accumulam: abdicacão de Pedro I, expedicão de Martin Affonso, nascimento de Anchieta, o ultimo em 33.

O Vilhenã nestes dois dias não appareceu no Instituto, mas não tardará, para eu lhe poder communicar tanto a promessa quanto ao retrato do P. Haffkeneyer, como o que me escreve sobre duas publicaçõs delle. Quanto á procuraçã de poder levantar eventuaes gratificaçõs minhas, outorgo-lhe todos os poderes que neste respeito gozo conforme as normas da constituiçã e dos direitos civil, commercial e universal.

Mais tempo menos tempo terei que ir por algumas semanas para o Rio Grande, afim de estudar in loco a bacia do Camaquã, quer dizer, a sua morphologia; passagem livre até lá espero poder arranjar aqui: seria possivel obter do governo estadual tambem algumas facilidades?

Accite saudoso abraço do
amigo sempre idem

R. Geraldo José Pauwels

Arquivo Pessoal ED (1930/mai. 12)

Bibliotheca Municipal

Prefeitura do Distrito Federal

12-5-30

Dr. Eduardo amigo.

Recebi nestes dias o volume do "Povo". Mil agradecimentos. É realmente lamentável a nossa gente não compreender o quanto o amigo trabalha em prol da história riograndense ou melhor, também elles por ahí darem peso a fiteiros e verbo-rrhoidarios; senão, o nosso Dr. Duarte occuparia outro posto que o de chefe de secção.

Quanto á revista do Archivo lembro mais uma vez a conveniencia de cada volume ser acompanhado dum indice dos nomes mencionados nos documentos, com o que elle ganharia 100% de utilidade; pois cada um poderia ver dum relance, se os documentos para-o fim especial do respectivo trabalho trazem alguma coisa ou não. Constitue regular paulificação para o editor, não ha duvida, a não ser que se disponha dum funcio^onari^o subalterno, a quem se possa confiar esta tarefa.

Quando me poderá transmittir a ordem de se reencetar o trabalho no Archivo Nacional? Pois embora eu pessoalmente por estes 3 m^oes só me possa incumbir da escolha dos documentos (por motivo que logo lhe explicarei), tenho á disposição

um academico dactylographo, antigo alumno meu (Osny Duarte, catharinense), que poderia fazer as copias. Peço se interessa por este assumpto.

Faz quasi 2 mezes acceitei um convite do prefeito (e ahi vae o alludido motivo) de reorganizar e catalogar a Bibliotheca Municipal e dirigir a accomodação della no novo edificio. Acceitei mais para mostrar que um padre é capaz de realizar esta tarefa bastante espinhosa -pois a bibliotheca se achava num estado de absolute abandono-, e por ser obra que permite prestar bons serviços á sociedade, do que com intuitos pecuniarios; isso já porque os pagamentos da prefeitura são o que sabidamente são, por signal que até a data de hoje nem pelo mez de março recebi nenhum vintem, nem para me resarcir das não pequenas despesas que este trabalho me tem causado.

Encontrei no acervo dos volumes misturados dois volumes manuscritos; um contendo as bullas e breves pontificios sobre a questão da liberdade dos indios nos meados do seculo 18, e outro com o indice dos livros do registo das cartas regias

etc dirigidas á relação da Bahia desde 1673 até 1802. Não compreendo por que cargas d'agua estes dois volumes deram entrada exactamente na Bibliotheca Municipal.

Outra mudança ainda se deu comigo no sentido de eu ter mudado de residencia; pois na matriz, onde estava, mora um collega muito bom, mas a quem a velhice tornou excessivamente ranzinza, de modo que este anno sahiu de lá não só outro padre, mas até o proprio vigario. Convem saber que o velhinho é muito da convivencia do Arcebispo, de modo que elle não sahirá de lá senão para o cemiterio. A minha resolução, tomada depois de consulta com o vigario geral, acarreta mais despesas, é verdade, mas desejo ter paz pelo menos em casa. O meu novo endereço é: Rua Goulart, 25 (Copacabana).

Algumas novidades, se por ventura as houver, terá ouvido do Aurelio. É bom o amigo instar na publicação das genealogias da familias riograndenses que elle organizou; seria serviço enorme para os que se occupam com a historia riograndense.

O volume do "Povo" veio embrulhado numa folha dum

mappa do Rio Grande que não conheço, por ser novo. É novo e, o que vale mais, parece pela amostra ser razoável. Naturalmente ha erros; por exemplo dão o nome de serra do Mar a um accidente em Santa Catharina que nunca foi, é nem será tal. Mas, em todo o caso é - como mostra a representação do Jacuhy - notavelmente melhor que os existentes, e por isso seria um serviço, se me pudesse arranjar um exemplar do mappa, ou pelo dizer, quem é o editor e o responsável por elle.

E adeus, meu amigo. Desejo-lhe saude, animo contente, alegria de espirito e que Deus lhe conserve esta sua disposição para os trabalhos estafantes de que está incumbido.

Acceite saudoso abraço do

amigo semper idem

Geraldo José Pauwels

Arquivo Pessoal ED (1930/jun. 18)

Dr. Duarte amigo. Como sempre, não se trata

De coração agradeço por sua amável carta que me mostra que o amigo continua com coragem no seu posto de guarda das tradições gaúchas.

Os numeros gryphados do indice indicam as paginas, em que se encontra a informação principal a respeito do nome em questão. Insisto mais uma vez na grande utilidade de tais indices.

Recebi nestes dias uma carta do Aurelio (a quem peço de saudosas lembranças minhas), um bom mez depois de ella ter chegado cá pela Late; pois tinha sido dirigida ao Instituto Hist., que faz 2 meses não posso frequentar devido á occupação na Bibliotheca Municipal. O meu novo endereço consta do cabeçalho desta.

E agora o assumpto principal - a reedição do "Povo". Um entusiastico "bravo" e cordaes parabens, tanto para o amigo como para o governo que ali evidenciou notavel descortino. Pois o valor do que amigo com o auxilio estadual pôde realizar, vai muito além do que o vulgo, ou digamos o leigo, pode alcançar. Prestou immenso serviço á historia, não só no sentido de fornecer dados valiosos para a lado meramente chronologico della, quer dizer, a localização exacta dos factos na sequencia dos acontecimentos, mas tambem e sobretudo á historiographia propriamente dita, possibilitada apenas por publicações deste genero; pois permitem a reconstrução dos factos dentro do seu ambiente particular, em que se desenrolaram.

Não sei, se me faço comprehender. Quero dizer que 2 factos, identicos quanto á classificação exterior, apesar desta identidade apparente podem ser dois factos totalmente differentes, quando apreciados não, por assim dizer, segundo o corpo, mas segundo as circumstancias, o ambiente psychologico e social, ou digamol-o logo, segundo a alma.

E aqui, e muito menos nas interessantes curiosidades que a leitura do "Povo" offerece (veja p.e. pag. 4 do n.º 51 e passim) que reside o merito do seu trabalho. Oxalá o amigo possa present ear aos estudiosos mais algumas publicações deste genero; assim será licito esperar que um dia saia uma verdadeira historia do torrão gaúcho, em

vez das potoclas (desculpe o termo) que correm com este título.
 Além do mais, precisamos menos de cronologias do que de história
 que nos dê uma nitida compreensão do passado.
 (Não sei, se amigo está contente; o caso é, que me não sobra
 tempo para coisa alguma. Não obstante é aquillo mesmo o que pen-
 so e comigo toda a gente razoavel, como ainda hoje pude verificar
 no Instituto Histº. Em todo o caso outorgo-lhe amplos poderes
 para dar forma conveniente e mais castiça quanto á linguagem ao
 que acima vae escripto.
 Com um abraço saudoso
 seu sempre idem
 G. Geraldo José Pauwels
 P.S. Como está o negocio das copias no Archivo?

CULTURA E PATRIMÔNIO DOS GAÚCHOS

O IHGRGS E O GOVERNO DO ESTADO,
COM PATROCÍNIO DO BANRISUL,
INICIARAM AS OBRAS DO PROJETO DE
CLIMATIZAÇÃO DO 2º PAVIMENTO DO
PALÁCIO PIRATINI EM PORTO ALEGRE/RS.
OS PRINCIPAIS BENEFÍCIOS SERÃO
PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA,
MOBILIÁRIO E MURAIIS DO ARTISTA
ALDO LOCATELLI.

PRONAC: 170935



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Banrisul
O grande banco do sul.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO
FEDERAL